



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Proc. nº	1
Fls.	142
Rubrica	(P)

Encaminhamento nº 171 /DAF

Ref.: Processo FUNAI/BSB/1074/80

Ass.: Identificação e Delimitação da TI Vale do Javari (AM)

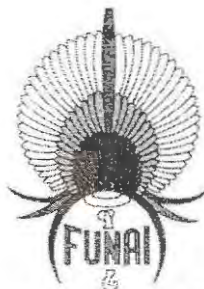
Senhor Presidente,

Pelo presente, encaminho a V.Sa. o processo acima referido, que trata da identificação e delimitação da terra indígena Vale do Javari, localizada nos Municípios de Atalaia do Norte, Benjamin Constant, São Paulo de Olivença e Jutai, no Estado do Amazonas.

A proposta de demarcação ora apresentada foi elaborada pelo grupo técnico constituído pelas Portarias nº 174/PRES, de 10.03.95, e nº 158/PRES, de 09.04.96, sob nossa coordenação, e abrange uma superfície de 8.457.000 ha e perímetro de 2.140 km. Ela compreende as áreas de habitação permanente e atividades produtivas, e necessárias à preservação dos recursos ambientais e à reprodução física e cultural das comunidades indígenas que tradicionalmente habitam a TI Vale do Javari.

Esclarecemos que o longo período de tempo sucedido desde o término dos levantamentos de campo até a apresentação do presente relatório decorreu, entre outros fatores, ao fato de havermos assumido a chefia do Departamento de Identificação e Delimitação desta Diretoria de Assuntos Fundiários logo após nossa saída da TI Vale do Javari, em meados de 1996. Desde então, a absorvente tarefa de coordenar os trabalhos de identificação e delimitação de outras terras indígenas, entre outras exigências do cargo ocupado, retardou a redação deste relatório quase indefinidamente. Sua apresentação, hoje, resulta do esforço desenvolvido principalmente durante dois períodos de dedicação quase exclusiva, com cerca de trinta dias cada qual, ocorridos no inverno de 1997 e no início deste ano.

Tal demora na entrega deste relatório sempre nos preocupou, visto termos conhecimento direto da difícil situação das sociedades indígenas que habitam o Vale do Javari, derivada em grande parte do fato de não terem seu território étnico demarcado e protegido. Apesar disso, é com satisfação que informamos, em atenção a uma das recomendações da 5ª Reunião Ordinária da Comissão Paritária Consultiva do Projeto Integrado de Proteção às Terras e Populações Indígenas da Amazônia Legal, termos exposto o conteúdo deste relatório a diversas lideranças indígenas do Javari em uma reunião realizada na cidade de Atalaia do Norte no dia 05.03.98, tendo sido o mesmo aprovado na ocasião.



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Proc. n°	1074/80
Fls.	1408
Rubrica	(R)

Assim, submetemos à apreciação de V.Sa. o presente processo, solicitando, se devidamente aprovado, a publicação do anexo Resumo do Relatório de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Vale do Javari em conformidade com o art. 2º, § 7º, do Decreto nº 1.775/96.

Brasília, 26 de maio de 1998


WALTER COUTINHO JR.
Diretor Substituto de Assuntos Fundiários



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Proc. nº	1074/80
Fls.	1409
Rubrica	②

Diretoria de Assuntos Fundiários
Departamento de Identificação e Delimitação

RELATÓRIO DE IDENTIFICAÇÃO E DELIMITAÇÃO DA TERRA INDÍGENA

VALE DO JAVARI

GT Portarias nº 174/95 e 158/96

Brasília, maio de 1998



Proc. nº	1074/98
Fls.	1410
Rubrica	(C)

SUMÁRIO

I – Primeira Parte: DADOS GERAIS.....	03
I.1. Introdução.....	03
I.2. Viagens de Levantamento.....	07
I.3. Panorama Etno-Histórico.....	14
I.3.1. Horizonte Lingüístico, Arqueológico e Proto-Histórico.....	14
I.3.2. Os Mayorúna no Alto Amazonas.....	17
I.3.3. Os Povos do Interior.....	21
I.3.4. As Comissões de Limites e os Índios do Alto Javari.....	24
I.3.5. A Borracha e a Madeira.....	27
I.3.6. Contato e Localização.....	30
II – Segunda Parte: HABITAÇÃO PERMANENTE.....	36
II.1. Índios do Alto Jutai.....	37
II.2. Índios do Jandiatuba.....	42
II.3. Kanamarí.....	50
II.4. Korúbo.....	54
II.5. Kulína (Arawá).....	68
II.6. Kulína (Pano).....	70
II.7. Marúbo.....	73
II.8. Matís.....	78
II.9. Mayá.....	80
II.10. Mayorúna.....	82
II.11. Tukáno.....	86
II.12. Outros.....	91
III – Terceira Parte: ATIVIDADES PRODUTIVAS.....	95
III.1. Kanamarí.....	95
III.2. Kulína (Arawá).....	97
III.3. Kulína (Pano).....	98
III.4. Marúbo.....	99
III.5. Matís.....	101
III.6. Mayorúna.....	103
IV – Quarta Parte: MEIO AMBIENTE.....	107
IV.1. Caracterização.....	107
IV.2. Uso Indígena e Conservação.....	111

V – Quinta Parte: REPRODUÇÃO FÍSICA E CULTURAL.....	114
V.1. Composição e Fragmentação Etno-Política.....	114
V.2. Demografia.....	117
V.3. Assistência, Proteção e Saúde.....	124
 VI – Sexta Parte: LEVANTAMENTO FUNDIÁRIO.....	 128
VI.1. Rio Curuçá.....	131
VI.2. Rio Itaquai.....	133
VI.3. Rio Ituí.....	135
VI.4. Rio Jandiatuba.....	138
VI.5. Rio Javari.....	138
VI.6. Rio Jutai.....	140
VI.7. Rio Quixito.....	142
 VII – Sétima Parte: CONCLUSÃO E DELIMITAÇÃO.....	 144
VII.1. Trabalhos Anteriores.....	144
VII.2. Proposta de Limites.....	148
VII.3. Pedido de Demarcação.....	151
 BIBLIOGRAFIA.....	 154
 ANEXOS.....	 160



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Proc. nº	1074/98
Fls.	1412
Rubrica	

I – Primeira Parte

DADOS GERAIS

I.1. INTRODUÇÃO

O vale do rio Javari continua sendo uma das partes mais remotas e desconhecidas do território brasileiro na Amazônia. Situado junto à zona fronteira com o Peru, no extremo ocidental do Estado do Amazonas, ali se localiza a terra indígena Vale do Javari, cuja área é cortada, além do próprio rio que a nomeia, por outros dois grandes afluentes da margem meridional do rio Solimões, que são o Jandiatuba e o Jutai. O acesso ao centro dessa região permanece sendo realizado ainda quase exclusivamente pelo curso dos rios. Ao sul, o divisor de águas com a bacia do rio Juruá, apesar de facilmente transponível, tem se mostrado, até o momento, uma barreira à penetração das frentes de expansão da sociedade nacional. Excetuadas as cidades localizadas ao norte (Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Tabatinga e São Paulo de Olivença) e ao sul (Cruzeiro do Sul e Eirunepé), as únicas localidades de relevância formadas por não índios no interior dessa região são as guarnições militares de fronteira de Estirão do Equador e Palmeiras do Javari.

Não se conhece ainda, verdadeiramente, o número exato de grupos indígenas que habitaram e continuam habitando a terra indígena Vale do Javari. No presente, podemos afirmar a existência de pelo menos onze sociedades indígenas naquela área, diferenciadas não somente em termos de língua e cultura mas também em relação ao grau de contato com a sociedade envolvente. As informações que possuímos sobre cada uma delas também são de qualidade variável: enquanto sobre algumas possuímos estudos etnológicos exemplares, de outras ignoramos até mesmo a denominação. As sociedades indígenas que ocupam atualmente o Vale do Javari são as seguintes: Kanamarí, Kulína (Arawá), Kulína (Pano), Marúbo, Matís, Mayorúna, Índios do Alto Jutai, Índios do Jandiatuba, Korúbo, Mayá e Tukáno. Além desses grupos, existem referências ou notícias esparsas sobre outros, de que trataremos adiante.

Os seis primeiros grupos mencionados são os que têm, atualmente, contato permanente ou intermitente com a sociedade regional; os cinco últimos são os que têm evitado o contato com essa mesma sociedade, permanecendo isolados na floresta ou encontrando-se eventualmente com madeireiros e ribeirinhos, com os quais mantêm relações via de regra conflituosas.

Possuindo uma marcada semelhança genérica de traços sócio-culturais, as sociedades indígenas da bacia do Javari também são portadoras de diferenças significativas entre si. Do ponto de vista cultural, os índios do Javari distinguem-se pela habitação em malocas, o uso de



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Proc. nº	1074/98
Fis.	1413
Rubrica	<i>[assinatura]</i>

ornamentos faciais, a tatuagem, o uso de alucinógenos, as nomenclaturas de parentesco que lembram os sistemas australianos, fragmentação das unidades etno-políticas, etc. Do ponto de vista lingüístico, observa-se a presença de pelo menos três famílias de línguas faladas pelas sociedades indígenas da região: à família lingüística Pano pertencem os Marúbo, os Matís, os Mayorúna, os Kulína originários de afluentes do Curuçá, e provavelmente os Korúbo e os Mayá; à família lingüística Katukína pertencem os Kanamarí e os Tukáno; à família lingüística Arawá pertencem os Kulína originários do rio Juruá. Desconhecemos registros sobre a língua falada pelos Índios do Alto Jutai e Índios do Jandiatuba, mas supomos sua pertença, como os demais povos da região, às famílias lingüísticas Katukína ou Pano.

As seis sociedades indígenas em contato ocupam no presente os seguintes aldeamentos no interior da terra indígena: os Kanamarí habitam as aldeias Irari, Massapê, Queimado e São Luiz; os Kulína (Pano) habitam a aldeia São Salvador; os Marúbo habitam as aldeias Maronal, São Sebastião, Rio Novo de Cima e Vida Nova; os Matís habitam a aldeia PIN Ituí; os Mayorúna habitam as aldeias Lobo e Trinta e Um; os Kulína (Arawá) não possuem aldeias propriamente ditas, mas têm ocupado no período mais recente afluentes do rio Itaquai. Ignora-se o número de aldeias dos grupos que têm evitado o contato, supondo-se contudo serem em maior número é de menor contingente demográfico que aquelas conhecidas.

Ao todo, a população das etnias que habitam o Vale do Javari soma mais de três mil índios. Cerca de um terço deste total é constituído por grupos isolados, que permanecem sem contato regular com a sociedade regional. Somando-se a população estritamente existente no interior dos limites da terra indígena Vale do Javari, chega-se ao total de 3.027 índios. Se incluirmos a população originária do Javari que habita as proximidades da terra indígena, mas fora de seus limites, aquela existente na área do Lameirão e a encontrada nas cidades de Atalaia do Norte, Benjamin Constant e Tabatinga, a soma alcança 3.292 índios.

Os Marúbo são o grupo de maior população, com 795 indivíduos no interior da terra indígena, contando-se 344 na aldeia Vida Nova; 204 na aldeia Maronal; 133 na aldeia São Sebastião; e 114 na aldeia Rio Novo de Cima. Os Kanamarí vêm em segundo lugar, com 576 pessoas, verificando-se 264 na aldeia Massapê; 176 na aldeia Queimado; 80 na aldeia São Luiz; 47 na aldeia Irari; e 9 no rio Curuçá. Os Mayorúna possuem a terceira maior população, com 494 indivíduos, dos quais 308 habitam a aldeia Trinta e Um, e 186 a aldeia Lobo. Em seguida, entre os povos em contato, vêm os Matís, com 176 indivíduos na aldeia PIN Ituí; os Kulína (Arawá) são representados no Javari apenas por famílias isoladas, encontrando-se 16 pessoas no rio Itaquai e 4 pessoas no lago do Tambaqui; e, por fim, os Kulína (Pano), contando-se 9 pessoas na aldeia São Salvador e 7 em outros locais da terra indígena.

A população das demais sociedades indígenas do Vale do Javari pode ser tão somente estimada, faltando-nos dados precisos sobre o número total de índios arredios. Embora seja difícil avaliar a consistência na fixação do montante correspondente a cada grupo isolado, houve aparentemente uma tendência generalizada ao decréscimo ou, no máximo, à manutenção de seu número total, para o que deve ter contribuído as violências e coerções que os mesmos vêm sofrendo na última década. Excetuados os totais presumidos para a população Tukáno e dos Índios do Jandiatuba, os referentes aos demais grupos isolados diminuíram em relação à estimativa feita pelos componentes do GT Javari 1985. Calculamos, assim, uma população aproximada de 300 pessoas para os Índios do Jandiatuba; 250 pessoas para os Korúbo; 150 pessoas para os Índios do Alto Jutai; 150 pessoas para os Mayá; e 100 pessoas para os Tukáno.



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Proc. nº	1074/80
Fls.	1414
Rubrica	

Quadro I.a - Terra Indígena Vale do Javari - População Geral
(por etnia e ano)¹

ETNIA/ANO	1980	1985	1995/96
Índios do Alto Jutai	(?)	200	150
Índios do Jandiatuba	(?)	300 ²	300
Kanamari	433	473	576
Korúbo	(200)	300	250
Kulina (Arawá)	25	10	20
Kulina (Pano)	25	38	16
Marúbo	460	594	795
Matís	138	109	176
Mayá	(150)	200	150
Mayorúna	255	367	494
Tukáno	(32)	100	100
Outros	(?)	(?)	(?)
TOTAL	1.718	2.691	3.027

A atual configuração étnica do Vale do Javari resulta tanto das inter-relações historicamente mantidas entre as diversas sociedades indígenas da região, quanto do contato que cada grupo manteve e mantém com a sociedade regional. Assim, não se pode compreender a atual localização dos Marúbo no Ituí e nem a redução demográfica dos Kulína (Pano) sem fazer menção aos ataques a eles perpetrados pelos Mayorúna; do mesmo modo, não se pode entender o deslocamento de parte dos Korúbo em direção ao ocidente sem mencionar a espantosa invasão madeireira do seu território na região da confluência dos rios Ituí e Itaquai. Por sua vez, não se entende a fixação dos Kanamarí às margens do rio Javari sem mencionar suas relações com madeireiros e regatões, bem como a penetração dos Kulína (Arawá) no Vale do Javari sem mencionar os conflitos internos ao grupo e com regionais pela posse da terra na região do Juruá.

Importa destacar que o processo histórico de ocupação extrativista regional ocorrido neste século, primeiro da borracha e depois da madeira, teve profundo impacto sobre os povos indígenas do Javari. De fato, excetuadas algumas raras ocasiões, o Vale do Javari permaneceu território incontestavelmente dominado pelos índios até o último lustro do século passado. As conseqüências da intensa exploração do caucho e da seringa patrocinada por brasileiros e peruanos, que atingiu seu auge nesta parte do vale amazônico no período de 1890 a 1910, foram incomensuráveis para os povos indígenas. As perdas demográficas decorrentes de epidemias, conflitos, migrações forçadas, escravização ou do puro extermínio através das famosas "correrias", alteraram fundamentalmente o quadro etnográfico e histórico até então vigente no Javari.

¹ Dados demográficos incertos ou desconhecidos são grafados, nesta e em outras tabelas deste relatório, entre parênteses; dados estimativos aparecem sombreados. Não incluímos alguns indivíduos Yágua e "Maricáua" que também se fazem presentes isoladamente dentro dos limites da TI Vale do Javari.

² Além deste montante, o GT Javari 1985 considerava também a estimativa de 300 pessoas para os "Índios Arredios do Igarapé São José".



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Proc. n°	1074/80
Fls.	1415
Rubrica	<i>[assinatura]</i>

Após um breve refluxo da economia regional nos anos 20 e 30, interregno durante o qual houve um rearranjo social, demográfico e territorial das parcialidades indígenas sobreviventes, toma grande impulso na região, em meados da década de 40, a atividade extrativa da madeira. A exploração madeireira ao longo dos principais tributários da bacia do Javari, assim como do Jandiatuba e do Jutai, afetou desde então todos os povos indígenas dessa região, que novamente tiveram seus territórios invadidos e suas malocas assaltadas. Como defesa ou retaliação, os índios passaram a atacar turmas isoladas de madeireiros, provocando sua fuga parcial do alto curso dos rios entre o final dos anos 50 e início dos anos 60. Os ataques indígenas - e os interesses econômicos que eles afetavam - provocaram a ação punitiva de grupos do Exército brasileiro, acompanhados por madeireiros, que arrasaram algumas malocas em afluentes do Javari e do Curuçá. A partir do início da década de 70, as atividades de pesquisa e prospecção de petróleo e gás natural realizadas pela PETROBRÁS, causaram nova interferência no território de diversos grupos indígenas do Vale do Javari, provocando o início da atuação da FUNAI na região. O Javari permanecia, até aquele momento, praticamente ignorado pelos órgãos governamentais de proteção ao índio. Em decorrência da ação da FUNAI, estreita-se o contato com os Marúbo, Kanamarí e Kulína (Pano), que mantinham relações esporádicas de comércio e aviamento com a sociedade regional durante os anos 40, 50 e 60, além de se consolidar o contato com os Mayorúna, iniciado por caçadores peruanos e trabalhadores da PETROBRÁS, e promover a atração e contato com os Matís. Apesar da presença da FUNAI, a PETROBRÁS voltou a ingerir durante a década de 80 no território dos Korúbo e dos Índios do Jandiatuba.

* * *

Observações:

a) Por "Vale do Javari" este relatório entende comumente uma região que 1) se limita à bacia oriental deste rio, e 2) abrange parte da bacia dos rios Jandiatuba e Jutai;

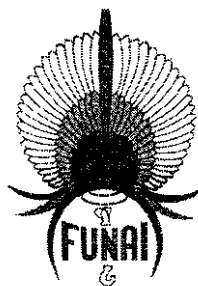
b) Em diversas ocasiões, fizemos uso de expressões como "hoje", "atualmente" e "no presente", tendo por referência o *presente etnográfico* dos levantamentos de campo realizados nos anos de 1995 e 1996;

c) Eventualmente, lançamos mão de dados coletados em uma pesquisa de campo antropológica realizada entre os índios Mayorúna em 1991/92, bem como sintetizamos na Parte I.3 informações contidas em um trabalho anterior (Coutinho Jr., 1993);

d) Os dados demográficos analisados neste relatório são baseados, exceto quando indicado, nas seguintes fontes: Relatórios GT Javari 1980 e GT Javari 1985, Melatti (1981), CIMI/OPAN (1986), e no censo realizado por este GT nas aldeias do Javari em 1995/96;

e) Supressões de partes do texto-fonte das citações são indicadas pelo sinal:;

f) As informações sobre a história, cultura e ocupação territorial dos povos indígenas do Vale do Javari contidas nos relatórios apresentados pelo **GT Javari 1980** - Grupos de Trabalho constituídos pelas Portarias nº 721/E e 722/E, ambas de 14.05.80 - e pelo **GT Javari 1985** - Grupo de Trabalho constituído pela Portaria nº 1848/E, de 28.03.85, alterada pela de nº 1855/E, de 15.04.85 - não serão reapresentadas no presente **relatório**, que se entende **complementar** àqueles. Não obstante, ainda que sejam retomados aqui apenas a título de contextualização ou comparação, os dados apresentados nos relatórios dos GTs anteriores são considerados essenciais na proposição final de limites.



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Proc. nº	1074/80
Fis.	1416
Rubrica	<i>[assinatura]</i>

I.2. VIAGENS DE LEVANTAMENTO

Os trabalhos de campo necessários para a re-identificação e delimitação da terra indígena Vale do Javari foram realizados em duas etapas distintas, em atendimento ao disposto nas Portarias nº 174/PRES, de 10.03.95, e nº 158/PRES, de 09.04.96. Na primeira destas etapas, procedeu-se o levantamento referente aos rios Javari, Jaquirana, Curuçá, Quixito, Ituí e Itaquai, bem como a obtenção de informações sobre o rio Jandiatuba. A segunda etapa, levada a efeito em 1996, foi destinada ao levantamento do alto rio Jutai e seus afluentes, os rios Curuena e Juruazinho. Apesar do longo intervalo temporal entre as duas etapas do levantamento, contribuiu sobremaneira para a unidade dos trabalhos a permanência da mesma equipe básica da FUNAI responsável ao final pelos estudos antropológicos, cartográficos e fundiários.

A primeira etapa de campo iniciou-se em 13.03.95, logo após a constituição do grupo técnico pela Portaria 174/95, com o deslocamento do antropólogo-coordenador à Administração Regional de Manaus, onde reuniu-se com o engenheiro-agrimensor e chefe da Divisão Fundiária daquela ADR, Sebastião Carlos Baptista, com o engenheiro-agrônomo da mesma ADR, Jânio Queiroz de Oliveira, e o técnico agrícola da SEPROR/IMA/AM, Edson Silva Araújo, tratando detalhes do deslocamento do grupo. Em razão da superlotação dos vãos para Tabatinga, seguiu o Coordenador no dia 14.03 para aquela cidade, ficando acertado o deslocamento dos demais para o dia 17.

A chegada do Coordenador na Administração Regional de Atalaia do Norte (ADR/ATN) ocorreu coincidentemente com o que parece ter sido o pico de uma dura epidemia de hepatite, associada com grande incidência de malária, entre as aldeias do baixo rio Javari. No dia anterior, a ADR havia despachado uma equipe de saúde para as aldeias Lameirão, Irari e São Luiz, que retornou no dia 16.03 trazendo numeroso contingente indígena abatido pelas doenças. Somados aos 23 Kanamarí, Marúbo e Mayorúna que já se encontravam na Casa do Índio em Atalaia do Norte, os 32 Kanamarí para ali recém-conduzidos formaram um quadro semelhante a um campo de refugiados.

No dia 17.03, como combinado, chegaram em Tabatinga os membros da equipe originários de Manaus. Alegando o não recebimento prévio de diárias para seu deslocamento, preferiu o técnico agrícola do INCRA de Benjamin Constant, Rogério Prado Leite, permanecer aguardando naquela cidade, ficando o início de sua participação previsto para a viagem seguinte à planejada para o rio Itaquai.

Na tarde do dia 18.03, embarcados no recém-reformado motor de centro "Waiká", da própria ADR, saímos de Atalaia do Norte com destino à aldeia Massapê, localizada no alto curso do rio Itaquai. Além dos membros já citados, compunham a equipe o motorista fluvial Francisco Rodrigues dos Santos ('Bitu') e o auxiliar de serviços gerais e piloto de embarcação Francisco Nunes de Almeida ('Patola'). Na manhã do dia 19, Francisco dos Santos alertou-nos para o fato do gerador de luz não estar carregando a bateria, fato que motivou o retorno de Francisco de Almeida à cidade levando o gerador, para reparos ou substituição, enquanto continuávamos lentamente a



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Proc. nº	1074/80
Fls.	1417
Rubrica	<i>[assinatura]</i>

subida do rio. Pouco acima da foz do Quixito, havia uma patrulha do Exército brasileiro, que fazia uma operação de fiscalização no curso do rio. Após ter detido o barco da FUNAI, requisitando a documentação de praxe e realizando uma revista na bagagem da equipe, fomos autorizados a prosseguir viagem. Ainda na tarde daquele dia, passada a foz do rio Ituí, preenchemos o primeiro Laudo de Vistoria e Avaliação (LVA) de benfeitorias.

No dia 20.03, Francisco de Almeida alcançou o Waiká trazendo um novo gerador de luz na mesma "voadeira" (bote de alumínio com motor de popa de 25 HP) que seria empregada pela equipe durante a primeira etapa dos trabalhos. Em 22.03, usando esta voadeira - ou ainda "deslizador", entramos no Rio das Pedras para preencher o LVA referente ao único morador atual desse afluente do Itaquai. No dia seguinte, alcançamos a primeira casa habitada pelos Kanamarí do Massapê, pouco acima da foz do igarapé Chôa, e logo depois o próprio Posto Indígena. Após as necessárias apresentações e explicações, iniciamos o levantamento etnológico dos Kanamarí do PIN Massapê. Em função do nível das águas do rio, o Waiká baixou na manhã do dia 24.03 para a foz do igarapé Chôa, por haver risco de ficar encalhado em frente ao PIN caso houvesse rápida vazante do Itaquai. Usando a voadeira, visitamos o grupo local do "Massapê Velho", tendo a oportunidade de, no regresso ao PIN pela noite, assistir à festa que os Kanamarí denominam *Hai Hai*.

No dia 25.03, deixamos o PIN Massapê, completando o levantamento populacional das famílias que habitam abaixo dele para, já embarcados no Waiká, pela noite, alcançar a foz do rio Branco. No dia seguinte, deixamos o motor aportado junto à foz do igarapé São João, na margem esquerda do Itaquai, e penetramos com a voadeira pelo pequeno afluente em busca de famílias Kulína (de língua Arawá) que, de acordo com informações dos regionais, vinham ocupando aquele igarapé, de leito tortuoso e tomado por paus e vegetação. Conseguimos localizar a boca do varadouro usado pelos índios e, andando nele, deparamos com três rapazes Kulína que vinham em sentido contrário e nos conduziram até as casas usadas pelo grupo, com quem permanecemos o restante da manhã.

De volta ao Waiká, retomamos nossa viagem de regresso à Atalaia do Norte, onde chegamos no dia 27.03. Permanecemos nesta cidade nos dias 28 e 29.03, reunindo-nos com o Administrador Regional da FUNAI, que estava ausente quando de nossa primeira chegada, e com lideranças do Conselho Indígena do Vale do Javari (CIVAJA), de quem ouvimos reivindicações e sugestões a respeito do trabalho que desenvolvíamos. Contatando o técnico indicado pelo INCRA de Benjamin Constant, este novamente alegou o não recebimento de diárias - cuja ordem bancária para pagamento, emitida doze dias antes, era de seu conhecimento - como impedimento para sua participação nos levantamentos. Isto motivou a coordenação do GT solicitar à Diretoria de Assuntos Fundiários, em Brasília, providências para nova indicação de técnico por parte do INCRA.

No dia 30.03, partimos novamente de Atalaia do Norte, dirigindo-nos ao rio Quixito, o qual percorremos até as casas dos últimos moradores fixos de seu curso, acima da confluência com o igarapé Esquerdo. Já na baixada, no dia 01.04, a embarcação da equipe foi chamada por moradores da margem esquerda do Quixito, pouco abaixo da foz do igarapé Pau Branco, para nos ser mostrada uma "tapagem" feita, provavelmente por índios isolados, a cerca de 20 minutos de caminhada da pequena localidade. Na foz do Quixito, o Waiká rumou para montante do rio Ituí, enquanto o Coordenador e Francisco de Almeida desceram com a voadeira em direção à Atalaia do Norte em busca de assistência odontológica para o primeiro. Aproveitamos a ocasião para visitar algumas famílias Kulína (Arawá) estabelecidas na localidade conhecida como São João, distrito municipal situado pouco abaixo, e na mesma margem, da cidade de Atalaia do Norte.



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Proc. n°	1074/80
Fis.	1418
Assinatura	(P)

No dia 02.04, sob forte chuva, alcançamos novamente o restante da equipe no Waiká, que navegava o baixo Ituí. No dia seguinte, contudo, os componentes do GT Jânio e Edson apresentaram sintomática febre, acompanhada por vômitos e visível abatimento. Após breve e conjunta deliberação, resolvemos que eles seriam levados novamente à Atalaia do Norte por Francisco de Almeida, na voadeira, para fins de diagnóstico e tratamento. Prosseguimos os demais subindo o Ituí até a casa do primeiro ocupante não índio naquela parte do rio, sr. Manoel Procópio, logo abaixo da foz do rio Coari, onde aportamos no dia 04.04 para aguardar o retorno dos que haviam descido à cidade em busca de assistência médica. Na verdade, ambos tinham contraído malária *falciparum*, que acompanhada por anemia severa levou-os a solicitar o desligamento dos trabalhos do GT. Porém, somente saberíamos disso posteriormente.

Ainda no dia 04.04, alcançou o Waiká uma voadeira da ADR/ATN que levava com destino ao PIN Ituí o novo atendente de enfermagem, Idjeseberí Karajá, e uma antropóloga norte-americana, Katherine Milton, que desejava realizar pesquisas com os índios Matís. Dada a disponibilidade de espaço, decidiu o Coordenador seguir até o PIN Ituí no motor de popa que levava o atendente e a pesquisadora, deixando os componentes Sebastião e Francisco dos Santos esperando o retorno do restante do grupo ao Ituí para seguirem com o Waiká até os Matís. Na noite anterior à nossa chegada naquele PIN, ocorrida no entardecer do dia 05.04, um mulher Matís, grávida, havia sido picada por uma cobra, recebendo emergencialmente uma dose de soro anti-ofídico aplicada pelo Matís Ivan. Quando chegamos na aldeia, dirigimo-nos à sua casa, encontrando-a consciente e lúcida, mas com a perna muito inchada. Idjeseberí aplicou-lhe mais uma dose de soro e, no dia seguinte, acompanhada pelo marido ela iniciou a descida em direção à Atalaia do Norte embarcada na voadeira que nos havia trazido.

Permanecemos na aldeia Matís até o dia 10.04, tentando inutilmente entrar em contato com a ADR/ATN pelo rádio do PIN. Sem novas notícias sobre os demais integrantes da equipe, resolveu o Coordenador descer de canoa o Ituí até as malocas Marúbo localizadas no rio Novo de Ciina e proximidades, sendo acompanhado por cinco rapazes Matís. Na tarde daquele dia, chegamos à maloca do Marúbo Estêvão, funcionário da FUNAI que sabíamos possuir uma voadeira - a qual pretendíamos usar para chegar ao Waiká. No porto que dava acesso à maloca, encontramos o barco de um madeireiro, a quem dissuadimos de sua intenção de subir até o alto Ituí para comerciar com os Marúbo dali. Na noite do dia 11.04, ainda na maloca Marúbo, escutaram os índios o barulho de um motor subindo o Ituí, o qual fomos esperar na boca do rio Novo de Cima. Era um motor "rabeta" (ou "peque-peque"), no qual viajava o Matís Binan e um dos filhos de Manoel Procópio, 'Nêgo', que tinham sido enviados por Sebastião, que permanecia no Waiká atracado, para nos buscar.

No dia seguinte, após terminarmos o censo dos Marúbo do rio Novo, rumamos para o Waiká, alcançando-o no final da manhã do dia 13.04. Constatando que ali ainda se encontravam somente Sebastião e Francisco dos Santos, e sem outras notícias dos demais, iniciamos a descida para Atalaia do Norte, onde aportamos no dia 14.04, uma sexta-feira santa. Ali soubemos que Jânio e Edson tinham retornado à Manaus, mas verificamos, em compensação, a chegada do novo técnico indicado pelo INCRA, Oberdam dos Santos Torres. A ADR estava sob intervenção, tendo sido afastado o Administrador e assumido temporariamente em seu lugar um assessor da Presidência da FUNAI.

Aproveitando a presença do técnico do INCRA, o Coordenador e Francisco de Almeida subiram com ele novamente no dia 15.04, de voadeira, até a casa de Manoel Procópio, no médio Ituí. No dia seguinte, realizamos o levantamento fundiário daquele rio desde o Coari até



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Proc. nº	1074/80
Fls.	1419
Rubrica	

próximo ao rio Novo de Cima, chegando no meio da tarde na casa do regional conhecido como 'Bayá', último ocupante não índio antes das malocas Marúbo. No dia 17.04, iniciamos o retorno à Atalaia do Norte, chegando ali pela noite.

Na cidade, constatamos que, dada a dificuldade em conseguir vagas nos vãos para Tabatinga, os substitutos de Jânio e Edson, Idelfonso de Souza Cavalcante e Ernando dos Santos Dias, respectivamente, ainda não haviam chegado de Manaus. Assim, no dia 19.04, os componentes presentes da equipe deixaram Atalaia do Norte em direção à aldeia Lameirão, permanecendo Francisco de Almeida no aguardo para conduzir os novos técnicos àquela aldeia tão logo chegassem. Acompanharam-nos no Waiká alguns índios que tinham recebido alta da Casa do Índio, originários das aldeias Lameirão, Irari e São Luiz. Realizamos o levantamento etnológico do Lameirão até 26.04, visitando no interlúdio dos dias 23 e 24.04 os Kulína (Pano) que residem na localidade chamada Campina, na margem direita do baixo Javari. Os Mayorúna do Lameirão, no período que passamos entre eles, sofriam todo o peso da epidemia de hepatite e malária, cuja letalidade pudemos constatar.

Com a chegada de Idelfonso e Ernando, conduzidos de voadeira ao Lameirão, retomamos a subida do rio Javari, chegando ao igarapé Irari no dia 27.04. A aldeia kanamarí localizada pouco acima da foz deste igarapé estava praticamente deserta, pois a maior parte dos homens encontrava-se caçando no alto Irari para, entre outras coisas, fornecer carne às turmas do madeireiro José Pires. Ignorando quando retornariam, decidimos prosseguir viagem, ficando o levantamento dessa aldeia para ser feito no retorno. Enquanto o Waiká subia o Javari, realizamos com a voadeira o levantamento fundiário dos ocupantes do lago do Caxias e do lago do Tambaqui, aonde também encontramos algumas famílias Kanamarí, Kulína (Arawá) e "Maricáua". Novamente reunidos, alcançamos a aldeia São Luiz no início da manhã do dia 28.04. No dia seguinte, deixamos essa aldeia, adentrando o rio Curuçá e realizando o censo dos Kanamarí que se encontravam na foz do igarapé do Maia.

Seguimos realizando o levantamento fundiário dos não índios do Curuçá, chegando no final da tarde do dia 01.05 na foz do rio Pardo. No dia seguinte, entramos com a voadeira por este rio até pouco abaixo de sua confluência com o Negro, onde se achavam alguns ocupantes não índios e uma família formada por mulher Kanamarí casada com um regional e seus filhos. Retornando ao Curuçá, passamos por quatro casas dos Kulína (Pano), aparentemente vazias, situadas próximo à foz do igarapé Bela Vista, encontrando adiante, na foz do igarapé de Todos os Santos, um casal formado por mulher Kulína (Pano) e um regional. Chegando ao final da tarde do dia 02.05 na foz do igarapé São Salvador, por ele penetraram com a voadeira o Coordenador e Francisco de Almeida em busca da maloca formada por índios Marúbo e Kulína (Pano) no seu baixo curso, realizando ali o levantamento etnológico.

No dia 03.05, aportamos junto às malocas Marúbo do PIN Curuçá. Tendo a maior parte dos homens se ausentado, decidimos realizar o levantamento dessa aldeia no retorno da viagem às malocas do alto rio. Pouco depois de deixarmos o posto, contudo, houve uma pane no motor de partida do Waiká. Comunicamos o fato pelo rádio de bordo à ADR/ATN, rebocando em seguida com a voadeira o motor até o porto do PIN Curuçá. Na manhã do dia seguinte, 04.05, seguiram com a voadeira o Coordenador, o técnico Idelfonso e o auxiliar Francisco de Almeida em busca de auxílio por parte de um barco pesqueiro de Benjamin Constant que se encontrava a montante do Posto Indígena. Encontrando-o pouco abaixo da foz do Arrojo - onde também estavam alguns Marúbo do PIN, embarcados no motor "Iuraná", do CIVAJA -, combinamos com o responsável pelo mesmo o reboque da embarcação da FUNAI até, pelo menos, a foz do Curuçá.



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Proc. n°	1074/90
11	1420
12	12

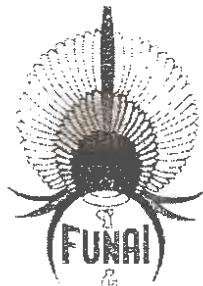
Deste modo, seguiram os mencionados membros da equipe técnica rio acima, chegando ao final da tarde nas malocas Marúbo do alto rio Curuçá, junto ao PIN Maronal, onde permaneceram até 06.05 realizando o levantamento etnológico. Naquele dia, o Coordenador do GT e o técnico Idelfonso, acompanhados pelo Marúbo Cláudio, iniciaram a variação por terra em direção às malocas indígenas do alto rio Ituí. No início da tarde do dia 08.05, chegamos a algumas casas ocupadas por famílias Marúbo que tiravam madeira em um afluente do alto Ituí. Aí pernoitamos, seguindo no dia seguinte de canoa até as malocas mais próximas naquele rio, e alcançando a sede da missão Vida Nova no dia 10.05.

No dia 11.05, embarcados em um motor "rabetá" cedido pelos Marúbo, e acompanhados por dois rapazes deste grupo, dirigimo-nos ao alto rio Paraguaçu, onde realizamos, já no dia 12.05, o levantamento fundiário dos ocupantes não índios ali residentes. No dia seguinte, chegamos novamente à Vida Nova, permanecendo entre os Marúbo do Ituí até 15.05, quando retornamos ao PIN Maronal embarcados em um avião monomotor da organização para-missionária Asas do Socorro. No dia 16.05, seguimos juntamente com Francisco de Almeida em direção ao posto do médio Curuçá, tomando então ciência de que o Waiká ali havia permanecido até 09.05, tendo sido naquele dia e no seguinte rebocado pelo pesqueiro de Benjamin Constant até a boca do igarapé do Maia, onde haviam encontrado com funcionários da ADR/ATN que traziam um novo motor de arranque para o barco da equipe.

No dia 17.05, completamos o censo dos Marúbo do médio Curuçá e seguimos novamente até a casa dos ocupantes não índios situadas no interior do rio Pardo. Era nossa intenção chegar aos Mayorúna que, pelas informações que possuíamos, tinham construído novas casas no igarapé Anta, afluente do rio Negro. Fomos, no entanto, dissuadidos pelas notícias de muitos paus e balseiros que teríamos que atravessar para alcançá-los pela boca do Negro. Retomamos, assim, a descida do Curuçá, pernoitando na casa de um regional na boca do igarapé Flecheira, onde os demais membros da equipe tinham deixado combustível para o retorno da voadeira. Alcançamos o Waiká, já na confluência do Curuçá com o Javari, no meio do dia 18.05, prosseguindo ainda durante a tarde até o pelotão do Exército de Estirão do Equador.

Dada a inexistência de ocupantes não índios dentro dos limites da terra indígena na região do alto rio Javari, e tendo em vista o atraso nos trabalhos da equipe ocasionado pela pane no motor do Waiká, consideramos recomendável destacar os técnicos do INCRA e da SEPROR/IMA para iniciarem o levantamento cartorial nas cidades de Atalaia do Norte e Benjamin Constant. Assim, quando deixamos Estirão do Equador no dia 19.05, após a conferência dos documentos do barco da FUNAI pelos soldados da guarnição, os técnicos citados aí ficaram aguardando deslocamento para dar o mais breve início ao levantamento nos cartórios daquelas comarcas. No dia 21.05, o restante da equipe chegou ao pelotão de Palmeiras do Javari, onde após a realização dos exames de praxe, constatou o Coordenador haver contraído malária *vivax*, recebendo a medicação correspondente no ambulatório da guarnição militar.

Na manhã do dia 22.05, entrando pelo rio Jaquirana, visitamos de passagem a aldeia do Mayorúna Cashishpi, situada na margem esquerda daquele rio, para logo alcançar, no final da manhã, a aldeia Trinta e Um. No censo que realizamos desta última aldeia, verificamos surpresas que os Mayorúna que julgávamos estar no rio Negro tinham se juntado novamente a seus parentes da Trinta e Um. No início do dia 24.05, seguimos em direção ao PIN Lobo, situado no baixo curso do igarapé de mesmo nome, de onde saímos no dia 26.05. No retorno, já no Javari, visitamos algumas famílias Mayorúna originárias da Trinta e Um que residiam há três anos no local denominado Cruzeirinho, situado uma volta acima da guarnição de Palmeiras, na margem direita do



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Processo	1074780
Fls.	1421
Relat.	<i>[assinatura]</i>

rio. No dia 28.05, aportamos pela manhã na aldeia Kanamarí do Irari, quando pudemos enfim realizar o censo planejado. Na noite do dia seguinte, finalmente chegamos novamente à cidade de Atalaia do Norte.

Completando o censo da população Kulína (Arawá) e Marúbo que reside naquela cidade - formada basicamente pelas famílias dos funcionários índios da ADR -, seguimos no dia 31.05 para Benjamin Constant, onde encontramos os técnicos do INCRA e da SEPROR que, desde o dia 25 daquele mês, vinham realizando o levantamento de títulos no cartório daquela cidade. No dia 01.06, novamente completa, a equipe iniciou a viagem pelo rio Solimões em direção à cidade de São Paulo de Olivença.

O objetivo era, na verdade, o rio Jandiatuba, em cuja foz no Solimões se localiza aquela cidade; porém, as informações colhidas desde nossa chegada àquela localidade, no dia 03.06, indicaram com unanimidade a inexistência de ocupantes não índios na parte do Jandiatuba situada no interior da terra indígena. Desse modo, limitamo-nos à obtenção de notícias recentes sobre as sociedades indígenas isoladas do rio Jandiatuba, bem como procedemos o levantamento de títulos no cartório local. Em virtude de compromissos de foro pessoal, deixou o Coordenador do GT o restante da equipe em São Paulo de Olivença, onde se ultimava o levantamento cartorário, para dirigir-se no dia 05.06, acompanhado por Francisco de Almeida, à cidade de Benjamin Constant, seguindo no dia seguinte para Tabatinga, onde tomou o avião de retorno à Manaus e daí, no dia 07.06, à Brasília.

Sob orientação do membro da equipe e Chefe da DFU/ADR Manaus, o restante do GT retornou ainda posteriormente à Atalaia do Norte e Benjamin Constant, tendo em vista a necessidade de conclusão do levantamento de títulos nos cartórios daquelas cidades. Terminado este, deslocaram-se os técnicos aos seus locais de origem, encerrando assim a primeira grande etapa dos trabalhos de levantamento para a re-identificação e delimitação da terra indígena Vale do Javari.

A segunda grande etapa dos trabalhos de levantamento, realizada já sob a determinação da Portaria 158/96, teve início no dia 22.04.96, com o deslocamento do Coordenador à ADR Manaus. Reunindo-se ali com os demais membros da equipe, seguiu o GT no mesmo dia para a cidade de Tefé. Além de Sebastião e Idelfonso, que haviam participado da primeira etapa do levantamento, o novo GT foi composto pelo engenheiro florestal Ricardo Luiz da Silva Costa, da ADR Belém, e Francisco de Assis Trindade Martins, engenheiro agrônomo do IFAM, de Manaus. Após os trâmites para o frete da embarcação da equipe, saímos de Tefé em 25.04, chegando no dia seguinte à cidade de Fonte Boa, onde se procedeu o levantamento nos livros de registro do cartório local. Deixamos Fonte Boa na tarde do dia 28.04, chegando pelo meio da noite na cidade de Jutai. No dia seguinte, aproveitamos para verificar a necessidade de levantamento no cartório da cidade e tomar informações sobre a navegabilidade do rio Jutai.

No dia 30.04, acompanhados por um Kanamarí da aldeia Queimado que encontramos na cidade, demos início à subida do rio Jutai, navegando durante todo o dia e parte da noite até as proximidades da foz do igarapé Batedor. Em razão do *boom* garimpeiro que literalmente tomara de assalto o curso do Jutai, penetramos no dia 01.05 com a voadeira pelo rio Biá até a primeira aldeia dos Katukína naquele afluente do Jutai, conversando com os índios sobre a situação fundiária de sua área. No retorno ao Jutai, contudo, esgotamos a gasolina da voadeira antes de conseguirmos alcançar o motor "Souza Júnior", que continuara a conduzir lentamente rio acima o restante da equipe. Com a aproximação da noite, e percebendo que não os alcançaríamos, o motor deu meia-volta para vir ao nosso encontro. Descendo o rio, entretanto, escutaram os membros da tripulação uma voz chamando da margem. Encostando o barco, descobriram um homem Kulína



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Proc. nº	1074/80
Fls.	1922
Rubrica	

(Arawá) com um casal de filhos menores. Vinham eles do Juruá, viajando durante dez dias, e, tendo deixado a canoa com motor rabeta encostada à margem do rio para tirar açai, não a encontraram na volta, imaginando que tivesse sido roubada. Embarcaram-nos no motor e seguiram descendo, encontrando pouco depois aqueles que tinham ficado "de bubúia" na voadeira. Justamente, porém, quando havíamos conseguido embarcar no motor de centro, este sofreu uma pane. Em função da noite que caía, rebocamos o motor até a margem do rio, procurando auxílio, quando o dia amanheceu, junto às dragas que garimpavam pouco abaixo da foz do rio Biá. No dia 03.05, descobrindo que o defeito tinha ocorrido provavelmente na bomba injetora do barco e dada a impossibilidade de saná-lo no local, o Coordenador e o Agrimensor do GT, acompanhados pelo motorista fluvial do barco fretado, desceram com a voadeira até a cidade de Jutai, aonde comunicaram o fato ao PIN Tefé e à ADR/MAO, solicitando a substituição da peça defeituosa. Em razão da eventualidade, realizamos pesquisas nos arquivos da OPAM naquela cidade.

No dia 06.05, enquanto aguardávamos a nova bomba injetora, o barco da equipe chegou à cidade, rebocado pelo motor de um regatão que percorria os garimpos do médio rio Jutai. Três dias depois, recebemos a peça de reposição através do barco de recreio da linha Tefé-Tabatinga, e após a liberação dada pela Capitania dos Portos, reiniciamos no dia 10.05 a subida das escuras águas do Jutai. Na manhã do dia 11.05, aportamos junto às casas dos Kulína (Arawá) situadas pouco abaixo da foz do igarapé Batedor, aonde havíamos deixado o Kanamarí que nos acompanhava. Aproveitamos para tomar informações sobre demografia e movimentação das famílias Kulína que haviam, em virtude de um grave conflito interno, se mudado do alto para o médio Jutai.

Seguimos subindo o rio até alcançar, no dia 15.05, a foz do rio Curuena. Ali deixamos ancorado o motor, penetrando com a voadeira por aquele afluente do Jutai para realizar o levantamento fundiário dos dois únicos moradores atuais daquele rio nos limites da área do Vale do Javari. Retomando a subida do Jutai em 16.05, visitamos na manhã do dia seguinte alguns Kulína (Arawá) e Kanamarí que residiam no igarapé do Cachorro, encontrando à tarde a única casa Kulína que restava nas proximidades do igarapé São Francisco. Na manhã do dia 18.05, chegamos afinal ao nosso destino, a aldeia Queimado, tendo o Kanamarí que trazíamos protagonizado uma cena antológica, anunciando a chegada do barco da FUNAI através de um funil inusitadamente transformado em megafone.

Permanecemos entre os Kanamarí do alto Jutai até o dia 20.05, quando deixamos a aldeia Queimado para iniciar a subida do rio Juruazinho, principal afluente do Jutai naquelas alturas. Logo após nossa saída, no entanto, partiu-se a correia da bomba d'água do motor, ao que improvisamos emergencialmente sua substituição por uma corda de sisal. Visto a difícil situação em que nos encontrávamos, agravada pelas provisões que escasseavam e pela insuficiência de combustível, reunimo-nos a equipe do GT e a tripulação do barco fretado para decidir conjuntamente o rumo a tomar. Resolvemos continuar a subida do Juruazinho até a casa do morador não índio mais próxima, que encontramos após pouco mais de uma hora de navegação. Ali, providencialmente conseguimos emprestada uma canoa com motor "rabeta" para a continuidade de nossa viagem. No dia 21.05, despedimo-nos da tripulação que nos acompanhava, formada pelo piloto, Clodoaldo Cavalcante da Silva, pelo motorista fluvial, Raimundo Coelho dos Santos, e pelo auxiliar Sebastião Souza de Lima ('Loro'), que iniciaram a previsivelmente difícil descida em direção à foz do Jutai. De nossa parte, seguimos Juruazinho acima realizando o levantamento fundiário com a canoa emprestada. Pela tarde do dia 23.05, nas proximidades já da colocação Mulateiro, o rabeta acelerou bruscamente, perdendo o eixo e a palheta nas águas do rio. Remando,



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Proc. n°	1074/80
Fls.	1423
Rubrica	

retornamos à casa do último ocupante não índio na qual havíamos preenchido o LVA, onde pernoitamos. Ali, conseguimos, acedendo à algumas exigências do proprietário, outro motor rabeta emprestado, com o qual concluímos os trabalhos de levantamento fundiário.

Na manhã do dia 25.05, a equipe iniciou a varação por terra do alto rio Juruazinho em direção à cidade de Eirunepé, às margens do rio Juruá. Ali chegamos, uns pela noite daquele dia e outros na manhã do dia 26, deslocando-nos no dia 27 para Manaus. No dia 28.05, seguiu o coordenador do GT para Brasília, concluindo-se, assim, os levantamentos requeridos para a atualização de dados e revisão da identificação e delimitação da terra indígena Vale do Javari.

I.3. PANORAMA ETNO-HISTÓRICO

I.3.1. Horizonte Lingüístico, Arqueológico e Proto-Histórico

A zona situada entre o vale dos rios Juruá e Purus, a leste, e o colossal Ucayali, a oeste, é dominada por três grandes afluentes do alto Amazonas, que lhe entram sucessivamente pela banda do sul: o Javari, o Jandiatuba e o Jutai. A região delimitada pela bacia hidrográfica destes três rios pode ser compreendida como uma "área cultural", isto é, uma área habitada por povos indígenas que podem ser tomados como uma unidade compreensiva do ponto de vista histórico e antropológico. Do ponto de vista histórico-geográfico, esses rios se destacam por terem sido tardiamente explorados e conhecidos, e ainda hoje quase que somente freqüentados pelos não índios das margens do Solimões. Do ponto de vista etnológico, formam um território habitado por duas ou três famílias de povos semelhantes entre si lingüística e culturalmente, sobre os quais, entretanto, ainda hoje se dispõe de pouquíssima informação.

No "*Mapa Etno-Histórico de Curt Nimuendaju*"³, a região do Vale do Javari é ocupada por sociedades indígenas de língua Pano, Katukína e "Aruák" (na verdade, Arawá). Além dessas famílias lingüísticas, há somente, na margem direita do baixo Javari, uma intrusão Tikúna e, nas margens do Solimões, a presença dos Omágua e Kokáma, de língua Tupi.

O centro da bacia do Javari é ocupado por diversas referências a povos de língua Pano. Merecem destaque as seis indicações sobre os chamados Mayorúna, que são localizados na maior parte da margem esquerda do Javari, ao longo de todo o médio curso do Curuçá, no alto Itaquai e no alto Jandiatuba. Há uma grande indicação aos Mayorúna nas terras do interior ao longo da margem meridional do Amazonas situadas entre a foz do Javari e a do Ucayali, bem como na região central entre o alto Javari e o baixo Ucayali.

Também de língua Pano, são mencionados no alto Javari/Jaquirana, os Marúbo, os Katukína e, já nas águas do Ipixuna, os Remo. Além dessa região, os Marúbo são citados também entre a indicação aos Mayorúna e as proximidades da cidade de Cochiquinas, à margem direita do

³ IBGE, 1987.



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Proc. n.º 1074/80
Fls. 1424
Rubrica [assinatura]

Amazonas peruano. Os Katukína (Pano), por sua vez, também são mencionados na margem esquerda do Juruá, entre os rios Gregório e Liberdade. Finalmente, na margem meridional do Amazonas, a partir da foz do Javari, em direção ao Jandiatuba e baixo Jutai, encontram-se duas indicações aos Kulíno, também de língua Pano.

Os povos de língua Katukína são representados nas imediações do vale do Javari em pelo menos três províncias distintas: a primeira, situada entre o médio Jandiatuba e o baixo Jutai, reúne os Pidá-Dyapa, os Kutía-Dyapa e os Katukína propriamente falando; a segunda está situada entre o alto rio Jutai e a margem esquerda do Juruá, reunindo os Wadyo-Paraní-Dyapa, Ben-Dyapa, Kadekili-Dyapa, Amena-Dy e Kadyu-Dy; a terceira, por fim, está situada entre as cabeceiras do Itaquai e a margem austral do Juruá, reunindo os Tukun-Dyapa, Hon-Dy e Maro-Dy. Os Kanamarí são localizados apenas na margem esquerda do Juruá, no trecho entre os rios Tarauacá e Chirua.

De língua Aruák, há uma extensa indicação aos Waraikú que, saindo da região próxima à confluência dos rios Javari e Curuçá e passando imediatamente ao sul da confluência entre os rios Itui e Itaquai, segue pelo médio Jandiatuba e vem dar no baixo Jutai (sobrepondo-se ali à indicação dos povos Katukína). Além dessa grande indicação aos Waraikú, os povos de língua Aruák fazem-se representar apenas por uma pequena referência aos Kuníba, entre o alto Jutai e os povos Katukína.

De todo esse conjunto de grupos indígenas, o *Mapa Etno-Histórico* de Nimuendaju registra como "sedes atuais" de "povos existentes" no vale da margem direita do Javari apenas as indicações referentes aos Marúbo, Katukína e Remo, povos de língua Pano, no alto Jaquirana, e as referentes aos povos de língua Katukína, ao longo do Jutai. As referências aos Mayorúna, Waraikú e Kulíno (Pano) nas proximidades das margens do Amazonas/Solimões trazem datas que indicam serem correspondentes ao século XVII, sendo os dois últimos grupos, inclusive, dados como extintos. Apesar da abundância de referências aos Mayorúna, a única "sede atual" conhecida desse povo está localizada na região central entre o Javari e o baixo Ucayali. Singularmente, excetuados os casos já mencionados no alto Jaquirana, todo o centro do vale do Javari no mapa de Nimuendaju é ocupado por povos considerados extintos ou de localização atual desconhecida, o que reflete bem a pobreza de informações etnológicas sobre aquela área à época de sua elaboração, em 1944. Como um todo, no entanto, fica patente a presença significativa dos povos das famílias lingüísticas Pano, Katukína e Arawá, que de fato predominam naquela região⁴.

Como se sabe, a distribuição de um grupo de línguas aparentadas num território circunscrito pode informar sobre possíveis migrações realizadas no passado pelos povos que as falavam. De fato, os estudos arqueológicos sobre o desenvolvimento cultural no alto Amazonas realizados por Lathrap (1975) indicam a presença de uma seqüência de tradições cerâmicas que podem ser relacionadas a sucessivas vagas migratórias dos grupos que povoaram aquela região. Na bacia do rio Ucayali, as tradições cerâmicas mais antigas encontradas foram chamadas Tutishcainyo Inferior (2.000 a 1.600 a.C.) e Tutishcainyo Superior (1.200 a 1.000 a.C.). A influência da cultura andina Chavín modificou o estilo Tutishcainyo, dando posterior origem no Ucayali às tradições denominadas Shakimu Inferior (650 a.C. +/- 200) e Shakimu Superior. Por volta de 200 a.C., essas tradições cerâmicas foram suplantadas por uma onda migratória proveniente do Amazonas central, portadora da tradição Hupa-iyá, à qual pertenciam os prováveis antepassados dos Kampa e outros

⁴ Para uma análise pioneira das informações contidas no *Mapa Etno-Histórico* de Curt Nimuendaju sobre o Vale



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Proc. n°	1074/86
Fig.	1425
Sub.	Q

grupos de língua Aruák na região⁵. Os Hupa-iyá, por sua vez, foram deslocados das margens do Ucayali central pelos portadores do estilo cerâmico chamado Yarinacocha (90 d.C. +/- 110), substituído por volta de 300 d.C. pela tradição Pacacocha. A essa tradição, que dominou o Ucayali por mil anos, pertenciam os antepassados dos povos de língua Pano. O desenvolvimento da tradição cerâmica Pacacocha assumiu ao longo do tempo quatro diferentes "complexos", denominados Pacacocha (propriamente dito), Cashibocaño, Nueva Esperanza e Cumancaya. O complexo Cumancaya, da tradição Pacacocha, foi seguido pelo aparecimento da cerâmica de estilo Caimito (com duas datações: 1.320 d.C. +/- 60 e 1.375 +/- 105), à qual pertenciam os antepassados dos Kokáma e Omágua, de língua Tupi, que invadiram e dominaram todo o curso do baixo Ucayali pouco antes do início da conquista⁶.

Portanto, se tomarmos os dados arqueológicos relativos ao Ucayali como referência, podemos dizer que os antepassados dos povos Pano surgem na região por volta de 300 d.C., vindos provavelmente do sul ou sudoeste.

"Pode-se razoavelmente postular que os antigos Pano migraram em massa em direção ao Ucayali por volta de 100-300 A.D., aparentemente provenientes do norte da Amazônia boliviana (região do Beni e Guaporé). Produziam a cerâmica do estilo chamado 'pacacocha', ornamentada com motivos zoomorfos e caracterizada pela simplicidade de suas formas. De resto, 'viviam em malocas. Enterravam seus mortos em urnas dentro da casa em que os sobreviventes continuavam vivendo. Foram encontrados fusos indicadores de uma indústria têxtil, e [prováveis indícios] de preparação de yuca amarga. Uma análise dos ossos indica que o milho era a base de sua dieta'"⁷.

Por volta de 1.300 d.C, a invasão de povos Tupi provida do médio Amazonas deve ter provocado uma maior interiorização dos grupos Pano setentrionais. Na verdade, como bem observou Lathrap, o eixo central de distribuição dos Pano não é ribeirinho, mas estende-se pelas nascentes próximas de vários rios principais como o Madre de Diós, o Purus, o Juruá e o Ucayali. Isso denota um traço característico da expansão dos povos dessa família lingüística, que parecem ter seguido preferencialmente não pelo curso dos rios, mas pelas terras altas do interflúvio⁸.

Ao tempo da conquista, toda a várzea do Amazonas próxima à foz do Javari era dominada por povos mais tarde identificados como Omágua, que falavam uma língua do tronco

⁵ A proveniência dos Aruak da várzea amazônica tem sido questionada por outros pesquisadores. De acordo com Urban (1992:96), as línguas da família Maipure (um dos ramos do Arawak) não teriam se originado "em terras baixas ao longo do curso principal do Amazonas, como sugere Lathrap. Seu ponto de dispersão, há talvez 3 mil anos ou mais, foi provavelmente uma área periférica de cabeceiras". Esses grupos, diz ele, parecem ter "migrado pela periferia da bacia amazônica, tanto pelo norte como pelo sul, a partir da área peruana, estabelecendo-se apenas mais tarde em regiões de terras baixas" (*Ibidem*).

⁶ Cf. também Myers, 1976.

⁷ Erikson, 1992:239 -244.

⁸ Cf. Lathrap (1975:86). Segundo Urban (*Op. cit.*:97), "a família Pano está relacionada à família Takana da Bolívia, o que confirma a origem dessas famílias no canto sudoeste da bacia amazônica. Pode-se supor profundidades cronológicas para ambas as famílias por volta de 2 a 3 mil anos, tendo a língua ancestral de ambas (proto-Pano-Takana) uma idade de vários milhares de anos (...). A área de origem dos falantes de proto-Pano-Takana se encontra provavelmente entre as cabeceiras dos rios Madre de Diós e Ucayali, uma área com altitudes entre 200 e 1000 m".



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Proc. nº	1074/80
Fis.	1426
Rubrica	

Tupi. Os cronistas das primeiras expedições a percorrer inteiramente o curso do Amazonas, entre 1541-61, denominaram *Aparia* ou *Carari* a grande província que ali encontraram, que se estendia por mais de seiscentos quilômetros ao longo do Amazonas, desde o baixo Napo até a região de São Paulo de Olivença, entre o Javari e o Içá. À leste dessa primeira província, as fontes quinhentistas fazem referência ainda, na região do alto Amazonas, àquelas que denominam Aricana e Arimocoa, para além das quais iniciava-se a também bastante populosa província de Machiparo, situada entre a foz dos rios Tefé e Coari. A jusante de Machiparo, principiava a província dominada pelos Oníguayal, que se estendia até quase o Purus⁹.

No século seguinte, os Omágua espalhavam-se ao longo de setecentos quilômetros pelas ilhas e margens do Amazonas, desde a mediação entre os rios Juruá e Jutáí até acima da foz do Javari. A leste dos Omágua, as fontes seiscentistas indicam a presença dos Aisuari, prováveis descendentes dos Machiparo, e logo dos Yoriman, Yurimágua ou Solimões, belicosos habitantes da região entre os rios Coari e Purus. O panorama étnico da várzea amazônica, porém, começava a ser modificado, sendo sintomático que o cronista de uma viagem realizada em 1639 mencione o fato de encontrarem aldeias abandonadas, "que com notícias falsas de que vínhamos destruindo, matando e cativando, quase todos estavam retirados às matas"¹⁰.

I.3.2. Os Mayoruna no Alto Amazonas

As informações sobre os índios que habitavam o interior do vale do Javari e suas imediações são praticamente nulas durante os séculos XVII, XVIII e XIX. As notícias que nos chegaram sobre a ocupação indígena desse território nessa época provém basicamente das fontes que narram o estabelecimento de aldeamentos missionários ao longo da calha do Amazonas. Em conjunto com os diversos povos que ali passaram a ser missionados, especialmente os Omágua, começam a ser mencionados também outros que tinham seu assento de origem nas terras do interior ao sul do Amazonas, em particular os Mayorúna, Kulína e Waraikú (citados por Nimuendaju em seu mapa etno-histórico, cf. *supra*:14). Posteriormente, parte desses grupos, principalmente os chamados Mayorúna, passaram a ser atraídos e incorporados às missões estabelecidas no Amazonas.

"Mayorúna" foi uma denominação aplicada a diferentes grupos, contatados em épocas diversas e provenientes de regiões às vezes muito distantes entre si. Segundo Montagner Melatti & Melatti, "termos como Mayoruna talvez não correspondam a um grupo que se considere a si próprio como uma unidade, mas a um conjunto de grupos, talvez de aparência externa semelhante"¹¹. Para nós, importa reter que Mayorúna foi uma denominação genérica de povos indígenas provenientes do vale de ambas as margens do Javari, de afluentes do Amazonas ou do Ucayali, falantes provavelmente de línguas da família Pano, que foram incorporados pelos missionários ao longo do tempo às missões habitadas pelos Omágua e outros grupos.

Deste modo, "Mayorúna" deve ser entendido como um termo analiticamente equivalente ao nosso conceito de "povos Pano setentrionais", permitindo assim que as informações

⁹ Cf. Porro, 1992b:181-5.

¹⁰ Acuña, 1986:77.

¹¹ 1975:14.



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Protocolo 7074/80
15. 1427
(A)

historiográficas sobre eles sejam tomadas como referência para iluminar a situação de contato dos povos Panó do Javari em geral. Em relação a isso, o Pe. Chantre y Herrera fornece uma informação preciosa, pois deixa perceber que, embora os missionários tomassem os Mayorúna como uma unidade ("nação"), haveria uma certa diversidade entre os muitos subgrupos ("tribos", "famílias", ou, mais comumente, "parcialidades") que a compunham. "Era próprio da nação Mayoruna", diz ele, "o distinguir-se os de uma tribo ou família das outras por uns riscos ou sinais particulares que adotavam ou tinham como hereditários"¹².

A atuação missionária no alto Amazonas teve início através do frei franciscano Laureano de la Cruz, que em 1647 sai de Quito com outros companheiros para a missão entre os Omágua. Nos três anos que se seguiram, fundaram eles diversos aldeamentos, entre os quais contavam-se o da ilha de Piramota (situada entre as atuais cidades de Caballococha, no Peru, e Loreto, na Colômbia), Sacayey (próximo à foz do rio Cayaru), Mayti (na grande ilha Aramaçá, situada entre Tabatinga e a foz do Javari), e Caraute (situado cerca de 20 km abaixo da foz do Javari). Em 1648, a peste de varíola já havia atingido aquela parte do Amazonas, noticiando os missionários a perda de um terço da população da aldeia Omágua de Caraute, por exemplo¹³.

Em outubro de 1650, tendo em vista o abandono a que tinham sido lançados, os missionários franciscanos deixam os Omágua, descendo o Amazonas em uma canoa. Ao saírem das missões, comenta o frei Laureano, e "passada já a metade dessa província, que está entre outras que povoam a terra firme, quais são, na banda do Sul, os Mayuzuna e Guarayco, e na do Norte os Jaunas, chegamos onde desemboca o rio Putumayo"¹⁴. Portanto, depreende-se que em meados do século XVII os Mayorúna e Waraikú habitavam o território imediatamente ao sul dos Omágua.

As missões no alto Amazonas ficaram abandonadas até 1686, quando é designado o jesuíta alemão Samuel Fritz para missionar entre os Omágua. Em três anos de trabalho missionário o Pe. Fritz formou mais de quarenta povoações indígenas, localizadas na calha do Amazonas entre a foz do rio Napo, a Oeste, até quase a boca do rio Japurá, a Leste. Em fins de 1688, o missionário havia conseguido reunir uma grande quantidade de índios nessas missões, especialmente Omágua, Yurimágua, Aisuari e Ibanoma. Outras nações, como Peva, Guareicu, Caivisana, Ticuna e Cuchivara, haviam começado a entrar em contato com os missionários, mas não tinham ainda se juntado às reduções.

Em 1693, o Pe. Fritz começa a transferência das reduções formadas nas ilhas para as margens do Amazonas, e logo para a região a montante do rio. Procurava assim, talvez, escapar do raio de ação das "tropas de resgate" portuguesas, que dois anos depois subiriam até acima da boca do Jutai "para comerciar e resgatar cativos". Em uma carta ao visitador, Pe. Diego Altamirano, o Pe. Fritz afirma que "os Omágua de Yoaivaté passaram à terra dos Mayorúna; os de Ameiuaté à terra dos Curina, fundando duas novas aldeias sob a invocação, uma de Nuestra Señora de Guadalupe, e a outra de San Pablo"¹⁵. Yoaivaté ficava numa ilha fronteira à foz do rio Cayaru, um pouco acima da foz do rio Javari, enquanto Ameiuaté ficava na ilha de Arariá. Na ilha de Aramaçá, nas imediações da foz do Javari, localizava-se a aldeia Omágua de Quematé. San Pablo foi fundada três léguas abaixo da foz do rio Javari, e seria o primeiro sítio ocupado por São Paulo dos Cambevas, depois vila de Olivença. A redução N.S. de Guadalupe, cujo sítio foi transferido diversas vezes, deu origem depois à cidade de Fonte Boa. Os "Curina" mencionados por Fritz são

¹² Chantre y Herrera in Porro, 1992b:205.

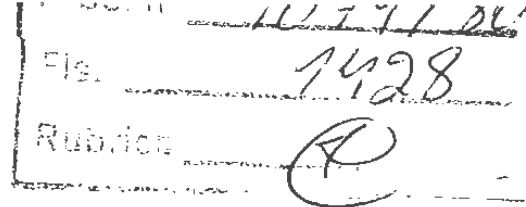
¹³ Cf. Porro, 1992a:154.

¹⁴ Cruz in Porro, *idem*:142.

¹⁵ Porro, *idem*:191.



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA



possivelmente os mesmos "Kulíno" que Nimuendaju registra em seu mapa como povo de língua Pano.

Objetivando alargar o domínio português no Amazonas, uma Carta Régia de 1708 ordenava a expulsão dos missionários espanhóis do alto Solimões. Como consequência, parte das missões formadas pelo Pe. Fritz foram ocupadas por religiosos carmelitas em 1709-10, que apossaram-se das reduções de São Paulo, N.S. de Guadalupe, S. Cristovão e S. Mathias. O avanço português provocou o deslocamento dos aldeamentos jesuíticos para o Ocidente, inclusive da redução San Joaquín de Omaguas, sede do vice-superior das missões de Maynas. Estabelecida em 1686 pelo Pe. Fritz nas proximidades da atual cidade peruana de Pebas, foi a redução de San Joaquín transferida em 1710 para um sítio próximo à boca do Ucayali, e logo, em 1726, para a atual localização da cidade de Omaguas. O Pe. Juan Bautista Julián, Superior de Maynas desde 1729, informava, provavelmente em 1732, que San Joaquín teria 360 habitantes, dos quais 200 seriam Omágua e os 160 restantes Yurimágua, Mayorúna, Caumares e Yameo. Em 1737, quando chega nesta redução o Pe. Zárate, os Mayorúna eram uma das quatro principais nações que a compunham, juntamente com os Omágua, Yurimágua e Yameo. Acrescidos de poucos membros ou famílias pertencentes a outros dez grupos, formavam uma população de 522 pessoas¹⁶.

Parte dos Mayorúna de San Joaquín tinha sido trazida pelos missionários, provavelmente, do rio Tabayay (hoje Tahuayo), quase fronteiro àquela redução. Em 1736, ali haviam começado a se reduzir algumas famílias Mayorúna, que no ano seguinte, no entanto, debandaram para as cabeceiras do rio Manite. Aproveitando as roças de banana, mandioca e milho plantadas no Tabayay pelos Omágua de San Joaquín, ali foram reduzidos pelos jesuítas, em 1737, cerca de 40 índios de uma outra parcialidade Mayorúna, denominada "Curugo". Em 1738, o Pe. Pablo Maroni localiza-os no rio Mutaúay (hoje Motahuayo), que seria, segundo suas informações, "o rio principal da nação Mayorúna", cujo território seguia pelo interior até o rio Javari.

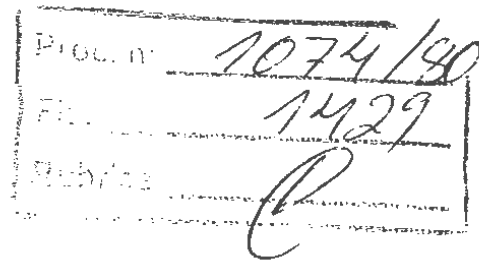
Em 1754, quando chega em San Joaquín de Omaguas o Pe. Manuel Uriarte, aquela redução possuía 600 almas, entre Omágua, Yurimágua, Masamae, Migueano, Amaono, Kokáma, Kokamilla e Mayorúna. Através dos Mayorúna que residiam em San Joaquín, conseguiram os jesuítas entrar em contato com outras parcialidades daquele grupo ainda arredias, que reuniram-se primeiramente nas margens do Amazonas e depois foram transferidas para um local meia légua abaixo de San Joaquín, onde os Omágua, a pedido dos missionários, já haviam aberto novas roças para eles. Com a chegada de novas parcialidades ao local, terminaram no início de 1757 uma pequena casa para o missionário, fundando-se ali a redução San Fernando de los Mayorunas.

No ano seguinte à benção da nova redução ou bairro de San Fernando, o governador Omágua e o capitão Mayorúna realizaram uma entrada no rio Cochiquinas, afluente do Amazonas, conseguindo trazer de lá um grupo de 43 Mayorúna, ficando outros desejosos "de embarcações, embora fosse caminho de quase duas semanas"¹⁷. Três anos depois, uma outra entrada seria realizada no rio Cochiquinas, persuadindo-se então cerca de 80 Mayorúna a se transferirem para San Fernando. No mesmo ano de 1761, uma outra parcialidade de índios Mayorúna foi reunida pelo Pe. Joaquin Hedel no interior do Cochiquinas, formando ali a redução Nuestra Señora del Carmen de Mayorunas, cujo assento seria depois transferido para a foz daquele rio no Amazonas.

¹⁶ Cf. Garcia, 1985:155; Bayle, 1948.



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA



Segundo Chaumeil, em 1760 haveria também alguns Mayorúna junto dos Pebas e Tikúna na missão San Ignacio de Loyola de Pebas y Caumares (posteriormente Pebas). Outros Mayorúna seriam encontrados, em 1766, pelo Pe. Superior Javier Veigel no rio Tapisi (Tapiche), afluente do baixo Ucayali. Eles seriam trasladados para o Amazonas (provavelmente San Joaquín ou San Fernando), deixando aquele jesuíta a recomendação para que outras parcialidades daquela nação se reunissem na boca do Tapiche. No momento da expulsão dos jesuítas (1768), a redução San Joaquín de Omaguas possuía 600 habitantes e era missionada pelo Pe. José Palme; San Fernando de Mayorunas possuía 200 habitantes e era missionada pelo mesmo Palme; Nuestra Señora del Carmen de Mayorunas possuía 100 habitantes e era missionada pelo Pe. José Bahamonde¹⁸.

Atraídos pelos jesuítas para as missões nas margens do Amazonas durante os séculos XVII e XVIII, os Mayorúna ali permaneceriam após a expulsão dos missionários, sendo encontrados no século XIX habitando uma série de povoados ao longo do grande rio¹⁹. Aparentemente, a presença daquelas parcialidades já estabelecidas no alto Amazonas facilitou a chegada e fixação de novos grupos "Mayorúna", que passam a ser encontrados no trecho entre os rios Javari e Ucayali, nas localidades de Cochiquinas, Maucallacta, Oran, Chorococho e, eventualmente, na guarnição militar de Tabatinga.

A antiga redução N.S. del Carmen de Mayorunas, formada pelo Pe. Hedel no interior do rio Cochiquinas e transferida para as margens do Amazonas pelo Pe. Uriarte, veio a ser o primeiro sítio do povoado Cochiquinas, cuja população era, em 1834-35, de 120 habitantes. Nos anos que se seguiram, aparentemente, novas parcialidades "Mayorúna" foram chegando ao Amazonas, deslocando as anteriores para montante, onde se fundou a "nova" Cochiquinas. O sítio da "velha" Cochiquinas foi ocupado por subgrupos da "tribo" Mayorúna denominados Marúbo, e seu povoado conhecido como Maucallacta.

Em meados do século XIX, "nova" Cochiquinas contava com 240 habitantes, chamados comumente "Mayorúna"; enquanto a população de Maucallacta compunha-se por cerca de 100 "Marúbo", presumidamente "índios do Javari". De todo modo, um grande número de parcialidades permanecia na floresta vizinha, frequentando de tempos em tempos os povoados à margem do Amazonas, mas sem ali se fixar. No princípio da segunda metade do século passado, a população de Cochiquinas e a das imediações foi calculada em 500 pessoas, sendo a de Maucallacta e imediações calculada em 300 pessoas. Os Mayorúna também eram encontrados nos povoados de Oran (70 pessoas em 1854) e Chorococho ("lago do macaco", com 40 pessoas), sendo o primeiro deles partilhado com os índios Orejone, habitando os dois grupos bairros separados.

O início da navegação a vapor pelo Amazonas, intensificou o contato com a população desses povoados, cujos habitantes engajaram-se na extração da salsaparrilha, da copaíba, na pesca e, logo, no corte de lenha para os vapores. O incremento das relações com não índios e o grande envolvimento na economia regional foram fatores que colaboraram, possivelmente, para o rápido desaparecimento dos "Mayorúna" que habitavam as povoações à margem do alto Amazonas.

¹⁸ Cf. Chaumeil, 1981:175. Além dessas reduções, sabe-se que o P. Adan Widman chegou a fundar, em 1744, a redução San Miguel de Mayorunas, ignorando-se contudo sua localização (cf. Velasco, 1979:427). Os poucos Mayoruna encontrados na redução franciscana de Sarayacu, no Ucayali, insinuavam "não ser difícil reduzir aos seus parentes" (Schuller, 1908:181).

¹⁹ A exceção é, justamente, o povoado de Omaguas (antiga redução San Joaquín de Omaguas), pois os Mayorúna não voltam a ser mencionados como formando qualquer parte significativa de sua população. Smyth & Lowe (1836:225) mencionam um homem e duas mulheres Mayorúna em Omaguas, considerados por eles, contudo, como "cativos" em poder de outros habitantes da localidade.

I.3.3. Os Povos do Interior

Segundo Baena, o governador Mendonça Furtado havia mandado "criar vila com o nome de São José do Javari uma das aldeias dos Tucunas situada na margem austral do Solimões mais vizinha ao rio Javari, e nela postar um Destacamento"²⁰. Erguida em 1759, a vila distava nove léguas abaixo da foz daquele rio. Posteriormente, tendo observado o alferes comandante do Destacamento que "passavam algumas canoas para cima desta Vila sem procurar o seu porto para esquivar-se do registro", mandara ele postar um "Destacamento de nove soldados e um sargento na margem do Amazonas fronteira ao Rio Javari dali distante doze horas de viagem para cima e quatro para baixo em uma paragem nominada Tabatinga". Ali foi fundada a povoação de São Francisco Xavier de Tabatinga, onde em 1770 seria erguido um forte pelos portugueses.

Nas "Instruções Reais de 1753" o governo lusitano recomendava que se erguessem marcos nos rios Madeira, Purus, Juruá e Javari, cujo curso interior, no entanto, era praticamente desconhecido. O Javari foi explorado por engenheiros e astrônomos portugueses entre 1781 e 1787, os quais teriam chegado até a junção do Jaquirana, e por este rio subido até a latitude austral de 5° 32'. De fato, é de 1787 a "Carta Geographica do Rio Javari" consignada pelo engenheiro Pedro Alexandrino Pinto de Souza e pelo astrônomo José Joaquim Victório da Costa, que traçam com razoável precisão o curso do Javari até pelo menos o Curuçá, seu afluente da margem direita. Afora esta viagem de reconhecimento, as únicas notícias sobre os povos que habitavam o alto Amazonas e seus afluentes são as fornecidas pelo "Roteiro da Viagem da Cidade do Pará, até as últimas colônias do Sertão da Província", escrito em 1768 pelo Vigário Geral do Rio Negro, o Pe. José Monteiro de Noronha. O Jutai, de acordo com o Pe. Noronha, era um rio

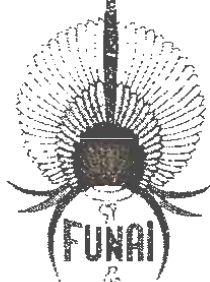
*"caudaloso, de curso dilatado; mas pouco navegavel dos Portugueses. Extrai-se dele muita salsaparrilha. Na parte inferior do rio habitam os índios das nações Tapagána, Uaraicú, e Marauá. A superior sabe-se que está habitada de gentios; ignora-se contudo os nomes de suas nações"*²¹.

Pouco acima da foz do rio Jandiatuba estava situada a vila de (São Paulo de) Olivença, habitada por índios Umauá (ou Cambeba), Tucúna, Xomána, Passé e Iurí. O rio propriamente falando, chamado "Iandiátiba" pelo Pe. Noronha, era habitado por índios das nações Uaraicú, Marauá, Colino e Maiuruna.

"Continuando a derrota mais vinte e quatro léguas, se chegará à vila de S. José do Iavarí, fundada na margem austral do Amazonas, e povoada de índios da nação Tucúna. Nesta distância, seguida da vila de Olivença até a de Iavarí, desaguam pela ordem, com que vão

²⁰ Baena, 1969:164.

²¹ Noronha, 1862:53.



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Proc. n°	1074/80
Fls.	1431
Rubrica	

escritos, os riachos Camatiá, Pacotí, Macapuána, e Yuruparitapéra.... Nove léguas acima da vila de S. José do Iavari deságua na mesma margem austral do Amazonas o rio Javari (Yauari lhe chamam sempre os índios) em quatro gráus ao Sul, donde nasce para o Norte. É igual na grandeza ao Iuruá; abundante de cacáu, e salsa, e habitado de índios das nações Marauá, Uraicú, Pano, Chayauitá, Chimaána, Yamco, Mayuruna, e outras....

Duas léguas acima do rio Iavari está fundado na margem setentrional do Amazonas o presídio de S. Francisco Xavier da Tabatinga, última colônia portuguesa no dito rio, para onde passou o destacamento militar, que guarnecia a vila de Iauari"²².

Assim, segundo o testemunho do Pe. Noronha, podemos inferir que os Waraikú e os Marawá ocupavam conjuntamente os rios Jutai, Jandiatuba e Javari, possivelmente em seu baixo curso. No Jandiatuba, além deles habitavam também os Kulino e Mayorúna, sendo estes últimos encontrados igualmente no Javari, onde também se registrava a presença de índios Pano, Chayauitá, Chimaána e Yamco.

De modo geral, além do fato de ocuparem os rios citados, muito pouco se saberia sobre este conjunto de povos indígenas até meados do século XIX, quando o Amazonas começa a ser percorrido por naturalistas, viajantes e "regatões". Nessa época, toma impulso a extração das chamadas "drogas do sertão", entre as quais destacavam-se a salsaparrilha, a copaíba, o cacau e vários tipos de gomas e resinas. Também assumem lugar proeminente na economia regional, as atividades de salga do peixe e fabricação da manteiga de ovos de tartaruga. Conseqüentemente, os afluentes do Amazonas passam a ser percorridos de forma mais sistemática, ampliando os conhecimentos sobre os povos do interior e o território ocupado por cada um deles.

Por volta de 1820, quando Spix & Martius visitam o alto Solimões, a vila de São Paulo de Olivença era habitada por índios Cambeva, Tecuna, Culino e Uraicú, enquanto os Marauá são dados como habitantes do Jutai. Como no século anterior, os Uraicu, Marauá e Mayuruna são noticiados no rio Jandiatuba. De acordo com Bates, que visitou o alto Solimões em 1856, o Juruá seria habitado por oito "tribos" distintas, assim dispostas de jusante para montante: Marauá, Catauichi, Canamaré, Arauá, Colina, Catoquino, Naua e Conibo. Todas elas, com exceção da última, passariam por terra para a bacia do Jutai²³.

Marcy, por sua vez, afirma que os Marawá e Waraikú do Jutai mantinham comunicação com os povos do Jandiatuba e Javari.

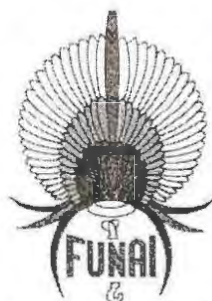
*"Algumas famílias de Umaua habitaram outrora a entrada do rio Jutahy, próximo do igarapé Sapo, seu primeiro afluente. Depois da dispersão destes índios, os Marahua e os Huaraycu reinaram como senhores por toda a sua extensão. Ligados por amizade com os Culino do Jandiatuba e os Mayoruna do Javari, aproveitavam-se estes índios das vias de comunicação que a natureza traçou para passar de um território a outro"*²⁴.

As informações obtidas em 1875 por C. Barrington Brown sobre os povos que habitavam o Jutai são um pouco mais precisas, dando conta da presença dos Marawá, Catuquino e

²² Idem:58-9.

²³ Cf. Spix & Martius, 1938, III:289-94; Wilkens de Mattos, 1855:89; Bates, 1944, II:362. "Muxuruna" foi a denominação dada a um dos grupos indígenas encontrados no rio Juruá em 1867 pelo geógrafo inglês W. Chandless, os quais tinham seu assento a vinte dias de navegação de Tarauacá (cf. Branco, 1950:175-6).

²⁴ Marcy, 1869:II, 362.



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Proc. nº	1074/80
Fis.	1432
Rubrica	

Bauá no médio curso do rio, e dos Mazaruna, Piriquito, Jucana, Caiararana, Macaco-Prego, Porco e Bauá em seu alto curso. Os grupos que ocupavam as margens do rio Corueng (Curuena), afluente ainda inexplorado da margem esquerda do alto Jutai, teriam comunicação terrestre com o rio Javari²⁵. Pouco acima da foz do rio Mutum, havia uma família de seringueiros, que reunira ali quatro índios Marawá, quarenta índios Catuquino e oito ou dez índios Bauá.

*"Os Marawás não moram muito longe das margens do rio, num lugar do pequeno igarapé, perto do Paraná-mirim Lago Grande; os Catuquinos habitam uma maloca, chamada Juruapipira; e os Bauás residem não muito distante e abaixo da foz do rio Motum. A maior parte da tribo Bauás habita o Jutahy, perto da foz do rio Corueng, e são em número de 40 a 50"*²⁶.

Os Mayorúna continuariam sendo a "nação" de maior significância, cuja onipresença no vale de ambas as margens do Javari seria atestada por diversos autores no século XIX. Na verdade, muito pouco se sabia sobre este grupo além do fato de habitarem vários pequenos afluentes ao sul do Amazonas na região entre o Javari e o Ucayali.

*"Os Mayoruna, ou Barbudos, como algumas vezes são chamados, são a tribo à leste do Ucayali localizada mais ao norte, e são muito numerosos; eles habitam o distrito existente entre o Yavari e o Ucayali, até um ponto tão distante como o Tapiche sobre o último, e até oito graus de latitude sul no primeiro"*²⁷.

Segundo um texto de 1818, os Mayorúna ocupariam "o ângulo que forma o Ucayali com o Marañon pela direita até nas proximidades do rio Huanacha". Denominado atualmente Huanache, este rio nasce nas vertentes da serra de Contamana com o nome de Buncuya, com o qual segue até encontrar-se com o rio Huanayo, ao se iniciar a depressão daquela cordilheira²⁸.

Este território era mantido pelos Mayorúna às custas de uma contínua hostilidade com os povos vizinhos como os Tikúna, Yágua, Omágua, Kokáma, Koníbo e Kapanáwa²⁹. Esta belicosidade vedava, igualmente, a entrada de viajantes e extratores de drogas do sertão:

*"Os maxurunas (majurunas, majoranas, maxironas), constituem uma das tribos mais vastamente espalhadas e mais temíveis do alto Solimões. Eles não reconhecem a supremacia espanhola, nem a portuguesa, e são perigosos para os viajantes brasileiros do Javari, assim como para os espanhóis do Ucaiale"*³⁰.

²⁵ Os etnônimos "animais" citados por Brown parecem ser, claramente, uma tradução da designação nativa de diversos subgrupos "djapa", da família Katukína.

²⁶ Brown, 1886:85-6.

²⁷ Smyth & Lowe, 1836:223.

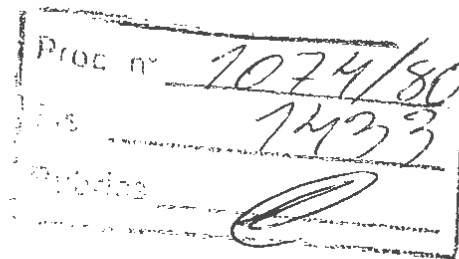
²⁸ Cf. Schuller, 1908:180-1; Villarejo, 1979:49.

²⁹ Segundo Alviano (1957:59-60), que escreve já no século XX, os Magirona ou Maioruna "vieram do Rio Ucayali (Peru). Passaram ao Rio Javari e enfim ao Rio Jandiatuba (afluente direito do Rio Solimões), onde guerrearam por longos anos contra os Canamaris do rio Jutay por causa das tartarugas".

³⁰ Spix & Martius, op. cit.:300.



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA



Embora o Javari fosse abundante de cacau, salsaparrilha e tartarugas, os portugueses evitavam este rio "por causa das doenças malignas ali reinantes, e da ferocidade dos seus habitantes"³¹. Na verdade, os Mayorúna atacariam os buscadores de salsaparrilha em toda a região entre o Ucayali e o Javari³². Os Mayorúna, segundo Amich, seriam "cruéis com os viajantes que se descuidam dormindo na parte do rio Tapichinga [Tapiche] em que eles habitam"³³. Também o rio Javarizinho seria "abundante de goma elástica, e de salsa; mas por causa dos índios Mayorúna, que o infestam, é pouco freqüentado"³⁴. O mesmo receio existia entre aqueles que navegavam o Ucayali durante a faina da pesca e salga do peixe, que evitavam dormir na margem direita devido às histórias correntes "de pescadores surpreendidos durante a noite, e degolados à golpes de lanças pelos Mayorúna"³⁵.

Segundo informações colhidas por Bates em São Paulo de Olivença, os Mayorúna (Manjerona) seriam "um povo hostil, feroz e indomável", e segundo pode apurar, "também canibais":

*"A navegação do Javari tornou-se impossível porque os Majeronas ficam de tocaia em suas margens e interceptam e assassinam todos os viajantes, especialmente os brancos. Quatro meses antes de minha chegada a S. Paulo, dois moços mestiços (quase brancos) da aldeia foram negociar no Javari, porque os Majeronas há um ou dois anos tinham dado mostras de cessar as hostilidades. Não tinham ido longe, quando uma embarcação voltou com a notícia que os dois rapazes tinham sido mortos a flechadas, assados e comidos pelos selvagens"*³⁶.

Todavia, Castelnau informa que antes da metade do século XIX existiria nas proximidades da confluência do Javari com o Itaquai a cabana do filho de um oficial brasileiro, que teria reunido em torno de si alguns Mayorúna para cultivar a terra. Além disso, pouco antes do Javari começar a ser percorrido pelas comissões demarcadoras de limites, um homem teria subido o rio "numa pesada embarcação, a procura de salsaparrilha", chegando a navegar o Javarizinho e o Jaquirana. Em 1873, já haveria um "caserio" de brasileiros no Javari, a 4° 7' 40" de latitude Sul³⁷.

1.3.4. As Comissões de Limites e os Índios do Alto Javari

Durante a segunda metade do século XIX, o Javari seria percorrido por três Comissões Demarcadoras de Limites, que devassaram todo o curso daquele rio até suas mais altas cabeceiras. Através da *Convenção* celebrada entre Brasil e Peru em 23.10.1851, ficou acertado entre os dois países que o curso do rio Javari serviria como divisa entre ambos. Em virtude do

³¹ *Ibidem*.

³² Cf. Herndon & Gibbon, 1854:188.

³³ Amich, 1975:296.

³⁴ Wilkens de Mattos, 1874:91.

³⁵ Raimondi, 1863:420.

³⁶ Bates, op. cit.:388-9.

³⁷ Cf. Branco, 1950:201-5; Melatti, 1981:17.



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Proc. n.º	1074/80
Fls.	1434
Assinatura	

artigo 7º da Convenção, Comissões Demarcadoras passaram a percorrer o Javari, buscando determinar seu curso verdadeiro e, principalmente, as coordenadas geográficas de seu principal formador, o rio Jaquirana. A primeira dessas Comissões, chefiada a parte brasileira pelo capitão tenente João Soares Pinto, e a parte peruana pelo sr. Manuel Rouaud y Paz Soldan, iniciou seus trabalhos em julho de 1866. Nos primeiros dias de outubro daquele ano, a expedição alcançaria a foz do rio Paissandu (Batã) e, continuando sua jornada teria sido atacada por cerca de uma centena de índios Mayorúna:

*"Depois de haver essa expedição explorado 2.224 quilômetros e feito todas as observações necessárias ao perfeito conhecimento do verdadeiro curso desse rio, foi ela, na manhã do dia 10 de Outubro do referido ano (1866), assaltada por uma numerosíssima horda de selvagens da tribo Mayoruna que, tendo empregado suas flechas ervadas no capitão tenente Soares Pinto, no Snr. Paz Soldan, e em mais oito ou dez pessoas da tripulação em pequenas embarcações, em que navegava a expedição, conseguiram apoderar-se de uma dessas embarcações, na qual existiam todos os instrumentos astronômicos, vendo-se a expedição por isso obrigada a regressar, deixando sepultado em uma praia deserta o cadaver do capitão tenente Soares Pinto, que sucumbiu dos mortíferos ferimentos, que recebera. O Snr. Paz Soldan, para salvar a vida, teve de sofrer uma amputação, que lhe roubou parte duma perna, que também fora ferida duma flechada"*³⁸.

Após este episódio, a demarcação de limites entre os dois países ficaria paralisada até 1874, quando penetra no Javari a *Comissão Mista* presidida pelos Capitães de Fragata Antônio Luiz von Hoonholtz, o Barão de Teffé, e Guilherme Black. A expedição era composta por 82 pessoas, entre marinheiros e "índios mansos" originários do Solimões e Huallaga. Seus maiores inimigos foram as febres palustres, a fome e o beriberi, mas também as "flechas ervadas dos índios", que lhes deram algum trabalho. Na volta, foi preciso "empregar inauditos esforços para abrir caminho rio abaixo através das fortes estacas e barragens, por meio das quais os selvagens haviam obstruído o rio em vários pontos a fim de impedir-lhes o regresso"³⁹. Umás cinquenta milhas acima do local em que havia sido atacada a expedição de 1866, a Comissão de 1874 foi assaltada pelos índios do alto Jaquirana, dispersados pelas armas dos demarcadores. Do mesmo modo, por um aviso do comandante do vapor "Morona" ao Comandante Geral de Loreto sabe-se que a Comissão de Limites tinha sido atacada pelos índios também no Galvez, quando navegava aquele rio em canoas⁴⁰.

Quando a terceira Comissão Demarcadora penetra no Javari, nos estertores do século passado, ela encontra uma paisagem humana já modificada pela presença dos extratores da goma elástica. Não obstante, como as duas Comissões que a haviam precedido, ela também encontraria a resistência dos índios. Chefiada, a parte brasileira, por Cunha Gomes, esta expedição chegaria no dia 05.07.1897 à junção dos rios Galvez e Jaquirana.

"No dia 10 de julho subiu este último rio alcançando com 12 dias, o barracão 'Lontananza' à margem esquerda e pertencente ao peruano D. José da Encarnação Rojas. Prosseguiu no dia

³⁸ Wilkens de Mattos, 1874:27-8.

³⁹ Teffé, 1888:173.

⁴⁰ Cf. Calixto Méndez, 1985:10.



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Proc. nº	7074/80
Fls.	1435
Rubrica	

22, chegando a 29 à boca do Bathan ou Paissandú (...). Continuou no dia 31, pelo Jaquirana, chegando a 7 de agosto a 'Seis Soles' ou 'Nueva Estación', prosseguindo dia 8 (...). Depois de 12 dias de viagem, andando-se de 2 a 7 milhas por dia, chegou em Rayo, último ponto habitado por caucheiros, estreitando-se o rio de 8 a 12 metros, já sem barrancos (...). De Rayo em diante, não sendo possível viajar em canoas, passou a andar por terra, divididas em 4 turmas, sendo os primeiros civilizados que penetravam nesses lugares, sempre seguidos pelos 'Capanauas', considerados os índios mais ferozes da região"⁴¹.

No rio Batã havia o barracão do peruano D. Ramirez, distante uma milha e meia de sua boca. 'Seis Soles' era habitada pelo peruano Moysés Lopes, para quem trabalhavam dois índios Remo e um Kapanáwa.

De acordo com Cunha Gomes, existiam no Javari "poucas malocas, quase todas domesticadas" até a confluência com o rio Galvez. O Galvez, por outro lado, era "habitado por índios ferozes como os Capanauas, corridos pelos caucheiros peruanos de outras zonas do alto Javari. Do Bathan para cima, o Jaquirana é habitado pelos Capanauas até suas vertentes"⁴².

Na verdade, as sociedades indígenas que habitavam o alto Javari eram freqüentemente confundidas nessa época com outras que habitavam as regiões próximas, e são citadas pelos diversos autores em regiões parcial ou inteiramente sobrepostas.

O médico João Braulino de Carvalho, através de informações obtidas provavelmente em 1926, afirma que a bacia do Javari era habitada por índios Mayu, Kapanáwa, Marúbo e Remo:

"No rio 'Coruçá' e baixo 'Javari', vivem os 'Mayus', que se estendem ao 'Galvez', 'Tapiche' e 'Rio Branco', os dois últimos, afluentes do 'Ucayale'. Os 'Capanauas' residem no 'Igarapé dos Lobos' e à margem direita do 'Javari', desde a foz do 'Galvez' até Lontananza.

O 'Jaquirana', nome por que é conhecido o 'Alto Javari', desde a foz do 'Galvez' até a nascente, serve de habitat aos 'Marubius'.

Finalmente os 'Remus' (...) tiveram, até época não muito remota, um grande aldeamento no 'Bathan', tributário da margem direita do 'Jaquirana', e acham-se hoje reduzidos a um pequeno núcleo em 'Contas', um casal em 'San Pablo' [na margem direita do Jaquirana] e algumas famílias nas terras que separam o 'Javary' do rio 'Ypixuna'"⁴³.

Ainda segundo Carvalho, um vocabulário Remo teria sido recolhido em 1926 na foz do Batã pelo sr. Luzeiro. Segundo Raimundo Luzeiro, sua família teria se deslocado em 1929 do rio Batã para o local da atual guarnição militar de Palmeiras do Javari, onde teriam sido atacados em 1932 pelos índios Pisabo ou Mayo. Nessa época, os Mayo (ou Mayu) dominavam todo o curso do rio Blanco, afluente do rio Tapiche, no contíguo território peruano⁴⁴.

Segundo informações de Grubb, os Mayorúna ou Mayo (dados como sinônimos por ele) seriam encontrados nos rios Tapiche, Blanco, Javari-Mirim e Galvez, no Peru, e no Curuçá, Itaquai, e em alguns afluentes da margem direita do Amazonas, no Brasil. Os Mayorúna do rio Galvez estariam, segundo este autor, divididos em duas pequenas sub-tribos: os Marúbo e os Pisabu. Outros grupos mencionados na região incluem os hostis Kapanáwa, que ocupariam, no

⁴¹ Branco, op. cit.:203.

⁴² cf. Branco, op. cit.:206.

⁴³ Carvalho, 1931:252.

⁴⁴ Cf. Montagner Melatti & Melatti, op. cit.:16. Oppenheim, 1936:153.



Processo	10724/80
Fis.	1436
Rubrica	

Brasil, a região do rio Pardo e, no Peru, o Javari e as cabeceiras de pequenos afluentes da margem direita do Ucayali⁴⁵.

I.3.5. A Borracha e a Madeira

Durante o *boom* da borracha, devem ser destacadas três frentes principais de penetração na área da terra indígena Vale do Javari: a primeira vinha do Amazonas, penetrando pela foz dos rios Javari, Jandiatuba e Jutai; a segunda vinha do oeste, penetrando pelo Ucayali e seus afluentes, particularmente o Tapiche; e a terceira vinha do sul, penetrando na região através do rio Juruá. Embora o início da exploração do caucho e da borracha nos rios que serviram de canal para a penetração no Javari adquira importância já a partir de 1870, o período realmente intensivo de extração da goma elástica no Vale do Javari coincidiu com a última década do século XIX e a primeira década do século XX⁴⁶.

De modo geral, as cabeceiras dos principais rios que cortam a área do Vale do Javari foram percorridas inicialmente por caucheiros peruanos, para logo serem ocupadas por seringueiros brasileiros que avançavam desde o seu baixo curso. O processo de ocupação das terras da Amazônia realizado nesta época foi bastante desordenado:

*"Outrora, e ainda hoje, imperava o regime do primi capientis, isto é, internava-se um indivíduo por um dos afluentes do Amazonas, descobria uma floresta rica em madeira de seringa, dela se apossava, fazia uma barraca de palha, e aí estabelecia o seu seringal, que muitas vezes vendia sem legitimar a posse"*⁴⁷.

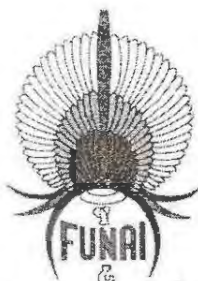
Segundo informações de Cunha Gomes, Chefe da Comissão Demarcadora brasileira que subiu o Javari em 1897, este rio achava-se já bastante povoado até a boca do Itaquai, possuindo navegação a vapor com regularidade até o povoado de Remate de Males, chamado também "Santa Cruz do Itecuahi". Na época das cheias, os vapores prosseguiram até a boca do Curuçá, de onde se seguia em lanchas até a boca do Galvez.

"Cunha Gomes calculava a população dos vales do Jaquirana, Bathan e grande parte do Ipixuna e dos seus afluentes (estes da bacia do Juruá, cujos manadeiros davam para os do Jaquirana), superior a 5.000 pessoas, todas de origem peruana, falando, em geral, o quichua, sendo o espanhol falado entre os patrões e os agentes das casas fornecedoras de Iquitos. Os trabalhadores são vindos do Peru, geralmente, índios já domesticados (...).

⁴⁵ Cf. Grubb, 1927:83-84.

⁴⁶ "A bacia do Yavari e a de todos os seus tributários provavelmente é a mais rica da Amazônia, tanto peruana como brasileira, pela extraordinária abundância de árvores produtoras de goma e pela fineza do látex extraído. Se proporcionalmente ela não rende o mesmo que as zonas rivais do Purús e Acre, deve-se a que a do Yavari está em uma depressão facilmente alagadiça, e que permite somente três meses de safra. Durante a época do 'ouro negro' ou caucho, saíram deste rio milhares de toneladas de borracha fina, que regressaram convertidas em milhões de libras de ouro, e que se esfumaram em licores e luxos principescos" (Villarejo, 1979:92).

⁴⁷ Barbosa Rodrigues, 1900:33-34.



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Proc. nº	1074/80
Fls.	1437
Rubrica	(assinatura)

O Itecuahi, é habitado por cearenses e peruanos, cerca de 1.500 extratores de seringa e caucho. O Jaquirana não era habitado até o ponto em que chegou o levantamento, sendo doentio e não possui seringa. Teve caucho nas terras altas, mas os caucheiros peruanos o acabaram, retirando-se para os rios Jutahi e o Juruá, onde hoje, exploram essa indústria"⁴⁸.

Nesse processo de ocupação, foram constantes os choques entre os extratores da goma elástica e os primitivos habitantes da região. Segundo Barbosa Rodrigues⁴⁹, "a feição característica amazonense perdeu-se, e formou-se uma nova Califórnia". Os índios passam a ser objeto de *correrias* organizadas tanto por brasileiros quanto peruanos, que atacavam suas malocas para obter comida ou mulheres, afugentando-os para outras regiões, escravizando-os na atividade extrativa, ou simplesmente exterminando-os.

Por volta de 1924, já numa fase de certa decadência da produção da borracha, havia ainda cerca de 22 "estabelecimentos" (os chamados "barracões"), no centro do vale do Javari, que foram assim enumerados por um morador de Benjamin Constant:

*"Um. estabelecimento na boca do igarapé Hospital, afluente do Batã, pertencia a um português; um estabelecimento no Batã pertencia a uma dupla de sócios espanhóis; no Jaquirana (nome do Javari acima da boca do Galvez) havia seis estabelecimentos, sendo cinco de brasileiros e um de um equatoriano, que era o mais setentrional; da boca do Galvez até a do Curuçá, havia mais nove estabelecimentos, dos quais oito se estendiam por ambas as margens do rio, isto é, localizavam-se tanto em terras do Brasil como do Peru; destes, cinco eram brasileiros, um de um peruano, um de um colombiano e dois cujos proprietários o informante não mais tinha na memória. A maior parte do Curuçá era de uma companhia francesa ou inglesa; mas em seus afluentes das cabeceiras havia três peruanos; um no Pardo, outro [no] Arrojo e um terceiro no Amburus. Um colombiano era dono de ambas as margens de todo Ituí, até mais ou menos 1920"*⁵⁰.

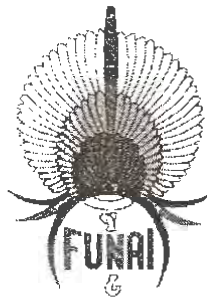
A partir de 1930, o abandono dos altos rios por grande parte daqueles que se dedicavam à extração da borracha torna possível ao português Afonso Alvim estabelecer uma certa ascendência econômica e política na região, através do controle de grande parte dos seringais do Curuçá e do Ituí. Houve uma certa continuidade ou sobreposição parcial entre o final do período da borracha e o início do período da madeira na região. Pelo fato de sobrepor-se apenas parcialmente no ciclo anual, a produção de borracha e a retirada de madeira foram freqüentemente conjugadas, continuando as posses ou propriedades rurais sendo chamadas *seringais* mesmo quando já estavam voltadas prioritariamente para a produção de madeira.

A ascensão econômica da atividade madeireira foi acompanhada pelo abandono do povoado de Remate de Males por dois importantes padrões regionais, José Veiga e João Barbosa, que na segunda metade da década de 40 retiraram-se, respectivamente, para Atalaia do Norte e Benjamin Constant. Quando passou pela região o zoólogo do Museu Nacional, José Cândido de Melo Carvalho, Remate de Males não passava de "um mísero povoado, com cerca de vinte habitações, alinhadas na margem direita do rio". Atalaia do Norte, por sua vez, foi o único povoado

⁴⁸ Branco, op. cit.:206.

⁴⁹ Op. cit.:13-14.

⁵⁰ Montagner Melatti & Melatti, op. cit.:9-10.



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Proc. n°	1074/80
Fls.	1438
Rubrica	<i>[assinatura]</i>

por ele visitado em que havia "igreja e quatro casas cobertas de telhas". Os principais produtos de exportação de Benjamin Constant eram a madeira, a borracha, o pirarucu, e as peles de animais silvestres como caitetus, veados, maracajás, ariranhas e jacarés. A exploração da borracha tinha tido um fugaz incentivo durante a segunda guerra mundial, mas o comércio da madeira vinha intensificando-se de ano para ano. As três espécies mais valorizadas eram o cedro, o aguano ou mogno, e a andiroba; eram exportados também o açacu, o louro e a jacareuba⁵¹.

O recrudescimento da extração de madeira no vale do Javari, que precedeu a instalação de serrarias nas cidades da região, foi acompanhado por uma série de ataques indígenas às turmas madeireiras que invadiam seu território à procura das espécies consideradas nobres. Os primeiros ataques indígenas conhecidos às frentes de expansão da sociedade regional, na verdade, podem ser datados do início da década de 30, quando os "Mayo" atacaram no igarapé Amburus, afluente da margem esquerda do alto rio Curuçá. No início da década de 50, os índios voltaram a atacar os madeireiros que trabalhavam nos seringais do alto Curuçá, que haviam pertencido à firma francesa *Compagnie Transatlantique de Caoutchouc*, e logo também no rio Pardo. Parte das famílias de madeireiros deslocados do médio Curuçá por esses ataques, e que tinham se estabelecido no igarapé Sacudido, afluente da margem direita do baixo curso daquele rio, foram aí novamente atacadas pelos Mayorúna em 1958.

Quando Roberto Cardoso de Oliveira passou pela região do alto Solimões, por ocasião de seu trabalho de campo com os Tikúna em 1959 e 1962, os ataques indígenas na região do Vale do Javari haviam adquirido um caráter crucial nas relações interétnicas com os moradores das cidades de Atalaia do Norte e Benjamin Constant. A fuga dos madeireiros dos altos rios, temerosos destes ataques, parece ter causado prejuízos consideráveis aos grandes proprietários de seringais na área do Javari. Em um *Memorial* enviado ao governador do Estado do Amazonas em 1959, um desses grandes proprietários e então deputado estadual, José Veiga, procurava relacionar as origens remotas destes ataques, que ele situa por volta de 1942, à presença de soldados peruanos entre os índios. Deste modo, em 1960 ou 63, teria ocorrido uma ação militar do Grupamento de Elementos de Fronteira (GEF), que destruíram algumas malocas. Sabe-se que, anteriormente, os "Maya" do igarapé Amburus tinham sido exterminados por uma *correria* realizada em 1956. Dois anos depois, em 1958, uma tropa do recém-criado 9º Pelotão de Estirão do Equador teria participado de uma expedição punitiva aos índios que habitavam o divisor de águas dos igarapés Flecheira e Santana e o rio Negro, quando "derrotaram" uma maloca indígena na região entre o Flecheira e o Santana e duas no rio Negro⁵².

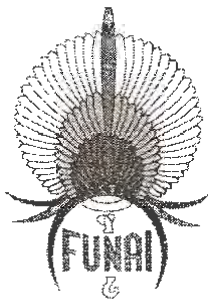
*"Um dos principais líderes de Benjamin Constant - e articulador da intervenção do exército no Javari - reconhece que a ação militar só prejudicou a situação porque os soldados destruíram muitas roças e malocas de índios e (que) agora eles ficaram muito mais aguerridos"*⁵³.

O rio Jutai, por sua vez, foi dominado no início do século pela "Empresa Jutahy Sociedade Anonyma", cujo sócio-gerente era o comendador português Joaquim Gonçalves de Araújo.

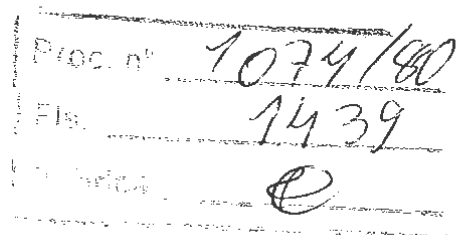
⁵¹ Cf. Carvalho, 1955:8, 30.

⁵² Cf. Coutinho Jr., 1993:265-7.

⁵³ Cardoso de Oliveira, 1981:33. Ações militares contra as sociedades indígenas também não foram desconhecidas do outro lado da fronteira, sendo famoso o bombardeio aéreo de roças e malocas dos Mayorúna (*Matses*) do rio Galvez, ocorrido em 1964 (cf. Romanoff, 1984:43).



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA



Esta empresa comprou, a partir de 1915, inúmeras propriedades no rio Jutai, a maior parte das quais tinha título definitivo expedido pelo governo do Estado do Amazonas em 1897-99. De fato, o grande “patrão” deste rio seria Benjamim Antonio Affonso, que entrou para o Jutai no início do século, recebendo do Estado do Amazonas, em 1916, título definitivo sobre o seringal Fortaleza. A família Affonso logo passou a aviar seringueiros por todo o curso do Jutai, exercendo controle quase absoluto não só dos seringais da Empresa Jutahy S.A., mas sobre a produção de borracha desse rio de modo geral. Na década de 60, houve um conflito no Jutai porque os seringalistas queriam “cobrar a renda” de seus aviados, tendo sido enfrentada e vencida pelos seringueiros uma expedição comandada pelo delegado de polícia, que havia sido enviada pelos Affonso. Após o episódio, o domínio dessa família declinou, surgindo em seu lugar outros “patrões”, como Euclides Monteiro, de Manaus, e Cícero Gomes de Oliveira, chefe da família conhecida como ‘tuxáua’. Este último passou a aviar os antigos seringueiros dos Affonso, ampliando com o tempo suas atividades econômicas através do comércio (que hoje voltam-se principalmente para a produção de peixe liso, conseguido no Solimões).

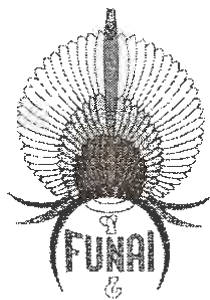
Quanto ao rio Jandiatuba, há um certo consenso de que sua história moderna começa com Quirino Mafra, seringalista natural da cidade de São Paulo de Olivença. Além dele, antigos patrões neste rio foram Floriano Müller, Frederico Ramos, Plínio de Assis e, no baixo curso do rio, Melquíades Ferreira Lima. Em meados deste século, todos exploravam a seringa no verão e a sorva no inverno. Quirino Mafra era dono do grande seringal Boa Vista, que estendia-se pelo Jandiatuba desde o igarapé Catuquino, à montante, até o igarapé Feitosa, abaixo da boca do igarapé Jutazinho. Frederico Ramos era dono do seringal São Pedro, localizado entre os igarapés Alerta e Catuquino, afluentes de margens opostas do Jandiatuba, enquanto João Ramos possuía o seringal Bom Futuro, que se localizava entre o igarapé Alerta e a região conhecida como Três Bocas. Quirino Mafra legou a maior parte de sua influência ao genro, Ulisses Uchôa, ainda que seu filho, Epitácio Mafra, também tenha continuado a exercer papel importante na região. Ulisses Uchôa passou a ser o grande patrão do rio, aviando entre 150 e 200 seringueiros por safra, dedicando-se também, a partir dos anos 60, à exploração de madeira no Jandiatuba.

I.3.6. Contato e Localização

a) Kanamarí

No início deste século, os Kanamarí que habitavam a região do alto Jutai foram prontamente afetados pela abertura de seringais na parte superior deste rio e no rio Juruazinho, facilitada pela proximidade com a localidade de São Felipe (atual Eirunepé)⁵⁴. Durante algum

⁵⁴ Um subgrupo dos Kanamarí do alto Jutai migraria, em 1908, para o seringal Restauração, no rio Juruá, integrando-se ali à atividade extrativa. Parte desse subgrupo retornou ao Juruazinho em 1935, passando depois ao Jutai (cf. Heck, 1979). Nos fundos do seringal Porto Sergio, situado junto ao rio Jordão, afluente do Juruazinho, habitavam os *Amina Djapá*, os quais vinham ao barracão todos os anos (cf. Tastevin, [1919/22]: 26-27). No seringal Nova Vida, em 1912, trabalhavam 30 índios Kanamarí e 25 índios Tucano (cf. Silva, 1912). O “Relatório Anual” da 1ª Inspetoria Regional do SPI, de 1928, relata a dedicação à indústria extrativa entre os



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Proc. n°	1074
Fls.	1440
Rubrica	

tempo, no entanto, diversos grupos mantiveram ainda uma relação distanciada ou conflituosa com os integrantes da frente extrativa⁵⁵, passando posteriormente a se integrar à atividade.

Algumas famílias dos Kanamarí do alto Jutai ocupavam, em meados do século, algumas colocações como Barreiro e Santa Maria, localizadas no curso desse rio acima da foz do Iguaí, seu tributário pela margem direita. Outras trabalhavam no seringal Novo, situado no rio Juruazinho. A partir da segunda metade da década de 60, houve a fixação da maior parte dessa população kanamarí em três grupos locais, que se situaram nos igarapés Nauá, Caraná e Dávi. Esses grupos, por sua vez, passaram a se reunir durante o período de festas em uma única aldeia, localizada junto à foz do igarapé Queimado.

Os Kanamarí que habitavam o rio Itaquai foram visitados em 1950 pelo zoólogo do Museu Nacional, José Cândido de Melo Carvalho, que os encontrou habitando no trecho acima do São Vicente. Em 1957/58, João Herculano Primo obteve do Estado o direito para exploração das terras do Itaquai desde o São Vicente até suas cabeceiras, onde "colocou" diversos seringueiros. O barracão estabelecido na foz do rio das Pedras, cujo encarregado era Sebastião Bezerra, estabeleceu intensas relações com a população Kanamarí.

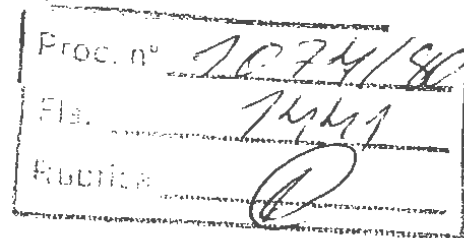
Consta que, provavelmente na década de 50, parte dos Kanamarí do Itaquai teria sido levada para o rio Curuçá por um comerciante para quem trabalhavam, retirando-se posteriormente para o igarapé Irari, afluente do baixo rio Javari. Outros foram conduzidos do Itaquai para o rio Javari Mirim, em território peruano, de onde retornaram para o Brasil após desentendimentos com o madeireiro que os levara. Segundo os Kanamarí, seus antepassados na região do baixo rio Javari moraram nas terras entre os igarapés do Maia e Irari. De fato, os regionais confirmam a presença dos Kanamarí no Irari há pelo menos meio século, época que, segundo os índios, teriam sido tocaiados por não índios junto à foz do Esquerdo naquele igarapé. De acordo com os Kanamarí da aldeia São Luiz, seus avós moravam no igarapé do Maia, que antigamente chamavam "igarapé Madeira", aonde se pode encontrar ainda restos de cerâmica desses antigos habitantes. Dali, afirmam, varavam para o Quixito, e cruzando os rios Ituí, Branco e das Pedras, iam dar no Massapê.

índios da região, mencionando em particular os Bendiapá, que estariam se tornando "ótimos seringueiros", tendo cerca de 56 deles formado uma maloca nova nas vizinhanças do rio Itaquai.

⁵⁵ Em 1912, registrava-se o roubo de seringueiros no barracão São João, do Cel. João Rufino de Oliveira, pelos habitantes de uma maloca situada do rio Itaquai (então conhecido como "Joary"). Grande repercussão teve ainda o episódio, ocorrido no mesmo ano, envolvendo o coronel Cornelio Chaves e Mello, o qual havia se estabelecido no seringal Icarahy, quarto barracão às margens do Jutai acima da barra do rio Juruazinho. Referido Cel. Cornelio havia mandado fazer uma correria entre os Kanamarí, possivelmente no igarapé Nauá, tendo sido massacrados os habitantes de uma maloca ali localizada. Os próprios "Cuniba" (na verdade, Manitenéri, índios falantes de uma língua da família Arawá que tinham sido trazidos para o Juruazinho por uma empresa seringalista) participantes do ataque aos Kanamarí acabaram por assassinar o Cel. Cornelio, sua esposa e o capataz do seringal, levando consigo, na fuga, três filhas do seringalista. Chamado a intervir, o SPI despacha para o local uma expedição composta pelo ajudante Dagoberto de Castro e Silva, outros auxiliares do SPI, um sargento e vários praças, que encontra os Cuniba nas proximidades da margem esquerda do Juruazinho. Pediram os homens do SPI reforço no seringal Restauração, do Cel. Reynaldo Cavalcante, tendo sido mandados três seringueiros e quatro índios Kanamarí. Como resultado, capturaram um grupo de quinze índios Cuniba, entre homens, mulheres e crianças, morrendo um casal e conseguindo escapar outro. Dos Cuniba capturados, quatro ficaram no próprio seringal Restauração, e onze foram levados para Eirunepé (São Felipe) (cf. Silva, 1912).



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA



Em 1973, a FUNAI instala no alto Itaquai o Subposto Massapê, junto ao igarapé São Vicente, que é desativado dois anos depois, tendo parte dos Kanamari se deslocado em 1975 para as proximidades do igarapé Tigre, próximo ao PIA Marubo. Em 1977, algumas famílias Kanamari do Itaquai transferem-se para o então "posto indígena de atração" São Luiz, no baixo Javari, retornando no ano seguinte parte delas ao alto Itaquai. Outras migrações entre as aldeias Massapê e São Luiz ocorreram ainda provavelmente no período entre 1980 e 1985.

b) Kulína (Arawá)

Os Kulína (Arawá) que hoje habitam a TI Vale do Javari provém, em grande parte, da região do igarapé Penedo, afluente do rio Juruá, de onde passaram a se deslocar para as águas do Javari em pequenos grupos familiares, a partir de 1965, aproximadamente. Segundo uma Kulína que hoje vive na localidade São João, seu pai veio do rio Juruá e, passando ao alto rio Itaquai, estabeleceu-se primeiramente próximo à boca do igarapé Cedro. Ali viveram muitos anos. Mantinham contato com os Kanamarí, que habitavam pouco abaixo, tendo seu pai tomado uma esposa daquele grupo. Depois dessa mulher, seu pai tomou por esposa uma Kulína, também originária do Juruá, de cujos filhos, quatro adultos permanecem ainda nos rios Itaquai e Javari.

Outros Kulína passaram do Juruá ao seringal Novo, localizado na margem esquerda do alto rio Juruazinho. Formaram posteriormente as aldeias Simpatia e Extrema, no alto curso do rio Jutai, e Marimarí, no interior de um afluente do rio Biá⁵⁶. Reunindo-se na localidade Porto Central, tiveram sua área identificada pela FUNAI, em 1986, como TI Kulína do Médio Jutai. Em 1993, aproximadamente, os Kulína que aí habitavam tiveram um conflito interno, no qual um "tio legítimo" matou o sobrinho em uma disputa por mulheres. Após essa morte, os Kulína que aí residiam dispersaram-se quase completamente, descendo grande parte deles para o igarapé Batedor, afluente da margem direita do médio rio Jutai.

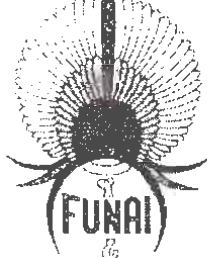
c) Kulína (Pano)

Os primeiros contatos sistemáticos dos Kulína (Pano) com a população regional, no início dos anos 60, parecem ter sido com um regatão ou madeireiro chamado Antônio Batista, com quem passaram a trocar couros de caititu por artigos industrializados. Residiam, à época, no igarapé São Salvador, onde foram atacados pelos índios Mayorúna, que exterminaram a maior parte dos homens e levaram as mulheres e crianças para sua aldeia.

Em 1969, o servidor da FUNAI, Raimundo Pio de Carvalho Lima, esteve em viagem de inspeção no igarapé Pedro Lopes, constatando ter o grupo desestruturado sua atividade agrícola⁵⁷. O Kulína João Bruto diz que havia três malocas de sua gente no igarapé São Salvador, havendo outras no igarapé Pedro Lopes, e que vários teriam morrido em consequência dos efeitos da fumaça de "bombas" que foram jogadas perto de onde moravam.

⁵⁶ Em 1979, a população Kulína (Arawá) destas aldeias era: Simpatia, 22 pessoas; Extrema, 38 pessoas; e Marimarí, 48 pessoas (cf. Heck, *op. cit.*).

⁵⁷ Cf. Melatti, 1981:113.



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Proc. n°	7074/80
Fls.	1442
Rubrica	

Em 1974, a FUNAI instalou o PIA Curuçá pouco abaixo da boca do igarapé São Salvador. Os Kulina passaram a fazer casa nas cercanias do posto, na margem esquerda do Curuçá. Alguns, depois, embarcaram em um motor e passaram a trabalhar para o Exército em Tabatinga e no pelotão de Estirão do Equador. Vários dos que ficaram no PIA casaram-se com os índios Marúbo que se deslocaram para o médio Curuçá em busca de assistência junto ao Posto.

d) Marúbo

Quando os caucheiros peruanos penetraram na região meridional do Vale do Javari, a maior parte dos antepassados dos atuais Marúbo encontrava-se, aparentemente, no igarapé Cravo, afluente do rio Arrojo que corre entre este e o rio Curuçá. Com o tempo, algumas famílias passaram a ser encontradas também no seringal de Raimundo Luzeiro, localizado no rio Batã, principal afluente do alto rio Jaquirana. No Curuçá, entram em contato com "patrões" como Elói Vargas e Ambrósio Chapiama.

Após esse primeiro período de envolvimento com as frentes extrativas, voltaram a ficar em relativo isolamento no alto Curuçá. No início dos anos 50, passam a comerciar pelas de borracha e couro no seringal Boa Fé, junto à foz do rio Ipixuna no Juruá. São procurados por missionários e o filho de um peruano com uma índia do Javari, que instalam-se entre eles. No alto Curuçá, travam relações com as turmas do madeireiro José Menezes. Entram em conflito com os Mayorúna e retornam ao Ituí no início dos anos 60. Nesse rio, são descobertos por Sebastião Guida, que os engaja no trabalho madeireiro⁵⁸.

A partir de 1974, com a instalação dos PIAs Curuçá e Ituí, no curso médio daqueles rios, parte da população Marúbo que habitava à montante foi atraída para as imediações de ambos os Postos, constituindo ali aldeias distintas.

e) Matís

Pouco se sabe sobre a história dos índios Matís no período anterior à atração realizada pela FUNAI. "Na primeira metade deste século", diz Erikson⁵⁹, os Matís ocupavam "um território centrado sobre o rio Coari, e delimitado pelos rios Ituí e Branco". A partir dos anos 50, o grupo teria, segundo o mesmo etnólogo, a tendência a se afastar do Coari, e dos Korúbo, por uma sucessão de pequenas migrações para montante, passando a ocupar a região do Jacurapá. Há informações de que eles também podem ter ocupado durante algum tempo o rio Novo de Cima⁶⁰.

Em 1974, iniciam-se as atividades do PIA Ituí, localizado à margem esquerda do mesmo rio, pouco acima da foz do igarapé Jacurapá. O primeiro encontro com os Matís ocorreu em agosto do ano seguinte, no igarapé Aurélio Grande. Entre 1976 e 1979, os índios visitam em diversas ocasiões o Posto de Atração, permanecendo todavia suas malocas no interior dos igarapés Coari, Aurélio Grande, Jacurapá e Boeiro. Em 1982, o Posto é transferido para a margem direita do Ituí na altura do igarapé Boeiro, passando os Matís a residir em duas malocas: uma junto à foz desse

⁵⁸ Cf. Montagner Melatti & Melatti, 1975: 22-26; Melatti, 1981:18-19, 41-43.

⁵⁹ 1990:395.

⁶⁰ Cf. Melatti, 1981:85. Um dos adultos Matís é filho de mulher Korúbo, raptada pelos primeiros a cerca de quarenta anos atrás.



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Proc. nº	7074/80
Fis.	1443
Rubrica	

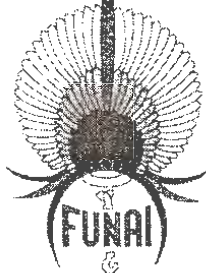
igarapé, a outra em seu interior. Em 1987, passam novamente ao Ituí, construindo uma maloca próxima ao rio Novo de Cima⁶¹. Finalmente, construíram a atual aldeia, na margem esquerda do Ituí, por volta de 1993, à montante do Jacurapá.

f) Mayorúna

O território ocupado pelos Mayorúna no início deste século compreendia a bacia dos rios Jaquirana e Gálvez, formadores do Javari, estendendo-se desde os rios Tapiche e Blanco, no Peru, até o rio Curuçá, no Brasil. Há diversas capoeiras velhas nas terras entre o igarapé Lobo e o rio Batã, afluentes da margem direita do Jaquirana, que comprovam a ocupação dessa região pelos Mayorúna no início e meados deste século. Em 1920, aproximadamente, os antepassados dos Mayorúna migraram das cabeceiras do rio Galvez para a região do alto rio Pardo, afluente do Curuçá. No início dos anos 50, em represália à invasão de seu território, passam a atacar os madeireiros que exploravam o rio Pardo e as regiões próximas no Curuçá. Sofrem, por sua vez, a ação de expedições punitivas, inclusive com a participação de elementos do Exército brasileiro, que derrotam, nos anos 50 e 60, algumas malocas na região entre o Javari e o Curuçá. No início da década de 60, os Mayorúna atacam sucessivamente os Marúbo do Curuçá e os Kulína (Pano) do igarapé São Salvador, passando por um duro revide armado imposto pelos primeiros, e exterminando os homens e carregando consigo as mulheres e crianças dos segundos. Suas malocas passam a se localizar no alto e médio igarapé Lobo, no rio Pardo, no alto igarapé Choba, em território peruano, e no alto rio Jaquirana, habitando neste último local um afluente denominado *Antada Chiet* (possivelmente o igarapé Manuel D'Espada, tributário da margem direita). Nessa época, envolvem-se intensamente no comércio de peles de caititu com caçadores ou regatões peruanos, entrando em contato, a partir de 1969, com missionárias do *Summer Institut of Linguistics*. Em 1970, a PETROBRÁS inicia a prospecção de gás natural no Vale do Javari, retalhando com picadas o território ocupado pelos Mayorúna e realizando ali inúmeras detonações para a pesquisa sismográfica. Os índios, amedrontados, aproximam-se das turmas da "Companhia" na base situada junto à pista de pouso Bom Jesus. A partir de 1972, passam a manter contato com sertanistas da FUNAI.

No princípio de 1978, houve um conflito entre os Mayorúna do igarapé Lobo que resultou em três mortes. Das quatro aldeias existentes no igarapé, duas abandonaram em seguida suas casas, refugiando-se no pelotão de Palmeiras do Javari. Dada a escassez de alimentos em Palmeiras, e ainda devido ao temor de novos recontros com os que haviam permanecido no Lobo, os Mayorúna que ali tinham se refugiado foram transportados pela FUNAI para o baixo rio Javari, formando a aldeia Lameirão. Outros transferiram-se para a aldeia Trinta e Um, na margem direita do rio Jaquirana, cujo núcleo original tinha sido formado por famílias que habitavam anteriormente entre os rios Pardo e Negro. Posteriormente, juntaram-se à Trinta e Um outras duas famílias que haviam residido no igarapé Choba, no Peru. Nessa mesma época, os Mayorúna habitavam outra aldeia no igarapé Itúxi, que, em 1984, se transferiu para a margem esquerda do Jaquirana, pouco abaixo do igarapé Lopes, formando ali a aldeia Nuevo Cashishpi. O igarapé Lopes, por seu turno, era habitado em 1980 por um pequeno grupo Mayorúna, que se transferiu logo depois para o baixo curso do rio Galvez, no Peru, formando ali a aldeia Nueva Chova. Um outro grupo Mayorúna,

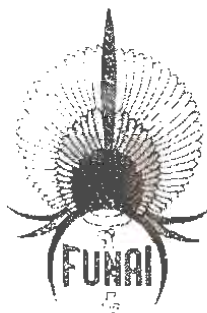
⁶¹ Cf. Erikson, 1990:395.



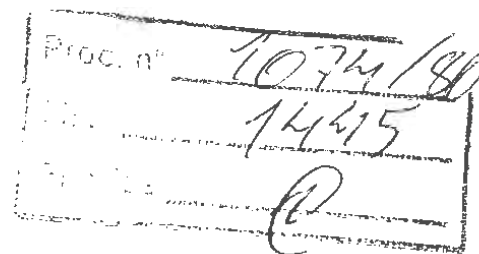
Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Proc. nº	1074/80
Fls.	144/4
Rubrica	<i>[Signature]</i>

proveniente do igarapé Choba, estabeleceu-se em 1979 pouco abaixo do antigo sítio da pista de pouso Bom Jesus, constituindo a aldeia Santa Sofia. Seus habitantes mudaram-se depois para as proximidades de Angamos, pouco abaixo da confluência dos rios Jaquirana e Galvez, formando a aldeia Paujil. Em 1985, outro grupo Mayorúna instalou-se à margem esquerda do Jaquirana, acima da antiga pista Bom Jesus.



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA



II – Segunda Parte

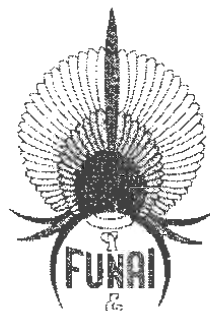
HABITAÇÃO PERMANENTE

A construção e habitação de grandes casas comunais é um traço marcante das sociedades indígenas que ocupam a terra indígena Vale do Javari. Frequentemente, este tipo de habitação faz coincidir as fronteiras do grupo doméstico com as do grupo local, propiciando o atomismo dos grupos políticos e fazendo da maloca, em muitos casos, sinônimo de aldeia. Atualmente, encontramos no Vale do Javari um mosaico de situações de moradia, tendo vários grupos, após o contato sistemático com a sociedade regional, começado a construir casas individualizadas, ainda que habitadas por famílias extensas.

Embora o território ocupado pelos grupos indígenas hoje em contato tenha se mantido, em geral, basicamente o mesmo ao longo do século, as aldeias adquiriram uma permanência temporal muito maior do que anteriormente nas proximidades de um único sítio. Além disso, essa população indígena, que antes residia nas terras altas do interflúvio, tem sido atraída para a margem dos grandes rios, onde mantém relações com funcionários do órgão indigenista federal, missionários, madeireiros, regatões ou outras agências de contato.

Assim, nas seções seguintes dedicadas aos Kanamarí, Kulína (Arawá), Kulína (Pano), Marúbo, Matís e Mayorúna, procuramos descrever a distribuição de suas aldeias, com a respectiva população e localização. Naquelas dedicadas aos grupos arredios, por outro lado, não contamos com dados precisos que nos permitam descrever seja o número, seja a localização exata de suas malocas. No entanto, procuramos rastrear informações sobre conflitos e outros encontros tidos pela população regional com esses índios, cuja análise fornece um indicativo, ainda que mínimo, sobre a área por eles ocupada.

Os critérios para construção e permanência das aldeias variam conforme a situação e de grupo para grupo, podendo-se constatar, de qualquer forma, haver pelo menos quatro fatores observados por quase todas as sociedades indígenas do Javari: a localização e disponibilidade de solos agricultáveis, a abundância ou escassez relativa de animais de caça, o medo de ataques de outros grupos indígenas e a probabilidade de conflito com os integrantes das frentes de expansão da sociedade nacional. Também é comum o deslocamento de malocas após a morte de algum de seus membros.



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Proc. n°	7074/80
Fls.	1446
Rubrica	

II.1. Índios do Alto Jutai

São poucas as informações existentes sobre um grupo indígena arredio existente na região das nascentes do rio Jutai. A área ocupada por este grupo compreende toda a bacia do alto rio Jutai, delimitando-se a jusante pelo alto igarapé Nauá, ao Norte pelas cabeceiras do rio Jandiatuba, ao Sul pelo rio Juruazinho e a Oeste pelos igarapés São Vicente e Chôa, afluentes da margem direita do alto Itaquai. Não é clara a vinculação ou não dos índios arredios que vivem nessa região com aqueles que habitam a região imediatamente ao norte, entre o igarapé São José, afluente do Itaquai, e diversos igarapés afluentes da margem esquerda do alto Jandiatuba.

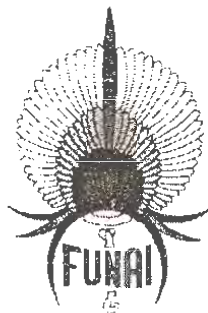
Os Kanamarí das aldeias Massapé e Queimado denominam os isolados do alto Jutai como 'Gente da Capivara' (*Warikâma Djapa*), calculando haver atualmente cerca de quatro malocas a eles pertencentes entre os rios Jutai e Jandiatuba. Os Kanamarí admitem que os índios arredios do alto Jutai freqüentam até o Nauá em suas andanças, existindo portanto uma parcial sobreposição dos territórios de ocupação entre os dois grupos. Possivelmente também pertencessem a esse grupo as malocas visitadas pelos Kanamarí no alto igarapé Chôa, de que dá notícia um relatório de Sebastião Amâncio da Costa do início da década de 70, bem como os "índios desconhecidos" que teriam aparecido diversas vezes nos igarapés Chôa e São Vicente nos meses de julho e agosto de 1988¹. O atual morador da foz do igarapé Chôa, Francisco Jesuino de Souza, vê, às vezes, vestígios dos índios e já passou por pupunhais por eles plantados.

As primeiras notícias sobre estes índios são datadas provavelmente da segunda metade da década de 60. Os Kanamarí relatam uma expedição de dois missionários americanos, Jorge e Guilherme, que teriam saído da base da MNTB em Três Unidos, no rio Juruá, acompanhados por dois Kanamarí, Djaho e Hidoni, com a intenção de encontrar os "índios bravos", que tinham sido localizados por avião. Chegando ao alto Jutai, teriam estado inicialmente com os Tukano, a quem presentearam machados, terçados, facas e panelas, subindo em seguida o Jutai até suas cabeceiras, acompanhados pelos seringueiros Raimundo Tabosa e Manoel Tabosa ('Paixão'). Dali a expedição tomou o varadouro e, apesar de contar com bússolas, perdeu o rumo e foi dar nas águas do Itaquai e, logo, no seringal Monte Lija, no rio Juruá. Os seringueiros voltaram aonde os americanos tinham deixado presentes para os índios bravos e encontraram tudo mexido por estes².

Em 1967/68, índios desconhecidos teriam atacado pelos menos duas famílias de seringueiros no igarapé Matrinchã, afluente da margem esquerda do Juruá. No primeiro ataque, morreram uma mulher e duas filhas do seringueiro Zeca Anselmo; no segundo, ocorrido aproximadamente um ano após o anterior, morreram a mulher e o neto do seringueiro Chicão. Tendo sido acusados da autoria dos atentados, os Kanamarí que ali residiam passaram, em suas visitas à Eirunepé, a ser presos e maltratados pelos habitantes daquela cidade. Parte dos Kulína, com receio de serem igualmente acusados pelos acontecimentos no seringal Deixa Falar transferiram-se para a colocação Santa Maria, no alto Jutai. Para se inocentar, sete Kanamarí e cinco Kulína vão armados à

¹ Cf. CI nº 011/SDC/ADR/ATL/88, enviada à 5ª SUER.

² Cf. OPAN, 1979/83.



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Proc. n°	1074/80
Fls.	1447
Rubrica	

procura dos "índios bravos". Segundo um croqui reproduzido por Heck, tomando o varadouro que saía do igarapé Matrinchã, contornaram as cabeceiras do Juruazinho e atravessavam o alto Jutaí, encontrando a maloca no divisor de águas entre afluentes dos rios Jutaí e Itaquai. Esses índios tinham um pupunhal próximo ao igarapé que corria para o Jutaí, bem como uma antiga maloca e capoeiras nas cabeceiras deste rio³. O encontro foi assim resumido pelos Kanamarí e Kulína:

"Aí foram com um grupo, depois de uns dias chegaram até as malocas. Tinha cinco copixauas (casas grandes, redondas). Estavam abandonadas. Aí continuaram indo atrás deles até chegarem a um lugar onde tinha 10 tapiris e roça. Os índios da expedição estavam todos armados de espingarda. Foram cuidando porque devia estar perto. Encontraram roça nova, caroço de pupunha. Aí andaram mais um pouco e encontraram eles. Viram 10 homens saírem para caçada. Eram uns tapiri. Ficaram só as mulheres. Estavam fazendo caçuma de pupunha. Aí gritaram e todas fugiram. Ficaram só duas mulheres velhas. Uma pegou o machado e começou a gritar e fugiu e ficou uma só" [Zinon].

"Todos correram para o mato, fugindo dos visitantes. Só uma mulher muito velha não conseguiu correr e ficou sentada chorando.... Depois os índios voltaram do mato. Vieram 5 homens e 1 rapaz, o restante do grupo ficou no mato. Os homens tinham cabelos compridos.... Ficaram parados a uns 30 metros de distância, em posição de defesa e falando uma língua que nem Canamari e nem Kulina entenderam.... Apenas uma mulher velha falava 3 palavras em Canamari" [Djaho].

"No mato próximo, um pouco separada das demais, havia mais uma casa no mesmo estilo e um roçado com pupunha e cará. Como utensílios usavam terçados e machados velhos, que roubavam de cariús. Não possuíam enxadas, e para plantar usavam pedaços de paxiúba amolada.

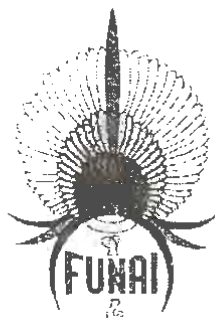
Era grande o número de macacos, mutuns e outros bichos do mato; 'cachorros e galinhas não tinham não'.... Eram muitos, embora não saibam dizer o número. Os Kulina não compreenderam o que eles falavam, os Canamari compreenderam um pouco.... Seus arcos tinham mais ou menos dois metros de comprimento e 4 dedos de largura, 'igual aos dos Tucano'. As flechas eram de pontas de taquara, medindo mais ou menos 50 centímetros de comprimento e 4 dedos de largura.... Quando foram embora, os índios saíram correndo e buzinando, com o intuito de lhes amedrontar. Todos correram, uma vez que ficaram com medo de serem mortos" [Kamu e Manhawam]⁴.

Segundo um Kanamarí da aldeia Nauá, estes mesmos índios teriam antes roubado uma menina Tukáno no igarapé Dávi, chamada Wahnmaram, que passou a morar com eles, tendo se formado mulher e tido filhos. De acordo com o mesmo informante, os "índios bravos" falariam uma língua pelo menos um pouco diferente da Kanamarí⁵.

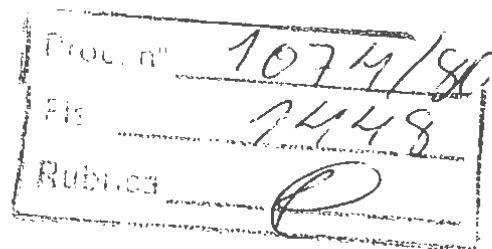
³ Cf. *Ibidem*.

⁴ *Ibidem*.

⁵ *Ibidem*.



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA



Algum tempo depois dessa expedição, os Kulína subiram o Jutai para tirar ovos de tracajá. Na subida, encontraram alguns regionais (regatões e caçadores) que lhes deram notícia de haver encontrado uma ponte ('pinguela') feita pelos "índios bravos" pouco acima.

*"Os Kulina resolveram investigar. Subiram mais o rio, até encontrar a pinguela. Entraram na mata e encontraram picadas abertas e mais algumas pinguelas e cipós tirados, possivelmente para construção de outras pinguelas. As pinguelas eram móveis, isto para serem removidas após a passagem. Assim os 'índios bravos' não deixariam marcas. Os Kulina andaram durante três dias na picada, que dizem ser feita pelos 'índios bravos'. Como nada mais encontraram, resolveram voltar, e começaram a baixar o Jutai novamente. Algumas praias abaixo, viram os 'índios bravos'.... Chamaram os mesmos para comer arabu (ovo de tracajá com farinha de mandioca). Os índios armaram os arcos e depois desarmaram. Aí os Kulina deixaram a canoa com os ovos e foram pela praia, estavam dispostos a matar os índios arredios. Os índios arredios, por sua vez, começaram a cercá-los, e os Kulina com medo, caíram na água e atravessaram o Jutai, ganhando a mata. Os índios arredios caíram na água também e seguiram perseguindo-os.... Logo depois destes episódios, vários homens subiram o Jutai tentando encontrar os 'índios bravos'. Entre eles estavam Ramiro, Raimundinho Rodrigues, os Biana, Manu-Raimundo (Kulina) e outros Kulina e cariús. Kamu-Ribeiro (Kulina), não foi com eles por estar com medo. Estes homens subiram armados de rifles e espingardas, com a intenção de matar os índios arredios. Durante alguns dias estiveram no local e nas redondezas, onde anteriormente encontraram 'índios bravos', inclusive nas pinguelas, porém, desta feita, não encontraram ninguém. Com medo de adentrarem mais na mata, voltaram, frustrando assim seu intento. Há uns quatro anos (1977), passado algum tempo do encontro e caça aos índios arredios, os Kulina novamente sobem o Jutai, para apanhar ovos de tracajá. Novamente viram pegadas nas praias e, com medo voltaram"*⁶.

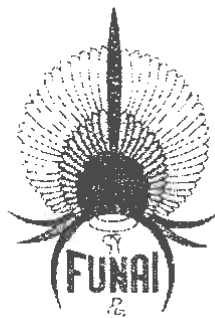
Temerosos de novos encontros com os "índios bravos", os Kulína teriam decidido mudar sua morada, baixando o rio até as proximidades dos igarapés São Francisco e Simpatia, afluentes da margem esquerda do Jutai.

Em 1987, novos indícios da presença de índios arredios no alto Jutai são encontrados pelo filho do seringueiro Manoel Tabosa, quem teria constatado recentes vestígios do grupo nas proximidades da margem esquerda do rio Jutai, acima do rio Pardo⁷. Outras notícias sobre a localização do grupo nas proximidades do rio Pardo seriam dadas pelos Kanamarí no início da segunda metade de 1994. Conforme relatório do chefe do PIN Eirunepé, Alexandre Caldeira Cardoso, índio Mundurukú, algumas lideranças da aldeia Queimado teriam estado no dia 04.08.94 naquele Posto,

"informando que índios arredios estavam decendo o rio jutai pela margem esquerda, grupo desconhecidos dos Kanamary proximo o caminho que vem para eirunepé, informaram os lideres que subião de suas aldeias para poderem caçar como e de costume toudos os anos subirem este

⁶ Ibidem.

⁷ Ibidem.



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Proc. nº	1074/80
Fls.	1449
Rubrica	

rio ate a foz do rio pardo com quatro dias de viaje os Kanamay chegarão no porto do caminho paran para pescar subirão ate mais pracima do rio ate uma reçaça denominado santa maria, encontrarão primeiramente seis ubas encostado na praia, subirão mais um pouco e logo voltarão. e quando vinhão passando novamente pela praia do santa maria avistarão os indios ficarão chamando os Kanamary, para encostarem mas como os indios Kanamary não entendião nado o que outros parentes falavam, faziam jesto para de amizade, para os Kanamary mas não encostaram comedo, de serem morto os indios diceram que os indios não uzam roupas somente uma roda de cipó e o penes amarrado para cima e as mulheres usam tangas de envira de toary são altos morenos claros e suas armas somente cacete e flecha de bambu"⁸.

Os Kanamarí acreditavam que esses índios moravam nas cabeceiras do rio Pardo, e que nessa época do ano baixavam o rio para coletar tracajás e seus ovos nas praias do Jutai. Chamavam-nos de "Capivara" porque, supunham, andavam e caçavam à noite. Estavam preocupados porque

"agora em 90 esis mesmo índio voltarão a fazer outra tentativa de massacre com familia do sr. Thiofre, la no rio Jutai a sorte da mulher e de sua filha foi que ela não encontrava quando os indios chegarão a senhora estava do outro lado mais ou menos uns 600 metros de distancia da casa e ela vio os indios em sua casa quebrando toudo oque tinha na casa e quando ela nem esperou vio os indios flexando em sua direção a mulher caiu na agua, juntamente com usa filha, ficando somente um cachorro na canoa que levou a pior foi flexado e a senhora dezimbestou nas matas deixando sua filha o qual passou trez dias nas matas perdia, e seu marido se encontrava caçando quando chegou em sua casa estava, toudos seus pertences jogados no terreiro e a suspeita foi a mesma e pariço os Canamary estão com muito cuidado e medo"⁹.

Cabe registrar ainda que, após nossa passagem pela região, recebemos do engenheiro agrimensor integrante do GT, o Memo nº 122/DFU/ADR/MAO, de 06.10.97, encaminhando cópia do Memo nº 027/PIN EIRUNEPÉ/97, de 22.09.97, que relata o aparecimento de índios arredios do alto Jutai aos moradores de Eirunepé, srs. Roberto Mariano, Zé da Cruz e Antonio Medeiro. Segundo seu depoimento, teriam sido atacados em julho de 1997 por cerca de setenta índios arredios no alto rio Jutai, três praias acima da boca do varadouro para Eirunepé.

"No dia 15.07.97, andavamos no varadouro que dá acesso ao Rio Jutai, nossa finalidade era caça, pesca e colher ovos de quelonios, as 11,00 horas topamos os indígenas da aldeia Queimado, que vinham com destino a cidade de Eirunepé: Sabaru, Arô, Juraci e un índio Tucano, ficamos meio apreensivos com medo dos indígenas mandarem retornarmos, mas o índio Sabaru falou que eles tinha visto queixadas bem proximo do rio, e nos mandou seguir, o mesmo índio nos falou que nas praias acima do varadouro tinha ovos de tracajás e que podríamos pegar a canoa e subirmos o Jutai. Andamos duas horas e chegamos nas margens do Rio Jutai, resolvemos pegar a canoa e subirmos o Rio, visitamos a primeira praia e não achamos muitas

⁸ Cardoso, 1994.

⁹ Ibidem.



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Proc nº	1074/90
Fls.	1450
Rubrica	<i>[assinatura]</i>

covas de ovos, logo acima da praia, armamos uma espingarda e seguimos viagem, estavam pensando em dormir na terceira praia, encostamos a canoa, jogamos todo o nosso material em terra, puxamos as linhas de pesca, quando ouvimos gritos muito grito, pensavamos que fosse macaco, quando olhamos, para o nascente do Rio, não acreditei, no que via, vinha três coxos decendo o rio com mais ou menos uns dez indígenas, gritando agitando arco e flexas, um dos cochos já estava atracado na praia, um cachorro que levamos recebeu uma flexada e ficou latindo de dor, para logo em seguida morrer. Os companheiros, quando viram a situação, correram para perto de mim, outro já tinha sido atingido por uma flexada, que pegou resvalando a coxa direita. A situação ficou preta quando avistamos vindo em nossa direção, saindo da mata, vindo pela praia, mais ou menos uns sessenta indígenas, gritando e agitando os arcos e flexas, resolvemos pular no rio e atravessar, deixando tudo de lado. Pegamos o varadouro e mesmo de noite, riscando um isqueiro corriamos feito loucos, as 9,00 horas da noite encontramos os indígenas acampados, relatamos o ocorrido para eles, que imediatamente nos acompanharam na fuga, rumo a cidade de Eirunepé, chegamos nas margens do Juruazinho pela manhã, não tínhamos mais condições de seguir viagem e ficamos acampados na casa do velho Luis Teofilo, estavam estrupitados de tanto correr, os indígenas Kanamari do Queimado seguiram viagem para a cidade"¹⁰.

Os índios, cognominados Gavião, tinham cabelos compridos e soltos, estavam nus e usavam uma envira amarrada à coxa. Três dias depois, os Kanamarí do Queimado visitaram o local e encontraram uma ossada que reconheceram como de um índio arredio.

"Três dias depois do ocorrido, quatro rapazes indígenas da Aldeia Queimado subiram o rio, com destino a cidade de Eirunepé e fizeram o seguinte depoimento.

As 15:00 horas do dia 18.07.97, eu Sousa, os companheiros, Renatinho, João Chinesa e Lino, chegamos ao varadouro que da acesso a cidade de Eirunepé, estranhamos não encontrar a canoa do pessoal que foram na nossa frente, pensamos que eles ainda não tinham seguido viagem e que deveriam esta atras de ovos de tracajás. Resolvemos dormir no local e no dia seguinte subir o rio para encontrar o pessoal. Fizemo acampamento e procuramos pescar, pegamos varias piranhas e dentro de uma achamos cabelo de gente, ficamos pensando o que poderia ter acontecido. No dia seguinte as 5:00 horas da manhã, saímos para visitar as praias, na terceira praia, de longe avistamos que poderia ter acontecido alguma coisa estava toda revirada, avistamos a canoa do pessoal do Queimado e mais três cochos grandes, em um dos quais, encontramos um paneiro com uma maquira (rede) uma garrafa com banha de anta, um arco com varias flexas e taquaras, um apontador de taquara e mais abaixo avistamos uma ossada (esqueleto) na beirada do rio, estava todo comido por peixe e urubus, apenas a parte da cabeça que ficou fora da agua aparecia cabelos compridos o que nos deixou certeza de ser um índio arredio, que moram nas cabeceiras do Rio Jutai, chamados Aradiapa e que tem roça nova nas imediações. Imediatamente deixamos o local sem saber o que tinha acontecido, ate chegarmos no Jutazinho, onde nos foi fornecido os

¹⁰ Rocha, 1997.



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Proc. nº	10774/90
Fis.	1451
Rúbrica	<i>[assinatura]</i>

*detalhes na casa do velho Teófilo e podemos ter certeza de que o Kariu (branco) matou os indígenas com tiros de espingarda*¹¹.

De acordo com o relatório do PIN Eirunepé, os três coxos tinham sido trazidos pelos Kanamarí para a boca do varadouro, no Jutai.

II.2. Índios do Jandiatuba

É um tópico recorrente no discurso dos moradores de São Paulo de Olivença afirmar que "no Jandiatuba não há índio". Dada a inequívoca presença indígena no rio¹², os moradores são freqüentemente obrigados a acrescentar que aqueles que existem, vêm para o Jandiatuba varando dos rios Jutai ou Itaquai. Na verdade, é possível dizer que o Jandiatuba esteja hoje virtualmente deserto de moradores fixos em seu curso médio e alto tanto em virtude da queda no preço da borracha quanto do temor aos "índios bravos".

Como "Índios do Jandiatuba" serão tratados aqui um conjunto de grupos arredios que têm ocupado todo o alto curso daquele rio, tributário da margem direita do Solimões, fazendo-se presente também em afluentes da margem direita do rio Itaquai. Desta forma, reunimos aqui, como no relatório do GT Javari 1980, o que o GT Javari 1985 tratou como dois grupos distintos, denominados "Índios Arredios do Igarapé São José" e "Índios Arredios do Rio Jandiatuba". A distinção entre uns e outros não parece ser fácil: as cabeceiras do igarapé São José aproximam-se bastante das nascentes do Jandiatuba. Além disso, o alto curso do igarapé Alerta, onde residiam os índios afetados pelos trabalhos da PETROBRÁS em 1983/85, acerca-se do médio curso do São José, franqueando o trânsito entre um e outro. Por outro lado, o igarapé Alerta desemboca na região imediatamente a jusante da confluência dos igarapés Preto e Branco com as águas do Jandiatuba, local conhecido como Três Bocas, onde historicamente se constata a presença indígena. Como o igarapé Branco¹³ corre entre o Alerta e o Jandiatuba, torna-se difícil distinguir entre os grupos que habitam o igarapé São José, o Alerta e a região das Três Bocas.

Pode-se presumir a existência de pelos menos dois ou três grupos diferentes habitando no presente a bacia do Jandiatuba, existindo informações que indicam sua presença tanto em afluentes

¹¹ *Ibidem*.

¹² Inclusive com a presença de uma comunidade Tikúna em seu baixo curso.

¹³ Ou Preto? Há uma certa divergência entre a população regional sobre a margem correspondente a cada um dos afluentes nas Três Bocas.



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Processo	1074/80
Nº	1452
Rubrica	

da margem esquerda quanto da margem direita desse rio. Esses grupos serão tratados de forma conjunta unicamente pela escassez de informações sobre os limites da área ocupada por cada um deles em particular, identificando-se, em todo caso, uma região habitada permanentemente por eles em conjunto, cujos limites são depreendidos de relatos esparsos ao longo de tempo sobre encontros ou conflitos com os regionais e outros não índios.

Ainda que de modo tentativo, observa-se que os grupos aqui reunidos sob a denominação "Índios do Jandiatuba" ocupam especificamente três regiões:

- a) a zona meridional do interflúvio Itaquai/Jandiatuba, incluindo alguns afluentes da margem direita do alto Jandiatuba, que corresponde à região ocupada por índios denominados "Flecheiros" pela população não indígena do Vale do Javari;
- b) a zona setentrional do interflúvio Itaquai/Jandiatuba, que a população regional associa à presença de índios denominados "Caceteiros"; e
- c) a zona situada entre o igarapé Jutaizinho, afluente da margem direita do rio Jandiatuba, e o igarapé Lobo, afluente da margem esquerda do rio Curuena, cujos habitantes são às vezes chamados "Arara" ou "Katukíno" pela população regional do Jutai e Solimões.

No início do século, o igarapé Preto, presumível afluente da margem direita do Jandiatuba, era habitado pelos *Kutxa Djapa* ('Gente da Lontra'), a quem igualmente era aplicada a denominação "Katukína"¹⁴. Com efeito, os moradores de São Paulo de Olivença denominam, por vezes, "Katukíno" aos membros da família indígena originária do igarapé Preto que vive naquela cidade. São igualmente chamados "Arara"¹⁵, como registrado pelo GT Javari 1980. Essa última denominação nos remete, por outro lado, a algumas referências sobre índios que aparecem na região do igarapé Lobo, afluente do rio Curuena, e do igarapé Jutaizinho, afluente da margem direita do rio Jandiatuba.

Numa rara exceção à tendência de nominar indiscriminadamente "Caceteiros" aos grupos arredios da região, os habitantes do Itaquai chamam "Flecheiros" aos índios habitantes do igarapé São José. Por outro lado, as seguras referências sobre a presença de outro grupo arredio na região imediatamente ao norte do interflúvio Itaquai/Jandiatuba são tratadas pelos regionais e funcionários da FUNAI como procedentes de um grupo Korúbo ("Caceteiros"). De fato, a região situada entre o igarapé Lambança, afluente do rio Itaquai, e os igarapés Botelho, Paciência e Mõa, todos afluentes da margem esquerda do rio Jandiatuba, é facilmente alcançada tanto desde a área ocupada ao sul pelos índios dos igarapés São José e Alerta quanto da área ocupada a leste pelos índios dos igarapés Jutaizinho e Lobo. Embora não tenhamos quaisquer elementos sobre a pertença ou não destes índios da porção norte do interflúvio Itaquai/Jandiatuba ao grupo Korúbo, trataremos dele nesta seção devido o maior número de referências sobre sua presença nas proximidades do Jandiatuba que do Itaquai.

Como já constatará o GT Javari 1980, os Arara ou Katukíno que foram levados para a cidade de São Paulo de Olivença são membros de um grupo originário da região das Três Bocas, mais exatamente do igarapé Preto. As circunstâncias pelas quais esses índios chegaram à margem do

¹⁴ Cf. Rivet & Tastevin, 1921:460; Métraux, 1948:663.

¹⁵ Um dos etnônimos nativos mencionados pelos Kanamarí da aldeia Queimado para os grupos arredios próximos foi *Waro Djapa* ('Gente do Papagaio').



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Folha n.	1074/80
Nº	1453
Rubrica	

Solimões estão relacionadas a um conflito que redundou na morte de um sorveiro chamado Tomé Ramos, provavelmente em 1962 ou 63, fato ocorrido no seringal São Pedro, localizado entre os igarapés Alerta e Catuquino (afluentes de margens opostas do Jandiatuba), que então era explorado por Frederico Ramos. Segundo o filho deste último, sr. Aladir Ramos, naquela safra trabalhava no seringal uma turma de 64 homens. Parte da população indígena foi engajada no serviço do seringal, sendo este o grupo a que pertenciam os "Katukíno" que hoje estão em São Paulo de Olivença, permanecendo outros ainda arredios. Em decorrência da morte de três "índios bravos", estes teriam, em represália, morto Tomé, flechando ainda outro dos três sorveiros que se encontravam no tapiri assaltado.

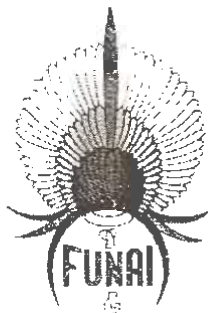
Segundo o sr. Rogério Maricáua, a cuja família foram associados os Katukíno "mansos", no final dos anos 60, tinha-se notícias de outros índios dessa nação, que possuíam uma maloca grande no igarapé Preto e outra, maior ainda, entre o Preto e as cabeceiras do Jandiatuba. Possivelmente em consequência do conflito, esses Katukíno são levados para São Paulo de Olivença junto com os demais seringueiros. Tratava-se de uma família composta por Paulo, por Joana (mulher de seu irmão Joaquim), por dois filhos de Joana, João e Francisca, e por dois filhos de Francisca, Ana e Carlitinho¹⁶. Paulo logo morreu de febre, na prisão. O restante é levado pelo seringalista Ulisses Uchôa para o seringal Bom Futuro, localizado entre as Três Bocas e o Alerta. Segundo o testemunho de Francisca, João morreu possivelmente em 83, picado por cobra quando trabalhava no igarapé Catuquino com um regional conhecido como João Branco. Tinha trabalhado antes madeira no igarapé Vai-Quem-Quer com o paulense chamado Mariano. Joana, a mãe, faleceu de febre em 1987 na colocação Maroca, pouco abaixo da boca do Jutaizinho, onde então morava a família de Rogério Maricáua.

Francisca tem aproximadamente cinquenta anos, sendo que ainda amamentava sua filha Ana, hoje com cerca de 24 anos, quando saíram do igarapé Preto. Ana é casada com um filho de Rogério Maricáua, tendo o casal uma filha de três anos e estando a mulher grávida novamente na ocasião. As poucas palavras que registramos do dialeto falado por Francisca não deixam dúvidas sobre sua filiação Katukína¹⁷.

Em 1983, a Petrobrás iniciou trabalhos de pesquisa sismográfica para prospecção de petróleo e gás natural nos vales dos rios Jutai, Jandiatuba e Javari. Em pouco tempo, são trazidos cerca de quatrocentos trabalhadores da Companhia Brasileira de Geofísica (CBG), que ocupam acampamentos-base montados na margem dos rios Itaquai e Jandiatuba. A sonda Jandiatuba I localizou-se junto à margem deste rio, em seu alto curso, tendo os índios desferido ataques contra os trabalhadores, em 17.11.83 e 04.09.84. De acordo com o "Relatório de informação sobre a atuação da Equipe Sísmica ES-60 em área indígena nas proximidades dos rios Itaquai e Jandiatuba", encaminhado ao chefe da AJUSOL pelo técnico indigenista José Áureo do Carmo Castro em 21.04.84,

¹⁶ Francisca, que todavia se expressa mal em português, pareceu mencionar ainda dois outros irmãos, Txabá e Gustavo, tendo este último se mudado tempos atrás para Benjamin Constant.

¹⁷ Por exemplo: casa (*ibahak*), roça (*bahnin*), milho (*natxi*), banana (*bari*), macaxeira (*tauad*), batata (*kiripan*), cana-de-açúcar (*mahuna'ã*), mamão (*kapaio*), pupunha (*txio*), urucu (*padjá*), genipapo (*uki*), anta (*mô*), queixada (*wilê*), caítitu (*hitxã*), paca (*kiuã*), cotia (*txumã*), barrigudo (*kamodjá*), macaco preto (*hêdja*), macaco prego (*wadjo*), mutum (*bem*), japó (*potxo*), cujubim (*cochoe*), jacu (*tabê*), peixe (*dão*), traíra (*jeikon*), tracajá (*kauê*), tartaruga (*kauêhinaem*), flecha (*domkai ou êrekëai*), arco (*wiwô*), zarabatana (*manripê*), rede (*homô*), panela de barro (*uã*).



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Proc. nº	1074/80
Fls.	1454
Subs.	Q

"após entendimentos de um representante da Funai, Petrobrás e chefe da ES-60, ficou decidido que seria feito um vôo de reconhecimento na linha 163-60 RL que cruza do igarapé Alerta na direção Norte-Sul. Feito esse vôo com representante de ambas as partes e comprovado que no final dessa linha mais ou menos a Leste da clareira M dessa linha existe 10 tapirís, que provavelmente servem de apoio nas passagens desses índios quando se deslocam em direção a outras malocas que supõem-se serem ali que permaneçam por mais tempo. Existe nesse local dos dez tapirís plantações de pupunha, banana e mandioca. Abrigaria em torno de 20 a 25 pessoas. Mas o local de onde a equipe tenciona iniciar o trabalho de sonda é a partir da clareira H em direção a Norte até a clareira A, sendo em direção contrária a área que encontra-se os tapirís e que provavelmente o risco de atrito entre índios e não índios é muito menor, com isso não estou dizendo que não haja risco de conflito, deixo a salientar que é possível ser feito esse trabalho com uma equipe de homens em número bem elevado para que assim possa ser feito em curto espaço de tempo"¹⁸.

Pouco depois, entretanto, a FUNAI enviaria o Ofício nº 886/PRES, de 26.09.84, solicitando à PETROBRÁS a paralisação dos trabalhos da sonda Jandiatuba I. Os efeitos, contudo, já haviam se produzido, como registra o relatório de Pedro Oliveira Coelho encaminhado à AESP pelo Memo nº 016/AJUSOL, de 27.02.85:

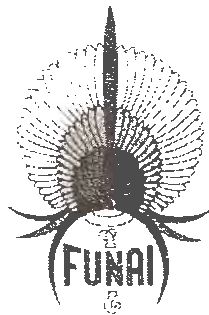
"É simplesmente trágica e irreparável as conseqüências que vem sofrendo os índios que habitam e perambulam por esta área. Em conseqüência dos seguidos vôos de helicópteros, o que vemos é que todas as malocas foram queimadas e seus moradores dispersaram para o centro da mata. Retornando ao local, somente para zelar suas roças"¹⁹.

De acordo com o depoimento de Francisco Nunes de Almeida, componente deste GT e integrante da equipe da FUNAI destacada à época para acompanhar a ação da PETROBRÁS no Jandiatuba, depois que aproximadamente vinte índios saíram na balsa da "Companhia", em abril de 1985, os trabalhos foram suspensos e os funcionários (cerca de duas centenas) retirados de helicóptero para a cidade de Eirunepé. Os índios eram baixos, vinham nus e usavam arco e flecha.

Do outro lado, no rio Itaquai, os Flecheiros também se ressentiam com a ação intensa de madeireiros em seu território. O sr. Adauto Cavalcante Florindo, atual morador da foz do rio das Pedras, afirmou aos inembros do GT que, por volta de 1983, os índios do São José apareceram na "beira" do Itaquai, quando teriam apontado flechas contra o sr. Sebastião Bezerra, morador do rio que passava no momento. Ocorreram, em 1987, pelo menos dois conflitos entre os índios arredios e os madeireiros do sr. Flavio Peres Castro Pinto, ambos no igarapé Jarina, afluente do igarapé São José. No primeiro destes ataques, os índios mataram um madeireiro e, no segundo, a esposa de um madeireiro e uma criança. De acordo com o "Relatório da Viagem Instituída pela Ordem de Serviço nº 031/ADR ATN", de Pedro Oliveira Coelho, encaminhado pela CI nº 001/87 ao administrador substituto da ADR Atalaia do Norte, no dia 25.10.87 tinham encontrado

¹⁸ Castro, 1984.

¹⁹ Coelho, 1985a.



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Proc nº	1074/80
Fis	1455
Outros	

"04 (quatro) madeireiros, que estavam retornando do Igarapé São José, os quais, após algum diálogo, nos informaram que alguns dias atrás, quando os senhores Jonas, Maurício, Francisco e outros madeireiros retornavam do trabalho, encontraram alguns índios no varadouro, momento em que os índios atiraram 02 (duas) flechas contra os referidos senhores, no entanto, vendo que os mesmos tinham errado o alvo, correram em direção do tapirí dos madeireiros, onde se encontravam os demais indígenas do grupo. Relataram-nos ainda, que os indígenas, ao perceberem a aproximação dos madeireiros acima citados, saíram correndo, levando vários objetos, inclusive, levaram 07 (sete) caixas de calibre 16 e danificaram outros materiais.... Encontramos o senhor Francisco [que] nos informou o mesmo que os quatro madeireiros anteriores haviam nos informado, acrescentando apenas, que no momento do encontro com os índios, no varadouro, os madeireiros deram alguns tiros de espingarda, para o alto, com o objetivo de espantar os índios. Acrescentou também que recolheram algumas flechas e redes dos índios e levaram para Benjamim Constant. Por último acrescentou que no momento do conflito, o mesmo não quis acompanhar seus companheiros que se deslocaram para Benjamim Constant, preferiu ir até o igarapé Independência, com a finalidade de avisar outras turmas que ali se encontravam trabalhando.... Como é de nosso conhecimento, índios isolados quando vão para um ataque, eles não levam seus utensílios de dormida e outros domésticos, e sim somente suas armas. A possibilidade mais adequada que encontramos é de que os madeireiros tenham surpreendido os índios em seu acampamento provisório e com isso, conseguiram redes e flechas"²⁰.

Segundo o relatório encaminhado pela CI nº 002/SDC/ADR/ATL/90, de 22.01.90, ao Superintendente Executivo da 5ª SUER, os funcionários da FUNAI tinham

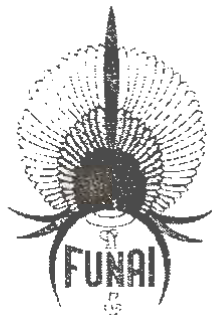
"a informação fornecida por dois índios Mayuruna que se encontravam no local trabalhando com os madeireiros, quais nos relataram que o sr. Flavio Peres Castro Pinto reuniu um grupo de homens providos com arma de fogo e bastante munição e foram à caça dos índios, e após dois ou três dias de caminhada pela mata, encontraram um grupo de índios acampados, imediatamente, armando uma cilada, mataram os índios, não deixando nenhum vivo"²¹.

Com efeito, desde o ocorrido, os índios do igarapé São José parecem ter se retraído ou retirado, constatando-se no início dos anos 90 a existência somente de capoeiras velhas na região. Observa-se, concomitantemente, um aumento nas referências sobre a presença de índios arredios no alto Jandiatuba.

Segundo o morador da cidade de São Paulo de Olivença, sr. Luis Müller, que entrevistamos em 1995, acima do igarapé Alerta, no verão, é muito comum encontrarem rastros de índios nas praias do Jandiatuba, que ali freqüentam em busca de quelônios e seus ovos. Segundo ele, é de conhecimento geral que há cedro no igarapé Branco, nas Três Bocas, mas ninguém se atreve a explorá-lo com medo dos índios que o habitam. Os moradores da cidade têm conhecimento igualmente

²⁰ Coelho, 1987.

²¹ Costa, Santos & Coelho, 1990.



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Processo	1074/80
Folha	1456
Assinatura	

da existência de um varadouro dos índios que cruza do igarapé Catuquino, afluente da margem direita, para o igarapé Mõa, afluente da margem esquerda do rio Jandiatuba.

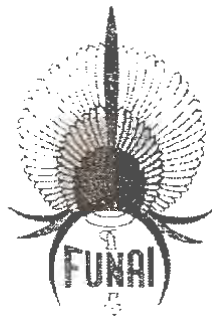
Um outro natural de São Paulo de Olivença que entrevistamos, o sr. Luís 'Purra' Rodrigues, disse que nos últimos quatro anos tem subido o Jandiatuba todo verão em busca de tracajás, sempre acompanhado por seu sobrinho. Em 1991 e 1992 não tiveram problemas nem notaram vestígios de índios. Em 1993, entretanto, tinham subido em um peque-peque até o Remanso do Pancho. Armaram malhadeiras nos lagos da imediação e seguiram ainda mais para cima, onde passaram três dias. Lá já começaram a notar rastros. Resolveram voltar. Chegando no Remanso do Pancho, deram falta do material (malhadeira), de uma banda de mutum que tinham moqueado e de um boné que tinham deixado na boca do varadouro. Encontraram ali rastros de pelo menos três pessoas. Começaram a descer o rio, com medo. Adiante, em uma praia antes das Três Bocas, encontraram dois cochos de paxiúba na margem do rio amarrados um no outro com cipó. No ano seguinte, em 1994, foram mais além, até uma terra firme na margem esquerda do rio chamada Remanso Grande. Este local fica dezoito pontas abaixo do primeiro igarapé de monta que afluí para o Jandiatuba após as Três Bocas, que entra pela margem direita. Novamente notaram a presença dos índios, tendo estes imitado o barulho de animais como o jacu.

De acordo com o sr. Aguinaldo Gomes, igualmente morador de São Paulo de Olivença, seus filhos subiram o rio Jandiatuba para pescar e caçar em 1990. Encontraram no igarapé Monguba, afluente da margem direita do Jandiatuba acima das Três Bocas, vestígios da presença indígena. Encontraram rastros que vinham do alto desse igarapé, margeavam o Jandiatuba e iam dar em um lago à beira desse. No lago, seus filhos encontraram um "camurim" para pescar tracajá, artefato que consiste em uma cortiça atada por linha de tucum. Em 1993, quando seus filhos vinham descendo o rio, encontraram na margem do rio, pouco acima do igarapé Botelho, afluente da margem esquerda, dois cochos de paxiúba, um remo e uma maniva. Conforme entendimento de outros moradores, que também afirmam havê-los encontrado em 1994, a presença da maniva indica que eles estavam em migração.

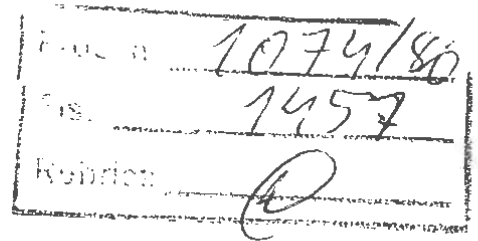
Em janeiro de 1995, subiu o Jandiatuba um grupo de moradores da cidade de São Paulo de Olivença, para pescar e caçar no igarapé Mõa, entre os quais Roque Alves Rocha - que entrevistamos -, seu filho, seu irmão e dois vizinhos. Subiram o rio em uma grande canoa com motor rabeta. Entraram no igarapé Mõa e nele, já em fevereiro, escutaram vozes dos índios. Também escutaram batidas em sapupemas de árvores. Roque trazia um apito de imitar anta; tocou-o e eles logo responderam. Sairam dali, com medo.

Segundo ainda outro morador da cidade de São Paulo de Olivença, sr. Carlos Costa ('Nica'), em julho de 1994, subiu o Jandiatuba em um motor-de-centro com um comerciante de Amaturá chamado Maval. Acompanhava-o seu irmão, Manuel Costa ('Juca'), mais dois homens e dois rapazes. Três pontas acima do igarapé Botelho, resolveram caçar, entrando ele pelas terras da margem direita do Jandiatuba. Na frente, ouviu "remoço" de gente. O vento vinha em sua direção e ele sentiu o cheiro forte de suor e fumaça. Voltou correndo para o motor mas os outros não acreditaram, dizendo que ele tinha se enganado por medo. Retornaram, então, ele, seu irmão e outro rapaz, verificando rastros e pequenos arumãs quebrados, em razão do que voltaram correndo para o motor e rumaram para a foz do rio.

As terras da margem direita do rio Jandiatuba nessa região parecem constituir a fronteira entre o território ocupado pelos índios deste rio e aquele habitado pelos Tukáno, grupo vizinho de fala



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA



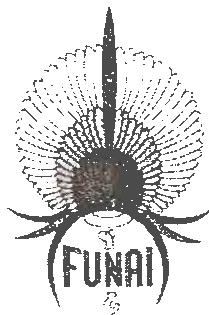
Katukína. De acordo com o sr. Heleno Teixeira de Oliveira, que reside no igarapé Lobo desde o final dos anos 50, há neste rio dois grupos indígenas distintos que freqüentam seu alto curso: os Tukáno, que transitam entre o igarapé Dávi e o alto Curuena; e os Arara, que freqüentam a região entre o igarapé Lobo e o rio Jandiatuba. Os Tukáno ele considera "mansos" - embora, ressalte, "vivam no mato" -; os Arara são "bravos". Afirma que os próprios Tukáno, em suas visitas, dizem que os Arara são "maus". Os Tukáno relatam conflitos com os Arara, em um dos quais teriam morrido pelo menos dois índios Tukáno e quatro Arara. O sr. Heleno parece relacionar claramente os "Arara" aos Índios do Jandiatuba, dizendo que "até a Petrobrás tem medo deles", e que no alto Lobo "ela não corta mais linha".

De acordo com o testemunho do sr. Manoel Farias Barbosa, morador da cidade de Jutai, corroborado posteriormente pelo do sr. João 'Branco', morador do rio Jutai, em 1989, uma das turmas do madeireiro Flávio Azevedo, que tirava madeira no igarapé Lobo e alto rio Curuena, tinha "saído" dali por conta do temor suscitado ao ouvir o "remoço" dos índios. Os índios que apareceram eram "bravos", ao contrário dos Tukáno que por vezes freqüentam a casa dos moradores não índios na região.

Segundo diversos moradores de São Paulo de Olivença, um dos índios "Katukíno" da família que foi trazida para a cidade, Carlitinho, teria tido em março de 1994 um encontro com índios arredios no igarapé Jutazinho, afluente da margem direita do rio Jandiatuba. De acordo com o relato dos que o ouviram contar o episódio, havendo subido o Jandiatuba no motor de centro de um patrão chamado Manuel Viana para tirar madeira branca em suas margens, teriam entrado no igarapé Jutazinho para, provavelmente, conseguir "rancho". Estavam à distância de um dia de motor de centro da boca, e eram seis homens. Iam pescar. Carlitinho saiu para caçar um pouco e encostou numa árvore para esconder da chuva. Estava aí quando viu passar oito índios carregando "pêras" (cestos provisórios). Com medo, tomou o rumo de sua canôa, mas o cachorro de um dos índios começou a persegui-lo. Ele conseguiu escapar, chegou ao motor e retornaram.

Ainda segundo o sr. Sildo Moraes, natural e morador de São Paulo de Olivença, há oito anos atrás, ele morava na foz do Jutazinho; cortava seringa aviado por Eptácio Mafrá. Estavam nesse tempo a cerca de oito pontas dentro do Jutazinho quando inopinadamente apareceram dois índios, um homem e uma mulher. Sildo supõe que tenham varado do Jutai ou de algum de seus afluentes. Diz que o homem trazia uma espingarda e falava um pouco de português, estava de "tanga" e a mulher, nua. O índio disse que não tinha vindo matar, só visitar. Passaram uma noite com eles e foram embora dizendo que voltariam depois de uma lua, mas os regionais saíram dali com medo.

Finalmente, resta mencionar as referências sobre a presença de um grupo arredio nas terras entre a margem esquerda do rio Jandiatuba e as cabeceiras de afluentes da margem direita do rio Itaquai. Como já dissemos, não temos elementos suficientes para afirmar pertencer essas referências seja aos Índios do Jandiatuba seja aos Korúbo. De todo modo, em outubro de 1990, a companhia AGROPALM, com sede na cidade de Benjamin Constant, abriu uma área para exploração de palmito denominada Fazenda Palmisul. A área tinha cerca de 31.000 ha, sendo que uma das picadas que tinham sido abertas para delimitar a fazenda, começava no igarapé Curupira, seguindo paralela ao rio Itaquai a uma distância de quatro quilômetros, e subindo o rio, cruzava os igarapés Central, Açúcar, Leopoldina, chegando até ao igarapé Lambança, todos acima da foz do rio Ituí. De acordo com um morador da localidade chamada Ladário, e que havia participado dos trabalhos de abertura das picadas,



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Proc. nº	1074/80
Fis.	1458
Rubrica	

*"naquela ocasião, encontraram alguns tapiris, uma roça abandonada e vários utensílios com recentes vestígios dos índios Kurubus. Informando ainda que a cerca de 03 anos, frequentemente deparam com vestígios dos índios nas proximidades do igarapé Lambança, havendo inclusive, possibilidades da existência de alguma maloca dos índios dentro do referido igarapé"*²².

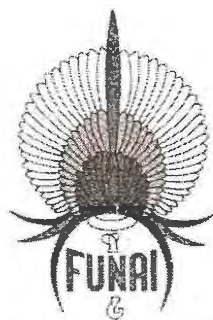
Estes vestígios foram confirmados logo em seguida, registrando-se no RDG nº 002/Expedição Javari/91, enviado à 5ª SUER em 13.12.91:

"Informamos V.Sa. que gerente da empresa Agro-palm/Palm-sul.... comunicou.... que no dia 11.11.91, 04 índios provavelmente Kurubus chegaram a sede da empresa, enquanto grupo maior observava ao longe. A aproximação ocorreu sem incidentes, porém a situação exige cautela".

A plena comprovação do sítio ocupado pela provável maloca desses arredios ocorreu de maneira, por assim dizer, casual. Em um vôo que fazia a rota entre as cidades de Eirunepé e Tabatinga, realizado em 1989/90, o piloto de avião da organização Asas do Socorro, Denis Engelhardt, que transportou alguns integrantes deste GT de Vida Nova ao PIN Maronal, conseguiu tirar duas fotografias de uma maloca situada às coordenadas geográficas aproximadas 05° 01' S. e 69° 56' Wgr. Elas mostram uma maloca de índios arredios, situada em local não muito distante da margem esquerda do rio Jandiatuba, pouco acima da foz do igarapé Inferno. A maloca era bastante comprida, coberta completamente por palha da cumeeira até o chão. As extremidades terminavam em ponta, formando uma planta baixa hexagonal. Possuía uma porta no centro da parede lateral. Ao redor, várias árvores derrubadas, alongando-se a abertura na mata provavelmente para o plantio de roça. De acordo com o piloto, nenhum índio foi visto, permanecendo dentro da maloca ou dela estando ausentes.

Ainda conforme o "Relatório referente a Ordem de Serviço nº 029/ATN/94", datado de 03.05.94, de Luis Carlos Mello e Ricardo Gaspar de Souza Rezek, encontraram no dia 27.04.94 o "trabalhador de madeira o sr. Raimundo Andrade, morador da localidade Volta do Bindá, no rio Itacoai que nos falou sobre vestígios de Índios Korubu, nos Igarapés Rodrigues, Lambança e Leopoldina".

²² Cf. CI nº 032/GAB/ADR/ATL/91, de 22.08.91, em que o Administrador Regional Walmir Vitor dos Santos encaminha um "Relatório de Ocorrências", assinado conjuntamente com Pedro Oliveira Coelho, ao Superintendente da 5ª SUER, Odenir Pinto de Oliveira.



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Proc. n°	1074/80
Fls.	1459
Rubrica	

II.3. Kanamarí

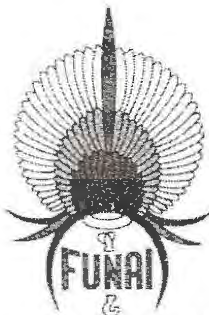
Os Kanamarí atualmente conhecidos pertencem todos à família lingüística Katukína, e habitam tanto o Vale do Javari como o vizinho vale do rio Juruá. No Javari, nota-se a presença de diversos *djapa*, embora cada aldeia geralmente tenha a predominância de um ou dois desses grupos. Os Kanamarí da aldeia São Luiz consideram-se 'Gente do Macaco-de-Cheiro' (*Kadjikiri Djapa*), afirmando por outro lado haver no PIN Massapê 'Gente do Mutum' (*Bem Djapa*), 'Gente do Porquinho' (*Hitxã Djapa*), e 'Gente da Lontra' (*Kutxa Djapa*). Por sua vez, os Kanamarí da aldeia Queimado consideram-se 'Gente do Porquinho' (*Hitxã Djapa*), 'Gente da Lontra' (*Kutxa Djapa*), 'Gente do Macaco-de-Cheiro' (*Kadjikiri Djapa*), e 'Gente do Japó' (*Pôtsô Djapa*).

Os Kanamarí localizam-se em três regiões básicas no interior da TI Vale do Javari: no alto rio Jutai, concentrando-se na aldeia Queimado; no alto rio Itaquai, na aldeia Massapê; e no baixo rio Javari, nas aldeias São Luiz e Irari. Além desses grupos, encontram-se também alguns indivíduos ou famílias isoladas no médio rio Curuçá e em seu afluente, o Pardo.

QUADRO II.a - População Kanamarí
(por aldeia e ano)

ALDEIA/ANO	1980	1985	1995/96
Massapê	79	224	264
Queimado	140	121	176
São Luiz	174	80	80
Irari	40	27	47
R. Curuçá/Pardo	-	21	09
TOTAL	433	473	576

No alto rio Itaquai, os Kanamarí têm habitado a zona entre os igarapés São Vicente e Cedro, ambos afluentes da margem direita, pelo menos desde as décadas de 40 e 50. O Posto Indígena Massapê fica à margem esquerda do alto Itaquai, pouco abaixo da foz do igarapé São Vicente, sendo que a atual casa-sede e a enfermaria estão construídas no cume de uma colina alta, de onde se avista grande parte do terreno da aldeia e o rio. Os Kanamarí do Massapê têm uma concentração maior de casas nas proximidades do Posto, mas também são encontrados ao longo da margem do Itaquai na região imediatamente abaixo, em casas individuais ou pequenos aglomerados familiares. Quando da passagem do GT, a habitação Kanamarí localizada mais a jusante no Itaquai era a nova casa de Apuriá, líder político da aldeia Massapê, situada na margem direita pouco acima da foz do igarapé Chôa. Apuriá já tinha plantado ali metade de uma roça nova, sendo o local aparentemente ocupado de forma temporária por três rapazes.



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Proc. nº 1074/80
Fls. 1460
Rubrica

Entre o PIN Massapê e o igarapé São Vicente, encontravam-se cerca de uma dúzia de outras casas indígenas, em ambas as margens do Itaquai, metade das quais abandonadas ou vazias temporariamente, com o pessoal "fazendo farinha" na aldeia do Posto. Na foz do São Vicente, havia outras três residências, sendo que o dono de uma delas também estava residindo temporariamente no PIN. Entre o São Vicente e o Massapê Velho encontravam-se outras quatro residências ocupadas e seis vazias. Finalmente, no Massapê Velho, antigo sítio ocupado pelo Posto da FUNAI, permanecem cinco famílias lideradas pelo velho Kanamarí Abdom.

Três famílias também afirmaram possuir casas no interior do igarapé São Vicente, para onde se deslocavam em certas épocas do ano em suas atividades produtivas.

Ao todo, contavam-se 39 grupos domésticos entre os Kanamarí do alto Itaquai.

Não incluímos na contagem dessa aldeia um pajé do Jutai e seu filho que visitavam o Massapê em nossa passagem ali, em 1995, os quais reencontramos em sua aldeia de origem, no Queimado, em 1996.

**QUADRO II.b - População Kanamarí - Aldeia Massapê
(por sexo e idade - 1995)**

IDADE/SEXO	H.	M.	T.
00-04	20	24	44
05-09	30	24	54
10-14	17	10	27
15-19	17	09	26
20-24	08	07	15
25-29	09	16	25
30-34	08	05	13
35-39	09	05	14
40-44	02	07	09
45-49	08	03	11
50-54	03	02	05
55-59	06	07	13
60- +	03	03	06
s/ est.	02	-	02
TOTAL	142	122	264

De fato, ainda que estejam efetivamente todos reunidos na aldeia Queimado durante o período de festas, os Kanamarí do Jutai continuam freqüentando o sítio de suas aldeias nos igarapés Caraná, Nauá e Dávi durante parte do ano. Nessas épocas, ficam na foz do Queimado somente algumas poucas famílias, dispersando-se o restante pela região situada à montante. No início dos anos 90, parte dos Kanamarí da aldeia Queimado refugiaram-se temporariamente entre os Kulína do igarapé São Francisco em razão do temor aos ataques dos 'índios bravos' do alto Jutai.



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

1074/82
1461
C

Incluimos entre a população dessa aldeia uma mulher Kulina e uma mulher Tukano, casadas com homens Kanamarí. Constatamos vinte grupos domésticos na aldeia Queimado em 1996.

QUADRO II.c - População Kanamarí - Aldeia Queimado
(por sexo e idade - 1996)

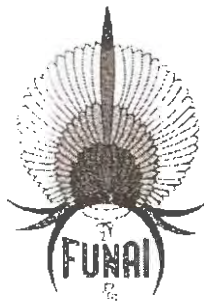
IDADE/SEXO	H.	M.	T.
00-04	12	15	27
05-09	21	17	38
10-14	10	10	20
15-19	05	06	11
20-24	03	02	05
25-29	06	06	12
30-34	06	05	11
35-39	05	06	11
40-44	07	04	11
45-49	04	03	07
50-54	01	02	03
55-59	00	00	00
60- +	02	02	04
s/ est.	10	06	16
TOTAL	92	84	176

A aldeia São Luiz localiza-se nas proximidades do antigo sítio do "posto indígena de atração" de mesmo nome, à margem direita do baixo rio Javari. Nesta aldeia havia, quando da passagem do GT, onze casas construídas e uma sendo construída. Além dos Kanamarí que aí residem, liderados por Arlindo, incluimos entre a população dessa aldeia os nove Kanamarí pertencentes a uma família formada originalmente por mãe Kanamarí e pai brasileiro que residem na boca do igarapé do Maia, afluente da margem direita do do Curuçá, e no lago do Caxias, situado à margem direita do baixo Javari.

Embora os habitantes da aldeia São Luiz tenham se mudado para um local situado imediatamente a jusante na margem do Javari, o cemitério usado por eles continua a estar localizado na periferia do antigo sítio, onde permanecem duas ou três famílias dessa comunidade Kanamarí.

QUADRO II.d - População Kanamarí - Aldeia São Luiz
(por sexo e idade - 1995)

IDADE/SEXO	H.	M.	T.
00-04	04	06	10
05-09	08	04	12



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

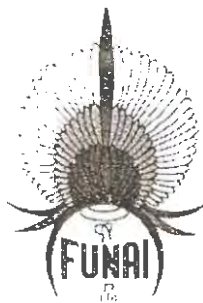
Proc. n° 1074180
Fls. 1462
Rubrica

10-14	05	06	11
15-19	05	02	07
20-24	02	03	05
25-29	05	05	10
30-34	01	02	03
35-39	02	02	04
40-44	02	02	04
45-49	02	00	02
50-54	01	02	03
55-59	02	02	04
60- +	02	00	02
s/ est.	02	01	03
TOTAL	43	37	80

No baixo Javari, os Kanamarí habitam também em uma aldeia situada logo acima da boca do igarapé Irari. Além das cinco famílias que residem junto à foz do Irari, à margem direita do rio Javari, incluímos entre a população dessa aldeia uma família Kanamarí, composta por sete pessoas, que habita no interior do lago do Tambaqui.

QUADRO II.c - População Kanamarí - Aldeia Irari
(por sexo e idade - 1995)

IDADE/SEXO	H.	M.	T.
00-04	04	05	09
05-09	06	03	09
10-14	04	02	06
15-19	01	01	02
20-24	00	01	01
25-29	01	01	02
30-34	00	02	02
35-39	02	00	02
40-44	01	00	01
45-49	01	00	01
50-54	00	00	00
55-59	01	01	02
60- +	01	00	01
s/ est.	07	02	09
TOTAL	29	18	47



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Proc. nº	1074180
Fls.	1463
Rubrica	

Além de uma mulher Kanamarí e dois de seus filhos, que vivem com os Marúbo no médio Curuçá, registra-se também a presença de uma família kanamarí, com seis pessoas, vivendo há dois anos no interior do rio Pardo. Trata-se de uma mulher kanamarí casada com um madeireiro brasileiro. Veio para o Pardo com o atual marido há dois anos, junto com seu irmão e a família dele, originários do Massapê. Antes de retornar para o Itaquai, a cunhada havia fabricado bastante cerâmica, deixando seu irmão roça plantada, e ficando de voltar para fazer farinha.

De modo geral, os Kanamarí possuem um alto grau de mobilidade espacial, sendo comuns as visitas entre as diferentes aldeias. Suas casas (*hak*) atuais são quase todas abertas, sem paredes, possuindo somente teto e piso, o que é indicativo de um alto grau de sociabilidade. De fato, suas aldeias atuais são construídas em círculo ou retângulo com o pátio (*ahoganin*) vazio no centro, esquema que se pode notar nas aldeias Queimado, Massapê e São Luiz.

II.4. Korúbo

Os Korúbo são um povo, quase certamente, de fala Pano. Seu território compreende uma área se estende desde o rio Quixito, a Oeste, até as terras da margem direita do rio Itaquai, a Leste, delimitando-se ao Norte por uma linha que passa à altura da confluência dos rios Ituí e Itaquai, e ao Sul pelos rios Coari e Branco. Sua provável autodenominação é *Matsés*, termo também usado por outras sociedades Pano vizinhas com a mesma finalidade. São conhecidos pela população regional, entretanto, como "Caceteiros", numa referência à arma distintiva usada por eles em seus ataques.

Os Korúbo comportam-se hoje, claramente, como uma sociedade em guerra²³. Em sua fuga das frentes madeireiras, tentam fazer perceber à população envolvente o território que consideram seu: aproximam-se das casas "fazendo zoadas", fecham os caminhos com "tapagens", arracam as roças plantadas em suas terras, destroem os tapiris dos intrusos quando estes se ausentam e, em último caso, atacam e matam aqueles que os ameaçam constantemente. O martirologio é a expressão concreta das relações de hostilidade com os membros da sociedade nacional brasileira, que têm perdurado ao longo de quase três décadas. Poucos são os dados sobre o número de baixas sofridas pelos índios nos embates com os integrantes da frente extrativista. Têm sido, ao que tudo indica, muitas. Em um documento de 1990, resumia-se o funesto histórico conhecido:

"Segundo nossos informantes, os conflitos entre indígenas e brancos tiveram início no ano de 1965, quando os indígenas, possivelmente Kurubus (Caceteiros), mataram três homens brancos, empregados do Sr. Flavio Azevedo, na localidade igarapé marubo, afluente da margem esquerda

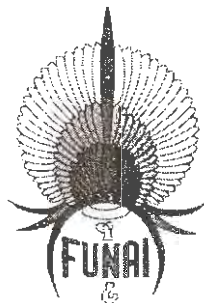
²³ Embora recusem claramente fazer uso de armas de fogo, que não se contam entre os despojos levados em seus ataques.



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Proc. nº	1074/90
Fls.	1464
Rubrica	<i>[assinatura]</i>

do rio itacoaí; Segundo informações do Sr. Guerreiro, antigo morador do rio itacoaí, o segundo conflito deu-se em 1968, na localidade volta do perigo, margem esquerda do rio itacoaí, quando os indígenas Caceteiros atacaram a casa de um seringueiro, mataram o mesmo e levaram a carne, deixando apenas a ossada. Na oportunidade, os indígenas também levaram uma criança do sexo feminino, aloirada; Com a implantação da Funai na área, fato ocorrido em 1972, foi aberto as Frentes de Atração Rio Ituí, Rio Branco, Rio Itacoaí e Rio Curuçá; Em 1974, ocorreu o primeiro massacre em servidores da Funai, no qual o servidor de nome Bandeira foi vítima fatal e outro servidor de nome Bernando Muller ficou todo quebrado a golpe de cacête, sendo salvo por seringueiros. Esse massacre deu-se na foz do igarapé corrêa, margem esquerda do rio itacoaí, próximo ao Posto de Atração; Em maio de 1975 ocorreu outro massacre, desta vez, na localidade meruim, margem direita do rio ituí, quando foi morto o seringueiro de nome Manoel Rosado, sendo que os índios também levaram a carne, deixando a ossada; No último trimestre de 1975 os índios Kurubus fizeram novo massacre no Posto da Funai do rio itacoaí, quando mataram a golpe de cacête, o servidor Sertanista Jaime Pimentel; Após o massacre do servidor Jaime Pimentel, as Frentes de Atração Marubo (Rio Itacoaí) e Rio Branco foram desativadas, ficando apenas um Posto de Vigilância na foz do rio branco, o qual com aproximadamente seis meses de atividade, foi desativado em definitivo....; Em 1979 os índios Kurubus voltam a atacar, quando mataram um pescador no rio itacoaí, margem esquerda, próximo à foz do rio branco; Ainda em 1979 os índios atacaram a casa de um seringueiro, também no itacoaí, margem esquerda, mas não houve mortes, apenas os indígenas levaram uma espingarda e outros objetos; Nesse mesmo período, segundo informações de um índio Kanamary, que na época trabalhava com o Sr. Flavio Azevedo, quando subiam o rio itacoaí com destino ao local de trabalho, encontraram um grupo de índios à margem do rio e, a ordem do seu patrão, efetuaram um massacre nos indígenas, à base de tiros de espingarda, não sabendo porém dizer, quantos índios morreram; Em 1980 os índios voltaram, e dessa vez, mataram um Sr. de nome José, na foz do rio branco, margem esquerda do rio itacoaí; Em 81 os índios mataram novamente um pescador na foz do rio branco; Ainda em 81, os srs. Flavio Azevedo, Manoel Vicente e João Bezerra, encontraram um grupo de índios na beira do rio Itacoaí, oportunidade que aproveitaram para distribuir farinha envenenada e outros objetos, entre os índios, o que consequentemente, causou algum dano aos indígenas; Em 25 de junho/81, os indígenas novamente voltaram, atravessaram o rio itacoaí próximo à foz do rio branco, e mataram o sr. Adalberto, ex-servidor da Funai, que se encontrava no local abrindo estrada para seringa por ordem do sr. Flavio Azevedo; Dias depois, os índios foram até a casa da Funai, a qual tinha sido construída na foz do rio branco, desde maio do mesmo ano, não fizeram mortes, mas levaram tudo que tinha na casa; De setembro para outubro do mesmo ano, os madeireiros do sr. Manoel Vicente atacaram um grupo de índios na localidade volta do bindá, margem direita do rio Itacoaí, no entanto, não temos informações de quantos índios morreram; Por volta de abril de 82, foi reaberto a Frente de Atração Itacoaí, a qual dessa vez foi localizada na margem direita do rio itacoaí, na localidade denominada Jó, com a equipe composta por um técnico Indigenista (Chefe da equipe) e mais 11 (onze) aux. serviços gerais; Por volta de maio do mesmo ano os índios atearam fogo na casa de um seringueiro, na colocação Purgatório, margem esquerda do rio itacoaí, não fizeram vítima, no entanto, segundo informações de um índio Kanamary, que na oportunidade trabalhava com o sr. João Bezerra, o dito sr. matou a tiros de



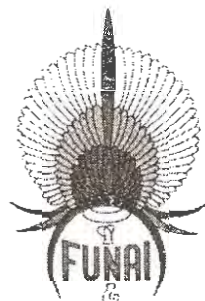
Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Proc. n°	1074/80
Fis.	1465
Rubrica	<i>[assinatura]</i>

espingarda, uma mulher e uma criança indígena, ferindo outros; A equipe de Atração da Funai conseguiu fazer 06 (seis) contatos amistosos com os índios Kurubus, oportunidades em que foram feito alguns cortes de cabelo nos índios, tratamento de saúde e distribuição de alguns brindes. Os trabalhos estavam sendo realizado de forma amistosa e tranquila. Contudo, no mês de junho/82, dois servidores (Amelio Wadick e José Pacífico) quando voltavam de uma pescaria, foram surpreendidos e mortos a golpes de bordunas, no caminho do lago, por um grupo de índios. Diante desse fato, imediatamente a Frente de Atração foi desativada e, até a presente data não foi reaberta; Ainda no mesmo ano, por volta de outubro, os madeireiros Manoel Vicente, Flavio Azevedo e Artur Ramos, efetuaram um massacre num grupo de índios na margem do rio itacoai; Em 83, por duas vezes, os indígenas sofreram agressão fatal, comandada pelos srs. Flavio Azevedo e Flavio Peres Castro Pinto; No segundo semestre de 83 a Petrobrás entra na área dos índios isolados para efetuar pesquisas; No primeiro semestre de 84, os índios flecharam um trabalhador da Petrobrás, o qual veio a falecer; Em setembro/84, os índios atravessaram o rio itacoai, foram até o acampamento da Petrobrás e mataram dois trabalhadores a golpe de bordunas, sendo um servidor da Funai (que fazia parte da equipe da Funai que acompanhava os serviços da Petrobrás) e outro trabalhador da própria Petrobrás; Três dias após o massacre no acampamento da Petrobrás, os índios saíram no rio ituí e mataram um pescador na margem direita....; Em junho/87, oito famílias de seringueiro se mudaram do seringal Fronteira para o seringal Colon, devido a constante presença dos índios naquela área; Em julho/87, os índios saíram no rio ituí, localidade estirão do cruzeiro e atearam fogo na casa de um seringueiro. Um mês depois, os índios voltaram e queimaram a casa de outro seringueiro de nome Gentil, próximo à foz do rio ituí. Ambas as casas eram localizadas na margem esquerda do rio ituí....; Segundo informações do sr. Guerreiro, em agosto/88, um senhor de nome Santiago juntamente com alguns companheiros, fizeram um massacre num grupo de Caceteiros, inclusive, recolheram alguns materiais (utensílios) dos índios; Finalmente, em setembro/89, um grupo de seringueiros e pescadores, surpreenderam 04 índios Kurubus, na margem de um lago, próximo à foz do rio ituí, mataram três índios a tiros de espingarda e o quarto, segundo informações do sr. Sebastião Costa, que participou do massacre, fugiu baleado, o qual possivelmente, não conseguiu ir muito longe"²⁴.

Na segunda metade dos anos 60, o território ocupado mais intensamente pelos Korúbo parecer ter se centrado na região entre o baixo rio Branco, afluente do Itaquai, e as cabeceiras do rio

²⁴ In "Relatório" de Gilmar Joia de Figueiredo Costa, Walmir Vitor dos Santos e Pedro Oliveira Coelho encaminhado pela CI nº 002/SDC/ADR/ATL/90, de 22.01.90, ao Superintendente Executivo da 5ª SUER. Além dos fatos arrolados, o Ofício nº 04/70, de 19.09.70, do advogado da 2ª DR, Raimundo Nonato Holanda, ao Superintendente da FUNAI em Manaus, menciona ainda outros ataques: em setembro de 1967 no seringal Fronteira, na boca do igarapé São Lourenço, quando morreram os srs. Joaquim Rodrigues e Raimundo Calixto; em 1968, no rio Branco, atacando a residência do sr. Raimundo Franco, sendo morta uma criança; em 1969, nos meses de agosto e setembro, atacam na região dos rios Ituí e Itaquai (igarapé Marubo), raptando as meninas Isa Lucas e Vera Lucia Angulo, ambas com nove anos; em 1970, é atacado o seringal Floresta, morrendo o sr. Sebastião Luiz da Costa, a cacetadas. Pode-se mencionar igualmente dois ataques, ocorridos em 1980 e 1981, na boca do rio Branco tendo sido morto um sr. chamado José no primeiro e um pescador no segundo.



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Proc. n°	7074/80
Fis.	7466
Rubrica	

Novo de Baixo, afluente do Ituí. Em 1972, é criado o Posto Indígena de Atração (PIA) Marubo, que se localiza na margem direita do Itaquai pouco acima do igarapé Marubo. O PIA é atacado duas vezes pelos Korúbo em 1973, que matam um funcionário e incendeiam a casa. Prosseguem o trabalho de atração em 1974, criando-se um subposto no rio Branco, na região dos igarapés Tabocal e Açaí, seus afluentes. Em agosto, durante uma distribuição de brindes, os índios matam o funcionário Sebastião Bandeira e espancam gravemente Bernardo Müller Filho. Em 24.11.74 conseguem entrar em contato com um grupo Korúbo, que são presenteados. Sobrevôos realizados em dezembro de 1974 localizam malocas no igarapé Correia, afluente da margem esquerda do rio Itaquai. Em 06.02.75, cerca de duzentos Korúbo mostram-se na margem oposta ao PIA. Em 20.09.75, alguns Korúbo visitam o subposto Rio Branco, pedindo facões, tesouras e machados. No dia seguinte, os sertanistas encontram, a poucas horas do PIA Marubo, uma aldeia Korúbo com seis malocas e cerca de duzentos índios. Em fins de 1975, o auxiliar da frente de atração Jaime Sena Pimentel é morto pelos Korúbo, sendo o PIA, em consequência, desativado.

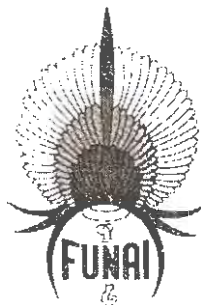
No início de 1982, a FUNAI reiniciou os trabalhos de atração do grupo Korúbo reativando o antigo PIA Marubo, que localizou um posto de atração na beira do lago Velho, cerca de duzentos metros afastado do Itaquai, e outro na margem do igarapé Marubo. Em meados de março, verificaram os servidores que tinham sido levados os brindes colocados em varas no primeiro destes postos:

"Encontramos várias palhas de açaí dobradas que serviam de forro para assento, encontramos também um varadouro, caminhando neste constatamos pelos rastros de que os Índios haviam carregado objetos pesados, cinco minutos de caminhadas no varador encontramos uma pachiuba derrubada à machado no qual foi tirada a parte mais grossa, para ser utilizada como canoa primitiva.... Seguindo mais ainda no varador encontramos seis Tapiris cobertos de palhera, pelos tamanho demonstrava aproximadamente de 30 a 35 Índios, encontramos no referido Tapiris trapos de panos, espigas de milhos, bagaços de cipó e marcas de 18 fogos.... Fomos verificar o 2º Posto, chegando lá encontramos os Brindes intacto, os Indígenas não utilizaram esta parte do varador, devido as águas do Rio Itacoai estar com uma grande cheia na área, achamos que eles havia afastado da margem do Rio"²⁵.

No dia 02.04.82, os integrantes da frente de atração tiveram um encontro com os Korúbo, que saíram na margem do Itaquai, perto do local do primeiro posto. Pediram os índios brindes (panelas, terçados, colheres), que os servidores jogavam do barco para terra e eles iam recolhendo. Um intérprete Matís, Binan, conseguiu uma parcial compreensão lingüística. No dia seguinte, os Korúbo apareceram pintados de urucú e sem armas. "São de cor morena, estatura média, dentes perfeitos, corte de cabelo meia cuia na frente e atrás somente rebachado, sendo formado uma meia lua de ambos os lados no centro da cabeça que inicia de trás das orelhas", observa o chefe do PIA; tinham o pênis amarrado para cima e usavam pulseiras de fio de seda de tucum.

No dia 11.05.82, houve o terceiro contato com este subgrupo Korúbo, tendo os índios pulado na água e embarcado na lancha, ficando cinco horas em diálogo com a equipe de atração e

²⁵ Coelho, 1982a.



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

1072/80
1467
Rubrica

Binan. Mostravam-se ora pacíficos, cantando e brincando (tiveram seus cabelos cortados pelos funcionários), ora agressivos, apertando o punho dos funcionários. No dia seguinte, 12.05, reapareceram pedindo brindes, que não puderam ser presenteados, pois não os havia. Observaram entre os índios *"uma jovem e um garoto que apresentavam estar muito doente, com características de cor amarelada, frio"*, que deduziram ser malária²⁶. Quase dois meses depois, no dia 03.07.82, os Korúbo reapareceram na margem do Itaquai, chamando o pessoal do posto na outra margem e mantendo um encontro de quatro horas com a equipe. De acordo com o chefe do PIA, *"devido ao estado de saúde dos indígenas quase não foram reconhecidos pois estavam muito magros"*²⁷. Os índios recusaram-se a tomar medicamentos. No dia 08.07.82 voltaram novamente, nadando cinco deles até a lancha, sendo medicados então e informando através de Binan que havia *"mais gente doente em sua maloca"*.

Pouco depois, no dia 13.07.82, dois integrantes da equipe de atração, Amélio Rosado Wadick e José Pacífico de Almeida, foram mortos pelos Korúbo no varadouro entre o rio Itaquai e um lago. Ainda segundo relatório do chefe do PIA,

*"os mesmos estavam com suas cabeças esmagadas.... Vinham retornando do lago, conduzindo a canoa no ombro no momento em que foram surpreendidos pelos indígenas.... Encontrei a canoa, inclusive, com marcas de borduadas, também encontrei duas tapagens feitas pelos indígenas, uma de cada lado do varador, encontramos 9 bordunas e 3 lanças junto aos corpos"*²⁸.

Os trabalhos de atração são interrompidos e a FUNAI se retira da área. Paradoxalmente, é neste momento que o chefe do PIA realiza um sobrevôo sobre a região, constatando então a localização precisa de diversas malocas.

*"No dia 26.08.82 foi feito o primeiro sobrevôo sobre o igarapé Marubo, afluente da margem esquerda do Rio Itacoai, onde foram localizadas 4 malocas dos índios Kurubo, sendo 3 habitadas e 1 abandonada. As malocas estão aproximadamente 3 km de distância uma das outras e aproximadamente 10 km da boca do Igarapé Marubo com o rio Itacoai. Posteriormente sobrevoamos o Igarapé São Pedro, afluente da margem esquerda do rio Branco, onde encontramos mais 2 malocas habitadas, localizadas a uma distância aproximada de 5 km da boca do Igarapé com o Rio Branco. Daí, seguimos para o igarapé Corrêa, afluente da margem esquerda do Rio Itacoai, onde tornamos a encontrar mais 2 malocas Kurubo, uma distância aproximada de 10 km da boca desse Igarapé com o rio Itacoai. Sobrevoamos ainda, o Rio Novo de Baixo, afluente da margem direita do Rio Itui, onde a uma distância aproximada de 12 km, encontramos mais 1 maloca Kurubo e logo a seguir uma área desmatada, que provavelmente é uma roça destes índios. Ao todo foram localizadas 9 malocas Kurubo, sendo destas, 8 habitadas e 1 abandonada, onde calculamos uma população aproximada de 150 índios"*²⁹.

²⁶ Coelho, 1982b.

²⁷ Coelho, 1982c.

²⁸ Coelho, 1982d.

²⁹ Coelho, 1982e.



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Proc. n°	1074/80
Fis.	1468
Rubrica	

Encarregado de acompanhar os trabalhos da Equipe ES/55, da PETROBRÁS, que fazia pesquisa de reconhecimento dentro da terra indígena, Pedro Coelho constata na linha 168, aberta entre o médio Ituí e o rio das Pedras, *"vestígios dos índios Kurubos, que freqüentam durante o mês de verão entre Coarí e rio Branco"*. No dia 06.08.85, um Kanamarí encontraria o corpo de um índio Korúbo nas águas do Itaquai, no estirão do igarapé Fraternidade, localizando quatro dias depois, na "volta grande", local do antigo posto da FUNAI, um tapiri, dois cochos de paxiúba, doze bordunas feitas de pau macucu, vários enfeites de palhas de palheira, em forma de chapéu, e pequenas peças feitas de barro³⁰.

Em meados de 1987, os Korúbo tornaram a sair na margem esquerda do baixo Ituí, na localidade Estirão do Cruzeiro. Uma equipe da FUNAI é mandada ao local, onde encontram dois varadouros bem próximos um do outro, cada qual com um acampamento, possuindo em conjunto dezessete tapiris. Verificaram a presença de restos de buriti, lenha amontoada (coberta com palha), um remo e quatro cochos de paxiúba na beira do rio, que tinham sido usados provavelmente para efetuarem a travessia do mesmo. *"Considerando o modo como deixaram seu acampamento"*, diz o documento, acreditavam que *"dentro de algum tempo os mesmos irão retornar àquele local"*. Não sem um certo assombro, constatavam a proximidade do local com a cidade:

*"Nessa última investida, os mesmos [Korúbo] saíram a apenas 13 horas de Atalaia, viagem efetuada em lancha, pelo rio, o que em linha reta será muito mais próximo. Verificando que os referidos indígenas, chegaram até o acampamento da Petrobrás, a 3 (três) anos atrás, onde efetuaram o massacre de duas pessoas, não respeitando a quantidade de homens ali existente, a presença de avião e bombas, acreditamos que não será difícil aos mesmos chegarem até as roças dos habitantes de Atalaia"*³¹.

Em agosto de 1988, um sr. chamado Lucio encontrou-se com um grupo de índios próximo a foz do rio Branco, atirando neles e sendo perseguido pelos mesmos até as casas do seringal Colom³².

Em 03.09.91, um sobrevôo parcial da área do médio Ituí constatou a presença de duas malocas Korúbo nas vertentes do igarapé Marubo, possivelmente habitadas. Na mesma ocasião, comprovaram a presença de madeireiros junto à foz daquele igarapé no rio Itaquai. Tratava-se, provavelmente, de Flávio Peres Castro Pinto, que outro documento afirma ter invadido *"com uma grande equipe de operários, o igarapé Marubo (área predominante e habitada pelos índios Kurubos) utilizando inclusive cães de caça para detectar vestígios e presença de índios"*³³.

³⁰ Coelho, 1985b.

³¹ CI n° 004/SOP/ADR/ATL/87, de 03.08.87, que encaminha o "Relatório da Viagem Instituída pela OS n° 015/ADR/ATL/87, de 28.07.87.

³² CI n° 011/SDC/ADR/ATL/88.

³³ Cf. a CI n° 032/GAB/ADR/ATL/91, de 22.08.91; e também o TLX n° 039/GAB/ADR TBT/91, de 03.09.91.



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Proc. n°	1074/80
F.S.	1269
Rubrica	<i>[assinatura]</i>

Ainda naquele ano, o Administrador de Atalaia do Norte comunicaria à 5ª SUER a morte de dois madeireiros pelos Korúbo, ocorrida na localidade, Caldeirão, no interior do rio Coari, afluente do médio Ituí.

*"Dois rapazes de nomes Francisco Pereira dos Santos e Mário Salvador, empregados do madeireiro conhecido apenas pela alcunha de Shem, estavam trabalhando madeiras dentro do rio Coarizinho afluente do rio Coari ... quando foram surpreendidos por um numeroso grupo de índios Isolados.... Dos corpos, foram resgatados apenas as ossadas, sem as cabeças, o que tudo leva a crer que os índios levaram as carnes dos mortos, pois em vezes anteriores ocorreu o mesmo. Foi resgatado ainda 19 cacetes (bordunas), os quais foram levados pelos policiais para a delegacia de Benjamin Constant"*³⁴.

Segundo nos afirmaram na casa do sr. Manuel Procópio, os madeireiros de Shem tinham trabalhado um ano no Coarizinho. Depois, desceram o rio para "correr" os igarapés Rosa e Fruta-Pão, em território Korúbo. Encontraram roças dos índios e cortaram alguns pés de macaxeira. Encontraram com os índios e atiraram neles. Quando vieram trabalhar novamente no Coarizinho é que foram mortos pelos Korúbo. O ataque foi seguido pelo envio de uma expedição de dez homens fortemente armados, que partiram de Benjamin Constant em 10.12.91 para bucar os corpos ou, como chegou a ser denunciado, retaliar as mortes.

Tendo em vista o alto grau de invasão do território indígena, a FUNAI instala, em junho de 1992, um Posto de Vigilância móvel entre os rios Ituí e Itaquai. Segundo informação deste Posto³⁵, em 30.09.92, encontraram cerca de quarenta índios Korúbo na margem direita do Ituí, às coordenadas aproximadas 70° 08' W e 05° 08' S. No mesmo período foram encontrados diversos cochos de paxiúba tanto no Ituí quanto no Itaquai, avistando o chefe do PIN Massapê dois índios Korúbo na margem esquerda do Itaquai, entre os igarapés Marubo e o Correia, quando descia o rio em direção à cidade. No dia 16.06.93, os índios Ivan e Manoel Marúbo retornavam de uma caçada na localidade Jarina, próximo à foz do rio Ituí, quando encontraram um cocho, remo e esteira de palha. Segundo um relatório da época, de Sebastião Amâncio da Costa, os índios estavam *"tão pressionados que atualmente estão instalando suas malocas próximo à confluência dos rios Ituí com o Itacoai, área onde toda a madeira já foi extraída. Encontravam-se não obstante, sendo acossados por pescadores nos lagos centrais"*³⁶.

Em janeiro de 1994, dois índios Korúbo visitaram no igarapé Trincheira, afluente do rio Branco, o tapiri de uma turma de madeireiros aviados pelo sr. Francisco Batista, que então era comandada pelos srs. Antonio Marques ('A. Tracajá') e Raimundo Juvenal Rodrigues. Avistando os ocupantes do tapiri, que chegavam do local de trabalho, os índios internaram-se na mata, levando consigo objetos como rede, prato e colheres, e deixando uma borduna. Os madeireiros resolveram sair

³⁴ Fax n° 003/GAB/ADR/ATL/91, de 18.12.91 (Santos, 1991).

³⁵ Cf. Telex n° 267/ADR/ATL/92, de 08.10.92; RDG n° 005/Itacoai, de 25.06.92; TLX n° 249/ADR/ATL, de 23.09.92; TLX n° 110/ADR/ATN/93, de 25.06.93.

³⁶ Costa, s.d.



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Proc. n°	1074/80
Fis.	1570
	P

daquele igarapé, passando a trabalhar em outro afluente na margem direita do rio Branco. Em abril, os índios voltaram a rondá-los em seu local de trabalho³⁷.

É possível que se relacionasse ao mesmo subgrupo a notícia sobre o aparecimento, no dia 01.08.96, de dezesseis índios Korúbo, entre homens, mulheres e crianças, a uma turma de oito pescadores na localidade denominada "Curica", à margem esquerda do rio Itaquai. A súbita chegada dos índios teria assustado os pescadores, que desceram imediatamente o rio³⁸.

O forçoso desterro sofrido pelos Korúbo pela invasão das frentes madeireiras em seu território levou alguns de seus subgrupos à penúria pela falta de roças e caça. Tal é o que se depreende do relatório em que a enfermeira Maria Inê Delgado relata o encontro mantido com cinco índios Korúbo, pouco abaixo da foz do rio Novo de Baixo, quando subia o rio Ituí com destino à aldeia Matís com uma equipe de saúde em outubro de 1994. Segundo ela, *"as caças estão sendo expulsas ou abatidas por extratores de madeira, que são homens rudes que se embrenham nas matas com pouco rancho e muita necessidade, e não se preocupam nem um pouco com os donos da terra"*:

*"Queremos relatar que quando subíamos o rio até nosso destino, três dias depois de termos saído de ATN, precisamente dia 18/10, tivemos um encontro inesperado com um grupo de 05 índios Curubos, sendo 03 homens, 01 mulher e 01 criança, que nos acenaram pedindo que parássemos o barco Adriano em que viajavamos. Nosso encontro foi muito saudável, e em conversa com índios Mat's que seguiam em nossa viagem, foi-nos pedido comida, pois referidos índios estavam famintos. Através de gestos pegavam e amassavam suas barrigas e levantavam as mãos até a cabeça em sinal de desespero. Não tivemos muito para lhes dar, mas assim mesmo conseguimos farinha e bolacha e alguns de nossa tripulação deram roupas, que logo foi vestido. Ficaram bastante felizes e ficamos certos que teríamos outro encontro dentro de 10 dias, quando de nossa volta. Quando estávamos retornando e prestávamos assistência aos índios Marubos que moram no rio Novo, chegou notícias dizendo que muitos Curubos estavam às margens do rio, inclusive um com visível marca de chumbo no braço. Deixamos o rio Novo no dia seguinte e quando chegamos ao local combinado, infelizmente não encontramos mas ninguém. Provavelmente foram afugentados por madeireiros que estão trabalhando na sua área. Vimos ainda suas pegadas deixadas nas praias, comprovando que realmente ali esteve um grupo muito grande de pessoas. Vimos também suas canoas feita de paxiúba abandonadas nas margens em visível sinal de que realmente ali estiveram"*³⁹.

De acordo com a população ribeirinha do Ituí, os Korúbo têm sido vistos quase todo verão nas margens do Ituí. Antes do encontro da enfermeira Delgado, uma turma do madeireiro Taíco, de Benjamin Constant, havia encontrado, em meados de 1994, um grupo de índios Korúbo na margem do Ituí, no lado oposto à foz do igarapé São Nicolau. Pararam o barco e deram muitas coisas aos índios, como açúcar, etc. Os Korúbo entraram levando para dentro da mata, mas depois os madeireiros voltaram e viram tudo na beira do rio de novo. Afirmaram-nos também que os mesmos haviam tido

³⁷ Relatório referente a Ordem de Serviço nº 029/ATN/94, de 23.04.94.

³⁸ Informe nº 003/COORD FCVJ/DII/96, de 04.08.96.

³⁹ Delgado, 1994.



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Proc. nº	1074/80
Fis.	1471
Ass.	<i>(assinatura)</i>

escaramuças com madeireiros da turma de Sabá Preto quando estes corriam o igarapé Iracema, afluente do baixo Ituí. Um funcionário Marúbo da FUNAI, que reside no rio Novo de Cima, nos informou igualmente ter avistado os Korúbo às margens do Ituí, mas proximidades do local conhecido como Estirão do Cruzeiro, quando subia em direção à sua aldeia, no final de março de 1995.

Na verdade, após um período, nos anos 70-80, com predominância de ataques na região entre os rios Ituí e Itaquai, a presença dos Korúbo passou a ser igualmente sentida com maior intensidade, nos anos 90, na zona entre os rios Ituí e Quixito. A presença Korúbo neste último rio é, no entanto, anterior. De acordo com diversas informações obtidas junto à população regional do Quixito, em novembro de 1981 os índios apareceram nos igarapés Quatro Bocas, Cachoeira Grande e Pau Branco, assustando os madeireiros e deixando "tapagens" pelos varadouros⁴⁰.

Em 01.12.93, um grupo de índios arredios matou o madeireiro Luis Venancio Biá no igarapé Tira Luxo, afluente do Quixito, onde trabalhava uma turma aviada por Adolfo Peres. Como se verificou posteriormente pelo varadouro encontrado, os índios teriam vindo pelo igarapé Caninana, afluente da margem direita do igarapé Esquerdo (tributário, por sua vez, da margem direita do Quixito). O tapiri onde ocorreu o fato ficava a três horas de caminhada da margem do rio Quixito, tendo sido deixados sete cacetes junto do corpo, que também tinha cravado no peito uma lança com ponta de taboca. Após essa morte, os madeireiros e também vários moradores abandonaram, ainda que provisoriamente, suas casas no alto rio Quixito. Foi-nos sugerido que, neste caso, teria havido uma expedição punitiva, reunindo-se moradores e madeireiros e "acertado" os índios. Essa informação corrobora a obtida pelos funcionários locais da FUNAI, para quem o índio Nonato Marúbo teria sido levado ao rio Quixito por um madeireiro de Benjamin Constant, chamado José Maria, com o objetivo de guiá-los pelos vestígios recentes da passagem dos índios à maloca destes, havendo, no entanto, se recusado a tanto o Marúbo:

*"Com isso, o madeireiro José Maria e sua equipe voltaram para Benjamin Constant, e, juntamente com o madeireiro Flávio Perez estavam ultimando a preparação de um grupo de homens bem armados, para em conjunto, irem até o local onde foram com o Nonato Marúbo e saírem em perseguição dos Korúbo com finalidade de matá-los"*⁴¹.

Os Korúbo continuaram a freqüentar a região, tendo o chefe substituto do PIN Itacoai sido informado por um morador do Quixito do encontro à margem do rio, no dia 28.05.94, de um

⁴⁰ A Comissão de Sindicância instaurada pela Comunicação de Serviço nº 052/AJUSOL/81, de 09.11.81, para apurar as notícias sobre esses possíveis ataques indígenas na região do rio Quixito concluiu, no entanto, não ter sido constatada qualquer agressão por parte dos índios, e que os "boatos" tinham se originado no fato de muitos madeireiros não terem conseguido madeira suficiente para saldar suas dívidas, ou por alguém que tivesse interesse em afugentar os concorrentes para usufruir sozinho da exploração madeireira naquele rio. Nessa época, existiam cerca de 620 madeireiros trabalhando no rio Quixito.

⁴¹ Cf. Memo nº 001/PIN Itacoai/94, de 10.01.94 (Mello, 1994a). Conforme o "Relatório referente a Ordem de Serviço nº 024/ATN/94", um mês e meio após essa morte, os índios tinham voltado ao local e ateado fogo ao tapiri, destruindo outras coisas ao redor. Um dos moradores do Quixito, sr. Albertino, afirma contudo terem sido os Mayá os responsáveis pela morte de Luis Venancio Biá, porque este, quando trabalhava madeira no igarapé Samaúma, afluente do Esquerdo, quizera "ofender uma cabocla".



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

1079/8
7472
Rubrica

cocho de paxiúba usado pelos índios, próximo ao local onde fôra morto Luiz Venancio Biá⁴². Em junho de 1994, relata o chefe do PIN ter encontrado

*"vestígios dos índios Korúbo no igarapé Esquerdo e que encontramos um cocho de paxiúba, um remo, caminho vem visível nas duas margens do igarapé... rastros de crianças e adultos, aproximadamente mais de 20 pessoas, acho que os mesmos estão fazendo moradia nesta região dos rios Esquerdo e Quixito"*⁴³.

No início de fevereiro de 1995, os Korúbo mataram um funcionário da Companhia de Abastecimento do Amazonas (Cosama), José Cristiano Rodrigues Monteiro, que caçava com dois soldados da polícia militar de Atalaia do Norte no igarapé Pau Branco, afluente da margem direita do Quixito. Conforme nos informou o sr. Arnaldo Cardoso da Silva, morador da foz do igarapé Biguano, diversas turmas exploravam madeira no alto igarapé Pau Branco. Dois trabalhadores, Hermes e Damião, saíram do tapiri do sr. Vanderlei Lopes Maia ('Jóbi'), encontrando a cerca de duas horas do local onde trabalhavam uma roça dos índios Korúbo. Nela havia um tapiri redondo, sem assoalho possuindo em seu interior seis cacetes, esteiras e cestos. Acharam que tinha outra roça adiante, de macaxeira, mas não foram ver. Após a morte do funcionário da Cosama, os Korúbo teriam ido à roça plantada por Jóbi e arrancado as macaxeiras plantadas por ele. Também teriam estado na casa de um regional chamado Lula, na sua ausência, no início de 1995, destruindo seu tapiri. Esse regional havia conseguido tirar, naquela safra, 300 toras de cedro em um local a oito horas de caminhada pelo varadouro das margens do Quixito, nas cabeceiras do igarapé Colônia, seu afluente da margem direita. Há informações de que, na mesma ocasião, os Korúbo teriam estado também em tapiris e varadouros de madeireiros nos igarapés Palhal e Animação, ambos afluentes do Quixito em região abaixo do igarapé Pau Branco.

Quando da passagem deste GT pelo Quixito, o morador da foz do rio Esquerdo, sr. Albertino ('Cotia') Teles de Freitas, dizia que os índios teriam estado em sua roça, à margem direita do Quixito, e arrancado todas as macaxeiras que tinham sido plantadas. Relatou também já ter visto "panela grande" e um machado de metal, já completamente gasto, em um "tambo" (habitação provisória) encontrado na mata.

Em 27.04.95, os Korúbo apareceram na comunidade Ladário, fazendo uso das roças dos srs. José Ferreira Alves ('Pierre') e Manoel 'Pinga', e deixando os moradores em pânico. Dois meses antes, os índios tinham feito tapagem no caminho da roça do sr. José Calixto de Souza. No início de agosto, o fato se repete na comunidade Juazeiro, roubando as roças dos srs. Rui Souza Cruz e Ozenir Vieira Dias, assim como saqueando a residência do sr. Francisco Quirino Abeçu⁴⁴.

⁴² Memo nº 003/PIN Itacoati/94, de 09.06.94 (Mello, 1994b).

⁴³ RDG nº 02/PIN Itacoati/94, de 13.06.94 (Mello, 1994c). O Relatório de Viagem referente a Ordem de Serviço nº 054/ADR-ATN, de 09.06.94, diz que encontraram a cerca de uma hora de voadeira da foz do Esquerdo, dois cochos, pegadas de quarenta ou cinquenta pessoas e caminho bastante amplo, tendo os índios atravessado da margem direita para a esquerda.

⁴⁴ Cf. Relatório referente a Ordem de Serviço nº 063/ADR/ATN/95, de 29.04.95; Telex nº 103/ADR-ATN/95, de 28.04.95; e Relatório referente a OS nº 115/SP/ADR/ATN/95, de 01.08.95.



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Proc. nº	10741/80
Fls.	1473
Rubrica	<i>[assinatura]</i>

Em 29.08.95, os Korúbo mataram a golpes de borduna o morador da comunidade Monte Alegre, Guilherme Barbosa. Esta localidade está situada na margem esquerda do rio Itaquai, a menos de duas horas em barco com motor de popa (de 25 hp) de Atalaia do Norte. Informações obtidas pelos funcionários da FUNAI indicavam ter havido uma expedição punitiva em seguida:

"Consta que, o Sr. Prefeito Marcos Monteiro da Silva, ao tomar conhecimento do aparecimento dos Índios, na referida localidade, forneceu 08 caixas de cartuchos calibre 16, os quais foram recebidos pelas Sra. Maria Lopes de Andrade, esposa do madeireiro 'Andrade', residente no Ladário, que juntamente com os comunitários, Raimundo Andrade Filho, Manoel Batista, conhecido por 'Pinga', Alcenir (filho do Pinga), Pedro Ferro e Nau filho do ribeirão conhecido por Pierri, promoveram 'caça' aos indígenas, e ao conseguirem o seu intento, chacinaram-os"⁴⁵.

Em março de 1996, os Korúbo tornaram a se manifestar no rio Quixito, havendo um acampamento feito por eles no igarapé Extrema, afluente de sua margem direita, possivelmente em suas cabeceiras. Conforme o relatório da equipe deslocada à área pela FUNAI,

"chegamos à localidade de nome Boa Vista, no rio quixito, nosso destino, as 14:00 ha do mesmo dia e, entramos em contato com o Sr. Sebastião Capistana da Silva, pessoa que segundo informações, teria se defrontado com os índios CACETEIROS, naquela área. Em conversa com o referido Sr., o mesmo prestou o seguinte relato: Que no dia 07.03.96, retornava para casa, em companhia do Sr. Evaristo, após um dia de trabalho na extração de madeiras, quando encontraram alguns vestígios de índios à margem do caminho por onde passavam todos os dias, porém, em nenhum momento, avistaram os silvícolas. Em conversa com o Sr. Evaristo, o mesmo confirmou a versão do companheiro. Em seguida, guiados pelo Sr. Sebastião Capistana, seguimos até o local dos vestígios e, após 20 minutos de caminhada pelo varadouro, encontramos um denso caminho com pegadas e 04 tapagens à beira do caminho, confeccionadas com palha de caranã, ubim e jarina, as quais pelas características, julgamos ser obra dos indígenas. Fomos ainda informados que nas margens do Igarapé Extrema, afluente do rio quixito, existe um acampamento, com vários tapiris, pertencente aos índios, possivelmente Caceteiros"⁴⁶.

O fato é que os encontros da população regional com os Korúbo começaram a se tornar muito freqüentes, e os ataques, muito próximos à Atalaia do Norte. Assim, a FUNAI decide recomençar os trabalhos de atração do grupo. Em 04.01.96, através da Portaria nº 003/PRES, a FUNAI cria a Frente de Contato Vale do Javari. Os trabalhos de localização e atração dos Korúbo reiniciaram em meados de 1996. No dia 19.08.96, na terceira expedição efetuada pela Frente, encontraram uma maloca:

⁴⁵ Cf. Informação do Administrador Substituto da ADR/ATN à Coordenadoria de Índios Isolados, em 31.08.95.

⁴⁶ "Relatório da viagem instituída pela Ordem de Serviço nº 018/GAB/ADR-ATN/96, de 13.03.96, encaminhado ao DIJ pelo Memo nº 047/GAB/ADR/ATN/96, de 21.03.96.



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Processo nº	10.741/96
Folha	1479
Assinatura	R

"Localizamos uma aldeia nas coordenadas geográficas S 04° 39' 52'' e W 070° 24' 56''. Entramos na roça a uma distância de 50 à 60 metros da aldeia, separadas por uma nesga de floresta de aproximadamente 30 (trinta) metros. Os índios responderam aos nossos cantos, falaram muito, porém não se mostraram. Calculamos que a maior parte dos indígenas estavam em caçada ou perambulando pela região. Ficamos na roça não mais que 45 minutos. Após deixarmos alguns presentes, efetuamos o retorno ao barco, abrindo uma picada pela qual esperamos que nos visitem. Durante as duas noites na caminhada, fomos cercados pelos índios. Eles imitavam vários animais e batiam suas bordunas no chão, chegando a jogar paus no acampamento. Sem maiores incidentes, regressamos. Temos agora concluída uma ligação física entre nós"⁴⁷.

No início de setembro, verificaram que os índios tinham retirado os brindes colocados em um tapiri à margem esquerda do Ituí. Recolocaram novos brindes no local, substituindo o paneiro de farinha por cachos de bananas, tendo em vista *"que os índios não aceitaram a farinha oferecida"*⁴⁸. Em meados de outubro, os integrantes da Frente de Contato conseguem comunicar-se com os integrantes de uma maloca durante uma expedição por seu território:

"Após nossa 3ª (terceira) expedição na terra entre os rios Quixito e Itaquai, informo que mantivemos contato com os índios isolados Korubo, dia 15 do corrente por volta das 15:00 hs local. Encontramo-nos entre as coordenadas S 04° 40' 90'' e W 070° 24' 53'', perto de suas malocas. Estamos sendo visitados continuamente por um grupo de mais ou menos vinte índios. Ainda não se mostraram todos os índios"⁴⁹.

Em meados de novembro, finalmente, os Korúbo visitam o barco-sede da frente de contato, ancorado à margem do rio Ituí. De acordo com as informações prestadas pelo sertanista Afonso Alves da Cruz, no dia 12.11.96, um grupo de onze índios Korúbo (cinco homens, três mulheres e três crianças) apareceram nas margens do Ituí no local onde estava atracado o barco Waiká, que servia de Posto de Contato:

"O citado grupo de índios, apareceu nas margens do ITUI no dia 12 (ontem) por volta das 07:30 hs, tendo permanecido no barco até às 17:00 hs do mesmo dia, quando se dirigiram a maloca. A visita em questão foi avaliada pela equipe de contato como boa, tendo os índios se mostrados calmos, amigos, porém muito curiosos, principalmente com relação aos equipamentos existentes no barco, tendo os mesmos mexido nos porões e levaram na saída panelas, colheres, facas,

⁴⁷ Informação nº 001/COORD FCVJ/DII, de 12.08.96, encaminhada ao Presidente da FUNAI pelo FAX nº 007/COORD FCVJ/DII/96, de 19.08.96 (Possuelo, 1996).

⁴⁸ Informe nº 002/COORD FCVJ/DII/96", de 01.09.96.

⁴⁹ Fax nº 018/FCVJ/DII, de 18.10.96 (Santos, 1996).



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Proc. nº	1074/97
Fls.	1475
Rubrica	<i>[assinatura]</i>

facões, machados, roupas dos servidores, redes de dormir e outros objetos de uso da equipe e pessoal"⁵⁰.

Os Korúbo retornaram ao barco da Frente de Contato mais duas vezes até o dia 25.11.96, levando na última visita roupas, redes e outros pertencentes particulares dos servidores. Nesse dia, estiveram na embarcação nove índios, entre adultos e crianças. Os integrantes da Frente também informaram que, no dia 21.11.96, alguns índios (não sabiam dizer se os mesmos ou outro grupo) haviam estado no campo de futebol da localidade Ladário, assustando os seus habitantes, pois *"anteriormente eles apareciam apenas nas roças. A aproximação vem preocupando todos, moradores e servidores"*⁵¹.

Em 22.08.97, a Frente de Contato informa a visita de membros do subgrupo já contatado, sendo cinco homens, quatro mulheres e três crianças, *"todos gosando de boa saúde. Os indígenas disseram ainda que o restante do pessoal encontravam-se na maloca"*⁵². No mesmo dia, porém, os Korúbo mataram o auxiliar de sertanista e responsável pela equipe de contato, servidor Raimundo Batista Magalhães ('Sobral'). O ocorrido na ocasião foi assim resumido pelo chefe da FCVJ:

"Por volta das 10:00 hs [do dia 21.08.97] os índios KORUBO chegam ao Posto de Vigilância, estabelecido na confluência dos rios Ituí/Itaquai, pela margem esquerda do rio Ituí. Trata-se do mesmo grupo que a mais de dez meses efetua visitas a Frente. A maior parte das visitas foram efetuadas no barco Waiká, quando este mantinha-se estacionado a duas horas (aproximadamente) de subida pelo rio Ituí, na boca do igarapé Quebrado. Como sempre procedem, os KORUBO gritam na margem oposta anunciando sua presença. Seu grito é típico, algo como: E, hê... E, hê... etc.

Sobral junto com os companheiros Eneider e André, atravessam de voadeira. Vão ao encontro dos KORUBO levando cachos de banana e um paneiro de farinha. Sobral portava como sempre um revólver na cinta. Eneider e André levavam espingardas. São recebidos como sempre, com abraços e sorrisos. Os KORUBO recebem os brindes. Sobral permanece de 15 a 20 minutos e retorna com os companheiros para a margem oposta, onde junto ao flutuante são estacionados os barcos"⁵³.

Uma equipe de sete pessoas que trabalhavam na instalação de rádios nas aldeias do baixo Javari chega ao posto de vigilância. Os Korúbo assomam na outra margem pela manhã, retornando à mata para chamar os demais e logo à confluência Ituí/Itaquai. Sobral atravessa o rio com mais dois companheiros, levando consigo seis dos visitantes, que tiram fotos antes de descerem o rio novamente. No dia seguinte, 22.08, os Korúbo reaparecem no Posto de Vigilância e Sobral prepara-se para ir ao seu encontro, convocando na ocasião outros três integrantes da frente, que estavam desarmados, sendo que

⁵⁰ Informação nº 004/COORD FCVJ/DII, de 13.11.96.

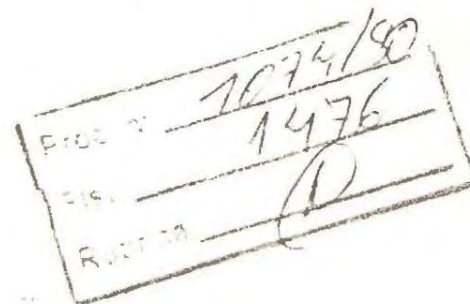
⁵¹ Memo nº 072/COORD FCVJ/DII, de 25.11.96.

⁵² FAX nº 021/COORD FCVJ/DII/97, de 22.08.97.

⁵³ MEMO nº 271/DII/97, de 13.10.97, à DAS (cf. Possuelo, 1997).



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA



somente ele tinha um revólver. Atravessam levando bananas e farinha para os índios. Conforme relato de Joaquim:

"Quando o barco encostou, dois índios KORUBO chegaram e pegaram os brindes, subiram o barranco e entregaram os brindes às mulheres. Neste momento, Sobral salta da voadeira e sobe o barranco até a altura das placas, onde estavam os índios. Eu, Daniel e Danilo seguimos atrás. Embora eles (os KORUBO) estivessem sorrindo e brincando, notei que havia alguma coisa diferente. Ainda pedi o Sobral para voltar. Neste momento, Sobral estava agachado na frente de três índios, dois dos quais estavam abraçados, balançando seus corpos de um lado para outro como se estivessem dançando. Sobral, após fotografar esses três, ainda agachado virou de costas para eles, para fotografar uma mulher KORUBO que estava junto comigo (Joaquim). Neste momento, dois dos índios que Sobral acabava de fotografar, pegaram suas bordunas que estavam escondidas no chão, bem junto deles, e rapidamente atacaram, não dando tempo para qualquer defesa. Daniel ainda gritou: 'Olha o cacete Sobral'. Enquanto Sobral era atacado, os outros índios partiram para cima de nós com os cacetes levantados. Descemos o barranco e eu gritei ac companheiros que estavam sobre o Waikás: 'pegaram o Sobral, atira, atira...'. Eneider e André deram dois tiros para cima. Os índios correram para dentro da mata e desapareceram. Eu, Daniel e Danilo, ficamos na beira do rio enquanto Eneider e André ligaram a outra voadeira e vieram ajudar-nos a pegar o corpo de Sobral que sangrava muito pela boca, nariz e ouvido. Colocamos o corpo na voadeira e voltamos ao flutuante. Não podíamos utilizar nosso barco mais rápido, com o motor de 50 HP porque não havia gasolina suficiente. Com o motor 25 HP mal deu para chegar em Atalaia do Norte"⁵⁴.

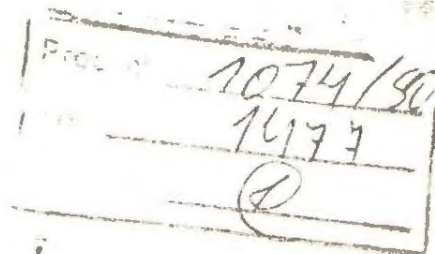
Nas considerações que faz sobre o ocorrido, o Chefe do DII comenta algumas falhas na observação de algumas instruções e normas de segurança:

- As instruções proibiam qualquer tipo de atividade na margem esquerda do rio Itui. Mas, por diversas vezes [o servidor] permitiu ou mesmo conduziu a equipe em excursões desnecessárias;
- Visitas às aldeias são proibidas mas, também, são observadas. Entre abril e maio deste ano, Sobral com mais quatro companheiros desnecessariamente vai até a aldeia. Esta viagem é registrada em vídeo por Maurício Marubo. Na ocasião, ao chegar na aldeia, Sobral e seus companheiros são cercados e ameaçados pelos KORUBO. O vídeo registra a tensão e o risco que a Equipe correu;
- Sobral comete a imprudência de resgatar uma lona que os KORUBO haviam levado do barco Waiká, erguendo com ela um acampamento provisório onde está o barco Waiká, abrigo permanente da Equipe de Contato;
- O barco Waiká deveria ficar estacionado (ancorado) na boca do igarapé Quebrado para cima, aproximadamente a 2 horas da confluência Itui/Itacoai, onde atua a Equipe de Vigilância. Essa orientação é baseado no fato de que na confluência ocorreu um ataque de moradores regionais sobre os KORUBO em 1986. No ataque, mataram a tiros três índios KORUBO. O objetivo era de

⁵⁴ Ibidem.



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA



evitar que nossas equipes se encontrassem com os índios KORUBO em um local de péssima memória e dramáticas conseqüências para os KORUBO e que, poderia incitá-los a revidar sobre nós o que outros haviam feito....

- Armas longas (espingardas e rifles) são portadas ostensivamente pelas Equipes de contato, bem como a manutenção da equivalência numérica, no sentido de dissuadir qualquer atitude de ataque"⁵⁵.

Posteriormente, no dia 12.09.97, o chefe do PIN Ituí informou que, ao subir o rio em companhia dos índios Matís, tinha avistado "os indígenas KORUBO, em uma praia acima da boca do igarapé QUEBRADO, sendo (03) homens, (03) mulheres e (02) crianças de colo. Outrossim, o servidor disse ainda que os indígenas pediam comida, mas ele e os MATS não encostaram e seguiram viagem"⁵⁶. Em 07.11.97, um grupo de cinco homens, duas mulheres e duas crianças aparecem na localidade chamada Ladário, de onde levam "05 (cinco) cachos de banana e uma pedra de amolar, eles pediram também farinha e panela, e em seguida retornaram para sua maloca"⁵⁷. Apavorados, os moradores procuram a FUNAI em Atalaia do Norte propondo que o órgão adquirisse as terras.

"Nesta data por volta das 9:10 horas, compareceu nesta ADR o Sr. Raimundo Alves de Andrade (morador e representando a Comunidade do Ladário), comunicando o aparecimento constante dos indígenas Korubos (Caceteiros), na citada Comunidade, e que quando os mesmos aparecem, levam e furtam dos moradores objetos tais como roupas, banana e farinha, chegando a tirar a roupa dos moradores estando eles ainda vestidos, e não reagem para não haver qualquer tipo de transtorno entre a comunidade e os indígenas. Alegando temor pela falta de segurança devido ao constante surgimento dos indígenas e não sabendo a reação dos mesmos, o Sr. Raimundo propôs a Funai a venda de suas propriedades (inclusive com roças e plantações), pois a comunidade encontra-se sobressaltada com o problema exposto"⁵⁸.

II.5. Kulína (Arawá)

Os índios Kulína, falantes de língua Arawá, que hoje se encontram no Vale do Javari e regiões limítrofes têm seu território central no vale do rio Juruá, sendo a maioria deles originária do seringal e igarapé Penedo. Esses índios autodenominam-se *Madihá*, e não possuem, propriamente

⁵⁵ *Ibidem*.

⁵⁶ FAX nº 024/COORD FCVJ/DII/97, de 19.09.97.

⁵⁷ Memo nº 209/CÓORD FCVJ/DII, de 07.11.97.

⁵⁸ Memo nº 165/GAB/ADR/ATN/97, de 14.11.97.



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Processo	1074/40
Fls.	1478
Rubrica	<i>[assinatura]</i>

falando, aldeias no interior do Vale do Javari. Alguns, inclusive, residem na própria cidade de Atalaia do Norte e proximidades.

De todo modo, em 1995, pelo menos quatro famílias Kulína (Arawá) continuavam ocupando áreas dentro dos limites da terra indígena, distribuídas entre o rio Itaquai e o lago Tambaqui, totalizando 21 pessoas. As primeiras famílias localizadas pelo GT encontravam-se no interior do igarapé São João, afluente da margem esquerda do médio rio Itaquai. Este grupo, também originário de Porto Piau, no igarapé Penedo, era composto por uma família nuclear e três rapazes, totalizando oito pessoas. Outra família, de provavelmente cinco pessoas, havia trabalhado com eles até 25.03.95, quando subiram o Itaquai em uma canoa à remo. Estavam ali há três anos, tirando madeira. Embora residam no interior do igarapé, onde têm uma casa à margem esquerda, esses Kulína mantêm um tapiri junto à foz, no rio Itaquai, como ponto de apoio para o contato e comércio com os não índios que transitam pelo rio. Naquele momento, estava em companhia de sua família a esposa e a filha de um dos dois Kulína que trabalhavam com fregueses do madeireiro José Andrade, de Benjamin Constant. Observamos também a presença de um jovem Kulína, com cerca de 20 anos, que encontramos na casa do ocupante não índio, no rio Itaquai, Manoel Romário de Souza, que o tem criado desde pequeno. Outra família, formada por uma mulher Kulína (Arawá) casada com um peruano, encontramos no interior do lago do Tambaqui, situado pouco acima do igarapé Irari, à margem direita do baixo Javari.

QUADRO II.f - População Kulína (Arawá)
(por localidade e ano)

LOCAL/ANO	1980	1985	1995/96
Rio Itaquai	25	09	16
Alto Rio Jutai	-	30	22
Lago Tambaqui	-	-	04
Atalaia do Norte	-	35	30
TOTAL	25	74	72

Fora dos limites da terra indígena, encontramos na localidade São João, situada pouco abaixo da cidade de Atalaia do Norte, outra família formada por uma índia Kulína e um brasileiro. A mulher é irmã da Kulína que vive no lago do Tambaqui e dos dois homens que têm trabalhado madeira no Itaquai, já citados. Dos quatro irmãos, um é casado com uma índia não Kulína e dois são casados com não índios.

A população Kulína (Arawá) que reside na cidade de Atalaia do Norte é composta basicamente pela mãe e quatro irmãos homens, todos casados com mulheres não índias, sendo dois deles funcionários da ADR/ATN. Um outro irmão, não incluído no censo, casou-se com uma índia Yágua e reside no Solimões.

Cabe mencionar ainda a presença de duas outras famílias Kulína (Arawá) habitando o rio Jutai, que têm vivido nas imediações, mas fora dos limites, da terra indígena Vale do Javari. Uma delas está localizada na margem direita do Jutai, pouco abaixo da foz do igarapé São Francisco; a outra,



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Proc. nº	1074/80
Fls.	1479
Rubrica	(assinatura)

formada por mulher Kulína e homem Kanamarí, habita no presente o igarapé do Cachorro, afluente da margem direita do rio Jutai. Há mais de um ano estão nesse local, onde têm plantações de macaxeira, banana, milho e pimenta.

As famílias referidas acima são remanescentes da população Kulína (Arawá) que habitava a TI Kulína do Médio Jutai, identificada pela FUNAI em 1986, cuja maior parte desceu o rio após um grave conflito interno, estabelecendo-se no interior do igarapé Batedor, pequeno afluente da margem direita do Jutai, pouco abaixo da foz do rio Biá. No Batedor, têm os índios suas casas e roças, mantendo em frente à sua foz, na margem oposta, três ou quatro casas que usam para contatos com regatões e outros regionais. Apesar de haver registro sobre a presença dos Kulína nessa região desde o início dos anos 80, os que aí se encontram chegaram recentemente (estimamos sua população entre quarenta e cinquenta pessoas). A maioria deles dizia estar ali há dois anos, constatando-se que as casas na margem do Jutai não teriam mais que alguns meses. Alguns também vieram da TI Kumaru do Lago Ualá, onde têm parentes.

II.6. Kulína (Pano)

O território ocupado pelos chamados Kulína (Pano) até o início do contato mais intenso com a FUNAI, nos anos 70, compreendia a região dos igarapés Esperança, Pedro Lopes, Todos os Santos e São Salvador, todos afluentes da margem direita do médio rio Curuçá. No período mais recente, essa mesma região continua a ser ocupada pelo grupo, a despeito de suas anuais limitações demográficas e da dispersão de muitos de seus membros.

Os Kulína falantes de língua Pano que habitam o interior da terra indígena Vale do Javari têm hoje uma pequena aldeia no baixo curso do igarapé São Salvador, havendo residido até há bem pouco tempo à margem direita do rio Curuçá, nas proximidades do igarapé Bela Vista. Outra parte do grupo se deslocou, no início da década de 90, para a localidade Campina, estabelecendo-se no interior da TI Lameirão. A primeira vista, parecem também fazer uso do termo *Matsés*, usado como autodenominação por algumas sociedades Pano vizinhas, como os Mayorúna e os Matís.

O pequeno grupo que atualmente habita a margem direita do igarapé São Salvador é formado por nove índios Kulína e quatro Marúbo que residiram antes no "Posto Velho" da FUNAI, no Curuçá. Dali se deslocaram para as proximidades do igarapé Bela Vista, pouco abaixo do igarapé Todos os Santos. Nesse local, o GT constatou a existência ainda de quatro casas pertencentes aos Kulína, com roça e sinais de ocupação recente. Do igarapé Bela Vista, por fim, transferiram-se para o interior do São Salvador, contando-se ali três residências. Em uma diminuta maloca construída ao estilo marúbo reside o líder do grupo, João Branco, Kulína que ultimamente tomou como cônjuge uma jovem Marúbo. Além dele e da esposa, ali também residem dois filhos de seu casamento anterior (com uma não índia) e



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

1074/80
1480
D

a mãe e irmã de sua mulher. Em uma casa construída ao lado reside o irmão de sua esposa. Pouco mais abaixo, uma pequena maloca construída ao estilo Kulína abriga a família do finado Mapará, composta pela viúva e quatro filhos. Duas outras filhas dele estão casadas com homens Marúbo do rio Ituí, em Vida Nova.

**QUADRO II.g - População Kulína (Pano) - Aldeia São Salvador
(por sexo e idade - 1995)**

IDADE/SEXO	H.	M.	T.
00-04	-	01	01
05-09	-	01	01
10-14	-	01	01
15-19	01	01	02
20-24	-	-	-
25-29	-	-	-
30-34	-	-	-
35-39	-	-	-
40-44	-	-	-
45-49	-	-	-
50-54	01	-	01
55-59	-	-	-
60- +	-	01	01
s/ est.	02	-	02
TOTAL	04	05	09

Além do grupo que habita essa aldeia, existe um pequeno número de indivíduos Kulína (Pano) que se encontram isoladamente em outros pontos do Vale do Javari. Encontramos uma Kulína casada com um não índio junto à foz do igarapé Todos os Santos. Viviam antes com os demais em Bela Vista, antes de se deslocarem para o igarapé São Salvador. Depois vieram para o interior do igarapé Todos os Santos, onde estavam naquele momento limpando uma área para fazer roça e, depois, farinha. Tinham vindo para um velho tapiri na beira do Curuçá porque a mulher estava doente e queria descer até a cidade. De acordo com os Kulína, um dos filhos da finada Júlia encontrava-se no rio Javari, a jusante da localidade Santo Euzébio mas ainda dentro dos limites da terra indígena; outro, chamado Chico, mora em Benjamin Constant, com o madeireiro conhecido como Djalma.

Além dos locais já mencionados, deve-se registrar igualmente a presença atual de um grupo Kulína (Pano) junto à margem direita do baixo rio Javari, no interior dos limites da TI Lameirão. Residem em quatro casas situadas pouco abaixo do igarapé Campina, ocupadas pela família do falecido João Bruto; de suas duas filhas, casadas com não índios; de Pedro, irmão de sua mulher; e de Antônio Maspam, seu irmão consanguíneo por parte de pai. Na passagem do GT, um dos genros de João Bruto havia desmanchado sua casa e estava residindo temporariamente com o sogro. Um dos filhos de seu



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Proc. n°	1074/90
Fis.	1481
Rubrica	@

cunhado é casado com uma Kulína prometida anteriormente a um Marúbo. A família de João Bruto é originária do São Salvador, enquanto a de sua mulher, Maria Caçimiro, é originária do igarapé Pedro Lopes. Depois de se casarem, moraram na barra do Pedro Lopes, e logo também na do igarapé Todos os Santos, vindo para o local atual no início dos anos 90. Deram informações sobre outro irmão de João Bruto, Paulo, que mora atualmente em Tabatinga; e Mapará, Kulína (Pano) que, segundo outras informações, teria se suicidado com um tiro de espingarda, mas que eles dizem ter sido assassinado por não índios. Duas filhas de João Bruto estão casadas com um homem Marúbo, funcionário da ADR/Atalaia do Norte, e hoje vivem nessa cidade.

QUADRO II.h - População Kulína (Pano)
(por localidade e ano)

LOCALIDADE/ANO	1978	1985	1995
Antigo PLA Curuçá	09	16	-
Médio Rio Curuçá	09	19	01
Ig. Tiririna	05	01	-
São Salvador	-	-	09
Atalaia do Norte	-	01	02
Benjamin Constant	01	-	03
Tabatinga	03	04	02
Campinas	-	-	26
Outros	02	02	06
TOTAL	29	43	49

No quadro acima, não estão incluídos os indivíduos Kulína raptados pelos Mayorunã e que hoje vivem com estes nas aldeias Lobo e Trinta e Um.

As antigas malocas (*shubu*) habitadas pelos Kulína (Pano) eram compridas, sem divisões interiores, sendo cobertas com folhas de jarina (*sêtequit*). À caraaná, com que cobrem as casas atuais, denominam *mauanoc*. As habitações antigas possuíam os bancos paralelos (*tsadte*) comuns entre as malocas de outros grupos Pano, observando-se naquela ocupada pela família de Mapará, no igarapé São Salvador, a presença de redes e jirau.



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Proc. nº	1074/80
Ass.	1482
Rubrica	(assinatura)

II.7. Marúbo

As grandes malocas (*shubu*) que tradicionalmente servem de habitação aos índios Marúbo são hoje conjugadas com a construção, ao seu redor, de casas pertencentes às diversas famílias elementares que nela têm sua vida social. Atividades como comer, conversar ou praticar os rituais continuam a ser feitas no amplo interior dessas habitações - onde, após os bancos paralelos que ladeiam a entrada, apenas os pilares da cobertura demarcam os espaços. As malocas Marúbo geralmente têm um caminho bastante largo, que conduz dela, no alto da colina, ao curso d'água usado para as atividades cotidianas ou que lhe dá acesso⁵⁹.

Os Marúbo têm ocupado permanentemente quatro áreas distintas para sua habitação, situadas nos cursos médio e alto dos rios Ituí e Curuçá. Continua havendo uma evidente concentração de malocas no alto Ituí e alto Curuçá, notando-se de qualquer forma a consolidação dos núcleos localizados no médio curso de ambos os rios. Além dessas áreas situadas à margem dos rios Ituí e Curuçá, os Marúbo freqüentemente habitam outros pontos de seu território, sendo comum, por exemplo, a construção de casas familiares no "centro" durante os períodos em que exercem algumas de suas atividades produtivas, como a extração de madeira.

⁵⁹ A maloca Marúbo é descrita por Montagner Melatti & Melatti (1975:48-49): "O interior da maloca é assim constituído: logo na porta principal há dois longos bancos (*paus*) paralelos (*quenã*), lugar onde os homens e jovens fazem suas refeições diárias e sessões xamanísticas, normalmente à noite. Atrás de cada banco se localiza um *aco* (trocano); mas geralmente se encontra apenas um desses instrumentos em cada maloca. Nem todas as malocas possuem *aco*, mas há algumas que possuem dois, sendo um considerado velho por não produzir o som desejado. Depois dos bancos paralelos, há um comprido e espaçoso corredor que serve de local de refeições diárias de mulheres e crianças, e realizações de ritos noturnos. Em frente a este corredor sala (*chanã naquí*), em ambos os lados, encontram-se os nichos (*chanã*) de dormir, com redes, algumas pequenas peças de cerâmica e os jogos de cozinha pertencentes a famílias nucleares. As duas primeiras *chanã* perto da porta principal são destinadas normalmente aos índios visitantes. O número de *chanã* em cada lado (quatro a sete) do corredor, depende do tamanho da maloca, que parece ser proporcional ao número de seus habitantes.

Nas traves laterais das *chanã* são pendurados cachos de banana e pupunha, milho e cestas com restos de alimentos. Acima das traves são depositados espigas de milho para plantio. Estas espigas estão acima de várias *chanã* e são armazenadas segundo a propriedade individual, apesar de constituírem um depósito coletivo. Em muitas malocas, as traves horizontais do corredor também são utilizadas para pendurar cachos ou pencas de bananas e cestos (paneiros) com restos de comida.

Perto das portas, no interior da maloca, há um cocho/pilão (*srasro*) horizontal, grande ou médio, usado pelas mulheres e meninas para pisarem milho, pupunha, banana ou tempero silvestre. Pisam com pedras retangulares (também chamadas *srasro*), sendo uma mais pesada e a outra, mais leve. Dependendo do tamanho do cocho, este é utilizado por duas ou três mulheres ao mesmo tempo. Após o seu uso, é emborcado.

O uso do interior da maloca durante o dia é nitidamente feminino e das crianças de ambos os sexos, sendo muito raro encontrar-se homens nesta ocasião. As mulheres aí cozinham, catam piolhos, fazem enfeites de caramujo aruá (*nobo*), tecem tucum (*pani*) e fiam. Os homens executam suas atividades artesanais no pátio externo e nos jiraus. Utilizam a maloca para dormir, comer e sessões religiosas. À noite a maloca se torna domínio dos homens, enquanto mulheres e crianças recolhem-se cedo as suas *chanã*".



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Proc nº 1074/80
1483
Pública

**QUADRO II.i - População Marúbo
(por aldeia e ano)**

ALDEIA/ANO	1975	1978	1980	1985	1995
Vida Nova	227	253	254	289	344
Rio Novo de Cima	-	21	26	65	114
Maronal	141	110	116	149	204
São Sebastião	19	66	64	86	133
Outros	10	12	-	05	23
TOTAL	397	462	460	594	818

No médio Ituí, a população Marúbo ao redor do PIA destinado à atração dos Matís era de 21 pessoas em 1978, e de 26 em 1980. Em 1985, existiam ali já cinco malocas Marúbo, totalizando 65 pessoas. A atual aldeia, formada há cerca de cinco anos, é composta por três concentrações de casas e malocas, situadas todas nas proximidades da foz do rio Novo de Cima. Abaixo da barra desse rio, na margem esquerda do Ituí, existem três casas individuais, ocupadas pela família extensa de João Marques; na margem esquerda do rio Novo de Cima, quase junto a sua foz, está localizada a maloca de Estêvão; por fim, as malocas de Mário e Paulo situam-se também na margem esquerda do Ituí, pouco acima do rio Novo de Cima. Recenseamos pessoalmente a população dos dois primeiros locais, aproveitando, para o terceiro, o censo feito pelo Sr. Aldemar dos Santos, professor mantido na aldeia pelo governo estadual.

**QUADRO II.j - População Marúbo - Aldeia Rio Novo de Cima
(por sexo e idade - 1995)**

IDADE/SEXO	H.	M.	T.
00-04	08	11	19
05-09	16	08	24
10-14	12	07	19
15-19	08	04	12
20-24	03	06	09
25-29	03	06	09
30-34	00	00	00
35-39	02	02	04
40-44	04	04	08
45-49	00	01	01
50-54	00	01	01
55-59	00	03	03
60- +	03	01	04
s/ est.	00	01	01
TOTAL	59	55	114



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Proc. nº	1074/80
	1484
	<i>(assinatura)</i>

No alto rio Ituí, as malocas mais à jusante encontradas, porém acima da confluência com o Paraguaçu, são as de Lauro e Antônio Brasil. Subindo o rio, há uma sequência de seis malocas relacionadas aos missionários da MNTB sediados em Vida Nova, pertencentes a Nicanor, Cristiano, José, Floriano, Mário Peruano e Abel. Acima dessa concentração, encontramos a nova maloca de Raisamon, e logo as malocas de Paulino e Armando. Na boca do igarapé Água Branca encontramos as malocas de Alberto Doles e Raimundo José, havendo para montante apenas a maloca de Felipe, a cinco horas de remo. Na passagem do GT, Felipe estava construindo uma nova maloca junto à recentemente ocupada por Raisamon. Informaram-nos que um índio Marúbo de Vida Nova casou-se com uma brasileira e agora vive em Cruzeiro do Sul.

QUADRO III - População Marúbo - Aldeia Vida Nova
(por sexo e idade - 1995)⁶⁰

IDADE/SEXO	H.	M.	T.
00-04	22	30	52
05-09	26	20	46
10-14	35	30	65
15-19	20	12	32
20-24	17	16	33
25-29	09	12	21
30-34	06	12	18
35-39	12	09	21
40-44	04	05	09
45-49	04	06	10
50-54	07	03	10
55-59	05	08	13
60- +	04	06	10
s/ est.	01	03	04
TOTAL	172	172	344

Já em 1975 encontravam-se 19 índios Marubo junto ao PIA instalado na margem esquerda do médio rio Curuçá, pouco acima da foz do igarapé São Salvador. Três anos depois, a população havia crescido para 60 pessoas, provavelmente em decorrência da migração dos Marúbo que habitavam antes o igarapé Veado, no alto Curuçá⁶¹. Em 1980, a população Marúbo do posto reduziu-se

⁶⁰ Os dados demográficos do quadro são baseados em uma listagem nominal, com respectiva data de nascimento, dos habitantes dessa aldeia, a qual nos foi gentilmente cedida pelos missionários da MNTB que há décadas residem em Vida Nova.

⁶¹ Cf. Melatti, 1981:39.



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Proc. nº	1074/80
Fis.	1485
Rubrica	62

a 44 pessoas, tornando a crescer em seguida, alcançando, em 1985, a cifra de 86 pessoas, que habitavam uma maloca e oito casas na antiga sede, e uma outra maloca pouco abaixo da foz do rio Arrojo. Posteriormente, parte dos Marúbo do médio Curuçá se transferiu para as proximidades dessa última maloca, concentrando-se hoje em dois núcleos à margem esquerda do Curuçá, bastante próximos um do outro, denominados conjuntamente aldeia São Sebastião. Junto ao novo PIN, encontram-se construídas duas malocas, de Sebastião e Santiago (peruano casado com mulher Marúbo), e as casas de Said Reis, Cariri e Wilson Miguel. Abaixo da concentração em torno do PIN Curuçá, encontramos cinco casas: a primeira é habitada por Firmino, que há três anos tinha vindo do Ituí com sua família, deixando lá sua maloca; a segunda pertence a um casal formado por homem Marúbo e mulher Kanamarí; e as três restantes são ocupadas pelos índios José, Joaquim e João, com suas respectivas famílias. Estes últimos moravam em casas individuais e possuíam, cada qual, uma espécie de "maloca provisória" para a realização das atividades sociais, havendo se mudado do Posto Velho para aquele local cerca de três meses antes da passagem do GT.

Incluimos também no censo da aldeia São Sebastião, os quatro Marúbo que vivem com os Kulína (Pano) no igarapé São Salvador.

QUADRO II.m - População Marúbo - Aldeia São Sebastião
(por sexo e idade - 1995)

IDADE/SEXO	H.	M.	T.
00-04	13	09	22
05-09	10	12	22
10-14	06	07	13
15-19	10	03	13
20-24	05	06	11
25-29	05	07	12
30-34	05	00	05
35-39	01	02	03
40-44	03	03	06
45-49	01	00	01
50-54	00	00	00
55-59	01	01	02
60- +	01	00	01
s/ est.	09	13	22
TOTAL	70	63	133

No alto Curuçá, os Marúbo concentravam-se, em 1978, no interior do igarapé Maronal, afluente da margem direita que possuía duas malocas situadas em seu alto curso, três no médio e uma junto a sua foz no rio Curuçá. Em 1985, todas essas malocas já se localizavam no próprio curso do Curuçá, três acima e três abaixo da foz do Maronal.



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Processo nº	1074/80
	1486
	<i>D</i>

Atualmente, existem oito malocas e três casas individuais no alto Curuçá. Abaixo da foz do Maronal, na margem esquerda, localiza-se a primeira maloca Marúbo, de Guilherme, que estava em processo de mudança para um sítio mais próximo às demais, à montante. O dono já havia saído dela, mudando-se para a casa de seu irmão Misael, mas alguns moradores, da família de Carlos Vargas, ainda permaneciam ali por falta de roças suficientes no novo local. Ainda abaixo do Maronal, na margem direita do Curuçá, encontramos a maloca de Vicente. Logo acima da confluência com aquele igarapé, na margem esquerda do rio Curuçá, há um conjunto de malocas pertencentes a Alfredo Barbosa (que abrigava as famílias de Miguel, João Pequeno e Zacarias), Zéca Barbosa, João Tuxáua e Misael. Junto a elas, as casas individuais de Aurélio, Jaime e Nacuá (este último, índio raptado pelos Mayorúna, funcionário da FUNAI casado com mulher Marúbo). Subindo o Curuçá, distanciadas desta concentração de malocas e casas em torno do PIN Maronal, encontravam-se as malocas de Alberto e Maurício, situadas na margem direita a pouca distância uma da outra. Alfredo Barbosa, filho de João Tuxáua, detém a liderança entre os Marúbo do Maronal.

QUADRO II.n - População Marúbo - Aldeia Maronal
(por sexo e idade - 1995)

IDADE/SEXO	H.	M.	T.
00-04	13	11	24
05-09	17	17	34
10-14	16	12	28
15-19	09	11	20
20-24	09	16	25
25-29	06	10	16
30-34	02	01	03
35-39	02	09	11
40-44	04	03	07
45-49	03	03	06
50-54	02	03	05
55-59	01	01	02
60- +	05	01	06
s/ est.	16	01	17
TOTAL	105	99	204

Duas das três mulheres roubadas pelos Mayorúna nos anos 60 retornaram para junto dos demais Marúbo e estão incluídas nos dados do censo: uma está na aldeia Rio Novo de Cima e a outra na aldeia Maronal, tendo a terceira, provavelmente, falecido no igarapé Choba, para onde tinham sido levadas.



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

FIC. n°	1074/80
Fis	1487
Outro	2

II.8. Matís

A aldeia Matís atual está localizada na margem esquerda do rio Ituí, cerca de hora e meia de voadeira acima da barra do rio Novo de Cima. Os Matís mudaram-se para esse novo sítio em 1993, caracterizando-se aí um abandono, pelo menos temporário, da habitação em malocas. A aldeia atual é constituída por diversas casas de estilo regional, possuindo assoalho e paredes do tronco da paxiúba, sobre pilotis, e teto de duas águas, coberto com caranã. Apenas duas casas continuavam com o piso de chão batido e a cobertura de palha de palheiro ou cocão. Cercando as casas (*shubu*) desta aldeia há uma grande roça (*maẽ*), que parece ter suas divisões por família. A aldeia é separada do rio por uma estreita faixa de mata, dispondo-se as casas conjuntamente no centro da roça, que é a parte mais alta do terreno cultivado.

QUADRO II.o - População Matís
(por ano)

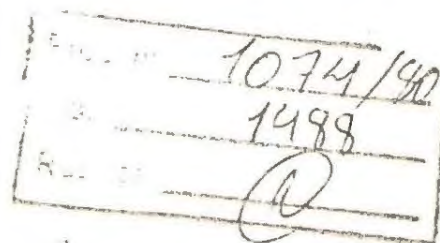
ANO	1979	1980	1982	1986	1992	1995
ALDEIAS	03	05	02	02	01	01
PESSOAS	132	138	90	109	155	176

A maloca Matís, descrita em detalhes no relatório do GT Javari 1980, tem a planta baixa retangular, possuindo uma abertura em cada um de seus lados, formando dois corredores, que se cruzam no centro, delimitando entre os pilares da construção o espaço ocupado pelas redes de cada família. A habitação atual em casas, segundo eles, deve-se ao fato de lhes ter falecido o líder, e logo que essa ausência fosse sanada iriam construir novamente uma maloca.

A aldeia atual é composta por 28 grupos familiares, cujas residências distribuem-se em um "arruamento irregular" paralelamente ao curso do rio Ituí. Os Matís também passaram a fazer uma espécie de "casa individual de jovem adulto solteiro", igualmente existente entre os Mayorúna, havendo três rapazes com pouco mais de vinte anos que residiam nesse tipo de habitação. Ao todo, os habitantes da aldeia perfaziam uma população de 176 Matís no ano de 1995.



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA



QUADRO II.p - População Matis - Aldeia PIN Itui
(por sexo e idade - 1995)⁶².

IDADE/SEXO	H.	M.	T.
00-04	17	21	38
05-09	28	18	46
10-14	10	07	17
15-19	04	10	14
20-24	11	06	17
25-29	03	09	12
30-34	07	03	10
35-39	05	04	09
40-44	02	00	02
45-49	02	02	04
50-54	01	03	04
55-59	00	01	01
60- +	00	00	00
s/ est.	01	01	02
TOTAL	91	85	176

Embora habitando as margens do Ituí, os Matis continuam a freqüentar o sítio de suas antigas malocas, como no igarapé Boeiro, por exemplo. Assim o fazem por razões tanto econômicas quanto rituais:

*"A construção de uma casa (shobo) representa um investimento de tempo e um esforço consideráveis. Infelizmente, não nos é possível calcular precisamente a longevidade típica dessas habitações, mas se pode estimar que a ocupação principal de um determinado sítio não deve passar de quatro ou cinco anos, visto que a diminuição da caça e o afastamento progressivo dos cultivos obrigam à mudança regularmente (os traslados são facilitados pela existência de uma rede de pequenos roçados secundários semeados ao longo de todo o espaço percorrido pelos Matis, e favorecendo os deslocamentos de maneira tão freqüente que se pode evocar aqui a noção de uma dupla morfologia do habitat: shobo de uma parte, abrigos periféricos de outra). É conveniente ressaltar, entretanto, que depois de ser deixado como local de ocupação principal, um sítio nunca é inteiramente abandonado. Por razões simultaneamente rituais e econômicas, os Matis ficam, com efeito, profundamente ligados às sepulturas de seus ancestrais, e retornam a cada ano para comer pupunhas"*⁶³.

⁶² Os dados deste quadro estão baseados nas informações do censo realizado pelo GT, complementadas por uma relação nominal e por idade dos habitantes da aldeia feita pelos funcionários do Posto Indígena.

⁶³ Erikson, 1990:172.



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Proc. n.	1074780
	1489
	②

Segundo o mesmo autor, os Matís dispendem em torno de dois meses de trabalho na construção de suas malocas. Assim como outros povos Pano, os Matís têm o costume de queimar uma casa ou maloca após a morte de algum de seus moradores⁶⁴.

II.9. Mayá

Como Mayá, denominamos aqui o que o GT Javari 1980 chamou de "Índios Arredios do Rio Quixito", e o GT Javari 1985, de forma abreviada, "Índios do Quixito". Trata-se, provavelmente, de um povo de língua Pano, cujo território estende-se por toda a bacia do alto rio Quixito acima da barra do rio Esquerdo, incluindo este seu afluente, sendo delimitado ao Norte pelas cabeceiras dos igarapés do Maia e Sacudido, afluentes do Curuçá, e ao Sul pela bacia do rio Negro, afluente do Ituí.

Um dos moradores do rio Quixito que afirma ter mantido contato com os índios aqui denominados Mayá é o sr. Raimundo Mariano de Souza ('Dico'), conhecendo-os quando trabalhava junto com o madeireiro João 'Sulamba' no igarapé Quixitinho, afluente da margem direita do rio Quixito. Os índios habitavam entre o Quixitinho e o rio Esquerdo, mas diziam aos madeireiros que havia outros mais morando entre o igarapé Quixitinho e o rio Quixito. Os Mayá parecem ter trabalhado novamente com João Sulamba no igarapé Samaúma, afluente da margem direita do rio Esquerdo, sendo que, após sua saída da região, passou-se cerca de duas safras sem que ninguém tivesse notícia daqueles índios. Depois disso, um madeireiro chamado Alexandre trabalhou com eles uma safra no Samaúma. Mencionaram-nos também que, após a saída de João Sulamba da região, os índios apareceram na casa de um seringueiro chamado Jacinto, cuja casa ficava na boca do igarapé Piaçaba, afluente da margem esquerda do Quixito. Eram dois índios que comeram milho em companhia do seringueiro, o qual, assustado, deixou o local.

Outros madeireiros também têm entrado em contato com os Mayá. De acordo com 'Nêgo', um dos filhos do sr. Manoel Procópio, morador do rio Ituí, há dez anos, alguns membros desse grupo fizeram visitas a sua família, que trabalhava madeira no igarapé Palmeira, afluente da margem esquerda daquele rio. Acampavam perto do tapiri e ficavam às vezes uma semana com eles. Seu pai dava-lhes cartuchos e eles caçavam mutum e outros bichos. Andavam nus e falavam português, embora com dificuldade. Havia um índio chamado João Zeca, e um menino cego de um olho que deixava o cabelo crescer daquele lado da cabeça. Vinham em pequenos grupos.

Outro madeireiro do rio Ituí que tem trabalhado com os Mayá nos últimos anos é o sr. Manuel Araújo Salino ('Negro Salino'). Encontramo-lo no motor do sr. Amazonas Barcelos, que é, aparentemente, o seu atual "patrão". Com Negro Salino trabalharam os índios do Quixito na última safra. Ficaram quase dois meses trabalhando: eram Sabá, o tuxáua, que dizem ter um "nubim" ou "nó"

⁶⁴ *Ibidem.*



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Proc. n°	1074780
Fis.	1490
Rubrica	0

em um dos lados da cabeça, mais três homens, sua filha e dois meninos pequenos. Seu trabalho foi a abertura de um varadouro. Negro Salino trabalhava no igarapé do Limão, afluente da margem direita do rio Negro. Era aviado pelos Magalhães, trabalhando depois com 'Bolinha'. Quando os índios foram embora, levaram faca, terçado, rede e roupa. Para chegar ali, vinham por um varadouro que passava pelo igarapé Tigre, afluente da margem esquerda do Ituí. Uns quatro anos antes, os mesmos índios tinham trabalhado no próprio Tigre com um madeireiro chamado Sabá Preto, então aviado pelo finado Mário Brasil. Voltaram depois às matas, possivelmente em razão de uma forte gripe que pegaram, para reaparecerem depois junto a outros madeireiros.

De acordo com Negro Salino, a maloca deles fica no igarapé Samaúma, afluente do rio Esquerdo. Porém, estes Mayá teriam dito a Salino que sua grande concentração estaria no próprio alto Quixito. O grupo teria se separado em virtude de desavenças internas, pelas quais Sabá havia matado muitos desses outros Mayá, sendo por isso que não retornava ao convívio dos demais para tomar uma nova mulher (afirmam ter ele casado com sua própria filha dada a falta de outras parceiras).

É possível supor, se isto for verdade, que a questão do contato ou não com a população regional não índia pudesse estar no seio da discordância entre os dois subgrupos Mayá. Diferentemente, como já observava o GT Javari 1985, é possível também considerar a permanência sempre das mesmas poucas pessoas que mantêm relações temporárias com os madeireiros ao longo do tempo como uma estratégia visando preservar o restante da população do grupo, minorando a possibilidade de ataques ou transmissão de doenças.

Atualmente, quem tem mantido contato com os Mayá na bacia do Quixito é o caçador Manoel Sales, que vive na boca do igarapé Bananeira, pouco abaixo do igarapé Samaúma, na margem direita do rio Esquerdo. De acordo com o relatório de uma equipe da FUNAI deslocada ao Quixito em virtude de ataques dos índios Korúbo nesse rio, o sr. Manoel teria relações "amigáveis" com esses índios, tendo conhecimento, além disso, da região ocupada por outro grupo de índios, "talvez da mesma etnia":

"Chegamos a residência do Sr. Manoel Sales que nos mencionou da presença de Índios Isolados (Rio Quixito), nos levou aos varadouros a onde encontramos vestígios de Índios não conhecidos por nós servidores.

Sr. Manoel Sales falou que de vez enquanto estes Índios chegam a sua residência no centro, sempre em grupo de 08 (oito) e dão aparências amigáveis, pernoitando as vezes em sua residência e ajudando em seus afazeres.

Conforme sr. Manoel os referidos Índios não o deixam chegar na maloca grande e sim em um Tapiri pequeno, onde provavelmente estão alojado este grupo, o sr. Manoel é conhecedor da direção que se encontra outro grupo de Índios talvez da mesma etnia"⁶⁵.

Por fim, é preciso registrar que o Ofício nº 3/97-CIVAJA/ATN, de 01.04.97, encaminhado pelos integrantes do CIVAJA, Gilson Maiuruna e Manoel Barbosa da Silva, ao Departamento de Índios Isolados, faz menção aos vestígios de ocupação indígena encontrados nas nascentes do igarapé do Maia, afluente do rio Curuçá. O documento não registra a etnia dos índios em

⁶⁵ Relatório referente a Ordem de Serviço nº 024/ATN/94, de 07.04.94.



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Proc. n.	1074/80
Fis.	1491
Rubrica	<i>[assinatura]</i>

questão, mencionando terem os madeireiros voltado à cidade com cinco cacetes, o que levaria a crer tratar-se de índios Korúbo, embora a localização permita supor poder se tratar dos Mayá:

"No dia 18/03/97, fui informado por morador do Ig. Maia pelo Sr. Wagner, hoje ele se encontra em Benjamin Constant. Que nesse igarapé trabalham 5 turmas de madeireiros num total de +- 60 pessoas, aviados de Floriano Graça. Seg. ele, entraram e acharam nas cabeceiras 3 tapiris de índios isolados, aí queimaram. Viram que tinha índios e voltaram para pedir ajuda em B.C. (mercadoria e munição). Retornaram ao igarapé e retornaram com 5 cacêtes que se encontram em Benjamin Constant com tal de 'Nêgo' e 'Carlota' e o próprio Sr. Wagner, no bairro de Coimbra".

Raimundo Reginaldo, filho do morador do rio Ituí conhecido como Bayá, disse que, em 1981, foi "correr" o igarapé Sacudido, afluente do Curuçá, cujas cabeceiras ficam próximas ao Quixito, tendo encontrado vestígios desses índios tais como muitos pés de tucum e pataúá derrubados, cujo tronco macerado denunciava terem sido derrubados com "machadinho de pedra".

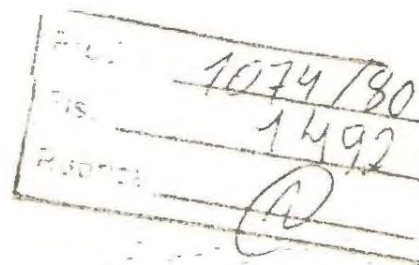
II.10. Mayorúna

Os Mayorúna se autodenominam *Matsés*, sendo este o termo que habitualmente usam para se referir a si mesmos enquanto pessoa e enquanto povo. São falantes de uma língua Pano, muito próxima, aliás, da língua falada pelos Matís. No presente, o território ocupado pelos Mayorúna compreende toda a bacia da margem esquerda do rio Pardo, afluente do Curuçá, além de grande parte da bacia do médio e alto rio Jaquirana, prolongando-se até o rio Galvez, em território peruano.

No interior da TI Vale do Javari, os Mayorúna habitam principalmente dois locais: a aldeia Trinta e Um, localizada à margem direita do médio rio Jaquirana; e a aldeia Lobo, localizada no baixo curso do igarapé de mesmo nome, afluente da margem direita do rio Jaquirana. Além dessas duas aldeias, diversos subgrupos Mayorúna têm ocupado, durante períodos maiores ou menores, outros locais de seu território tradicional, como as cabeceiras de alguns afluentes do rio Negro, tributário da margem esquerda do rio Pardo, e outros pequenos afluentes do rio Jaquirana.



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA



QUADRO II.q - População Mayorúna
(por aldeia e ano)

ALDEIA/ANO	1980	1985	1992	1995
Trinta e Um	121	173	270	308
Lobo	84	107	157	186
Lameirão	93	113	98	88
São Raimundo	-	-	25	42
ig. Itúxi	30	42	-	-
Ig. Lopes	20	-	-	-
Santa Sofia	-	35	-	-
Palmeiras	12	02	-	27
Outros	-	11	22	-
TOTAL	360	483	572	651

Tradicionalmente, os Mayorúna habitam grandes malocas (*shubu*) cobertas da cumeeira ao chão com a palha por eles denominada *budëd*. Também costumam usar a folha da palmeira jarina, a que se referem pelo mesmo termo usado para as casas, *shubu*. Nesta construção alongada, de formato hexagonal, existem apenas duas aberturas (*shëcuë*) nas extremidades mais distantes, que são tapadas à noite. Após a fixação decorrente do contato, os Mayorúna abandonaram quase completamente a construção desse tipo de maloca (em 1992/95, ainda havia uma com estas características na aldeia Lobo) e passaram a habitar malocas ou casas feitas com paredes de paxiúba e telhado de palha de caranã. Nota-se que as *budëd shubu* pretam-se melhor a uma permanência que se vê como essencialmente temporária. Levam menos tempo para serem feitas e tornam-se velhas rapidamente depois de dois ou três anos. As casas atuais pretam-se a uma permanência mais dilatada, gastando mais tempo para serem construídas mas possuindo em compensação uma maior durabilidade. De qualquer forma, essa é uma atividade praticamente constante, pois sempre há alguém fazendo uma casa nova ou reformando a velha.

Sua construção é iniciada pelo erguimento dos esteios (*buintat*), feitos à vezes de acapu ou uma madeira que chamam *mëcueste buintat*, que sustentam os paus horizontais (*cuito acte*) que ficam entre a parede e a cobertura, também denominados *cano* ou *shicnanait*. Ligando esses paus à cumeeira (*macano* ou *nacnanait*) estão as vigas (*shictodo*) onde são amarrados os caibros de casca da palmeira *pudëd* ou *nistempi*, onde são tecidas as folhas de caranã (*tanac*). Acima da porta traseira às vezes se vê também algumas folhas de jarina. Enquanto as mulheres encarregavam-se de trançar as folhas da jarina (*shubu*) ou *budëd*, são os homens quem mais comumente tomam a si a tarefa de trançar as folhas da caranã. Uma casa média construída na aldeia Trinta e Um exigiu em sua cobertura 82 peças, cada qual com cerca de três ou quatro metros de comprimento, trançadas com palha de caranã.

Internamente, logo após a porta principal, ficam os bancos (*tsadte*) paralelos, local onde os homens comem e aspiram tabaco. O 'dono' (*icbo*) da maloca ocupa geralmente o primeiro compartimento à esquerda depois dos bancos, sendo os compartimentos (*quënë*) divididos por uma espécie de esteira ou biombo de palha que chamam *pisit*. Os fogos de cozinha ficam nas proximidades



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Proc. n°	1074/80
P.º	1493
Rubrica	

da porta dos fundos, onde também estão jirais usados para guardar os utensílios domésticos e potes com água.

A maior parte da população Mayorúna, entretanto, reside hoje em casas construídas sobre pilotis. Diferenciam-se basicamente da maloca por terem piso do tronco de paxiúba (*tacpan*). Apesar disso, nota-se que quase toda família extensa ainda possui uma maloca não tradicional, retangular, que funciona como "casa de referência", onde seus membros freqüentam para comer, conversar, etc. Uma dessas malocas existentes em 1992 na aldeia Trinta e Um tinha quatro fogos. Em geral, o líder da família extensa dorme na casa de referência. Se o homem tiver duas esposas, o fogo da mais velha fica mais perto dos compartimentos (*quênê*) usados para dormir, enquanto o da mais nova fica mais próximo à porta. Se, ao contrário das malocas, onde cada esposa tinha o seu compartimento, houver somente um *quênê* na casa, a rede do esposo fica no centro das redes ocupadas por cada uma de suas esposas e respectivos filhos. Como outros Pano, costuma-se queimar as casas quando da morte de seu dono ou de algum parente importante.

No Igarapé Lobo, os Mayorúna estão distribuídos espacialmente de uma forma muito perceptível. Cada unidade familiar ocupa uma casa ou um conjunto de casas que encima uma colina. Estas colinas estão separadas entre si por depressões, pequenos cursos d'água, caminhos, etc. Entre as casas no cimo da colina, geralmente há uma que não tem piso (*tacpan*), que funciona como casa de referência. Uma dessas construções, coberta de palha *budêd* de cima a baixo, era denominada pelo seu dono como 'casa de cozinhar' (*codocate shubu*). Constroem também o que chamam de *tabadte*: uma casa para pequenos trabalhos, com piso (*tacpan*) mas sem uma ou mais paredes, sendo comum não tê-las em absoluto. Um pau devidamente escavado serve como escada.

QUADRO II.r - População Mayorúna - Aldeia Lobo
(por sexo e idade - 1995)

IDADE/SEXO	H.	M.	T.
00-04	15	14	29
05-09	19	22	41
10-14	16	14	30
15-19	09	12	21
20-24	05	06	11
25-29	06	09	15
30-34	03	02	05
35-39	07	03	10
40-44	01	02	03
45-49	02	02	04
50-54	02	00	02
55-59	00	02	02
60- +	01	03	04
s/ est.	04	05	09
TOTAL	90	96	186



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Proc. nº 1074/80
1494
Rubrica @

Quando da passagem do GT, diversas casas estavam sendo construídas ou reformadas na aldeia Trinta e Um, parecendo haver uma tendência momentânea de aumentar suas dimensões em relação às que existiam em 1991/92. Também percebia-se uma inclinação por aumentar o número de divisórias internas, que antes resumia-se àquela necessária à separação entre o quarto e a sala-cozinha. Do mesmo modo, uma *pudēd* ou pequena *nistempi* escavada passou a ser usada para fazer a junção entre duas águas confrontantes do telhado de caranã, servindo eventualmente como calha. Além dessas habitações, os Mayorúna costumam construir pequenos abrigos (*bēste*) em seus roçados, que são cobertos com folha de palmeiras como o patauá.

A partir de meados dos anos 80, algumas famílias Mayorúna que residiam na aldeia Trinta e Um passaram a fazer suas casas na área do rio Negro, afluente da margem esquerda do rio Pardo. Em 1985, um grupo saiu daquela aldeia para ocupar as cabeceiras do igarapé Ariranha, afluente da margem esquerda do rio Negro (a que chamam simplesmente de 'galho do Pardo'), com intenção de extrair madeira. Derrubaram roças no local, para onde levaram suas famílias em 87. Posteriormente, mudaram-se para as proximidades da foz daquele igarapé no Negro. Tendo-lhes falecido alguma crianças no local, voltaram à Trinta e Um em 1992, residindo contudo provisoriamente em uma das várias casas que tinham sido construídas no ano anterior pelos habitantes da aldeia a pouco mais de uma hora de caminhada da margem do rio Jaquirana (tais casas tinham sido erguidas pelos Mayorúna em razão do temor à epidemia de cólera, que então se fazia sentir na região peruana de Iquitos). Retornaram logo depois ao rio Negro, residindo então nas cabeceiras do igarapé Anta, afluente da margem direita daquele. No início de 1995, finalmente, retornaram à aldeia Trinta e Um, construindo então casas novas junto às demais à margem do rio Jaquirana.

QUADRO II.s - População Mayorúna - Aldeia Trinta e Um
(por sexo e idade - 1995)⁶⁶

IDADE/SEXO	H.	M.	T.
00-04	31	27	58
05-09	39	47	86
10-14	16	19	35
15-19	06	10	16
20-24	10	15	25
25-29	06	08	14
30-34	03	05	08
35-39	05	06	11
40-44	04	05	09
45-49	04	01	05
50-54	02	02	04
55-59	03	04	07
60- +	04	00	04

⁶⁶ No total, estão incluídos os indivíduos Kulina (Pano) raptados pelos Mayorúna e já incorporados à sua população.



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

s/ est.	20	06	26
TOTAL	153	155	308

Também fora dos limites da TI Vale do Javari, deve-se mencionar um grupo de índios Mayorúna que têm residindo em Palmeiras do Javari e numa localidade próxima, denominada Cruzeirinho, situada uma volta acima e na mesma margem daquele pelotão militar. Na vila do pelotão reside desde 1992 ou 93 um jovem Mayorúna originário da aldeia Trinta e Um, com sua esposa e duas filhas, que têm servido como informantes lingüísticos para dois missionários da MNTB. Também com eles residia então um outro Mayorúna, que viera recentemente da cidade acreana de Cruzeiro do Sul. Na localidade Cruzeirinho, havia uma família Mayorúna, igualmente proveniente da aldeia Trinta e Um, que ali se estabelecera por volta de 1992/93. Em 1995, já haviam feito mais de uma roça nas proximidades, sendo que, em uma a macaxeira estava grande e a banana havia acabado, enquanto na outra a macaxeira e a banana estavam ainda pequenas.

Além deles, registramos a presença dos Mayorúna nas localidades Lameirão (88 pessoas) e São Raimundo (42 pessoas), na margem direita do baixo Javari e interior dos limites da TI Lameirão. Na região próxima da margem esquerda do Javari, encontramos 24 índios Mayorúna nas localidades Paraíso e Jurará. Finalmente, de acordo com o censo feito por um dos membros de sua comunidade, havia em 1995, na margem esquerda do Jaquirana, 62 índios Mayorúna na aldeia Nuevo Cashishpi, situada pouco abaixo da foz do igarapé Choba.

II.11. Tukáno

Os índios denominados Tukáno pela população regional são um povo falante de uma língua da família Katukína, bastante próxima, aliás, à falada pelos Kanamarí. Sua denominação Katukína é 'Gente do Tucano', *Tsohom Djapa* ou *Tsunhuam Djapa*, variando o termo de acordo com o falante. Os Tukáno de fala Katukína habitam tradicionalmente uma área que tem por limites: ao Norte, o alto rio Curuena; a Leste, as cabeceiras de diversos afluentes da margem esquerda do rio Jutai; ao Sul, o igarapé Dávi, afluente do Jutai; e a Oeste, o rio Jandiatuba. Os Tukáno têm alternado períodos de distanciamento e aproximação com a população regional, havendo registros do engajamento de pelo menos parte da população do grupo no trabalho dos seringais do rio Jutai no princípio deste século. Também há relatos sobre visitas espontâneas e não violentas às casas dos moradores dos altos rios nos últimos quarenta anos, que contrasta com a situação atual, de relativo isolamento, intermediado por visitas regulares, mas esparsas, aos Kanamarí do alto Jutai.



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Proc. n.	1074/80
Fl.	1496
Ru. n.	0

*"Conforme informações dos Kanamari esses Tukano viviam próximo às cabeceiras do Jutaizinho, até quando foram atacados pelos 'Araras' e sua aldeia destruída. Com esses fatos migraram indo estabelecer-se mais abaixo, entre as cabeceiras do Coruena e Dávi, região em que ainda hoje se encontram. São praticamente nômades vivendo essencialmente da caça. Vivem totalmente sua vida tribal - sem roupas, sendo que raramente, no verão fazem breves visitas às aldeias Kanamari do Nauá e Caraná. Algumas vezes chegam à casa de algum seringueiro cariú para pedir sal. Nunca houve nenhum atrito com os cariú e quando estes não se encontram em casa os Tukano não mexem e levam nada"*⁶⁷.

De acordo com os dados obtidos por Heck, os Tukano (Katukína) moravam em um afluente do Jandiatuba (por eles chamado *Ahe Teknin*) quando, por volta de 1920, tiveram um conflito interno, tendo sido morto o tuxáua Txiwi. Depois dessa morte, parte do grupo, sob a liderança de Marin, filho de Txiwi, passou a utilizar com maior intensidade as cabeceiras do igarapé Dávi, enquanto outra parte, sob liderança de Aro e Iakuna passaram a fazer uso preferencial da zona entre o Curuena e o Jutai.

A proveniência do Jandiatuba é lembrada em um depoimento do seringueiro José Marques, prestado em 1979 aos membros da OPAN, no qual ele menciona o trabalho dos Tukano com alguns patrões em conjunto com os Kanamarí:

*"Veio, naquele tempo, os Tukano Trabalhô neste Manoel Miti, que baxô onte, trabalhô foi muito esses Tukano aí dentro do Dávi. Esse Manoel Miti, os Tukano trabaiaando com ele. E os Kanamari também trabaiaam com ele, mas ele engana os pobres caboco. Mas eles são antigos aqui nesse rio, eles morava pro alto Jutai, andaro morando um bucado lá dentro do Jandiatuba, depois voltaro, e os Tukano também, foram se assituando. Qué dizê os Tukano não sei se tão tudo assituado aí, mas sei que eles moram aqui pro Davi, os Tukano, né? Mas sempre a moradia deles antiga é no Jandiatuba. É perto, né?"*⁶⁸.

Com efeito, um índio Tukano teria dito aos moradores ribeirinhos do Curuena que o tuxáua chamado Chagas já havia matado brancos no rio Jandiatuba.

Um outro depoimento recolhido pelos membros da OPAN diz que os Tukano teriam atacado alguns seringueiros colocados por patrões do rio Jutai. Os Tukano teriam morto os seringueiros Raimundo, João, Geraldo.

"Era época dos Affonso. O pessoal pediu socorro. Aí os Aff. chamaram o José Texeira, que era acostumado matá índios (...). Foi uma exp. do José Texeira com mais 4 homens (Oscar Vieira, Chico Vieira). Levaram na exp. o Canamari Jona (esse caboco os tucano mataram depois). A expedição subiu até as cabeceiras do Lobo. Depois andaram 3 dias quando toparam a maloca

⁶⁷ Heck, 1979:24.

⁶⁸ Cf. OPAN, 1979/83. O limite entre o território ocupado pelos Tukano e o dos Índios do Jandiatuba podem estar parcilamente sobrepostos, não sendo de todo inverossímel, inclusive, que a família Katukino ou Arara que hoje vive em São Paulo de Olivença tenha alguma relação étnica com outros grupos considerados Tukano.



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

1074/8
7493
②

deles. Primeiro encontraram um caboclo tirando envira. Quando avistaram ele o caboclo correu. Ai eles se esconderam - pois era de dia. À noite tomaram de assalto a maloca. Fizeram hora até todos os caboclo dormirem. Cercaram e fizeram a descarga" [mataram 120 caboclos]⁶⁹.

Outros antigos seringueiros, como o sr. Luis Pereira Neto ('Coquinha'), afirmam que os Tukáno vinham à casa deles no alto Jutá para conseguir terçados e machados. Com ele concorda o sr. Heleno Teixeira Oliveira, morador do igarapé Lobo, afluente da margem esquerda do rio Curuena, que entrevistamos. De acordo com o sr. Heleno, quando chegou a região, no final da década de 50, os Tukáno vinham visitá-lo cerca de duas vezes a cada verão. Vinham sempre nesta estação do ano por causa dos bichos de casco, que apreciam tanto quanto seus ovos, especialmente de tracajá, já que a tartaruga parece bastante rara ali. Chegavam nas casas dos moradores, às vezes em turmas grandes de homens, mulheres e crianças, sendo que um deles, o presumível "tuxáua", falava razoavelmente bem o português, língua que também era compreendida em menor grau por outros membros do grupo. Pediam coisas como roupas, mas era só entrar no mato se desfaziam delas. Caçavam para os moradores.

Essas visitas repetiram-se por muito tempo, e não só à casa do sr. Heleno. Às vezes vinham na ausência da pessoa, faziam comida, não roubavam nada. Tinham conseguido terçados e machados com um morador ou seringueiro do Dávi. Embora não demonstrassem hostilidade, o tuxáua apontava às vezes um membro do grupo capaz de matá-los se encontrasse os não índios sozinhos na floresta. Esses contatos se repetiram até que os Tukáno pegaram uma gripe na casa de Manoel Cuam (outro ribeirinho do Lobo naquela época) e "dois deles" morreram, inclusive o tuxáua. Os Tukáno teriam ficado com medo, dizendo que o morador tinha colocado feitiço neles. Também já haviam ocorrido encontros tensos na floresta entre o filho de Cuam e um Tukáno. Após a morte do tuxáua pela gripe, os Tukáno se mudaram para o igarapé Dávi, sendo liderados pelo filho daquele, Chagas.

Por volta de 1960, alguns índios também passaram a aparecer nas cabeceiras do igarapé Maloca. Visitaram a casa de um morador chamado Chico 'Pato', que ficava no igarapé Maloca, afluente da margem esquerda do alto rio Jutá. Os índios isolados apareceram primeiro quando o dono da casa não estava.

"Depois de três dias apareceram 2 caboclo. Pediram (falavam português atrapalhado) se tinha ficado com medo. Ele disse fiquei... Ai eles disseram que eles não queriam matar ele não, só queriam farinha. Ai o velho foi e deu farinha prá eles. Deu fósforo, tabaco, sal.... Ai o velho pediu se era só eles que moravam nessa maloca. Falaram... que tinha mais uns 10 (duas mãos) de caboclos escondidos ao redor da casa mas que não vieram porque ele tinha medo. Dois anos depois eles apareceram para o Chico Cigano (Col. Budá). Localização: A maloca deles ficaria a uns 3 dias de caminhada em direção ao nascente. Em rumo reto deveria ser perto porque escutavam os tiros quando os cariú iam caçar nessa direção. A maloca deles deve ser nas cabeceiras do ig. Cruzeiro. Três anos atrás eles apareceram dentro do Maloca. Os Kulina estavam aí, aí eles fugiram"⁷⁰.

⁶⁹ Cf. *Ibidem*.

⁷⁰ OPAN, *op. cit.*



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

1074/90
1498
D

Embora não se registre a possível etnia dos índios que apareceram na ocasião - dizendo inclusive que sua maloca estava no rumo oriental -, o fato de falarem português, ainda que precariamente, e o comportamento não belicoso indicam que pudesse se tratar de um grupo Tukáno. Outro registro sobre a presença dos Tukáno em afluentes da margem esquerda do rio Jutai é proveniente de uma viagem de "desobriga" realizada pelo Ir. Francisco em 1977, quando encontrou aqueles índios na aldeia ou localidade São Francisco, junto à foz do igarapé homônimo no Jutai. De acordo com o relato do religioso,

"por novidade estava lá este ano um novo grupo de índios do Rio Dávi (Tucanos). Mais ou menos umas 10 famílias. São mais primitivas. Usam pouca roupa e a língua deles é um pouco diferente das outras. Eles chegaram lá para conhecer os vizinhos, aprender alguma coisa e talvez para alguns solteiros uma busca de uma mulher. Também não tinha problema, se ficasse uma moça deles como mulher no outro grupo. Depois de 8 dias de visita, os índios do Rio Dávi foram, por terra, para a localidade de origem deles. Eles tinham prometido de voltar depois de 6 meses. Ele foram por terra, caçando ou pescando, dormindo no mato com as mulheres e crianças deles. Eles só vivem de caça e comem algumas batatas do mato. Não plantam roça. Não usam espingarda, só arco e flecha e matam porcos do mato, onças ou antas"⁷¹.

Em 1979, a população Tukáno da maloca Tracoá, localizada nas cabeceiras do igarapé Dávi, afluente da margem esquerda do rio Jutai, foi estimada em 10 famílias, totalizando 32 pessoas. Esses índios ocupavam tanto o alto curso do igarapé Dávi como o seu afluente da margem esquerda, o igarapé Branco⁷². Em maio de 1985, sobrevôo realizado durante a visita de uma equipe conjunta FUNAI/CIMI localizou no igarapé Branco uma maloca de moradia atual dos Tukáno, uma maloca abandonada (provavelmente a situada no local Tracoá), e uma queimada, tendo sido constatados também um acampamento provisório e dois roçados. Sua população foi estimada em 40 pessoas⁷³.

Informações obtidas por Sebastião Amâncio da Costa indicam que, no princípio da década de 90, os Tukáno teriam sido novamente atacados por índios arredios, provavelmente vindos do alto Jutai. Do embate teriam resultado oito mortes entre os Tukáno e seis entre os índios arredios. Por volta de 1993, a aproximação dos "índios bravos" provocou aparentemente um retraimento tanto da população regional quanto de outros índios (Tukáno, Kanamarí, Kulína), que buscaram refúgio na região a jusante do rio Jutai⁷⁴.

Não obstante, voltaram a freqüentar novamente a região do alto Curuena, incluindo a zona entre este e o igarapé Lobo. Os regionais vêem tapiris feitos pelos índios, restos de alimentos consumidos, rastros, quebrados, tucunzeiros que eles derrubam para fazer cordão (do qual comem o coco), etc. Segundo o sr. Mariano Soares, morador do Curuena, no início de 1995 puderam contar cerca de quatorze tapiris feitos pelos Tukáno à margem do Curuena, entre os igarapés Urucubaca e Jacundá. Encontraram o "picadão" deles e roças velhas entre o alto Curuena e o Lobo. Foram correr o

⁷¹ Boletim da Prelazia de Tefé - ano 7 - 1978, in Heck, 1979:25.

⁷² Cf. Heck, op. cit.:24.

⁷³ Cf. Memo nº 317/1ª DR/FUNAI/85, de 07.06.85, que encaminha relatório da CS nº 057/1ª DR.

⁷⁴ CI nº 052.GAB/ADR/MAO, de 18.08.93.



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Proc. nº	1074/80
	1499
	(D)

Jacundá e encontraram bastante vestígios recentes. Afirmam que os Tukáno vêm pelo igarapé Urucubaca colher ovos de tracajá nas praias do rio Curuena. Segundo o sr. Mariano, os índios estiveram no tapiri de João Ordani, madeireiro que trabalhava no alto Lobo, e comeram ovos de tracajá na casa dele. Informações prestadas ao GT indicavam o achado de vestígios recentes da presença indígena também no igarapé Raul, afluente da margem direita do Curuena, abaixo do igarapé Taboca.

Conforme depoimento do sr. Manoel Farias Barbosa, morador da cidade de Jutai, ele teria visitado uma maloca Tukáno por volta de 1993 no alto igarapé Branco, afluente da margem esquerda do igarapé Dávi. Foi "comprar cachorros" com os Tukáno, para uma caçada, sendo acompanhado por alguns Kanamarí da aldeia Queimado e por um filho de Sulamba, morador do rio Jutai junto à foz do rio Riozinho. Os Kanamarí o teriam levado até essa maloca, que ele descreveu como grande, coberta de palha até o chão. Dentro, esteios sustentavam uma trave nos dois lados de comprimento. Ali cada família tinha suas redes e fogos. Disse que na frente tinha um espaço separado com esteiras e uma rede. Calculou em torno de 80 pessoas que ali habitavam. Usavam pulseiras e bráçadeiras. Naquele compartimento da entrada também havia um grande molhe de flechas, cuja ponta de taquara, disse, era envenenada. Viu uma grande roça deles, com banana, batata, pupunha, etc. Comeram jaboti, anta e macaxeira. Quando vieram embora, alguns Tukáno acompanharam os Kanamarí até a aldeia destes.

De acordo com o sr. Heleno, já citado, os homens andam completamente nus, possuindo apenas uma envira ao redor da cintura, onde amarravam o pênis. As mulheres também vão nuas, à exceção de um pequeno pano ou tecido que pende na parte frontal. Tinham faixas nos tornozelos e braços, mas não possuíam outros adornos corporais. Usavam arco e flecha, principalmente, mas possuíam também a zarabatana ('gravatana'). Dormiam, quando em viagem, em tapiris de duas águas, no chão forrado com folhas de palmeiras. Os tapiris feitos pelos Tukáno são dois pares de paus fincados a certa distância um do outro como "v" emborcado, um outro pau encima como cumeeira, e cobertura com folhas de paxiubão, palheiro, jarina, jaci ou patauá. Caçam veado, macaco-preto, anta, queixada, jaboti. Comiam também jacaré, rã e gila. Coletavam o buriti e o açai. Plantam em suas roças macaxeira, banana, mamão, ananás, pupunha, batata e outros cultivos.

Os Kanamarí contam que os Tukáno parecem, no presente, considerar o alto Dávi como seu território exclusivo, tendo reclamado com os primeiros por estes haverem tirado ovos de tracajá naquela zona do igarapé. Ainda segundo os Kanamarí, os Tukáno também freqüentam as cabeceiras do Curuena em busca de taquara ou taboca para suas flechas.

Quando em suas periódicas visitas à aldeia Queimado, para participação de festas ou em busca de bens industrializados (ferramentas, fósforo, etc), os Tukáno do Dávi batem em sapupemas de árvores como forma de anunciar a sua presença. Ficam pequenos períodos e depois se vão novamente.



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Proc. n° 10.74/80
1500
(D)

II.12. OUTROS

Além dos povos indígenas já citados, existem informações dispersas sobre a localização de outros grupos isolados em pontos específicos da TI Vale do Javari ou em suas imediações. Tratam-se de dados fragmentários, que devem ser vistos como um indicativo da presença indígena nessas regiões, para a qual, no entanto, ainda se carece da necessária comprovação. Eles são aqui mencionados tanto com a intenção do próprio registro de sua provável ou possível existência quanto pela necessidade de iniciar a reunião das pouquíssimas informações sobre eles existentes, proporcionando assim uma base para futuros levantamentos ou ações.

II.12.1. Rio Batã

Como procuramos demonstrar na primeira parte deste relatório, o alto rio Jaquirana, em especial a zona situada acima da foz do rio Batã, afluente de sua margem direita, é uma região onde se constata historicamente a presença de índios denominados Remo e Kapanáwa⁷⁵. Além disso, esse território era ocupado eventualmente tanto por subgrupos Marúbo provenientes do rio Curuçá quanto por subgrupos Mayorúna que habitavam o alto rio Blanco, afluente do rio Tapiche, que ali se engajavam no trabalho dos seringais.

Com efeito, as informações sobre a presença contemporânea de índios arredios na região do rio Batã indicam quase sempre se tratar, possivelmente, de um subgrupo Mayorúna. Assim, a CI nº 011/SDC/ADR/ATL/88 afirmava haver "*informações dos próprios índios mayorúna do PIN Igarapé Lobo, da existência de um grupo de mayorúna isolado, localizados no alto rio Batã (afluente do rio Jaquirana)*". De fato, e tendo em vista a complexidade das categorias de identidade e pertença étnica entre os povos da família Pano, os Mayorúna tanto afirmam quanto negam, dependendo da ocasião, a existência de parentes seus que permaneçam em estado de isolamento. Isso também poderia refletir uma certa trajetória histórica, em que subgrupos antes próximos tenham perdido contato ao longo do tempo.

De qualquer forma, durante os levantamentos de campo deste GT, os Marúbo da aldeia Maronal nos deram notícias sobre a presença de um grupo arredio na região entre as cabeceiras do rio Curuçá e o igarapé Hospital, afluente da margem direita do rio Batã. Os Marúbo usam essa região para caça e extração de madeira. Disseram-nos que vêem rastros e percebem que alguém, às vezes, tira as bananas e pupunhas plantadas por eles. Relatam ter esses índios arredios deixado numa ocasião um caítitu morto no pátio ao lado da casa em que estavam, possivelmente como gesto de amizade. Os Marúbo crêem tratar-se de um subgrupo Mayorúna. É possível conjecturar que, em função da ocupação e exploração madeireira promovida por não índios no curso do rio Batã e seu afluente, o igarapé Hospital, este grupo desconhecido tenha sido afugentado desta zona, passando então a residir ou transitar na região entre a margem direita do igarapé Hospital e as cabeceiras do rio Curuçá.

⁷⁵ Cf., em particular, a seção I.3.4 (*retro*:23ss).



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Proc. nº	1074/80
	1501
	①

II.12.2. Igarapé Pentiaco

Talvez a referência mais antiga a este grupo seja encontrada em um relatório datado de 09.02.82 de autoria do chefe do PIA Ituí, Samuel Vieira Cruz, e do chefe do PIA Kurubo, Pedro Oliveira Coelho, o qual menciona a presença de um "grupo que reside nas cabeceiras do igarapé Pitiaco, próximo a cabeceira do rio Branco, que ainda não foi contactado" ⁷⁶. Certamente, o referido "Pitiaco" é o mesmo igarapé Pentiaco, afluente da margem direita do alto rio Ituí. Também a CI nº 011/SDC/ADR/ATL/88, faz referência ao aparecimento, em agosto de 1988, de um grupo indígena desconhecido no igarapé Boa Vista, afluente da margem direita do alto Ituí.

Uma outra informação menciona a presença de "Índios do Pentiquinho", entre as cabeceiras deste igarapé, também afluente da margem direita do Ituí, e as do rio Branco, afluente da margem esquerda do Itaquai.

"Pedro Coelho comentou que desde 1977 sabia da existência de índios arredios nas cabeceiras do igarapé Pentiquinho (afluente do rio Ituí) e do rio Branco (afluente do rio Itacoai). Ele suspeita que sejam Matis ou Kanamari. Segundo Estêvão Marúbo, um companheiro alguns anos atrás esteve numa maloca desses índios. Ela era pequena. Eles enfeitavam-se como um Marúbo. Identificou-os como sendo Barinãwabo (Povo do Sol). Tudo indicada que poderá ser um grupo indígena de fala Pano, mas não pertença a seção matrilinear Barinãwabo, dos atuais Marúbo" ⁷⁷.

Erikson os considera "completamente isolados", afirmando deixarem eles "artefatos tipicamente Mayoruna [i.e., Pano] nos arredores do território Matis.... Os Marúbo afirmam que confundiam este grupo com os Matis antes de conhecerem bem estes últimos" ⁷⁸. Os Marúbo da maloca de Lauro Brasil, no alto Ituí, afirmam-nos durante os levantamentos de campo haver encontrado vestígios de índios isolados, como rastros e tapiris, nas cabeceiras do igarapé Água Preta, afluente da margem direita do rio Paraguaçu.

II.12.3. Rio Novo de Cima

Tanto Philippe Erikson quanto Delvair Montagner referem-se a um grupo de índios Arredios do Rio Novo de Cima. O primeiro diz ter encontrado peças de cerâmica produzida por este grupo, "cuja forma, peso e sobretudo as incisões decorativas evocavam sem ambigüidade a dos Matis". A

⁷⁶ Cf. fls. 327, deste Processo.

⁷⁷ Montagner, 1988.

⁷⁸ 1990:66.



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Proc n°	1074/90
	1502
	①

segunda, por sua vez, noticia a entrega de cerâmica feita por "índios desconhecidos" ao PIN Ituí pelos Matis⁷⁹.

É possível que essas referências tenham relação com a menção feita em 1995 por um dos coordenadores do CIVAIA, índio Marúbo originário do médio rio Curuçá, sobre a existência de um grupo arredio na região do rio Arrojo e igarapé Cravo, pertencentes à bacia oriental do Curuçá. Essa informação foi confirmada pelo chefe do PIN Curuçá em 1996:

"No dia 16.08.96, viajando para São Sebastião encontrei vestígios dos índios isolados na margem do rio Curuçá lado direito onde confirmei a existência do grupo que vive no afluente do rio Curuçá da margem direita chamado de arrojo, já foram visto pelos índios marubos no arrojo, são índios de cabelos compridos onde os marubos quiseram entrar, mais eu falei que ele esperasse até a minha vinda para esta ADR eu falaria com o administrador e ver se eles consente a nossa entrada até o ponto onde os marubos disseram que eles apareciam, pois o mesmo falam que seja uma família da mesma língua marubo que muitos anos eles estão vendo vestígios onde eu calculei mais ou menos 50 a 60 índios entre adultos e crianças, foram os vestígios que deixaram na praia que nós só não vimos porque fomos de motos funcionando. E eles correram..."

No dia 20.09.96, chegou ao meu conhecimento que um grupo de índio tinha levado seus objetos com a banana, macaxeira e nove cartuchos onde suspeitamos que seja maioruna, sobre o que foi verificado que é um grupo de índios que vem do Jaquirana fazer este mal feito na área maruba"⁸⁰.

II.12.4. Rio Bóia

As primeiras informações sobre a presença de índios isolados na região do rio Bóia, afluente da margem esquerda do baixo rio Jutai, são mencionadas na CI nº 052/GAB/ADR/MAO, de 18.08.93, que encaminha ao DII um "Relatório de sobrevôo realizado no médio rio Jutai", de Sebastião Amâncio da Costa. De acordo com este relatório, no final de março de 1993, uma das linhas de prospecção dos trabalhos desenvolvidos na ocasião pela PETROBRÁS, que cortava longitudinalmente o rio Bóia, teve seu acampamento visitado e saqueado por um grupo de índios isolados.

Com base nas informações colhidas junto a regionais e antigos comerciantes em atividade no rio Jutai, o sertanista Sebastião Amâncio da Costa concluiu pela presença de índios isolados na proximidades do rio Bóia, tratando-se provavelmente de "área de perambulação" de grupos arredios em virtude da fartura de quelônios ou de população composta por pequenos grupos semi-nômades que possuiriam grande mobilidade. Em consequência, através da CI nº 099/GAB/ADR/MAO/93, de 22.12.93, o mencionado sertanista propôs uma área de acréscimo à TI Vale do Javari com superfície de 1.937.796 ha e perímetro de 642 km, ambos aproximados, abrangendo a região entre os rios Jandiatuba, Jutai e Curuena, tendo o rio Bóia como centro.

⁷⁹ Erikson, *ibidem*; Montagner Melatti, *ibidem*.

⁸⁰ Memo nº 010/96, de 08.10.96, do chefe do PIN curuçá, Luís Carlos Mello ao Administrador Regional de Atalaia do Norte.



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Processo	1074/80
Nº	1503
Assinatura	(D)

Tendo em vista a precariedade das informações existentes sobre este possível grupo arredio, que se reflete tanto na ignorância sobre sua área de ocupação quanto sobre suas relações com os demais grupos que ocupam os limites da TI Vale do Javari, sugerimos através do Memo nº 065/DID, de 23.09.94, a realização de levantamento circunstanciado para verificação da presença e localização desses arredios. Nenhum trabalho neste sentido foi desde então realizado, pelo que reiteramos aqui a sugestão já expressa para coleta de maiores informações sobre este grupo e sua área de ocupação. Tal medida se torna ainda mais necessária em função do rio Bóia, dentre todos os afluentes do Jutai, ter sido aquele que, na primeira metade de 1996, recebeu o maior número de dragas e balsas garimpeiras que, na ocasião, dedicavam-se intensamente à lavra de ouro no leito daquele afluente do Solimões⁸¹.

⁸¹ Ainda sobre a presença de índios isolados em afluentes do rio Jutai, é preciso mencionar o "relatório do sobrevôo realizado nos rios Jutai e Mutum", encaminhado pelo Memo nº 092/ADR-ATN, de 02.08.93. Conforme informações do sr. Luiz Cirilo de Almeida Carvalho, geólogo da Petrobrás, "os índios teriam aparecido nas clareiras de números 241, localizada nas proximidades do rio Jutai, e 1321, 1261, 1201, 1141 e 1081, localizadas nas imediações do rio Mutum". De fato, um morador do médio Jutai nos forneceu informações sobre índios isolados que aparecem no Pajurá, afluente do alto Mutum, dizendo contudo acreditar provirem da margem esquerda do rio Jutai. Segundo Edemar Treuherz, membro da OPAN de Jutai, os Katukina do rio Biá corroboram estas notícias de um grupo arredio perto das cabeceiras do Mutum.



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

1074/80
1504
U

III - Terceira Parte

ATIVIDADES PRODUTIVAS

Nas seções que se seguem, procuramos descrever as atividades produtivas desenvolvidas pelos Kanamarí, Kulína (Arawá), Kulína (Pano), Marúbo, Matís e Mayonína. Pode-se perceber que há semelhanças no exercício dessas atividades entre os quatro últimos grupos, para o que deve contribuir seu pertencimento comum à família lingüística Pano.

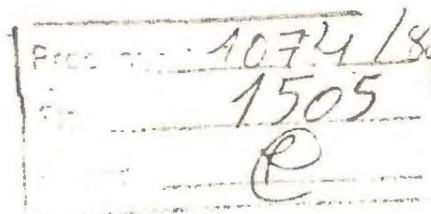
Por outro lado, devido a absoluta insuficiência de dados sobre detalhes da economia de subsistência dos grupos arredios, não dedicaremos seções específicas à sua descrição. O pouco que se sabe sobre as atividades econômicas desses grupos isolados parece os conformar ao padrão geral da economia dos demais povos indígenas já em contato no Vale do Javari. Isto é, todos eles parecem possuir agricultura (sendo observado talvez seu caráter quase secundário entre os Tukáno), constituindo os pupunhais existentes em suas antigas capoeiras prova incontestável desse tipo de utilização do território pelos grupos arredios. A coleta realizada por esses grupos parece também os aproximar do exercício dessa atividade pelos grupos em contato, pois registra-se a utilização do patauá, do buriti, do tucum, etc. Também como entre os grupos conhecidos, nota-se a grande predileção pela coleta dos bichos de casco e seus ovos, especialmente do tracajá, que se realiza na estação seca. A realização de tal atividade produtiva, aliás, é responsável por grande parte dos encontros desses grupos isolados com outros grupos indígenas ou com os não índios da região.

III.1. Kanamarí

Os Kanamarí têm uma economia de subsistência baseada na agricultura, na caça, na pesca, na coleta, e no comércio de alguns produtos como farinha, carne e madeira, praticado em pequena escala. Na divisão sexual do trabalho existente entre os Kanamarí, cabe ao homem as tarefas da caça, da pesca, da construção da casa (as mulheres ajudam a tecer a palha do teto), e, na agricultura, da derrubada, da broca, da coivara e o plantio da macaxeira. As mulheres devem ajudar na coivara e na



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA



preparação do terreno, cabendo-lhes o plantio da banana, da batata, do ananás, do mamão e outros cultivos menores.

Em 1995, havia uma quantidade razoável de roças (*bahnin*) feitas pelos Kanamarí das aldeias São Luiz, Irari e Massapê. Neste último local, toda a mata que cerca a aldeia está cheia de roças em atividade e capoeiras já usadas, havendo igualmente diversas roças novas plantadas em terras altas ao longo da margem do rio Itaquai. As roças têm em torno de dois hectares, possuindo divisões internas, imperceptíveis para o estranho, que permitem reconhecer o dono de cada uma de suas parcelas. Comentava-se que as roças da aldeia São Luiz produziam pouco por ser o terreno ao redor do antigo PIA, no baixo Javari, de ocupação anterior imediata de não índios. Além de terçados e machados, os kanamarí dessa aldeia solicitaram uma bancada nova para a fabricação de farinha. No alto Jutai, apesar de uma fixação maior junto à aldeia do Queimado, os Kanamarí continuam mantendo alguma atividade agrícola nos grupos locais situados à montante. Assim, o atual líder da aldeia Queimado, por exemplo, tem duas roças novas no igarapé Nauá, além de pupunhais antigos.

As espécies básicas cultivadas pelos Kanamarí são a macaxeira (*tawá*) e a banana (*bart*). Plantam também a batata-doce (*kiripam*), o cará (*ma'kunam*), a cana-de-açúcar (*mahuna'am*), o mamão (*kapaio*), o ananás (*wakák*) e a pupunha (*txuu*). Nas roças, plantam a macaxeira em lomas altas com a ajuda de um terçado; quando colhem, plantam uma segunda vez ainda a mesma rama¹.

Outras plantas utilizadas incluem o tabaco (*u'bá*) - com que fazem um rapé chamado *u'badin* -, o jenipapo (*uki*), e o urucu (*paja'ki*).

A mulher deve carregar a produção da roça à residência, o que faz com a ajuda de um cesto, cuja alça passa pela testa. O homem, se for obrigado a carregar o mesmo cesto, o fará levando a alça no peito. Além do preparo dos alimentos, a mulher é encarregada ainda do preparo da *kuiá*, bebida fermentada de macaxeira consumida cotidianamente pelos Kanamarí. A pupunha é consumida anualmente no período do inverno.

Caçam caititu (*ritxá*), queixada (*wiri*), veado (*bahxi*), anta (*mō*), jaboti (*kawēbo*), paca (*kiwa*), cotia (*txunā*), macaco-barrigudo (*kamudjá*), murum (*bim*), jacu (*tabi*) e jacamim (*makurē*). Fazem uso, ainda hoje, de arco (*iwiu*) e flecha (*dērēkēam*), sendo observado seu uso, com sucesso, no Massapê Velho, quando alguns caçadores que retornavam de um dia de buscas infrutíferas conseguiram, em sua chegada, matar uma paca na margem próxima do rio. Costumam levar cachorros em grandes expedições de coleta, para eventualidade de se depararem com alguma caça.

No alto Itaquai, os Kanamarí utilizam como área de caça todo o território situado entre as suas mais altas cabeceiras até, pela margem esquerda, as terras situadas entre o igarapé Sibiro e o rio das Pedras, e pela margem direita, as terras situadas entre os igarapés São Vicente e Chôa. Dentro dessa área, utilizam em especial os igarapés Boto, Nova Vida, Cedro e Taboca, afluentes da margem direita, além do igarapé Sibiro, afluente da margem esquerda. Na região do alto Jutai, além de outros afluentes, os Kanamarí tem feito uso da margem esquerda do rio Juruazinho para caçar com vistas a levar carne (salgada ou moqueada) para comercializar na cidade de Eirunepé. Igualmente, os habitantes da aldeia São Luiz às vezes salgam carne de caititu e queixada, que levam para vender em Atalaia do Norte. Os habitantes da aldeia Irari, por sua vez, fazem uso do igarapé homônimo para suas expedições de caça.

¹ O cultivo do milho (*na'xi*), apesar de conhecido, parece não receber a ênfase que encontra nos povos vizinhos de língua Pano.



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Proc. n.º	1074/80
Fl.	1506
Assinatura	<i>[assinatura]</i>

Entre os peixes, apreciam a traíra (*djaikom*), o tucunaré (*nakonaná*), o pacu (*bamák*), o surubim, o peixe elétrico, a piranha, consumindo também o jacaré (*kadjo*). Coletam o tracajá (*kawê*) e seu ovos no alto Itaquai e no alto Jutai. Neste último rio, pescam no lago ('sacado') Carioca, localizado à margem esquerda, pouco abaixo do igarapé Maguari, fora dos limites interditados em 1985 e objeto da Portaria nº 810/96.

Entre frutos silvestres, coletam a bacaba (*kurihtê*), o açaí (*djam*), o buriti (*ihkirá*) e o patauá (*tôdá*).

Outros produtos coletados incluem a palmeira muru-muru (*ku'na*), o tucumã (*tarêpê*), o cipó titica (*kuriü*), e a imbaúba (*wadaman*), de diversos usos na cultura material. Das folhas de muru-muru ou de tucum fazem a faixa ou 'chapéu' (*kita*; quando trançada, *kunabadak*) que usam como adorno na cabeça; do tucumam tiram material para o abano de fogo (*badju*); da cedroarana (*kupururu*) tiram material para as vestimentas rituais (*kuhana*). Outros adornos corporais incluem a tornozeleira (*patikidak*) e a brçaadeira (*txuipi*), ambas feitas de sementes pretas ou algodão. As redes (*homom*) costumavam ser tecidas de tucum ou algodão, sendo usadas atualmente as de fabricação industrial. Com o cipó titica confeccionam os cestos (*tourê*), que usam para transporte ou depósito de alimentos e outros objetos. Das folhas de açaí, patauá, bacaba e outras palmeiras fazem um tipo de cesto temporário ou 'paneiro' (*tom*) para carregar a produção de roças.

Entre outros objetos de uso doméstico, fabricam ainda uma quantidade significativa de cerâmica, de variados tamanhos e formatos, destacando-se as grandes placas de barro (*morom*) usadas para o depósito de caixuma.

Além dos produtos já relacionados, os Kanamarí têm se dedicado à extração de madeira, comercializada em escala reduzida. Há seis anos, aproximadamente, não se dedicam mais ao corte da seringa. Conservam ainda, no entanto, os instrumentos usados na atividade. No alto Itaquai, constatamos a presença de 12 toras de cedro acima do posto. Outra família da aldeia Massapê tinha ido para o igarapé São Vicente, residindo temporariamente ali enquanto realizava o corte da madeira. Os Kanamarí da aldeia São Luiz, por sua vez, não estavam tirando madeira em 1995, mas haviam tirado cedro nos anos anteriores no interior dos igarapés que cortam a área.

III.2. Kulína (Arawá)

Os Kulína de língua Arawá que habitam no igarapé São João, afluente da margem esquerda do médio rio Itaquai, têm na extração de madeira ali realizada sua principal atividade econômica. Nota-se que o referido igarapé está localizado em pleno território Korúbo. No primeiro ano de permanência no local, os Kulína tiraram 100 toras de cedro; no segundo, 140 toras; e no terceiro, 200 toras, todas de cedro. São aviados pelo madeireiro Flávio Peres.



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Proc. n°	1074/80
	1507
	④

No igarapé São João, os Kulína tinham igualmente roças plantadas por eles, notando-se também a coleta de frutos, como o cacau.

III.3. Kulína (Pano)

Os Kulína de língua Pano que habitam o Vale do Javari plantam em suas roças (*maë*), entre outros cultivos, a macaxeira (*pachiquit*), a banana (*machu*), o milho (*shëquî*), a batata-doce (*cadî*), o cará (*ua*), a cana-de-açúcar (*chëshite*), o mamão (*uada*), o algodão (*uahman*) e a pupunha (*uanin*). Têm feito roça nas terras do igarapé São Salvador, que são bem melhores que as do Posto Velho, na margem do Curuçá. Neste rio, constatamos igualmente a presença de uma roça plantada pelos Kulína (Pano) nas proximidades da foz do igarapé Bela Vista, estando a macaxeira ainda muito pequena para ser consumida.

Caçavam antes com o arco (*mëpo*) feito do tronco da pupunheira e a flecha (*taua*) com ponta de taboca (*cuda*) e pena de mutum. Possuíam igualmente a zarabatana ou 'pucuna' (*tënicte*), que usavam para matar macacos. Atualmente usam arma de fogo, caçando a queixada (*chede*), o caititu (*unquin*), a anta (*auad*), o mutum (*uesnid*), o jacu (*tëmoros*), o jacamim (*mando*), o macaco-barrigudo (*chuna*), o macaco-preto (*chuna uisu*), o macaco-parauacu (*bëshudu*), o macaco-guariba (*du*), a paca (*mapua*), a cotia (*made*), o tatu (*chaues*) e o jaboti (*utequësh*). Como outros povos Pano vizinhos, coletam tartarugas (*nësho*), tracajás (*secta*), e os ovos de tracajá (*sectan bacuë*). Para caçar, têm usado as cabeceiras de ambas as margens do igarapé São Salvador, indo até o igarapé Todos os Santos, pelas terras da direita, e até o Posto Novo, pelas da esquerda. De fato, dois filhos de João Branco estavam caçando junto com os Marúbo do PIN Curuçá.

Pescam nas águas do igarapé São Salvador, no rio Curuçá, e em lagos à margem deste até as proximidades da placa da FUNAI, em um igarapé antes chamado Meia Instância. Fazem uso de uaca (veneno para peixe) para pescar nos lagos e pequenos igarapés. Ocasionalmente, usam ainda arco e flecha para a pesca.

Não têm tirado seringa, mas cortavam-na até uns oito anos atrás. Têm extraído madeira do alto igarapé São Salvador e em igarapés da margem esquerda do Curuçá, nas proximidades do Posto Velho. Observamos dez toras de cedro retiradas no baixo São Salvador; havendo outras oitenta toras retidas em afluentes do alto curso deste igarapé. São aviados por Víto Magalhães, cujos prepostos também têm empregado os Kulína (Pano) da aldeia Campina para caçar ('fazer rancho') em locais como o igarapé Flecheira.

Colhem o buriti (*mactë*), o açaí (*manaca*) e o patauá (*tëiun*), entre outros frutos silvestres. Criam galinhas (*tacada*) e têm animais domésticos como a cotiara (*tsasin*). Coletam o breu,



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Foto nº	1074/80
Fis.	1508
Assinatura	<i>[assinatura]</i>

com que fazem uma espécie de vela a que chamam *tabote*. Antes, faziam panelas e potes de barro (*matsu*), bem como redes (*dí*) do fio de tucum (*posho*).

Usavam antes como adorno corporal um pendente (*paút*) que traspassava o septo nasal e brincos (*mëua*) feitos com caramujo aruá. Tinham tambetá (*cuiút*) que faziam do caramujo intam (*tsanu?*). No lado externo do nariz usavam talos finos de paxiubão (*nunte*) e também penas de japó (*iscu*) de ambos os lados.

III.4. Marúbo

Os Marúbo plantam a roça (*wai*) ao redor de suas casas (*shubu*), incluindo entre seus cultivos a macaxeira (*atsad*), a banana (*maní*), o milho (*shëquë*), a batata (*karí*), o jerimum (*waram*), o inhame (*poa*), a cana-de-açúcar (*tauta*), o abacaxi (*kanka*), a taioba (*iobin*), a pupunha (*wanin*) e a pimenta (*yotxi*). Também plantam o algodão (*resisi*), o urucu (*mashë*) e o tabaco (*romë*). O genipapo (*nanë*), encontram no mato. Homens e mulheres plantam a macaxeira e a banana. O milho, só os homens. As mulheres são responsáveis pelos plantios menores, como batata, inhame, etc.

A broca (*wai patsa*) é feita em maio; a derrubada (*wai rira*), em junho; e a queima (*wai coa*), em setembro. O plantio (*wai bana*) é feito logo depois das primeiras chuvas. Plantam sempre nas terras altas (*machi kiaka* ou *machi tokoshta*). Usavam antigamente um pau comprido feito do tronco de pupunheira, chamado *txipa*, para plantar e tirar os "olhos" da bananeira.

Com o esgotamento da roça feita inicialmente ao redor da maloca, novas roças são derrubadas pelos Marúbo em locais de distância variável. No alto Curuçá, por exemplo, constatamos que os habitantes que vivem junto à foz do Maronal fazem roça ao longo do curso deste igarapé a uma distância de até três horas de caminhada das malocas. No médio Curuçá, por outro lado, os Marúbo que há três meses haviam se transferido para o novo sítio da aldeia, abaixo do rio Arrojo, continuavam freqüentando suas roças no "Posto Velho" em busca de banana e outros gêneros.

Para a caça, os Marúbo usam o arco (*kantí*) e flecha (*taua*), a lança (*paka*) e, hoje, a espingarda (*tipí*). Caçam anta (*auad*), queixada (*iaua*), caititu (*uno*), paca (*ano*), macaco-barrigudo (*chuna*), macaco-preto (*iso*), veado (*chasho*), tatu e jaboti. Entre as aves, apreciam o mutum (*ansin*), o jacamim (*nëa*), o cujubim (*cosho*) e a nambu (*cuma*). Não comem a cotia (*marí*), o macaco-guariba (*ro*), o macaco de cheiro (*uasa*), ou o macaco soim (*shipí*).

Os Marúbo utilizam de forma extensiva o seu território de caça. No alto igarapé Maronal, por exemplo, encontramos tapiris de caça distanciados até cinco horas de caminhada das malocas situadas à margem do rio Curuçá. No médio rio Ituí, os Marúbo têm caçado em áreas situadas tanto a jusante quanto a montante da foz do rio Novo de Cima, assim como no médio curso deste último. As malocas situadas nessa região deram prova de grande comunicação entre si, havendo quase



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Processo nº	1074/96
Fls.	1509
Assinatura	

todos os homens que nelas residem saído concomitantemente para a caça a um bando de queixadas que passava nas imediações. Tivemos oportunidade de constatar a destreza dos Marúbo nesse tipo de caça quando, no retorno de nossa viagem ao rio Paraguaçu, os rapazes que nos acompanhavam pararam o motor para pegar anilina (isca para peixe) e escutaram o barulho de um bando que passava próximo à margem esquerda do Ituí. Desembarcando nessa margem, em menos de uma hora, e após quatro tiros, voltaram trazendo três queixadas abatidas.

Quanto a pesca, as informações são resumidas abaixo:

*"É freqüente a coleta de pequenos peixes por mulheres e crianças. Raramente conseguem peixe de maiores proporções. Pescam: lambari, dourado, cascudo, botó, mandim, piau, piranha, curimatã, traíra, surubim, e pacu. As mulheres saem em pequenos grupos para pescarem nos igarapés, longe da maloca. Preparam um veneno chamado uaca (poicmã), cultivado ao redor da maloca, que é pisado (por homem ou mulher) e misturado com terra, sendo a massa transportada em cestas e jogada n'água. Quando os peixes boiam, são apanhados. Há pescarias coletivas e que participa quase toda a maloca, sendo que nesta ocasião trazem mais peixes e maiores. Muito raramente pescam com anzol, tarrafa e flecha. O verão é a melhor época para pescar: o rio está raso"*².

Entre os frutos silvestres, consomem o buriti, o açaí, o pataú e o cocão. Nas praias dos rios Ituí e Curuçá, durante o verão, coletam tracajás e seus ovos.

O caramujo aruá (*nobo*) é um artigo largamente usado e altamente valorizado pelos Marúbo como matéria-prima para seus adornos corporais, tendo de certa forma se tornado raro por causa disto. Com as contas brancas feitas do aruá, as mulheres fazem os longos cordões que cruzam sobre o peito (*nobo tēnia*) e os cordões faciais (*rēshpin*), que passam sobre as orelhas e dentro do nariz. Outros adornos usados incluem as pulseiras (*mēbin ushe*) e as tornozeleiras (*ushe*), feitas às vezes de algodão, e as faixas abaixo do joelho (*tanēshte*) e os cordões usados na cintura (*chiēte*). Os colares de aruá têm, por vezes, continhas pretas da palmeiras muru-muru ou jauari.

Outros artigos de sua cultura material incluem as redes (*pani*) de tucum ou de algodão (*umpu pani*), grande quantidade de cerâmica, o trocano (*acu*), e sopradores de tabaco (feitos em forma de "v", com ossos de mutum, para uso individual ou cotidiano; ou compridos, com tacana e ponta de osso da asa de gavião, para uso coletivo ou ritual).

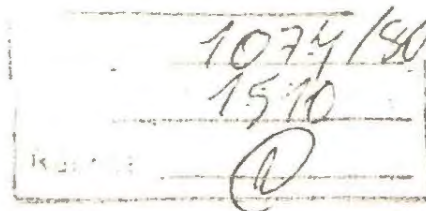
Atualmente, somente a madeira tem se apresentado rentável em termos de economia de comercialização para os Marúbo. Esporadicamente, também se os vê comercializando o couro de determinados animais, como o caititu, por exemplo. O extrativismo da seringa, por outro lado, sofreu uma irremediável derrocada, deixando de ser praticado quase totalmente.

No alto Ituí, extraem madeira ao longo das margens do rio e, em especial, no interior de alguns de seus afluentes. Em 1995, os habitantes da maloca de Lauro tinham extraído 120 toras de madeira no igarapé Água Preta, afluente do médio rio Paraguaçu. A família de Alberto, por sua vez, encontrava-se tirando madeira no alto igarapé Água Branca (*Pacaia*), afluente da margem esquerda do Ituí. Comerciam antes com Raimundo Cabral, que parava seu motor na barra do Paraguaçu.

² Montagner Melatti & Melatti, 1975:61.



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA



Atualmente, são aviados pelo madeireiro Moacir Baima, de Atalaia do Norte. Cerca de setenta toras de cedro também foram entregues ao filho do madeireiro Djairra Herculano Barbosa, de Benjamin Constant.

No médio Ituí, os habitantes da maloca de Mário tinham cortado sessenta toras de madeira branca (ocoúba), nas margens do rio. Elas estavam argoladas na beira do rio, esperando que Raimundo Barbosa, regatão e morador do rio Negro, as transportasse para o baixo Javari.

No alto Curuçá, na chegada ao PIN Maronal, havia uma balsa com 154 toras de aguano, atracada no rio pouco abaixo da aldeia. Pertencia a um dos membros da parentela de Alfredo Barbosa, e seria rebocada por Moacir Baima, madeireiro de Atalaia do Norte. Os Marúbo afirmaram haver mais 400 toras no interior dos igarapés próximos, que não haviam "saído" em virtude do pouco volume d'água. No médio Curuçá, também constatamos uma grande balsa de madeira na margem do rio, pouco abaixo da aldeia São Sebastião.

III.5. Matís

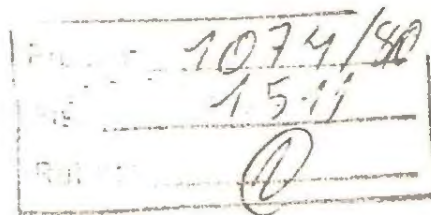
Os Matís possuem uma economia de subsistência baseada na agricultura, caça, pesca e coleta. Em suas roças, os Matís plantam basicamente a macaxeira (*atsád*), a banana (*sincuín*) e o milho (*tsari*). Também plantam a pupunha (*uanin*) e o mamão (*uata*). Do milho, plantado com uma vara chamada *komon*, fazem a chicha (*tsari uma*), bebida intimamente relacionada às cerimônias de imposição da tatuagem (*musha*) característica do grupo³. A roça que cercava a aldeia Matís em 1995 tinha cerca de dois ou três hectares, estando em fase produtiva da macaxeira e da banana. De qualquer forma, eles continuavam fazendo uso das roças velhas (*maë shénin*) existentes na aldeia do igarapé Boeiro, onde alguns tinham ido colher alguns produtos residuais. Entre outros frutos, coletam o açaí (*mañad*) e o cacau (*nocan*).

Como entre outros grupos Pano, há entre os Matís uma série de proibições alimentares relacionadas a conceitos culturais sobre o desenvolvimento da pessoa humana. O consumo de carne de paca (*mapua*), de tatu (*tsauës*), da cotia (*made*) e da capivara (*nauad*), por exemplo, é interdito aos meninos e rapazes recém tatuados. Os *mushabo*, como são chamados, não devem comer a carne destes animais, sob pena de ficarem preguiçosos ou enfraquecidos. Também se nota o uso de "remédios" do mato pelos caçadores para enxergarem bem ou andarem rápidos atrás da caça. Assim como os Mayorúna e Marúbo, os Matís também se aplicam para ficarem fortes, ágeis e resistentes o veneno de um sapo que denominam *campo*, que é um poderoso emético.

³ Cf. Erikson, s/d:1-2.



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA



Enquanto as caças terrestres são geralmente abatidas com arco (*pia*) e flecha (*taua*), os Matís preferem usar a zarabatana (*tenite*) para matar pássaros e macacos. Entre outros, consomem o o macaco-barrigudo (*chuna*), o macaco-preto (*chëshě*), e o macaco-da-noite (*bushiti*). Quando estávamos no PIN Ituí, um Matís trouxe ao final de um dia de caça seis macacos-barrigudos, abatidos com a zarabatana.

Têm usado bastante a faixa de terras abaixo da atual aldeia para caçar. Constatamos canoas (*nunte*) pertencentes aos Matís, encostadas em ambas as margens do Ituí, até duas ou três horas abaixo do posto, de onde os caçadores tomavam varadouros já conhecidos em direção ao centro da mata. Tinham se deslocado para esse local devido a notícia sobre a passagem de um banco de queixadas (*uasa*), que de fato foram conseguidas em grande quantidade. O igarapé Jacurapá, por sua vez, tem sido partilhado como território de caça com os índios Marúbo que residem nas proximidades e no interior do rio Novo de Cima.

As flechas são feitas com ponta de taboca (*tenque*). Fixam as penas na tacana usando breu ou uma espécie de resina que chamam *mamun*, passando pó de carvão no acabamento final. Quanto à zarabatana, sua parte interna é feita de uma palmeira chamada *iui*. Depois de aberta, e retirado o talo interior, ela é revestida com um cipó (*mapo*) e untada com o mesmo *mamun* que usam para juntar as penas na flecha. Parte deste último material é revestido com pequenos fragmentos da concha do caramujo aruá (*nunte*), que moem para esta finalidade. Por fim, em alguns lugares da peça, essa fina superfície formada pela "areia de concha de aruá" é retirada, colando-se artisticamente pedaços maiores de casca de ovos. Os dardos (*carsu*) têm diversos tamanhos, específicos para caçar os diferentes tipos de animais. Sua ponta é untada com veneno (*pësho*), usando-se para passá-lo um pau pequeno e largo (*pësho tēuinte*). Colocam as pontas já untadas com o veneno para secar ao calor de pequenos tições. Para direcionar o dardo, colocam um pouco de barro cerca de dois dedos abaixo do veneno, volume que é revestido com algodão, possivelmente para que o barro não seja retirado no trajeto inicial do dardo pelo interior da zarabatana. O barro é levado no osso do maxilar da queixada, que é colado ao embornal em que levam os dardos. Para impulsionar o dardo, colocam outra mecha de algodão em sua parte inferior, visando criar a resistência ao sopro. Sopram pela parte mais larga, cujo bocal é de madeira. Entre outros acessórios da zarabatana, costumam levar três pequenas varetas roliças e um pequeno pau mais largo, para fazer fogo. A mulher separa as sementes do algodão nativo, deixando-o adequado para ser usado na zarabatana.

Segundo um relatório da ADR/ATN de dezembro de 1995, cerca de 38 índios Matís tinham descido o Ituí até o igarapé Maria Chaga, localizado dois dias de motor abaixo da aldeia, para buscar o veneno dos dardos de suas zarabatanas.

Os peixes (*chapa*) são obtidos comumente com arpão impulsionado pelo arco e, na estação seca, usando-se o timbó (*como*) ou a uáca (*dauē*). Desta última planta, usam as folhas e sementes, que antes de seu emprego são reunidas em grandes molhes e machacadas em um buraco feito no chão.

Na construção de suas casas, usam a palha de palheiro (*ēcpa*), o cipó titica (*aiash*), a paxiúba (*tacpan*), com que fazem o piso e as paredes, e o tronco da bacaba (*cobisan*), com que sustentam o piso. Outros artefatos de sua cultura material incluem a tocha de breu (*tabote*), as peneiras (*secte*), bem como as panelas, vasilhas (*matsu*) e potes (*tēchu*) de cerâmica. Fazem suas redes com o fio de tucum (*shapeshi*).



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Folha	1074/80
Data	15-12
Assinatura	(R)

Como consequência do contato, têm abandonado aos poucos o uso dos ornamentos faciais, especialmente os jovens (*buntac*). Particularmente raros tornaram-se os ornamentos feitos da concha do caramujo aruá (*nunte*), sendo observado apenas um homem que dava acabamento no estilete nasal (*detashkete*) feito com esse material. Outros ornamentos usados pelos Matís incluem: os brincos (*paít*) e estiletes nasais de tacana (*taua*), colando-se nos primeiros placas esféricas de *deko*; os finos estiletes (*demush*) de patauá, usados por ambos os sexos na parte externa das asas do nariz; o tembetá (*kwiot*) de tacana ou madeira, usado por ambos os sexos no lábio inferior; e os pequenos e negros bastões (*mananukit*) feitos de tronco de pupunha ou patauá, usados pelos homens abaixo de ambos os lados do nariz⁴.

Também são bastante comuns as faixas (*uetsun*) tecidas com fio de tucum usadas nos pulsos, tornozelos e abaixo dos joelhos, e os colares (*piscare*) feitos com contas do coco da palmeira muru-muru (*podo posho*).

Quanto à economia para comercialização, os Matís manifestaram o desejo de iniciar a produção de farinha, visto já possuírem os fornos para esta finalidade. Este produto, em todo caso, não é ainda consumido com regularidade por eles. Às vezes mandam paneiros de carne salgada pelos funcionários da ADR/ATN para obter ferramentas, utensílios, roupas, etc. Também produzem algum artesanato com a mesma finalidade, tendo destaque a zarabatana. Via de regra, são submetidos à mais escorchante exploração por parte dos funcionários do órgão indigenista. Encontramos no Posto Indígena um caderno onde singelamente se anotava as equivalências: "uma zarabatana completa" = "um calção"; "uma máscara" = "xícara", etc.

III.6. Mayorúna

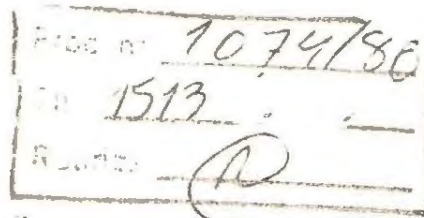
As atividades produtivas desempenhadas hoje pelos Mayorúna incluem a agricultura, a caça, a pesca, a coleta e a comercialização em pequena escala. Incluem também outros processos de adaptação e transformação dos materiais de seu *habitat*, definidos por sua tecnologia de subsistência (construção de casas, fabricação de artefatos, etc).

A agricultura Mayorúna é praticada em solos escuros da floresta primária, sendo evitados os terrenos de vegetação secundária (as "capoeiras"). Geralmente, derrubam suas roças acompanhando o declive de pequenas colinas, e sua forma varia segundo o terreno, possuindo em média de um a três hectares. Após a seleção do lugar, realizam a broca e a derrubada, entre maio e agosto, após o que esperam um ou dois meses para que se sequem e possam queimar os troncos e galhos. Logo, juntam novamente o que restou e realizam uma segunda queimada. O plantio acontece entre novembro

⁴ Cf. Erikson, 1990:219-223.



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA



e fevereiro. Um inventário das espécies cultivadas pelos Mayorúna inclui: a) Plantas cultivadas alimentícias básicas: macaxeira (*pachid*), banana (*maní*) e milho (*piacbo*); b) Plantas cultivadas alimentícias complementares: batata-doce (*cadí*), cará, pupunha (*titaro*), mamão (*bata*), ananás (*canchí*), cana-de-açúcar (*piabata*), abil, pimenta (*siac*), e outras que só conhecemos pelos termos nativos: *acte beyun*, *mapichoquit*, *camis*, *siente tapun* e *bēbiucud*; c) Plantas importantes para a cultura material: algodão (*sedquit*), urucu (*piute*), cabaça (*senco*), tacana (*pia*), *mocodi* e *tsatsi*; d) Venenos para peixe: timbó (*ancueste*) e uaca (*chiun*); e) Plantas medicinais ou mágicas: tabaco (*nēñē*), urtiga, etc⁵.

Em 1995, os Mayorúna da aldeia Trinta e Um estavam passando por um período de relativa escassez alimentar, ocasionada pelo fato de muitas famílias não terem plantado roças nos dois anos anteriores por estarem envolvidas na construção de uma pista de pouso para a aldeia (um grande esforço feito parcialmente em vão, pois consta que ainda não foi usada por qualquer aeronave).

A caça é um aspecto central da vida sócio-econômica dos Mayorúna. Ela envolve uma série de técnicas, que vão desde os métodos de busca e captura de animais até as etapas de fabricação dos instrumentos usados na caçada. Desde que abandonaram a zarabatana, entre o final do século passado e o início deste, os Mayorúna especializaram-se no uso do arco e da flecha em suas caçadas. Caçam hoje com maior frequência fazendo uso da espingarda, de preferência com a ajuda de cachorros. Os cachorros acuam a caça, geralmente uma queixada ou um caititu, em algum buraco ou toco de pau, onde, então, são enforcados com laços de cipó feitos pelos caçadores. As mulheres, por vezes, participam na perseguição aos animais.

Caçam anta (*nēshamē*), queixada (*shēcten amē*), caititu (*shēcten*), veado (*senad*), paca (*tambis*), tatu (*tsaues*), cotia (*made*), preguiça (*shuinte*), macaco-barrigudo (*poishto*), macaco-preto (*chēshēid*), macaco-guariba (*achu*), jacu (*cuēbu*), mutum (*uesnid*), perdiz (*seniede*), jaboti (*piush*), tracajá (*seta*) e outros.

A caça supõe além de um grande conhecimento do comportamento e *habitat* dos animais, uma regulação cultural das espécies caçadas. Assim, é possível relacionar a rápida depopulação de algumas espécies, como o macaco-barrigudo e a preguiça à valorização social e ritual de que são objeto. Os Mayorúna caçam as duas espécies de tal forma que após poucos anos de permanência em um mesmo local, sua presença nas imediações é ocasional ou mesmo rara⁶. A depopulação das espécies também pode advir por razões históricas. Assim, o valor econômico das peles de queixada e caititu determinou, durante um período determinado, que grande parte da população Mayorúna se dedicasse com especial afinho à sua caça, levando momentaneamente à diminuição do número de indivíduos destas espécies.

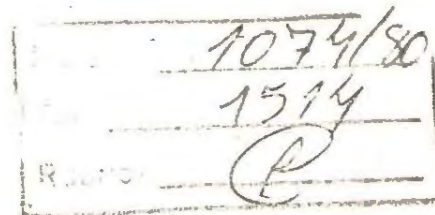
As áreas de caça dos Mayorúna da aldeia Lobo têm se localizado no alto curso deste igarapé e na região à montante no Jaquirana. Por sua vez, os habitantes da aldeia Trinta e Um utilizam o igarapé Itúxi e outros pequenos afluentes do Jaquirana nas proximidades como área de caça. Dado o esgotamento dos animais de caça no entorno dessa aldeia, parte de seus habitantes tem se deslocado periodicamente para caçar na região do rio Negro, afluente da margem esquerda do rio Pardo. Permanecem ali, na casa de seus parentes, durante alguns dias ou semanas, moqueando a carne que

⁵ Cf. Calixto Méndez, 1985:56-57; Romanoff, 1984:99-100.

⁶ Cf. Romanoff, *ibidem*.



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA



depois trazem para ser consumida na aldeia do Jaquirana. Constatamos também que os Mayorúna de Nuevo Cashishpi utilizam o igarapé Lopes, afluente da margem direita do Jaquirana, para caçar.

A pesca é feita em lagos ou pequenos igarapés. Usam canoas, que aprenderam a fabricar, pescando com linha e anzol. Durante a estação seca, usam a raiz do timbó ou as folhas da uaca para realizar grandes pescarias coletivas. Às vezes botam esses venenos mais de uma vez no mesmo local durante uma estação, embora tenham consciência de que o resultado final tende a decrescer após sua repetição. Costumam conservar os peixes assando-os dentro de folhas de caranã. Os habitantes do Lobo utilizam preferencialmente este próprio igarapé para pesca; os da Trinta e Um usam pescar no igarapé Itúxi e nos lagos de ambas as margens do rio Jaquirana, onde costumam bater o timbó na estação seca.

Coletam na floresta frutos como patauá (*isan*), buriti (*ictia*), sorva (*quëcu*), tucum (*dí*), coquinho (*shuinte mapí*). O tucum é uma palmeira que tem papel destacado na cultura material. Outras palmeiras importantes são a jarina, a palha de carôço e a palha caranã.

A cultura material Mayorúna está intimamente ligada a suas técnicas de sobrevivência e ao uso dos recursos naturais de seu território. Os Mayorúna fabricam suas casas atualmente usando certas madeiras, o tronco da paxiúba, palha caranã e cipó titica. Para a caça, fabricam arcos (*canti*), flechas (*pia*) e lanças (*cuda* ou *sianté*) usando o tronco da pupunheira, tacana, taboca, uma resina que chamam *buit* e a fibra *tsatsi*. Fazem também armadilhas de caça. Com o tucum fazem suas redes (*dí*), puças (*nëshait*) para pesca, bolsas (*nëshait*), faixas (*tote*) para carregar crianças, etc. Modelam panelas (*matsu*), potes (*tëchu*) e recipientes menores de cerâmica. Há pelo menos cinco tipos de cestos (*tsitsan*), que empregam técnicas e materiais diversos. Fabricam também: abanadores (*shuccate*), vassouras (*bescate*), velas (*tabote*), socadores (*tiante*) e sopradores (*sedunte*) de tabaco, fusos (*shoyon*) para fiar algodão, peneiras (*secte*), esteiras (*pisit*), bancos (*tsadte*), cochos (*macueste*) e batedores (*macueste podo*). Seus adornos incluem pulseiras (*uetsun*), braceleiras, tornozeleiras e faixas (*mauete*) para a cabeça que fazem com tucum e algodão, e antes, adornos para as orelhas (*paúr*), queixo (*quiút*), lábios (*ëctabute*, usado pelos homens) e nariz (*dëmush*, usado pelas mulheres), colares de contas (*casëdo*) e de dentes de animais (*shëta*).

A economia para comercialização praticada pelos Mayorúna inclui basicamente a produção de farinha e a extração de madeira. Fabricam farinha da macaxeira existente em velhas roças, dedicando-se ao mister em períodos não coincidentes com outras atividades produtivas da agricultura ou do extrativismo. Diversas roças já têm seu forno de farinha, contando-se onze na aldeia Lobo, por exemplo, em 1991. Em geral, nas transações de seus paneiros de farinha através dos funcionários da ADR/ATN, são ordinariamente enganados por estes.

Os Mayorúna, que a princípio trabalhavam em turmas madeireiras apenas como caçadores, passaram depois a ser usados diretamente como mão de obra na extração da madeira e, logo, a tirar madeira por conta própria a fim de suprir suas novas necessidades. Com o correr dos anos, a atividade vem assumindo um padrão incipiente, mas do qual podemos destacar os traços principais: o deslocamento conjunto de uma ou mais famílias indígenas para a área em que irão realizar a extração, incluindo a derrubada da floresta, construção de casa⁷ e o plantio de roças no local (dado que a

⁷ Nessas "colocações", os Mayorúna têm a oportunidade de retomar, de certa forma, o estilo de suas malocas tradicionais. Visitamos uma, nas cabeceiras de um igarapé que deságua próximo à aldeia Trinta e Um, que era



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Processo	1074/80
Nº	1515
Assinatura	<i>R</i>

permanência pode durar desde três meses a alguns anos). O local escolhido fica geralmente nas proximidades de algum igarapé, e em geral representa uma zona de reserva ambiental dentro do próprio território, com recursos de solo, animais e madeira que não são mais encontrados nos arredores das aldeias maiores. Percebe-se que esta atividade toma, assim, uma forma que possui semelhanças com o padrão "centro/periferia" (v. adiante, Parte IV.2).

Os Mayorúna do Lobo extraíram, em 1990, 100 toras de madeira; em 1991, cerca de 340 toras; em 1995, 105 toras de madeira, que venderam a um morador de Angamos. Para esta extração, usam principalmente as cabeceiras do igarapé Lobo, assim como a região entre este e o rio Jaquirana. Uma das famílias da aldeia conseguiu adquirir um velho motor de centro com os recursos auferidos através da atividade. Na Trinta e Um, também conseguiram um motor rabeta em troca de 25 toras de madeira. Em 1992, cerca de quatro famílias exploravam um igarapé há quatro horas de caminhada desta aldeia à margem do Jaquirana. Outras tinham localizado 90 toras de aguano no igarapé Itúxi, que pretendiam depois derrubar. Como já registrado, parte das famílias dessa aldeia também tinham se deslocado permanentemente para os igarapés Ariranha e Anta, afluentes de margens opostas do rio Negro, para extração de madeira. Quando moravam no Ariranha, varavam por terra para o igarapé do Veado, afluente da margem esquerda do Negro, para cortarem madeira.

composta por quatro casas cobertas com a palha *budéd* de cima a baixo, tendo algumas folhas de pataúá (*isan*) cobrindo a cumeeira.



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Proc. nº	10.177/90
Vol.	1516
Rubrica	D

IV - Quarta Parte

MEIO AMBIENTE

IV.1. Caracterização

Geograficamente, a terra indígena Vale do Javari ocupa a porção meso-ocidental da Amazônia brasileira, estando situada, de resto, em uma região com características de relevo e vegetação diversificadas, ainda que notavelmente homogêneas. Situada na zona intermediária entre a margem direita do rio Solimões e a margem esquerda do rio Juruá, a superfície dessa terra indígena incide majoritariamente no vale formado pelo rio Javari e seus afluentes, abarcando ainda também, como já observado, trechos dos rios Jandiatuba e Jutai.

Do ponto de vista morfoestrutural, há duas unidades principais de relevo encontradas nesse território, que correspondem à Depressão Rio Acre-Rio Javari e ao Planalto Rebaixado da Amazônia (Ocidental). Essas unidades são cortadas ao sul por uma faixa de Planície Amazônica de aproximadamente 25 km de largura que acompanha o curso do rio Juruá. Das duas unidades principais de relevo mencionadas, a maior parte da superfície da terra indígena incide na chamada Depressão Rio Acre-Rio Javari:

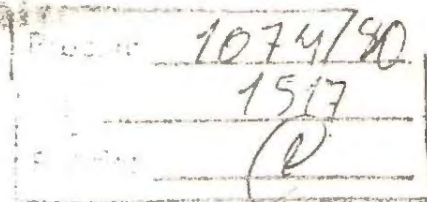
"Litologicamente esta unidade é composta por rochas sedimentares de idade plio-pleistocênica, predominando argilitos, siltitos e arenitos, pertencentes à Formação Solimões. Os solos são do tipo Podzólico Vermelho Amarelo, apresentando uma cobertura vegetal de Floresta Aberta com palmeiras e subordinadamente Floresta Densa com emergentes.

Esta unidade apresenta uma altimetria compreendida entre 80 e 200 m. A parte norte comporta as menores altitudes, em torno de 80-90 m, a região central tem uma média altimétrica de 100 m, e as maiores altitudes estão representadas a sudeste da Folha.

O relevo de um modo geral apresenta-se homogêneo, sem nenhuma feição topográfica marcante. A feição geomorfológica mais característica é a de colinas com talvegues, que apresentam uma intensidade muito fraca de aprofundamento de drenagem, e os interflúvios possuem dimensões em torno de 250 m (c11) com os topos apresentando acentuada convexidade. Subordinadamente, e em nível altimétrico pouco mais elevado que as colinas, aparecem relevos dissecados em cristas



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA



do tipo k11 que poderiam pertencer ao Planalto Rebaixado da Amazônia Ocidental, mas pela descontinuidade e pequena expressão espacial acham-se incluídos nesta unidade. Estas cristas estão concentradas no interflúvio dos rios Ituí e Itaquaiá... Essa unidade apresenta dois tipos de contato com a Planície Amazônica. Na margem esquerda do rio Juruá, a passagem de uma para outra unidade se faz através de uma brusca mudança na morfologia e nítida ruptura de declive, passando-se da dissecção característica em c11, para uma região plana, formada pelos Terraços Altos e pela planície deste rio. Em sobrevôo, a variação altimétrica é pouco perceptível; entretanto, através das imagens de radar, observam-se diferenças texturais marcantes, que no campo são caracterizadas pela diferença na vegetação em que cada unidade é colonizada.... [A leste] a dissecção em colinas (c11) desta unidade desaparece, dando lugar a uma região com altimetria relativa mais elevada, pertencente ao Planalto Rebaixado da Amazônia (Ocidental). Nesta região predominam os relevos dissecados em cristas (k11) e interflúvios tabulares (t11), originando localmente rupturas de declives¹.

A parte sudoeste da Depressão Rio Acre-Rio Javari engloba ainda, além de colinas e cristas, o conjunto da serra do Divisor, cujo bloco mais setentrional corresponde à serra do Jaquirana. Como em outras regiões da mesma unidade, predominam aí os solos Podzólicos Eutróficos e Distróficos, com altimetria variando entre 200 e 300 m. Por sua vez, o Planalto Rebaixado da Amazônia (Ocidental) contém relevo dissecado pelos já mencionados interflúvios tabulares, que correspondem a uma região isolada nas terras que correm entre o rio Juruá e o alto curso dos rios Jutai, Jandiatuba e Itaquaiá.

Em geral, os cursos dos rios Javari, Curuçá, Ituí, Itaquaiá, alto Jandiatuba e alto Jutai elaboram extensas, embora estreitas, planícies fluviais, apresentando terraços fluviais em alguns trechos localizados. De curso sinuoso, é comum esses rios formarem meandros que são "colmatados" ao longo do tempo pelo desvio do talvegue e posterior depósito de matéria orgânica. A maior parte dos cursos d'água existentes na bacia do rio Javari têm suas águas barrentas, o que indica o alto teor de matéria carregada por eles. Essa característica geral tem algumas raras exceções, como os igarapés Pedro Lopes e Flecheira, afluentes do rio Curuçá, e o alto rio Ituí (principalmente no trecho acima do Paraguaçu)², que possuem as águas mais escuras que a maioria dos demais tributários da bacia do Javari. Do mesmo modo, o rio Jutai tem, em sua foz, as águas negras, provocando um pequeno "encontro das águas" com o Solimões. Essa tonalidade, contudo, advém propriamente das águas pretas dos rios Biá, Bóia e Mutum, seus tributários no curso médio-baixo, caracterizando-se a região superior do Jutai pela tonalidade barrenta de suas águas³. Dada a fisionomia "encaixada" que caracteriza a região

¹ RADAMBRASIL, 1977b:113-114.

² Talvez exatamente por essa característica, o rio Ituí seja denominado tanto pelos Marúbo como pelos Matis com o termo correspondente a 'Negro' (Chëshě).

³ Nota-se, além disso, que as margens do médio e baixo rio Jutai são bastante imprecisas tanto em comparação com as de seu alto curso quanto com as dos rios que correm para o Javari. Nessa zona do Jutai, situada inclusive fora dos limites da TI Vale do Javari, encontramos uma região de várzea propriamente dita, cujo pronunciado regime de inundações forma uma quantidade imensa de paranás, ressacas, furos, além de igapós que permanecem alagados durante grande parte do ano.



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

1074/8
1518
P

de cabeceiras dos tributários do rio Javari, é comum o nível das águas subir ou descer rapidamente em função da quantidade de chuvas no alto curso desses rios, ocasionando os chamados "repiquetes".

O clima é equatorial, apresentando elevados índices de precipitações pluviométricas, com período de estiagem pouco marcado, e temperaturas médias entre 24° e 26° C. Observa-se a presença de duas regiões fitoecológicas principais - Floresta Tropical Densa e Floresta Tropical Aberta -, cujas diferenças morfológicas, tipos de solos e influência dos rios permitem, por sua vez, dividi-las cada qual em uma Sub-Região Aluvial e uma Sub-Região de Baixos Platôs da Amazônia. A Região de Floresta Densa Aluvial ao longo do Javari é assim caracterizada:

"As águas da bacia do rio Javari colmatam sedimentos aluviais recentes e atuais, ocupando uma estreita faixa na planície quaternária, periodicamente inundada. Neste ambiente observou-se a predominância do ecossistema da Floresta Densa Aluvial da Bacia do rio Javari, caracterizado por espécies arbóreas tipicamente hileanas. Esta classe de formação ocorre associada à Floresta Aberta de palmeira, formando grupamentos vegetais tanto nas planícies quanto nos terraços adjacentes.

Observou-se a presença, neste meio limonítico, de solos Gley Pouco Húmicos, revestidos por comunidades florestais caracterizadas pelas seguintes espécies dominantes: amapazinho, ingá-xixica, mapatirana, matamatá-branco, seringarana, seringueira, taxi-pitomba, tatapiririca, torém e ucuuba-chorona....

*Verificaram-se em alguns pontos do perfil de formação dominante, na beira dos rios de água barrenta, associações de palmeira *Astrocaryum jauary* (jauari: o caboclo da região utiliza os folíolos partidos na fabricação de chapéus leves) com *Triparis* sp.*

*Na margem da sedimentação, situada nas curvas dos rios (parte convexa), verificou-se a presença da vegetação Pioneira em fase de sucessão. Estas pequenas manchas em forma de 'praias', caracterizadas pela espécie precursora *Alchornea castaneifolia* (oeirana), não foram individualizadas em virtude da escala utilizada. Esta Euphorbiaceae foi observada antepondo-se aos imbaubais.*

*Huber (1909) registra a presença da *Bombax munguba* (munguba) como sucessora às consorciações de *Cecropia* sp (imbaúba) na associação definitiva da floresta⁴.*

De sua parte, a Sub-Região de Baixos Platôs da Amazônia recoberta pela Floresta Densa apresenta características próprias de relevo dissecado em forma de cristas e colinas, com vales profundos, em solos Podzólicos Vermelho Amarelo de textura argilosa.

"A Floresta Densa predomina nesta unidade fisionômica, caracterizada pela dominância de árvores emergentes no estrato superior. Esta formação associa-se à Floresta Aberta de palmeira nos locais em que o relevo apresenta níveis mais baixos.... O sub-bosque deste ecossistema é rico em espécies de Pteridophyta, Araceae, Cyperaceae, Bromeliaceae e Marantaceae. A grande

⁴ RADAMBRASIL, 1977a:292-293. Das palmeiras, foram identificadas em número reduzido o açaí, a bacaba e a paxiúba.



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Proc.	1074/86
S.	1519
Rubrica	<i>[assinatura]</i>

umidade no interior da floresta permite o desenvolvimento de líquens, que recobrem os troncos, juntamente com algumas briófitas.

Entre as espécies arbóreas encontradas nesta comunidade, citam-se as mais características: abiorana-branca, abiorana-preta, abiorana-seca, abiorana-copaíba, fava-arara-tucupi, guariúba, louro-abacate, louro-inhamui, louro-preto, morácea-chocolate, muiratinga, pente-de-macaco, tanimbuca e ucuuba-chorona⁵.

É preciso observar, por outro lado, que a maior parte da terra indígena Vale do Javari é recoberta pela Floresta Tropical Aberta, cujo elemento caracterizador está na grande concentração e dispersão de espécies de palmeiras. No ambiente de terraços e planícies inundáveis, a Floresta Aberta é marcada pela presença de árvores como taxi (*Tryplaris guianensis*), sumaúma (*Ceiba pentandra*) e imbaúba (*Cecropia* sp.), de palmeiras como paxiúba (*Iriartea* sp.), açaí (*Euterpe* sp.) e jauari (*Astrocaryum jauary*), e pela vegetação marginal das praias como oeirana (*Alchornea castaneifolia*), canarana (*Panicum spectabile*) e *Ipomea* sp. No ambiente de terras baixas, predominam na Floresta Aberta espécies como paxiúba-lisa (*Iriartea exorrhiza*), pataú (*Oenocarpus bataua*), açaí (*Euterpe precatoria*), jaci (*Attalea wallisii*), muru-muru (*Astrocaryum murumuru*), paxiúba-barriguda (*Iriartea ventricosa*), inajá (*Maximiliana regia*), jarina (*Phytelphas* sp.), marajá (*Bacris* sp.), ubim (*Geonoma* sp.) e caranaí (*Mauritia aculeata*)⁶.

Das espécies florestais de interesse madeireiro de maior ocorrência destacam-se o mogno ou aguano (*Swietenia macrophylla*), andiroba (*Carapa guianensis*), freijó-branco (*Cordia bicolor*), angelim-rajado (*Pithecelobium racemosum*), cedro (*Cedrela odorata*), ucuuba (*Virola* sp.), açacu (*Hura creptans*), itaúba (*Mezilaurus itauba*), jacareúba (*Callophyllum brasiliense*), pau-d'arco-amarelo (*Tabebuia serratifolia*), andirobarana (*Guarea Kunthii*), piquiarana (*Caryocar glabrum*), abiorana (*Pouteria* sp.), louro (*Ocotea* sp.), breu (*Protium* sp.), imbaúba (*Cecropia* sp.), fava-bolacha (*Vatairea guianensis*) e cedrorana (*Cedrelinga catenaeformis*)⁷.

⁵ *Idem*:294-295. Nas áreas correspondentes aos interflúvios tabulares, "a cobertura florestal é constituída por indivíduos de +/- 40 m de altura, cujas espécies emergentes são demarcadas pelo matamatá (*Eschweilera* spp.), itaúba (*Mezilaurus* sp.) e copaíba (*Copaifera* sp.). Existe uma certa identidade entre as espécies das áreas conservadas e das dissecadas. Todavia, nos tabuleiros há um maior adensamento de árvores, consequência talvez dos fatores ecológicos. Nas áreas aplainadas o sub-bosque é limpo, com concentração de caranaí (*Lepidocaryum* sp.) e ubim (*Geonoma* sp.); nas encostas e proximidades dos igarapés, torna-se emaranhado com grande dispersão de Musaceae, Pteridophyta (samambaia) e lianas rasteiras. Ocorre notável incidência de epífitas nos estratos dominante e intermediário, sendo frequentes diversas espécies das famílias Araceae (*Anthurium* spp., *Philodendron* spp.) e Bromeliaceae" (RADAMBRASIL, 1977b:292).

⁶ Cf. RADAMBRASIL, 1977a:298-300.

⁷ Cf. *Idem*:384. Além delas, são encontradas também: arurá-branco (*Osteopholoeum platispermum*), sucupira-vermelha (*Diploptropis racemosa*), louro-canela (*Licaria canella*), ucuuba-branca (*Virola surinamensis*), ucuuba-vermelha (*Iryanthera macrophylla*), tauari (*Couatari pulchra*), jutá-pororoca (*Dialium guianensis*), louro-amarelo (*Aniba* sp.), guariúba (*Clarisia racemosa*) e uxirana (*Saccoglothis guianensis*), entre outras (RADAMBRASIL:1977b:379).



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Proc nº	1074/8
Fls.	1520
Assinatura	<i>[assinatura]</i>

IV.2. Uso Indígena e Conservação

Tendo em vista a localização e ocupação territorial dos diversos grupos indígenas, quase toda a bacia dos afluentes da margem direita do rio Javari deve ser incluída dentro dos limites da terra indígena. Além da bacia oriental do Javari, estão igualmente contidos na terra indígena o alto curso do rio Jandiatuba, abrangendo afluentes de ambas as margens, e parte do alto curso do rio Jutai, abrangendo os formadores do rio Curuena e do próprio Jutai (na região acima do Juruazinho, incluindo as terras da margem esquerda deste). A conformação do território abarcado por essas áreas proporciona à TI Vale do Javari uma feição ao mesmo tempo nitidamente necessária e favorável à conservação da qualidade dos recursos hídricos utilizados pelas populações indígenas que ali habitam. Nesse sentido, é imprescindível que a área das cabeceiras dos principais cursos d'água que nascem nas regiões mencionadas acima seja preservada, possibilitando a manutenção da qualidade de vida existente no presente e sua reprodução no futuro dos povos indígenas do Javari.

Dada a importância geral da área dos formadores e nascentes dos cursos d'água que cortam a superfície da terra indígena, e tendo em vista a extensa linha seca no limite Sul que percorre o divisor de águas com a bacia do rio Juruá, recomendamos a realização de estudos específicos, antes de se efetuar a demarcação topográfica, sobre os impactos da abertura de picadas para o ecossistema local. De todo modo, deve-se buscar uma forma de demarcação que conjuge, nessa região, a necessária sinalização com o aspecto da preservação ambiental.

Já a "Proposta de Criação do Parque Indígena do Vale do Javari", de 1980, observava a conexão existente entre a extensão do território, a forma de ocupação tradicional dos índios e a preservação dos recursos ambientais ali encontrados:

*"A extensão territorial do Parque é plenamente justificável, se levarmos em conta a ecologia cultural dos agrupamentos indígenas que o ocupam. Não sendo grupos sociais sedentários necessitam de bastante espaço físico para explorarem as fontes alimentares que precisam para subsistirem. A mobilização das aldeias é uma constante para permitir um equilíbrio biológico e ecológico a área. Há necessidade que as capoeiras rejuvenesçam, pois os índios não utilizam fertilizantes, corretivos de solo e pesticidas, aguardam que a própria natureza se encarregue desta recomposição. Apesar dos índios respeitarem o ecossistema, este precisa constantemente ser renovado. Para que isso ocorra sem prejuízo para sua sobrevivência, as aldeias se mudam, dando oportunidade para que os animais de caça e pesca repovoem a região"*⁸.

De modo geral, a fixação e concentração populacional de parte dos grupos indígenas do Javari nas últimas duas ou três décadas transformou em parte o padrão de adaptação sócio-ecológica mantido por eles no período imediatamente anterior. O crescimento e a estabilidade adquirida pelos

⁸ Fls. 54/55, deste processo.



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

PINO Nº	1074/50
Ed.	1521
RUBRICA	<i>[assinatura]</i>

assentamentos indígenas em pontos específicos de seu território, proporcionou o surgimento de uma modalidade de adaptação que podemos denominar "padrão centro/periferia". Esse padrão tem caracterizado especialmente os grandes assentamentos Kanamarí, Marúbo e Mayorúna, surgindo comumente naquelas aldeias que aliam um elevado número de habitantes com uma dilatada permanência em torno de um único sítio.

A concentração e sedentarização de um grande número de famílias indígenas numa única região, decorrente do contato, proporciona o surgimento de problemas sociais e de subsistência antes ignorados, afetando especialmente o exercício das atividades agrícolas e venatórias. Por um lado, a gradual redução na disponibilidade de solos agricultáveis no entorno da aldeia proporciona um distanciamento cada vez maior na localização e abertura de novas roças em relação ao sítio da habitação central. Por outro, o decréscimo progressivo na produtividade das caçadas na área próxima à concentração principal incentiva o deslocamento periódico dos caçadores a distâncias por vezes consideráveis.

Cada sociedade indígena tem procurado solucionar os problemas daí decorrentes à sua própria maneira. Os Mayorúna, por exemplo, que desde o final dos anos 60 se localizam no interior do igarapé Choba, afluente da margem esquerda do rio Jaquirana (portanto, em território peruano), passaram a construir casas alternativas a uma distância de meio dia até um dia de caminhada da concentração maior, para onde cada maloca (como uma unidade) se deslocava durante certos períodos. Aparentemente, o surgimento deste padrão não solucionou todos os problemas visto que, em 1982, as malocas do Choba moveram-se todas, em conjunto, igarapé acima, em busca de uma nova zona de caça e cultivo⁹. Comentando as "modalidades de impacto da tecnologia agrícola sobre o meio ambiente e suas relações com as demais atividades de subsistência", um pesquisador desse grupo informava:

*"a) O resultado das práticas de subsistência que combinam a estabilidade da residência com uma dupla exploração de roças implica não somente a acentuação do impacto agrícola sobre o solo da ribeira mas também o surgimento de um mosaico mais estreito de espécies vegetais cultiváveis; e b) A atual permanência nucleada e diversificada dos assentamentos de ribeira tem modificado sua possibilidade de acesso a recursos protéicos animais com respeito à inversão do tempo necessário para a caça, mas permitiu uma utilização mais ampla da zona ecológica espacial"*¹⁰.

Para Romanoff¹¹, os Mayorúna "conscientemente controlam seu uso dos animais de caça, reconhecendo-os como um recurso limitado. Eles manejam este recurso como um grupo e o manejo da caça é parte de seu padrão de assentamento". Parte dos habitantes da aldeia Trinta e Um, por exemplo, tem recorrido freqüentemente à região do rio Pardo e seu afluente, o Negro, como área de "reserva de caça". A permanência da residência à margem direita do rio Jaquirana é combinada, assim, com períodos passados na bacia do rio Pardo, onde conseguem carne em quantidade que, moqueada ou salgada, é trazida para a concentração principal. É possível que a busca de melhores locais de caça e coleta, entre outras razões, também incentive a periódica dispersão da população

⁹ Cf. Calixto Méndez, 1985; *Idem*, 1986.

¹⁰ Calixto Méndez, 1986:1.

¹¹ 1984:180.



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

1074/80
1522
<i>(Handwritten signature)</i>

Kanamari do rio Jutai, hoje reunida na aldeia Queimado, pelos sítios de suas antigas aldeias nos igarapés Nauá, Dávi e Caraná.

Ainda em relação à preservação dos recursos ambientais utilizados pelos índios do Javari, é preciso ressaltar o alto impacto para o equilíbrio da biota nos lagos da exploração irregular e predatória promovida pelos pesqueiros. A exploração comercial do pescado, realizada em lagos e outros cursos d'água no interior da TI Vale do Javari, tem contribuído para o esgotamento deste recurso alimentar e sua maior dificuldade de obtenção em algumas comunidades indígenas. Ademais, é necessário exercer uma fiscalização eficaz contra o uso de produtos ambientalmente agressivos, de que se tem notícia, por parte de invasores da terra indígena, que ali desenvolvem este tipo de pesca predatória¹². Além disso, e embora o impacto ecológico propriamente dito da exploração madeireira para a preservação de algumas espécies florísticas no Vale do Javari não tenha sido todavia devidamente avaliado, a dilapidação do patrimônio indígena já constitui em si uma questão ambiental relevante, pelo que, também por isto, deve ser sobrestada.

¹² Cf. a CI nº 05/EVM/PIN Itacoai, de 23.07.92, na qual o Chefe do PIN Itacoai/EMV, Pedro de Oliveira Coelho, relata ao Administrador da ADR/ATN que grande número de pescadores, incentivados pelo sr. Talco, estariam praticando pesca predatória nos lagos e igarapés do rio Ituí, utilizando veneno e outros produtos tóxicos.



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Proc. nº	1074/80
	1523
Relat. nº	①

V - Quinta Parte

REPRODUÇÃO FÍSICA E CULTURAL

V.1. Composição e Fragmentação Etno-Política

O modo próprio de organização etno-política dos povos indígenas que habitam o Vale do Javari combina, de uma parte, um elevado fracionamento de suas unidades sociais e, de outra, uma disposição permanente para a conjunção ou absorção de outras unidades e indivíduos. Essa característica parece se fazer presente tanto nos povos de língua Pano como Katukína, e contribui certamente para a propensão histórica da sociedade regional em (con)fundir os muitos grupos em algumas poucas denominações genéricas.

A dificuldade em individualizar claramente cada um dos grupos existentes pode estar relacionada a alguns aspectos da classificação étnica nativa dos povos Pano e Katukína. Uma das características mais marcantes da família lingüística Pano "é o contraste entre sua homogeneidade lingüística, territorial e cultural" quando tomada globalmente, e a "atomização extrema" dos grupos que a compõem quando tomados individualmente¹. A infinidade de línguas e/ou denominações que as fontes antigas arrolam seria resultado da notável fragmentação das unidades desta famílias. "Todo estudo sobre o conjunto da família lingüística Pano se choca com o problema da identificação de seus constituintes", certos "grupos portam injustamente o mesmo nome quando são diferentes, ao passo que outros são distinguidos enquanto se reconhecem como semelhantes"². A dificuldade na demarcação de fronteiras étnicas entre os diversos grupos da área parece advir especialmente do fato desses grupos possuírem uma "classificação graduada da alteridade"³. Isto é, haveria aqui um tendência se não exatamente de confundir, ao menos de evitar uma disjunção radical entre as diversas categorias de identidade através das quais é percebido o mundo social.

¹ Erikson, 1986:186.

² Keifenheim, 1990:80.

³ Keifenheim, *Idem*; cf. também Verswijver, 1987:25-28



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

1074/80
1529
①

"A razão disso é que a identidade se dá ou no nível mais imediato (grupo local, segmento de grupo local: uni no sentido de 'parentes') ou, ao contrário, no nível mais genérico possível: o da área pano ('todos os que têm tatuagens'; 'todos os que têm um sistema social kariëra como nós: uni no sentido de 'humanos'). É como se se tentasse anular as etapas intermediárias, de modo a deixar a porta aberta para alianças que transcendam o nível 'étnico'"⁴.

A maioria dos povos desta família possui uma concepção tripartite da humanidade, representada por categorias cujo campo semântico é elaborado de maneira própria, mas muito similar, por cada um deles. Essas categorias podem ser tentativamente traduzidas por 'nós', 'outros semelhantes a nós', e 'outros/estrangeiros'. Por exemplo: o termo *matses* - usado pelos Matís, Mayorúna e, possivelmente também pelos Korúbo e Kulína (Pano), para se auto-referenciarem como 'nós'⁵ - tem uma tradução literal e genérica como 'pessoa', 'gente', 'ser humano'. Nesta acepção, ele se contrapõe às não-pessoas: aos habitantes do mundo natural (animais, etc) e sobrenatural (espíritos). Até mesmo os não índios são, neste sentido, 'nós'. Em um sentido um pouco diferente, *matses* pode significar 'parentela'. Finalmente, o termo é igualmente usado para a auto-referenciação do grupo étnico, distinguindo-o tanto dos não índios quanto dos outros grupos indígenas vizinhos. Estes outros grupos são, no entanto, freqüentemente nominados pelo termo equivalente a 'outros semelhantes a nós' (*matses utsi*). No entanto, desde que o termo *utsi* ('outro') significa conjuntamente uma alteridade e uma semelhança do objeto referido em relação ao sujeito, não se pode estabelecer uma disjunção ou conjunção absoluta entre eles. Por fim, cabe dizer que o termo *naua*, com que a maioria das sociedades Pano denomina seus 'outros' mais significativos (os não índios, Incas, etc) aparece igualmente como parte de muitos etnônimos nativos ou de subgrupos específicos de sua organização social (metades, seções matrilineares, etc).

A discussão dessas categorias de identidade tem somente a intenção de contribuir para a compreensão dos fundamentos ideológicos presentes na eventual fragmentação ou reunião dos diferentes grupos étnicos de língua Pano que ocupam o Vale do Javari. Com efeito, parece haver entre estes grupos uma permanente disposição para transcender a alteridade, seja associando-se a ela, seja eliminando-a. Do ponto de vista prático, isso se traduz, entre outras coisas, pela propensão guerreira em atacar os grupos indígenas vizinhos ou os não índios próximos como forma de conseguir mulheres e crianças, que são incorporadas ao seu próprio grupo social⁶. A convivência entre os diversos grupos do Javari, portanto, está regulada por um necessário distanciamento territorial, aliás nem sempre suficiente, como provam os já citados ataques aos Marúbo e Kulína (Pano) perpetrados pelos Mayorúna no início da década de 60.

⁴ Erikson, 1992:243.

⁵ Segundo Melatti (1981:37), "não se encontrou até agora uma autodenominação dos Marúbo. Existe na língua Marúbo o termo *yora*, mas que tem vários níveis de abrangência, podendo incluir os seres humanos e mais determinada classe de espíritos, assim como todos os indígenas, contrapondo-se aos civilizados *nawa*; e não se sabe se pode significar apenas os Marúbo".

⁶ É isso, aliás, que permite considerar os atuais Mayorúna como uma possível reunião ou "amalgama" de outros povos ou subgrupos anteriormente existentes (cf. Romanoff, 1984:69).



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Proc. nº	1074/80
	1525
	(P)

Com respeito aos povos de língua Katukína, observa-se que a denominação "*Kanamari*" tem sido aplicada a diversos grupos que anteriormente se reuniam em unidades chamadas *djapa*, termo que se pode traduzir como 'tribo', 'nação' ou, talvez impropriamente, 'clã'.

*"O termo djapa cobria uma unidade conceptualizada como autônoma, e, então, mesmo entre as unidades posteriormente classificadas como Kanamari, conjugando uma série de grupos, seja justificada a tradução de 'nação' que os próprios índios dão: o conceito tem características normalmente atribuídas a uma etnia, um povo"*⁷.

Em todo caso, *djapa* não é, como se poderia pensar, categoria exclusivista dos grupos hoje conhecidos como "*Kanamari*", constituindo partícula que compõe a denominação tanto dos Katukína do rio Biá ('Gente da Onça', *Pida Djapa*), como de outros grupos do entorno ('Gente da Capivara', *Warikâma Djapa*; 'Gente do Tucano', *Tsohom Djapa*; etc).

Idealmente, cada unidade *djapa* deveria ser endogâmica, e suas relações externas com outros *djapa* pautadas pela troca de bens e participação em rituais⁸. O processo histórico de contato com as frentes de expansão da sociedade nacional desarticulou muitas dessas unidades e reagrupou outras, cuja integração através de intercassamentos passou a ser reconhecida através de sua classificação genérica como *têkëna*, 'gente'.

De acordo com Reesink⁹, *têkëna* (ou *tâkâna*) é um termo de múltiplos significados, que se contextualiza de acordo com o conceito que lhe é incidentalmente contraposto. Segundo a ocasião, *têkëna* pode significar 'gente' em oposição a 'animais'; 'índio' em oposição a 'não índio' (*kariwa*); '*Kanamari*' em oposição a 'outros índios' (*têkënatê*, 'não gente'); 'este *djapa*' (*têkëna tam*, 'gente mesmo') em oposição a 'outros *djapa*' (*têkëna tamtê*, 'gente mesmo não'); ou 'parentes próximos' (*itsowa têkëna*, 'nossa gente') em oposição a 'parentes distantes' (*otêkëna*, 'outra gente').

Assumido atualmente como autodenominação pelos diversos grupos Kanamarí, o termo estaria etimologicamente relacionado com a palavra 'katukína', aplicada à família lingüística a que pertencem. Segundo Tastevin, o termo *tekena* ('homem') pode ser prefixado por *a*, *ha* ou *ka*, derivando daí *katakana*, e, logo, *katukína*¹⁰.

A ligação entre os diversos grupos Kanamarí, assim, se dá por serem todos 'gente', embora, como tal, possam ser tanto aliados como inimigos. Esses grupos somente podem ter relações amigáveis se forem conhecidos e partilharem comida, caissuma e festas. Essas atividades, por sua vez, estão relacionadas a outros domínios sociais como o parentesco e as alianças matrimoniais, o campo político e o xamanismo. Este último, por fim, implica crenças culturais que regulam o distanciamento e estabilidade das aldeias Kanamarí, influenciando em sua localização e deslocamentos.

⁷ Reesink & Carvalho, 1987:4.

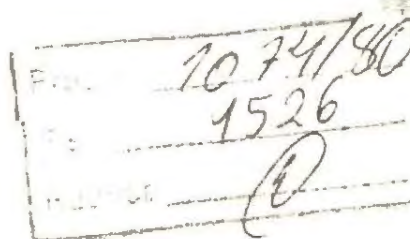
⁸ Como regra geral, a pertença a um determinado *djapa* é traçada pela linha paterna. Em situações específicas, como observado no caso de um casamento de pai Kanamarí e mãe Kulína (Arawá), o filho pode reivindicar a identidade materna.

⁹ 1989:5-9.

¹⁰ Cf. Aguiar, s/d. Rivet (1920:89), diversamente, supõe que 'Katukina' seja termo de origem tupi.



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA



"Dentro do quadro delineado das relações entre os djapa e entre as aldeias, o xamanismo ocupa um lugar proeminente.... Na perspectiva da aldeia, esta sempre está correndo o risco de ser atingida por uma agressão externa vindo da floresta que a rodeia, enquanto que sempre professa nunca retaliar na mesma moeda. A percepção de tal cerco é capaz de colocar aldeias inteiras em grande alvoroço e é muitas vezes dada como razão básica para mudar o local de moradia de um grupo, sendo que a história kanamari, pelo menos destes últimos cinquenta anos, está repleta destes deslocamentos. Neste sentido, o xamanismo, a causa da doença e morte e a cura, se destaca como uma das vertentes fundamentais no cotidiano de uma aldeia, tanto no nível individual como no coletivo. Ou seja, um componente essencial do bem-estar do grupo local se refere à sua situação xamanística, e quando se trava contatos com outros Kanamari diferentes, juras e promessas de não-agressão e trocas de festa e comida, podem aplacar os ânimos e criar um ambiente mais tranquilo"¹¹.

V.2. Demografia

De acordo com o censo demográfico realizado por este GT em 1995/96, o Vale do Javari era ocupado por 3.292 índios. Cerca de 8% desse total, correspondente a 264 índios, habitava fora das limites da terra indígena, estando assim distribuídos: 88 Mayorúna na aldeia Lameirão; 42 Mayorúna na aldeia São Raimundo; 26 Kulína (Pano) na aldeia Campina; 27 Mayorúna nas proximidades da guarnição militar de Palmeiras do Javari; 22 Kulína (Arawá) no alto rio Jutá; e 59 Marúbo, Kulína (Arawá) e Kulína (Pano) nas cidades de Atalaia do Norte, Benjamin Constant e Tabatinga. Considerando-se em conjunto essa "população periférica" à terra indígena, pode-se compreender melhor as características demográficas e evolução do conjunto das sociedades indígenas do Vale do Javari ao longo do tempo.

¹¹ Reesink, s/d:16-17. Os maus xamãs, "rodeiam as aldeias e a partir do mato envolvente, jogam as 'pedras' que causam doenças que só os xamãs podem curar. Deste modo, as atividades cotidianas dentro, e especialmente fora da aldeia, como ir cortar seringa ou ir para a roça, implicam a possibilidade de encontrar os estranhos diretamente. Podendo assumir a forma de índios nus e pintados de vermelho, estes 'matam' a pessoa (o que pode ser um desmaio) e matarão definitivamente se a vítima não for tratada. Estes índios podem estar logo aí na beira do mato e jogar pau e pedra, atingindo as casas e provocando temores ao ponto de que a aldeia inteira levanta paredes laterais provisórias para sua proteção." (Reesink & Carvalho, 1987:3).



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

1074/80
1527
②

QUADRO V.a - População Indígena - Vale do Javari
(por etnia e ano)

ETNIA/ANO	1980	1985	1995/96
Índios do Alto Jutai	(?)	200	150
Índios do Jandiatuba	(?)	300 ¹²	300
Kanamari	433	473	576
Korúbo	(200)	300	250
Kulína (Arawá)	25	49	72
Kulína (Pano)	29	43	49
Marúbo	460	594	818
Matís	138	109	176
Mayá	(150)	200	150
Mayorúna	360	483	651
Tukáno	(32)	100	100
Outros	(?)	(?)	(?)
TOTAL	1.827	2.851	3.292

Se observarmos a evolução temporal dessa população, pode parecer bizarro o crescimento de 56% no período 1980-85 e de 15% no período 1986-96. Entretanto, tal fato se explica pelo maior conhecimento da população dos grupos indígenas isolados tanto num período como no outro, o que provocou, por exemplo, a incorporação das estimativas para a população dos Índios do Alto Jutai e dos Índios do Jandiatuba no censo de 1985 e o decréscimo generalizado ou estabilização das estimativas referentes à população dos grupos arredios no levantamento de 1995/96. Isto se reflete claramente na evolução díspare da proporção entre as populações dos grupos contatados e dos grupos arredios ao longo desse período. Assim, enquanto em 1985 quase metade dos índios do Javari era composta por grupos arredios, em 1995/96 eles representam menos do que um terço da população total calculada.

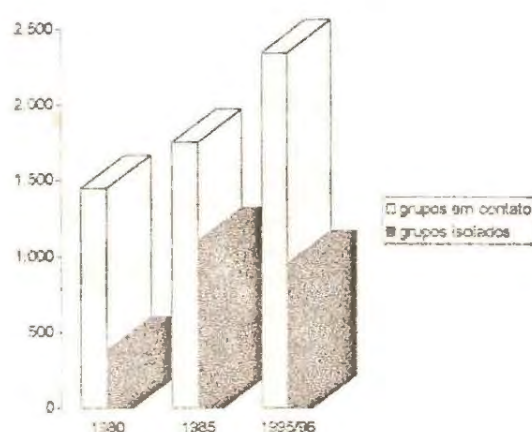
¹² O GT Javari 1985 estimava ainda 300 indivíduos para os "índios Arredios do Igarapé São José".



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

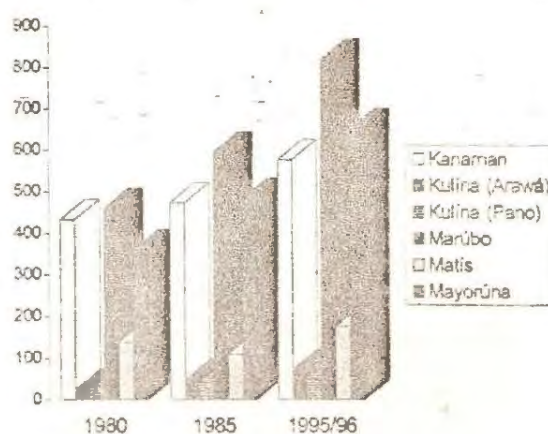
Proc. nº 1074/90
1528
A

FIGURA V.a - Evolução Demográfica - Vale do Javari
(por situação de contato e ano)



De qualquer forma, observa-se ter havido um crescimento bruto de aproximadamente 80% na população indígena do Vale do Javari nos últimos dezesseis anos. Se tomarmos exclusivamente os grupos em contato, veremos que seu crescimento foi de 61,9% ao longo desse período, perfazendo um crescimento médio anual de 3,8%.

FIGURA V.b - Evolução Demográfica dos Grupos Contatados
(por grupo e ano)



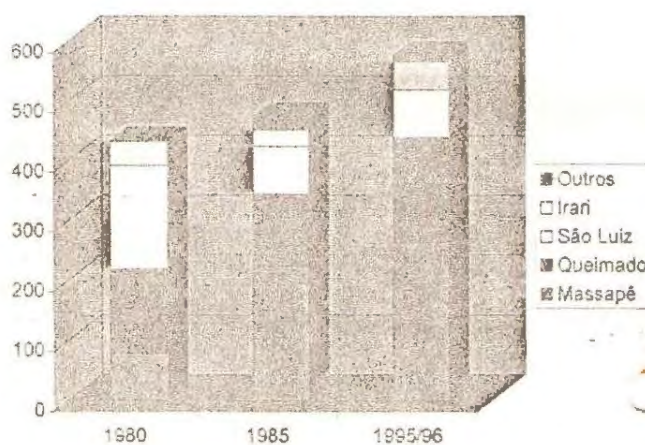


Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Percebe-se que a proporção relativa de cada grupo para o total em contato no Javari pouco se alterou, possuindo uma notável estabilidade ao longo do tempo. Entretanto, tomando-se cada sociedade indígena em particular, constata-se a ocorrência de mudanças significativas do ponto de vista demográfico na mesma década. Sumariamente, podemos fazer as seguintes observações sobre cada uma delas:

a) **Kanamari:** o concomitante crescimento da aldeia Massapé e de São Luiz no período entre 1980 e 1985 somente pode ser explicado pela migração local e outro. Por outro lado, o fato da aldeia São Luiz permanecer com a mesma população no período entre 1985 e 1995 pode ser compreendido apenas como o efeito das doenças sobre seus habitantes. A população absoluta da aldeia Irari praticamente não mudou no período. Como um conjunto, o crescimento de 33% da população total Kanamari entre 1980/96 pode ser considerado baixo em relação às taxas de outras sociedades indígenas da região. Particular daquelas, como os Marúbo e Mayorúna, que também possuíam "grandes aldeias" de referência considerada.

**FIGURA V.c - Kanamari - Evolução Populacional
(por aldeia e ano)**



b) **Kulína (Arawá):** permanência da fragmentação entre as aldeias e grande mobilidade de indivíduos indo e vindo de outras partes do território. A população total considerada decresceu.



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

PID: n°	1074/80
1530	
	12

c) **Kulína (Pano)**: entre as sociedades indígenas em contato na TI Vale do Javari, os Kulína (Pano) destacam-se como aqueles que, no momento, mantêm o equilíbrio mais frágil entre as esferas de sua reprodução física e cultural. Combalido pela dispersão de seus membros e grande número de casamentos interétnicos, o grupo se apresenta notavelmente fragmentado dos pontos de vista geográfico e social. Logicamente, essa situação estimula a diluição das especificidades sócio-culturais do grupo, afetando até mesmo a perpetuação de aspectos tão centrais quanto a língua falada pelos seus membros.

Os Kulína originários do médio Curuçá contam, atualmente, com apenas dois grupos de famílias no Vale do Javari: o primeiro habita o igarapé São Salvador; o segundo, a localidade Campina, na TI Lameirão. Os indivíduos Kulína raptados há quase quarenta anos pelos Mayorúna, e que ainda hoje vivem nas aldeias Lobo e Trinta e Um, já foram incorporados àquela outra sociedade e não podem mais responder pela continuidade dos Kulína enquanto coletividade diferenciada.

De fato, dos onze casamentos conhecidos no presente que envolvem a população Kulína, apenas dois correspondem a uniões em que ambos os parceiros podem ser considerados membros deste grupo étnico. Cinco casamentos, correspondendo à maior parte das uniões conjugais envolvendo os Kulína, ocorreram com indivíduos Marúbo. Destes, apenas um ocorreu entre homem Kulína e mulher Marúbo, sendo os quatro restantes realizados entre homens Marúbo e mulheres Kulína. Outros quatro casamentos ocorreram com não índios, dos quais um corresponde a homem Kulína e mulher não índia, e três a mulheres Kulína e homens não índios. Verifica-se, portanto, um alto grau de uniões interétnicas, fazendo com que no máximo um terço da população atual possa se dizer filho(a) de pai e mãe Kulína. Nos casos de matrimônio com indivíduos Marúbo, o cônjuge Kulína via de regra assume a língua, e por vezes até alguns traços culturais, como os ornamentos, daquele grupo étnico.

Sob o aspecto sócio-político, a migração de parte dos Kulína (Pano) para a localidade Campina, na margem direita do baixo Javari, ocorrida entre o final dos anos 80 e início dos anos 90, reforçou seu distanciamento do restante das famílias que permaneceram habitando o médio rio Curuçá, onde está o território central ocupado por este grupo na maior parte deste século. Esse distanciamento também se reflete na perda da língua Kulína, visto que apenas o casal principal e as filhas mais velhas preservam ainda a comunicação na língua nativa, falando os netos, por outro lado, predominantemente o português.

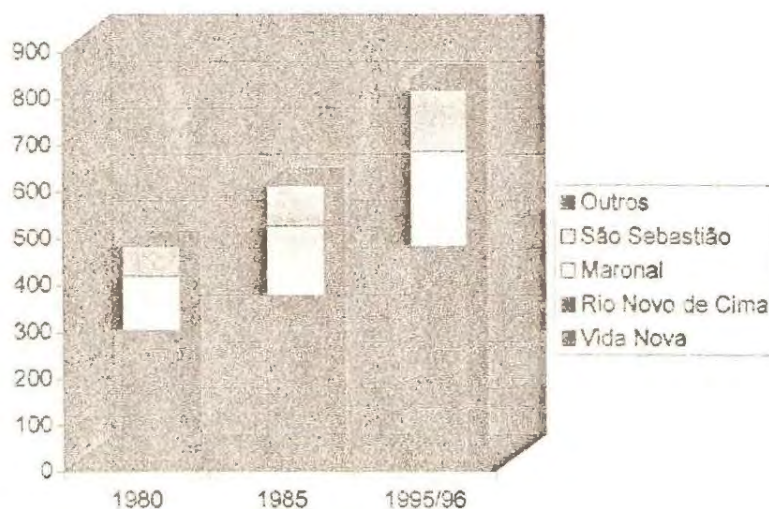
d) **Marúbo**: a população Marúbo cresceu 77,8% no período 1980-96, o que evidencia um substancial acréscimo demográfico. Por se constituir o grupo mais populoso do Vale do Javari, o crescimento Marúbo acaba por influenciar positivamente o montante da população indígena do Javari como um conjunto. Há uma tendência sutil, mas continuada, de equilíbrio na proporção dos Marúbo que residem nos rios Ituí e Curuçá, notando-se igualmente o aumento na proporção daqueles que habitam as aldeias localizadas no médio curso de ambos os rios.



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Proc nº 1074/80
Is. 1531
Assinatura [assinatura]

FIGURA V.d - Marúbo - Evolução Populacional
(por aldeia e ano)



e) **Matís**: após a devastadora epidemia de gripe ocorrida no início dos anos 80, quando a população Matís caiu de 140 pessoas, em dezembro de 1980, para 90, em novembro de 1982, o contingente demográfico desta etnia evoluiu bastante lentamente, contabilizando ainda ao final do período 1980/85 um retrocesso de 21% em seu total. Após 1985, a população voltou a crescer com maior vigor, verificando-se o acréscimo de 61,4% no período 1986/96. Ainda assim, o resultado final de somente 27% de crescimento demográfico no período 1980/96 denuncia o impacto sofrido pela população desse grupo decorrente dos decessos mencionados.

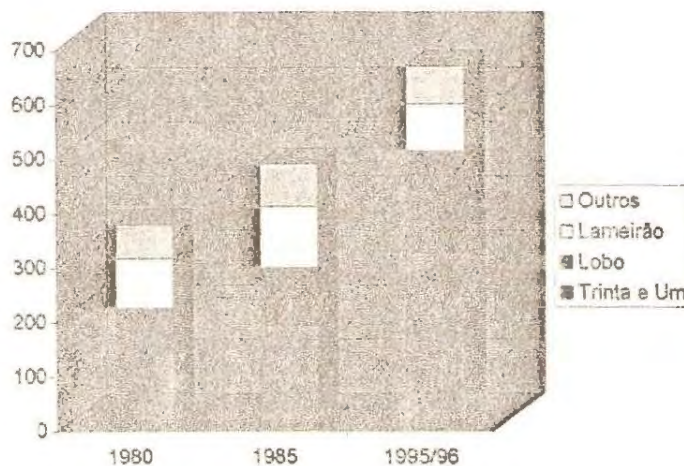
f) **Mayorúna**: entre 1980-96, houve um formidável crescimento da aldeia Trinta e Um, entre outras razões, possivelmente, pela incorporação das famílias indígenas que se encontravam residindo no rio Pardo. Em menor grau, também a aldeia Lobo teve um crescimento significativo. Por outro lado, as aldeias Lameirão e São Raimundo, localizadas no baixo rio Javari, permaneceram com sua população praticamente estacionária neste período. Este fato reflete as fortes compulsões a que estes Mayorúna estão submetidos pelo contato com os não índios nessa região do Vale do Javari, o que tem propiciado grande número de casamentos interétnicos com indivíduos brasileiros ou peruanos, favorecendo a desestruturação social do grupo. Além disso, a população dessas aldeias sofreu duramente os efeitos da epidemia de hepatite e malária ocorrida em 1993/95, que provocou diversas baixas em seus membros.



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

FILE	1074/80
	1532
	Q

FIGURA V.e - Mayorúna - Evolução Populacional
(por aldeia e ano)



g) **Grupos Isolados:** são poucas as informações sobre a demografia dos grupos isolados que habitam o Vale do Javari. Considerando, contudo, as intensas compulsões de ordem territorial e imunológica que essas populações têm passado, pode-se pressupor as dificuldades que as mesmas encontram para sua sobrevivência e reprodução física. É o que retrata o trecho abaixo de um relatório, já citado, encaminhado em 1987:

"Conforme já relatamos em outras oportunidades, após alguns anos de serviço nesta jurisdição, temos observado claramente que as áreas habitadas pelos grupos indígenas isolados, estão completamente invadidas pelas frentes madeireiras, o que gera o motivo principal, na ocorrência de conflitos que envolvem índios e brancos de forma dramática. Pois com a invasão das frentes madeireiras, as quais a cada ano aumentam suas penetrações, os índios são forçados, a saírem em busca de outras áreas para efetuarem suas perambulações e, nessas andanças, os mesmos chegam de surpresa às casas dos seringueiros e madeireiros, nas margens dos rios, lagos e igarapés, promovendo alguns atos desumano, quais podemos concluir, que são praticados como forma de vingança pelo que os mesmos vem sofrendo. Como é de se imaginar, nesses conflitos, os indígenas possivelmente sofrem algum revide, ou até mesmo alguma baixa. Porém, nunca conseguimos registrar as ocorrências com seus mínimos detalhes, pois as pessoas envolvidas, sempre negam-se a relatar o fato com clareza. Sabe-se entretanto, através de comentários



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Proc. nº	1074/80
Fol.	1533
Assinatura	

*proferidos pela população envolvente, que nesses conflitos, os seringueiros e madeireiros revidam, atirando com arma de fogo nos indígenas*¹³.

V.3. Assistência, Proteção e Saúde

O grande isolamento geográfico e a descontinuidade na assistência por parte dos órgãos responsáveis refletem-se no desamparo em que têm vivido os povos indígenas do Vale do Javari. Isto se evidenciou durante as viagens de levantamento realizadas por este GT, verificando-se então a falta de assistência e apoio que atinge de modo geral quase todas as aldeias dessa área. Os únicos locais onde a FUNAI manteve uma presença permanente, ainda que momentânea, foram o PIN Lobo e aldeia Trinta e Um, com três servidores e duas enfermeiras, e os PINs Curuçá e Maronal, com três auxiliares-índios. Um funcionário e uma professora da ADR que encontramos praticamente recém-chegados ao PIN Massapê, desceram logo depois de nossa passagem, permanecendo na cidade de Atalaia do Norte. No PIN Ituí, o único funcionário responsável era um índio Marúbo da aldeia Rio Novo de Cima; um índio Karajá auxiliar de enfermagem, com quem chegamos conjuntamente na aldeia Matís, retornou à Atalaia do Norte pouco depois de nossa saída daquela área. Nas aldeias Irari, dos Kanamarí, Campina, dos Kulína (Pano), e ainda Lameirão e São Raimundo, dos Mayorúna, notava-se a ausência de qualquer pessoa além dos membros das próprias comunidades indígenas. Na aldeia São Luiz, dos Kanamarí, havia apenas um professor municipal pago pela Prefeitura de Atalaia do Norte. Nessa época, uma dura epidemia de hepatite associada com malária abatia-se sobre os índios do baixo Javari, ressentindo-se eles, evidentemente, dessa falta de auxílio. Na aldeia Vida Nova, os Marúbo continuam a ser assistidos unicamente pelos membros da Missão Novas Tribos do Brasil. Os Kanamarí da aldeia Queimado, que anteriormente contavam com alguma assistência por parte dos membros da OPAN, já há muitos anos estavam abandonados à seus próprios recursos.

O desaparecimento da FUNAI no Vale do Javari é imenso. No PIN Ituí, o rádio do posto escutava mas não transmitia; um motor de centro da comunidade indígena tinha sido levado pelos funcionários da ADR, para conserto; um motor de popa estava sem uso devido à perda da palheta; o motor de luz não era ligado por falta de combustível. A escola do Posto, grande e bem feita, construída pelos Matís, não tinha professor. Em suas necessidades, eram os índios obrigados a descer o rio "pegando passagem" com madeireiros e regatões. Nos PINs Curuçá e Maronal, os respectivos rádios estavam sem uso, com defeito. A implantação neste último Posto de uma outra base da MNTB, no início de 1995, proporcionou ao Maronal comunicação radiofônica regular, ensino escolar bilíngüe e

¹³ Costa, Santos & Coelho, *op. cit.*



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Proc. nº	1074/90
	1534
Publica	D

algum atendimento à saúde. Ainda assim, deve-se constatar que a FUNAI é o agente de contato responsável pela introdução do maior número de mudanças sócio-culturais entre os povos indígenas do Vale do Javari. O longo convívio que os servidores do órgão têm com os índios, ainda que intermitente, facilita essa absorção de inovações, que são, o mais das vezes, claramente estimuladas pelos funcionários da ADR/ATN.

A crônica falta de apoio sentida pelos índios do Javari é responsável pela preocupação expressa por alguns deles com a intenção da FUNAI de, após a demarcação da terra indígena, "fechar o rio" aos ocupantes não índios. Esses regionais são a quem, na omissão do órgão indigenista, têm os índios por vezes recorrido para obtenção de artigos industrializados e escoamento de sua produção econômica. De fato, na ausência do atendimento às necessidades básicas de comunicação, comércio e transporte dos Postos Indígenas, o que se tem assistido é o estímulo à frequência com que os índios são obrigados a descer dos altos rios para as cidades de Atalaia do Norte e Benjamin Constant.

A efetiva proteção às comunidades indígenas do Javari deve começar pelo resguardo da integridade física tanto dos grupos arredios quanto dos grupos em contato, que se vêem em meio às coações, conflitos e violências comuns, de certa forma, nas situações de contato interétnico¹⁴. Implica também no amparo dessas populações com um atendimento médico permanente e especializado.

No que diz respeito à saúde, deve-se uma consideração especial à situação dos grupos arredios e recém-contatados. Continuamos demonstrando quase nenhuma atenção às características dos sistemas imunológicos e à fragilidade dessas populações nativas às doenças que lhes são transmitidas pelo contato. Todo o processo de localização, atração e contato com os grupos isolados permanece sendo realizado sem uma articulação definida com as considerações de ordem sanitária (ou seja, quais as estratégias e condutas capazes de evitar ou minorar as perdas demográficas decorrentes do processo de atração e contato). Além disso, a assistência à saúde dos grupos recém-contatados continua sendo realizada em conjunto e quase sem distinção com a dos demais grupos, quando deve justificadamente receber uma atenção especial por parte dos órgãos de assistência.

Quanto aos grupos em contato, a discussão diz respeito ao atendimento básico e ao controle de moléstias, tanto as de cunho endêmico quanto epidemiológico. O relatório encaminhado à Presidência da FUNAI em 18.07.95 pelo farmacêutico-bioquímico José Pereira Gondim mencionava a presença de "verminoses, infecção intestinal e urinária, tuberculose, hanseníase, oncocercose, leishmaniose, gonorréia, filariose, anemia, hepatite-B e muitas outras nosologias" que agrediam as comunidades da área do Vale do Javari¹⁵. Dos 178 exames realizados por este farmacêutico entre março e maio de 1995, 103 revelaram-se positivos com respeito a filariose, o que fez que o mesmo observasse:

¹⁴ Os Kanamarí da aldeia Queimado, por exemplo, tiveram sucessivamente em 1995 alterações com ribeirinhos vizinhos por conta da localização da "Placa" indicativa dos limites da área interditada; com funcionários da SUCAM, por conta da indevida coleta de bichos de casco e pesca do pirarucu promovida por estes no alto Jutai; e finalmente com madeireiros que participavam de uma festa na aldeia, tendo sido esfaqueado um não índio presente. Cerca de um ano e meio antes de nossa passagem pelo PIN Massapé, um Kanamarí dessa aldeia que trabalhava com regionais e madeireiros no rio das Pedras foi assassinado pelos trabalhadores de sua turma no local de trabalho. De acordo com o Memo nº 002/SAI/ADR/ATN/97, em 16.03.97 a Casa do Índio de Atalaia do Norte foi invadida por um morador da cidade, sendo estuprada na ocasião uma índia Matís que ali se encontrava em tratamento de saúde.

¹⁵ Gondim, 1995.



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

PROL. n.	107
F.	153
R. 12.102	(C)

"O grande número de portadores de filariose (62% na Comunidade Massapê), observa todas as aldeias, onde os pacientes apresentam um quadro clínico semelhante ao da malária, deixa bem claro a necessidade de reciclagem dos microscopistas e redimensionar as atividades, pois nem toda febre, apesar de acontecerem em área endêmica, pode ou deve obrigatoriamente, ligada a malária"¹⁶.

Sobre a incidência de hepatite B e malária entre os índios do Javari há um relato da autoria do então Chefe do Departamento de Saúde da FUNAI, Dr. Rômulo C. S. Moura, que afirma:

"Desde julho de 1993 tem sido divulgada a ocorrência de óbitos por doença icterica aguda no Vale do Javari acometendo, principalmente, as populações indígenas. Tais óbitos têm sido atribuídos à hepatite B pelos profissionais de saúde e população locais, e à malária pelas equipes que realizaram as investigações epidemiológicas na área.

Após denúncia pela imprensa de surto de doença icterica aguda com óbitos atribuídos à hepatite B entre indígenas do Vale do Javari, uma equipe do CENEPI/MS realizou investigação epidemiológica na área e concluiu tratar-se de malária.

Entretanto, os testes sorológicos realizados demonstravam que a área era hiperendêmica para o vírus da hepatite B e Delta. Apenas 18,4% da população estava imunizada pela vacina, 66,5% apresentavam imunidade adquirida pelo contato com o vírus B e 32% com o vírus D. Portanto, é bastante provável que desde esta época estejam ocorrendo microssurtos de hepatite fulminante em meio a uma alta incidência de malária. A área indígena do Vale do Javari é endêmica de malária há várias décadas. Entretanto, há cerca de 10 anos a doença estava controlada na área. A sua ocorrência restringia-se apenas a casos de malária vivax por ano. A introdução do P. falciparum e a exacerbação da endemia da malária passou a ocorrer a partir de 1992. Este agravamento do problema tem sido atribuído à intensificação da atividade madeireira na área indígena, e ao incremento da população ribeirinha peruana nas margens do rio Javari.

No segundo semestre de 1994 houve um grande surto de malária com predomínio de P. falciparum que resultou em centenas de casos e 19 óbitos"¹⁷.

Embora houvessem notícias sobre a incidência de hepatite entre os índios do Javari desde 1992/93¹⁸, o grande contágio ocorreu em 1995, quando a Unidade de Saúde de Ataláia comunicou à SESAU a ocorrência de 23 casos de pacientes com hepatite B. Os registros oficiais aceitos pela FUNAI comprovam sete óbitos, ocorridos em 23 de fevereiro, 09, 10, 13 e 24 de março, 07 e 11 de maio de 1995, dos quais seis foram índios Mayorúna e um Kanamarí. Mas, de acordo com o relato dos índios e dos funcionários locais da ADR/ATN, contaram-se às dezenas os casos de

¹⁶ Ibidem.

¹⁷ Moura, 1995:1-2.

¹⁸ Castilho & Moraes (1993).



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Pro. n.	1074/80
Fl.	1536
	(D)

nesse período, que ocorreram principalmente entre os Mayorúna das aldeias Lameirão, São Raimundo e Paraíso, e entre os Kanamarí das aldeias São Luiz e Irari.

Quanto as ações desenvolvidas e sua eficácia final, também é ilustrativo o seguinte trecho do relatório já citado:

"Dentre os óbitos sugestivos de hepatite, apenas 1 não tinha registro de vacinação anti-hepatite B prévia e 1 recebeu apenas uma dose 6 meses antes do óbito. Os 3 demais haviam recebido pelo menos 2 doses de vacina, entretanto com intervalo superior a 10 meses entre as doses. Um deles, o Teixeira, recebeu a segunda dose da vacina 1 mês antes de falecer.

Foram realizadas campanhas de vacinação contra hepatite B e febre amarela em novembro/94 e abril/95. A cobertura atual é bastante ampla, 90,1% da população geral já tomou um ou mais doses da vacina anti-hepatite B. 40,0% tem as 3 doses. Apenas as aldeias Todos os Santos, Rio Novo e Massapé apresentam cobertura vacinal inferior a 80%.

Entretanto, nenhuma pessoa recebeu as doses de vacina com o período de tempo mais adequado, ou seja, a 2ª dose 30 dias após a 1ª e a 3ª, 6 meses após a mesma. Por questões operacionais, as doses da vacina anti-hepatite B na Amazônia tem sido administradas com periodicidade anual, na ocasião das campanhas nacionais. Isto pode estar comprometendo o desenvolvimento de níveis protetores de anticorpos e a eficácia da vacina"¹⁹.

Deixa muito a desejar, igualmente, o atendimento básico à saúde indígena realizado nas aldeias do Vale do Javari. Frequentemente, por simples desleixo em relação às regras básicas de higiene do material em que são administrados os medicamentos, a própria farmácia do Posto Indígena passa a estimular o contágio interpessoal. Por outro lado, há uma transposição para os remédios alopáticos de atitudes culturais desenvolvidas pelas comunidades mais propriamente para seus próprios remédios nativos. Sintomas como gripe, tosse e febre são tratados como se fossem a própria enfermidade, para a qual sempre se espera algum alívio imediato pela ingestão de substâncias alopáticas. A administração maciça e/ou inadequada de antibióticos que muitas vezes se constata acaba ao final por enfraquecer o sistema imunológico indígena, criando resistência contra as moléstias que deveria combater.

Assistência adequada e contínua à saúde é uma das principais necessidades, quando não a principal reivindicação atual, além da demarcação da área, das comunidades indígenas do Vale do Javari.

¹⁹ Moura, *op. cit.*:4.



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Processo	1074780
Fls.	1537
Rubrica	<i>(assinatura)</i>

VI - Sexta Parte

LEVANTAMENTO FUNDIÁRIO

Como em períodos anteriores, os habitantes regionais que ocupam ou freqüentam irregularmente o interior da TI Vale do Javari dedicam-se hoje, em essência, ao extrativismo de produtos florestais. Alguns moradores também desenvolvem uma pequena agricultura de subsistência, que serve de suporte ao exercício da atividade extrativista. Com respeito a esta, deve-se observar o completo abandono, pelo menos temporário, da extração dos diversos tipos de látex (seringa, caucho, sorva), motivado pelos baixos preços do produto no mercado nacional e internacional. Com efeito, constata-se no presente a total ausência de exploração da borracha tanto entre a população indígena quanto não indígena do Vale do Javari, o que não deixa de ser surpreendente considerando a história pregressa da região. Atualmente, nota-se a predominância das atividades de extração madeireira e da pesca comercial, além da caça, praticada em menor escala.

QUADRO VI - Ocupantes Não Índios - TI Vale do Javari

RIO	OCUP.	FAM.	PES.
Curuçá	06	06	45
Itaquai	19	31	216
Itui	17	22	142
Javari	28	28	158
Jutai	14	19	103
Quixito	04	05	39
TOTAL	88	111	703

A extração de madeira continua a ser, de longe, a principal ocupação econômica dos não índios no Vale do Javari, assim como a atividade que mais diretamente atinge os povos indígenas que ali habitam. Ressalte-se que a população regional envolvida na indústria madeireira, que freqüenta o interior da terra indígena, é superior ao número de moradores ou ocupantes que efetivamente residem dentro de seus limites em um dado momento. Na verdade, há uma diferença relativa, e não absoluta, entre o "morador efetivo" e o madeireiro, presumível "ocupante



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Processo	1074/88
Fls.	1538
Assinatura	(assinatura)

temporário". Em geral, a extração de madeira é uma atividade absorvente, que exige uma dedicação quase exclusiva daqueles que se empregam ao mister, haja vista a modalidade predominante de organização do trabalho e os meios tecnológicos usualmente empregados para sua realização no Javari. Contudo, logo que se percebe a existência de uma quantidade de madeira suficiente para a exploração por mais de uma safra, ocorre amiúde a construção de casas (que pouco se distinguem, aliás, dos "tapiris" propriamente ditos) e o plantio de roças de macaxeira. Alguns integrantes das "turmas" madeireiras também trazem, às vezes, o restante de suas famílias, que passam a residir na margem dos grandes rios, enquanto se realiza a atividade extrativa em "colocações" nas terras altas do "centro". A maioria deles se retira ao final de duas ou três safras, enquanto alguns poucos permanecem residindo no lugar por mais tempo, tornando-se assim "moradores" de uma determinada localidade. Mesmo os antigos moradores, no entanto, também tiram madeira, sendo esta uma das principais atividades de subsistência a que se dedicam, além da pequena agricultura de subsistência, da caça, da pesca e da produção de farinha. O resultado é uma população regional extremamente flutuante, cuja caracterização eventual como "madeireiro" ou "morador" depende de uma série de fatores, como tempo de ocupação, construção de casas na margem dos grandes rios e a presença da família no local de trabalho.

As madeiras de lei mais procuradas continuam a ser o cedro e o aguano (como é chamado o mogno na região), com uma nítida preferência pelo primeiro. O aguano é mais difícil de ser retirado que o cedro, pois prefere as zonas de terra mais alta, longe dos igarapés, além de ser mais grosso e pesado que seu concorrente. As madeiras brancas mais procuradas na região são a andiroba, a jacareúba, a maubarana, a cedroarana, o louro, a ocoúba e a sumaúma.

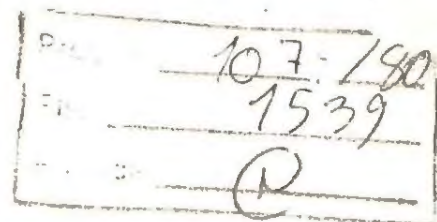
A "estiva" levada pelo aviador ao madeireiro inclui, entre outros produtos, açúcar, sabão, querosene, cartucho, sal, tabaco, farinha, fósforo, café e óleo. Uma turma madeireira é capaz de retirar, por safra, até 150 toras de madeira, mas a média é bem inferior a isto. O metro cúbico de cedro é revendido pelos donos da serraria a R\$ 90,00. Mas os madeireiros pagam a seus aviados apenas um preço entre R\$ 40,00 e 70,00. O metro cúbico de madeira branca vale bem menos, R\$ 14,00, por exemplo. O padrão de tora é 40 cm. de largura e 4 metros de comprimento, no mínimo. Uma tora de 60 cm. por 4,20 m. dá exatamente um metro cúbico. Mas os madeireiros exigem 65 cm para descontar o que se perde ao serrar a madeira. Em geral, uma árvore alcança, em média, pelo menos seis metros cúbicos. O metro cúbico de mogno no mercado internacional pode chegar a R\$ 800,00.

Não se conhece ainda, precisamente, o número de habitantes regionais que se dedicam à atividade madeireira no interior do Vale do Javari¹. Sabe-se que a ação dos madeireiros atinge, direta ou indiretamente, todos os povos indígenas que ali habitam, possuindo efeitos especialmente deletérios para os grupos arredios. Um rápido levantamento feito pela CI nº 011/SDC/ADR/ATL/88 indicava a existência, naquele momento, de grande número de trabalhadores de madeira em áreas habitadas pelos Korúbo, Mayá e Índios do Jandiatuba:

¹ Embora haja um grande número de turmas madeireiras, estas são aviadas por um pequeno número de "patrões", que por sua vez beneficiam o produto em algumas poucas serrarias localizadas nas cidades brasileiras próximas à foz do Javari e no vizinho território peruano. As principais serrarias existentes em Benjamin Constant pertencem aos irmãos Víto e Álvaro Caldas Magalhães, a Floriano Ramos Graça, e Chico Batista; em Atalaia do Norte, existem as de Walter Paiva de Souza ('Paraibinha'), Moacir Baima e Gallate.



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA



*"Além da presença maciça de madeireiros no igarapé São José, temos reais informações de que o rio branco, igarapé independência, igarapé uchôa, igarapé tigre (todos afluentes do rio Itacoati), e ainda, rio coari, rio novo de baixo, rio negro, igarapé tigre, igarapé aruda, igarapé são bento, igarapé beija-flor, igarapé Aurélio Grande, igarapé caxêxa, igarapé 4 bocas (todos afluentes do rio Ituí), e finalmente rio quixito e rio esquerdo, afluente do quixito, estão todos completamente tomados pelos madeireiros. Salientamos que todos esses rios e igarapés, estão localizados dentro de áreas habitadas pelos grupos de índios isolados"*²

Não se pense, contudo, que fossem desconhecidos os principais invasores da terra indígena nestes rios, que são individualmente nomeados em um expediente datado do ano anterior. De acordo com a CI nº 051/GAB/ADR/ATL, de 20.05.87, tabalhavam madeira no rio Itaquai, Sebastião Bezerra, Amazonas Paulivense Barcelos e Reginaldo Azevedo; no rio Branco, Raimundo Felix e Flávio Azevedo; no igarapé Chôa, Raimundo de Assis; no igarapé São José, Flavio Peres Castro Pinto; no rio Ituí, José Maria Ordones, Nestor Ordones, Aldemiro Uchoa e Manoel Zagurí; no rio Coari, Austides Felix, Djalma Tafco e Antônio Marques; no rio Negro, Mario Brasil e João Bezerra; no rio Pardo, José Atacilio e Francisco Carlota; no rio Quixito, Nenem Felix, José Siqueira, Aluizio Lima Tenazor, Luiz Arigó e José Felix; e no rio Esquerdo, Francisco Gomes e Djalma Herculano Barroso.

Quatro anos depois, nova enumeração dos principais madeireiros que invadiam e dilapidavam o patrimônio da terra indígena na bacia dos rios Ituí, Itaquai e Curuçá mostra grande coincidência de nomes. Nessa época, trabalhavam madeira no rio Itaquai, Sebastião Bezerra; no igarapé São José, Flávio Peres Castro Pinto; no rio Branco, Raimundo Felix e Domingos Garrancho; no rio das Pedras, José Pinto e Jonas Pinto; no rio Ituí, Luiz Mariane; no rio Negro (afluente do Ituí), Mário Brasil, Irmãos Lázaro e Expedito, e João Bezerra; no igarapé Quebrado, Floriano Graça e Djalma Herculano; no rio Coari, Edmar Graça, Raimundo Graça e Dos Anjos Graça; no igarapé Gavião (afluente do Ituí), Aruca; no igarapé Nogueira (afluente do Ituí), Valdir Vieira; no igarapé Preguiça (afluente do Ituí), Austides Felix, Jonas Felix e Manelito; no rio Quixito, José Siqueira, Nenem Felix, Pedrinho Posidonio e Walter Paiva; no rio Pardo, novamente Walter Paiva e Hercilio Bráulio³.

Embora os madeireiros sejam conhecidos, é difícil estimar o volume de madeira extraída da TI Vale do Javari. Em 11.10.92 foi iniciada uma operação conjunta FUNAI/DPF, que encontrou um trator da marca Eskide e outro da marca Tamberzack 450B, de fabricação canadense, o que pode significar uma aumento da capacidade extrativa dos madeireiros. De acordo com notícia publicada no Jornal do Brasil de 11.08.94, a Polícia Federal havia apreendido 12 mil toras de madeira no rio Javari: *"As toras foram extraídas ilegalmente de uma área interdita pela Funai e estavam sendo desviadas para madeiras peruanas"*. Por sua vez, o jornal O Estado de São Paulo de 24.05.96 noticiou a apreensão de 3.565 toras de cedro e mogno pelo IBAMA, *"que estavam sendo retiradas ilegalmente da área indígena"*⁴.

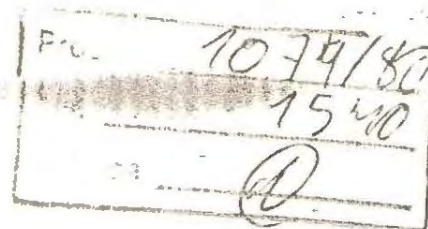
² Cf. Santos & Coelho, 1988. O mesmo documento registra também, na mesma época, a presença maciça de madeireiros no rio Pardo, afluente do Curuçá.

³ Cf. Montagner, 1991.

⁴ Cf. também o Ofício nº 034/ADR/ATN/96, de 04.05.96, dirigido ao Superintendente da Polícia Federal em Manaus.



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA



As dificuldades para reprimir este tipo de atividade ilustram-se pelo fato de um juiz de Tabatinga, José Carlos Menescal Vasconcelos, ter dado uma liminar que suspendia a ação de extrusão promovida pela FUNAI/DPF. A liminar foi suspensa posteriormente pelo presidente do Tribunal de Justiça do Amazonas, desembargador Alcemir Figliuolo, que a considerou "ilegal e abusiva".

Em relação à pesquisa cartorial realizada por este GT, esclarecemos que orientamos os técnicos fundiários que participaram dos levantamentos de campo a procederem uma ampla relação dos títulos de terceiros incidentes, ou possivelmente incidentes, na TI Vale do Javari. Com efeito, as características correntes com que são efetuadas as matrículas de propriedade e anotações de transações imobiliárias nos livros de registro dos cartórios brasileiros não permitem, na maior parte das vezes, identificar com precisão a localização e/ou extensão das glebas referidas. De todo modo, apurou-se a possível incidência nos limites da terra indígena delimitada de 117 "propriedades" (entre títulos definitivos propriamente ditos, escrituras de compra e venda, e outros tipos de documentação dominial) no CRI de Benjamin Constant; 100 no CRI da comarca de São Paulo de Olivença; e 183 no CRI da comarca de Fonte Boa. Nesse conjunto, constatamos 31 títulos definitivos no CRI de Benjamin Constant, 15 no de São Paulo de Olivença, e 73 no de Fonte Boa. Esses dados, evidentemente, estão em desacordo com a relação de 176 "seringais localizados na região do Vale do Javari que possuem títulos definitivos registrados em cartório" compilada pela Prefeitura Municipal de Benjamin Constant em 1993 (fls. 1089/1108, deste processo).

Por fim, apesar de todos os episódios de encontros e conflitos já havidos com índios isolados, chama a atenção o fato de que a PETROBRÁS planeje retomar suas atividades de prospecção no Javari, como se comprova por um documento interno daquela empresa datado de 27.02.96. De fato, durante os levantamentos realizados em 1995, fomos informados pelos índios de que a PETROBRÁS mantinha uma turma nas águas do rio Juruá, em região situada imediatamente ao sul da TI Vale do Javari.

VI.1. RIO CURUÇÁ

Conforme o levantamento fundiário procedido por este GT, verificamos a incidência de seis ocupantes não índios nos limites da TI Vale do Javari ao longo do rio Curuçá e seus afluentes. Quatro deles estão localizados entre a foz desse rio e a barra do rio Pardo, sendo que não foi possível obter informações sobre o ocupante referente ao LVA nº 73, o qual não se encontrava em sua residência. Dado que não tínhamos os limites da terra indígena nessa região completamente definidos quando da realização dos levantamentos de campo, orientamos os técnicos fundiários a realizarem o preenchimento dos LVAs nº 74 e 75, referentes aos irmãos Manuel 'Rufino' Franco Guimarães e Lucimar Franco Guimarães. Tendo em vista que os mesmos residem à margem esquerda do rio Curuçá, onde também se encontram suas benfeitorias, e fora dos limites ao final propostos, não os consideramos aqui como ocupantes propriamente ditos da terra indígena, fazendo



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Proc. nº 10.74/86
Sis. 1547
Relat. [assinatura]

constar seus LVAs, porém, a fim de preservar a continuidade na numeração dos demais. Os outros dois ocupantes residem no interior do rio Pardo, afluente da margem esquerda do médio Curuçá.

QUADRO VI.a - Ocupantes Não Índios - Rio Curuçá

nº	OCUPANTE	FAM	PES.	ANOS	LOCALIZAÇÃO	LVA
1	Manceel Judes Correia	01	09	05	m.d., ser. S. Bento	70
2	Edson Soares Tourinho	01	06	07	m.d., ser. S. Bento	71
3	Francisco Ferreira dos Santos	02	13	06	m.d., ser. S. Bento	72
4	Felipe Andrade	-	-	-	m.d.	73
5	Francisco Teixeira de Oliveira	01	08	01	rio Pardo, m.d.	76
6	Francisco Figueira Rodrigues	01	09	07	rio Pardo, m.e.	77

Verifica-se, portanto, a presença de pelo menos seis famílias, totalizando 45 não índios, ocupantes do rio Curuçá no interior da TI Vale do Javari. O tempo médio de residência desses ocupantes é de pouco mais de quatro anos. Tudo indica que a população não indígena deste rio era muito maior em 1985, pois segundo relatório encaminhado pelos técnicos do INCRA e ITERAM havia então no Curuçá 132 casas, habitadas por 640 pessoas, que residiam presumivelmente no interior da terra indígena⁵.

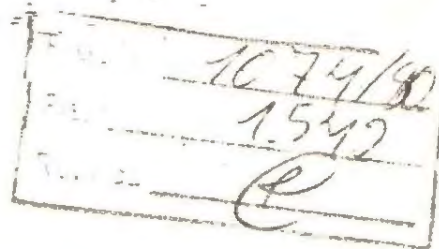
A exploração madeireira e atividade pesqueira na bacia do Curuçá são, no entanto, muito mais intensas do que faz supor o modesto número de seus atuais moradores. Constatamos, por exemplo, o trânsito de dois barcos pertencentes a Moacir Baima, madeireiro de Atalaia do Norte, que desciam o rio desde as malocas Marúbo do igarapé Maronal, bem como a presença de outro barco de madeireiros ancorado à boca do igarapé Pedro Lopes. Tratava-se, provavelmente, do madeireiro Francisco Militão, que naquela safra explorava madeira branca nesse igarapé. Segundo informações obtidas junto aos ribeirinhos do Curuçá, este madeireiro é aviado por Moysés Israel, Vito Magalhães e Chico Batista. Por sua vez, Militão havia, em anos anteriores, aviado o madeireiro Francisco Pinto, que trabalhava com seus irmãos no igarapé Flecheira. Estes haviam trabalhado acima da forquilha do Flecheira, em seu braço direito, a cerca de três anos atrás, tendo tirado na última safra mais de 100 toras de cedro.

Conforme as informações fornecidas pelo sr. Francisco Figueira Rodrigues, que há sete anos reside no rio Pardo, antes dele chegar costumava-se tirar cerca de três a quatro mil toras de madeira deste rio por safra. Entre 1988 e 1993, tirou-se ainda do Pardo, todo ano, aproximadamente duas ou três mil toras de madeira, entre cedro e madeira branca. Nessa época, os maiores patrões deste rio eram 'Paraibinha', Chico Batista e os irmãos Magalhães. A partir daí, o Pardo sofreu um processo de abandono, restando, dos cinco moradores efetivos que ainda havia, apenas ele, a quem depois se ligaram as famílias de Arnaldo e Francisco Oliveira. Mesmo assim, na safra de 1994, quando ali trabalhou um madeireiro chamado Pedrinho, aviado por Chico Batista, e

⁵ Cf. Processo FUNAI/BSB/2115/85, fls. 10.



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA



eles próprios, ainda conseguiram tirar três mil toras de cedro. No ano anterior, ele havia conseguido tirar 300 toras do rio, entre cedro e madeira branca.

O citado Arnaldo Oliveira é outro não índio morador do Pardo que tem promovido extração de madeira neste rio. No entanto, em razão do mesmo ser casado com uma índia Kanamarí, que ali reside com sua pequena família, não preenchemos o correspondente LVA, considerando contudo relevante observar a atividade extrativa por ele realizada. No primeiro ano que ali residiu, em 1994, este sr. retirou 130 toras de cedro para o madeireiro Walter Paiva de Souza ('Paraibinha'); no segundo, havia retirado até aquele momento cerca de 50 toras de cedro, sendo aviado naquela safra por Vito Magalhães. Trabalhava no igarapé Jarina, afluente do alto rio Negro (principal afluente da margem esquerda do rio Pardo), a despeito, como ele próprio admitia, do desagrado manifesto pelos Mayorúna, tradicionais habitantes desse território.

Quanto à atividade de pesca comercial, constatamos um barco pesqueiro proveniente da cidade de Tabatinga, ancorado à margem do rio Curuçá nas proximidades de um lago abaixo do igarapé Bananeira. Além dele, encontramos um pesqueiro de Benjamim Constant que vinha do rio Arrojo, o qual trazia certa quantidade de carne salgada, além de peixe. Outro pesqueiro de Benjamin Constant, pertencente a Vanderlei Meneses (filho de José Meneses), empregava os Marúbo do PIN Curuçá na exploração dos recursos de seu próprio território nas proximidades da foz do rio Arrojo. Segundo avaliação dos membros do GT, cujo barco, em função de uma pane, foi rebocado por este pesqueiro, o mesmo levava ao término da temporada a carne de aproximadamente 100 caititus abatidos, 200 tracajás e cerca de 3,5 toneladas de peixe congelado (pirarucu, surubim, etc). O peixe foi pescado por dez homens vindos no barco; a caça foi abatida pelos Marúbo e trocada por artigos diversos.

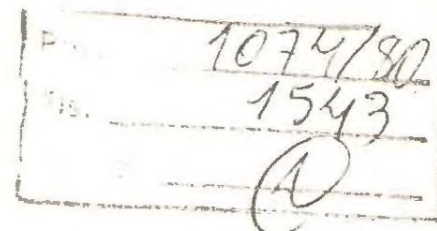
Além dos já citados, encontramos no interior do rio Pardo um sr. chamado 'Zé Piau', empregado de 'Paraibinha', que levava alguns Kanamari do baixo Javari para caçar naquela região da terra indígena. O mesmo já havia empregado com a mesma finalidade alguns Kulína (Pano) que residem na localidade Campina, no interior da TI Lameirão.

VI.2. RIO ITAQUAÍ

O levantamento fundiário realizado por este GT revelou a existência de 19 ocupantes não índios, responsáveis em conjunto por 31 famílias, ou 216 pessoas, que residiam em 1995 ao longo do rio Itaquai nos limites da TI Vale do Javari. Tais ocupantes espalhavam-se pelas margens do Itaquai desde a confluência com o rio Ituí até a foz do igarapé Chôa, havendo um deles morando no interior do rio das Pedras. O tempo de ocupação de cada um deles é bastante variável, existindo tanto os que nasceram no próprio rio quanto os que chegaram a menos de um ano. Várias das famílias cadastradas, inclusive, têm como principal ocupação a extração madeireira.



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA



QUADRO VI.b - Ocupantes Não Índios - Rio Itaquai

nº	OCUPANTE	FAM	PES.	ANOS	LOCALIZAÇÃO	LVA
1	Sebastião Conceição da Costa	01	17	54	m.d., Vista Alegre	01
2	Gentil Alves de Andrade	02	23	02	m.e., Volta do Bindá	02
3	Valdeci Santos da Luz	02	08	0,9	m.d., Volta da Curica	03
4	Manoel Rodrigues de Lima	01	12	01	m.d., Volta da Curica	04
5	José Queiroz	-	01	02	m.d., Volta da Curica	05
6	João Bezerra da Silva	01	10	22	m.e., Remansinho	06
7	Nilson Lima dos Santos	01	05	01	m.e., Porto Seguro	07
8	Raimundo Magno Saraiva	03	13	0,9	m.d., ig. Cabo	08
9	Francisco Pereira de Araújo	01	05	0,9	m.e., ig. Cabo	09
10	Manoel Romário de Souza	05	22	05	m.d., Morada Nova	10
11	Gerino Rodrigues dos Santos	01	12	10	m.d., ig. Glória	11
12	Raimundo Saraiva de Souza	01	15	20	m.d., Limoeiro	12
13	Raimundo dos Santos Luz	02	13	10	m.e., ig. Estreito	13
14	José Santos de Lima	02	11	24	m.d., Chaves	14
15	Milton Dias de Freitas	02	09	02	m.e., ig. da Queimada	15
16	Adauto Cavalcante Florindo	01	03	05	m.e., rio das Pedras	16
17	Francisco Jesuino de Souza	02	14	30	m.e., ig. Chôa	17
18	Paulo da Costa	01	13	30	m.e., ig. Chôa	18
19	Wilson Rodrigues de Assis	02	10	08	rio das Pedras, m.d.	19

A título de comparação, recordamos que o levantamento fundiário realizado em 1985 constatou a presença de 320 pessoas no rio Itaquai (das quais 79, correspondentes a 10 ocupantes, habitavam a gleba Socó); oito ocupantes no rio das Pedras, totalizando 47 pessoas; e obteve informações sobre seis ocupantes no rio Branco, perfazendo 22 pessoas⁶.

Em 1992, exploravam madeira neste rio Raimundo Graça, Djalma Herculano e Flavio Peres Castro Pinto, havendo madeireiros deste último também no igarapé São José. No mesmo ano, foi encontrado um trator da marca Tamberzack 450B, de fabricação canadense, no igarapé Lambança, onde, a cada duzentos metros de sua margem, o mesmo abria verdadeira "avenidas" para a extração de madeira. No ano anterior, noticiou-se a instalação de uma pequena serraria no interior do próprio rio Branco, afluente da margem esquerda do Itaquai⁷.

Em 1995, constatamos no Itaquai a ação dos madeireiros Flávio Peres Castro Pinto, Raimundo Graça, Gês Graça e José Pinto, entre outros. Raimundo Graça rebocava cerca de trezentas toras de cedro com um motor de centro, havendo quatro ou cinco turmas madeireiras no rio Branco que eram aviadas por seu filho. Encontramos também o motor de Chico Batista descendo o Itaquai levando a reboque cerca de cinquenta toras de cedro. Verificamos igualmente que o madeireiro José Pinto, filho de Raimundo de Assis, estava com seu motor dentro do rio das Pedras,

⁶ Cf. Processo FUNAI/BSB/2115/85, fls. 132/133.

⁷ Cf. CI nº 032/GAB/ADR/ATL/91, de 22.08.91.



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

10741
1549
D

no porto do único ocupante não índio ali existente. José Pinto tinha também três turmas madeireiras aviadas por ele no igarapé Chôa, e outras três turmas trabalhando em pequenos afluentes abaixo da foz do rio das Pedras. Além dessas turmas, havia ainda uma, aviada por Flavio Peres Castro Pinto, fazendo roça e casa no igarapé Carrapicho, e outra de Gês Graça, ao longo das margens do Itaquai. Um motor de Flávio Peres, que trazia a reboque uma grande balsa de madeira, estava ancorado na localidade Volta do Bindá. Outro motor, de proprietário ignorado, estava pouco abaixo da boca do rio Branco, junto à barra de um igarapé afluente da margem esquerda. Observamos igualmente uma balsa com várias toras pertencente ao madeireiro Antonio Tracajá, proveniente do rio Itaquai, que havia sido apreendida por uma patrulha do Exército pouco abaixo da foz do rio Quixito.

O morador do Itaquai, João Bezerra, havia conseguido naquela safra retirar duzentas toras, entre madeira branca e cedro. Explorava madeira branca (virola, sumaúma, etc) ao longo do Itaquai, e cedro no igarapé Providência, afluente da margem esquerda localizado próximo à foz do igarapé São José. Caça às vezes no São José, entrando nele até meio-dia de motor rabeta. Os dois moradores da foz do Chôa, por sua vez, também extraíam madeira dentro desse igarapé, a cerca de meio dia de voadeira de sua barra no Itaquai. O morador da localidade Volta do Bindá trabalhava madeira no igarapé São João. Os que residiam na localidade Volta da Curica, no médio Itaquai, eram avidos, por sua vez, por Flávio Peres.

Estes dados indicam a intensa exploração das riquezas naturais que tem ocorrido no rio Itaquai. Segundo informações do Posto de Vigilância da ADR/ATN instalado no barco Waiká, no decorrer do mês de agosto de 1995, entraram no Itaquai 40 madeireiros, 46 pescadores/caçadores e 41 moradores, tendo saído, no mesmo período, 20 pescadores e 15 moradores.

Os Kanamari informaram ainda que há seringueiros freqüentando a cabeceira do igarapé Cedro, afluente da margem direita do alto Itaquai. Provêm eles basicamente da localidade denominada Monte Lija, no rio Juruá, vindo de lá no verão e retornando no inverno.

VI.3. RIO ITUÍ

Verificamos a incidência de 17 ocupantes não índios na bacia do rio Ituí, totalmente inserida nos limites da TI Vale do Javari. Esses ocupantes, que perfazem o total de 22 famílias, ou 142 pessoas, estão majoritariamente localizados entre a foz do rio Coari, afluente da margem direita do Ituí, e a foz do rio Novo de Cima, afluente da margem esquerda. Apenas um ocupante localiza-se pouco abaixo da foz do Coari, havendo outro no interior do rio Negro, afluente da margem esquerda, e dois outros no alto rio Paraguaçu, afluente da margem direita. Levantamento realizado dez anos antes havia constatado a presença de 323 pessoas no rio Ituí (no trecho entre sua foz e a barra do rio Novo de Cima) e 63 pessoas no rio Negro⁸.

⁸ Cf. Processo FUNAI/BSB/2115/85, fls. 142.



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

PRO. 1074/90
F.S. 1545
①

QUADRO VI.c - Ocupantes Não Índios - Rio Ituí

nº	OCUPANTE	FAM	PES.	ANOS	* LOCALIZAÇÃO	LVA
1	Manoel Corrêa Procópio	05	25	24	m.e., ser. Extrema	20
2	Edmar Paulo Teixeira	-	-	06	m.e., rio Coari	21
3	Manoel Pinheiro Alves	01	06	08	m.e., ig. Custódio	22
4	Carlos Ordônio da Silva	01	07	03	m.e., ig. Palmeira	23
5	Lázaro Vieira da Silva	01	05	02	m.d., Santa Rita	24
6	Leandro Ribeiro Granja	01	03	02	m.e., Porto Seguro	25
7	Manoel Lopes Maricáua	01	06	04	m.e., ig. Manoel Jorge	26
8	Pedro Vieira	-	-	-	m.d., ig. S. Lourenço	27
9	Álvaro Cordeiro dos Santos	03	25	35	m.e., ig. Buriti	28
10	Sebastião Ribeiro da Silva	01	07	15	m.e., ig. Arrombado	29
11	João Cipriano da Silva	01	10	05	m.e., ig. S. Francisco	30
12	Ozanir Cipriano da Silva	01	08	08	m.e., ig. Sta. Fé	31
13	Raimundo Vieira da Silva	01	13	08	m.e., ser. Fronteira II	32
14	Antônio Reginaldo de Oliveira	03	21	20	m.e., ig. Primavera	33
15	Raimundo Barbosa Nascimento	02	06	06	rio Negro, m.e.	36
16	Francisco Crispim da Silva	-	-	35	rio Paraguaçu, m.d.	34
17	Armando Alexandre da Costa	-	-	05	rio Paraguaçu, m.d.	35

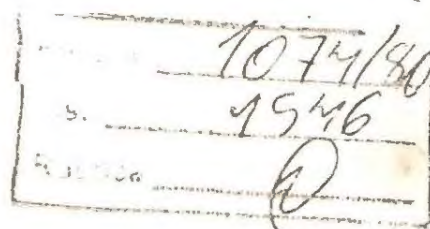
Observamos que o ocupante correspondente ao LVA nº 25, apesar de se encontrar a apenas dois anos nessa atual localização, reside, segundo afirmou, a setenta anos no rio Ituí. Os ocupantes correspondentes aos LVAs nº 21, 34 e 35 não residiam mais em suas colocações, apesar de ali se encontrarem quando da realização do levantamento fundiário. O ocupante referente ao LVA nº 27, segundo informações que obtivemos, reside no local, mas não se encontrava no momento quando da passagem dos membros do GT, o que impossibilitou o levantamento de suas benfeitorias.

A ação de extrusão de madeireiros e pescadores da TI Vale do Javari, iniciada pela FUNAI em 02.11.91, constatou balsas de madeira no Ituí pertencentes a Raimundo A. Graça, Luís Caldas e Dos Anjos Graça, além de dois tratores e duas balsas nas proximidades do rio Novo de Baixo, pertencentes a uma empresa peruana. Um dos trabalhadores da turma de Luís Caldas, que se dirigia ao rio Novo de Baixo, passou mal e teve que ser hospitalizado, descobrindo-se que estava com cólera⁹. Em 1992, segundo informação do PIN Itacoatiara, havia uma turma do madeireiro Altair Gomes de Almeida ('Tafco') retirando madeira no baixo rio Ituí. Em 1995, este mesmo madeireiro extraía madeira do igarapé Juruá, no mesmo rio. Em 1993, havia pelo menos dez turmas do madeireiro 'Cairara', aviado por Floriano Graça, trabalhando nos igarapés Caboclo e Caboclinho. Em anos anteriores, o mesmo madeireiro havia explorado intensamente o rio Coari. Segundo estimativa dos ribeirinhos do Ituí, os irmãos Magalhães rebocaram mais de mil toras de cedro do Ituí

⁹ Cf. CI nº 032/GAB/ADR/ATL/91, de 22.08.91.



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA



na safra de 1994, havendo outras cinco mil toras, entre cedro e madeira branca, que foram rebocadas pelo madeireiro Walter Paiva de Souza ('Paraibinha').

Em 1995, a grande concentração de madeireiros no rio Ituí localizava-se à jusante do rio Negro. À montante deste rio, praticamente apenas os moradores ribeirinhos exerciam a atividade madeireira, embora também fossem aviados no processo extrativo pelos mesmos "patrões" das demais turmas. A família de Manoel Procópio, por exemplo, estava trabalhando nos igarapés Preguiça, Remanso e Restauração, afluentes da margem esquerda do Ituí. Pouco abaixo da casa de Manuel Maricáua, por sua vez, havia uma balsa com cerca de cinquenta toras, presumivelmente a ele pertencentes. No rio Negro havia duas turmas trabalhando para o morador Raimundo Barbosa Nascimento, que é aviado pelos Irmãos Magalhães. Até 1994, ainda havia muitas turmas aviadas pelos Graça no Negro, embora a madeira deste rio tivesse sido praticamente esgotada por João Bezerra, que ali residira por 22 anos. Raimundo Barbosa também regateia eventualmente com os Marúbo e Matis que habitam o médio rio Ituí.

Constatamos acima do rio Negro a presença de dois motores de centro, um dos quais pertencia a Amazonas Barcelos. Outros motores eram os de Raimundo Barbosa, o de Olímpio, e mais três pequenos rebocadores, que observamos parados pouco abaixo da foz do rio Coari. Posteriormente, constatamos mais três barcos nas proximidades do rio Novo de Baixo. Encontramos também um pequeno batelão que provinha do igarapé São Lourenço, o qual trazia uma turma de quatro homens, três mulheres e algumas crianças. Tinham ficado oito meses no local de trabalho, sendo aviados por um freguês de Raimundo Graça. Verificamos igualmente o trânsito de três lanchas "cangadas" que subiam em direção ao rio Novo de Baixo, com vinte ou trinta trabalhadores do madeireiro chamado Pedrinho, aviado pelos Irmãos Magalhães.

Fomos informados também da existência de seis turmas de madeireiros trabalhando no igarapé Santa Rita. No igarapé Iracema havia duas turmas do madeireiro conhecido como 'Bolinha', e uma turma no Iraceminha, ambos afluentes do Ituí. No rio Novo de Baixo havia pelo menos seis turmas, pertencentes aos madeireiros Edmar Graça, Natalino, Bolinha, e Osório, este último aviado por 'Zé Adáli', filho de Raimundo Graça.

Conforme informações do Posto de Vigilância da ADR/ATN instalado no barco Waiká, durante o mês de agosto de 1995, penetraram na terra indígena pelo rio Ituí 31 madeireiros, 22 caçadores/pescadores, 35 moradores e 4 outros não classificados, tendo saído no mesmo período 12 madeireiros, 22 caçadores/pescadores, além de 10 outros não classificados.

Verificamos também a ação de um barco pesqueiro proveniente de Benjamin Constant em lagos situados pouco abaixo da foz do rio Coari. Segundo o pastor John Jansma, da MNTB, embora seja raro, às vezes vêm alguns pescadores do Juruá pescar nas cabeceiras do rio Ituí. De fato, além destes eventuais frequentadores, os Marúbo da aldeia Vida Nova queixaram-se da presença de outros não índios trazidos pelo ocupante Francisco Crispim Veríssimo da Silva, que se dedica a produzir farinha e carne salgada no alto rio Paraguaçu. Para tanto, convida outros moradores do Juruá para virem caçar ali, conseguindo por temporada cerca de meia tonelada de carne de animais silvestres. Quando visitamos sua colocação, ele havia se retirado para a localidade Testa Branca, no Juruá, onde reside, levando vários paneiros de carne salgada, embora pudéssemos constatar ainda dois tapiris de caça usados pelos caçadores por ele trazidos. Os não índios do Juruá que frequentam o alto Paraguaçu são provenientes principalmente das localidades de Estirão do Rebojo, Testa Branca e Fazenda Ouro Preto.



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Proc. nº 1074/40
1547
A. B. C. (A)

VI.4. RIO JANDIATUBA

De acordo com todas as informações que pudemos obter na cidade de São Paulo de Olivença, não existem, no presente, ocupantes não índios ao longo do rio Jandiatuba nos limites da TI Vale do Javari. De acordo com o sr. Luis Müller ('Lucho'), morador dessa cidade, em 1986 ele teria realizado um censo dos moradores do Jandiatuba, totalizando 102 famílias. Elas concentravam-se no baixo curso do rio, mas havia ribeirinhos esparsos até o igarapé Alerta. Eram seringueiros, em sua maioria, que abandonaram o rio com a queda na borracha a partir de 1988. Neste ano, o último morador do rio era um seringueiro que residia entre os igarapés do Ouro e Inferno. Atualmente, freqüentam o Jandiatuba principalmente pescadores e caçadores, e gente que, na época do verão, vem coletar tracajás e seus ovos. Além dos próprios moradores de São Paulo de Olivença, percorrem eventualmente este rio os habitantes de Amaturá e Santa Rita do Weil, chegando alguns até os lugares conhecidos como Remanso do Pancho e Remanso Grande, ambos situados acima das Três Bocas (confluência dos igarapés Branco e Preto com o rio Jandiatuba).

A extração de madeira tem sido realizada, entre outros, por Manuel Viana que explorou os seringais Bom Futuro I e II na safra de 1994 com uma turma de seis homens. Também Ismael Viana Serra ('Nequinho'), morador de Manaus que tem um comércio em São Paulo de Olivença, tem explorado madeira branca no Jandiatuba. Além deles, João Branco tem explorado madeira no seringal São Raimundo, localizado no igarapé Jutaizinho.

Segundo afirmam os moradores de São Paulo de Olivença que freqüentam o alto Jandiatuba, ainda há equipamentos da Petrobrás nos locais onde ela explorou neste rio.

VI.5. RIO JAVARI

Constatamos a presença de 28 ocupantes não índios no interior da TI Vale do Javari ao longo do curso do rio Javari. Esses ocupantes, a que correspondem igual número de famílias, totalizando 158 pessoas, residem todos entre a foz do igarapé Irari e a barra do rio Curuçá, concentrando-se basicamente nos lagos do Tambaqui e do Caxias, e na localidade conhecida como Porto Natal. A maioria absoluta deles encontra-se residindo a menos de dois anos nestes locais.



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

1074/80
7548
①

QUADRO VI.d - Ocupantes Não Índios - Rio Javari

nº	OCUPANTE	FAM	PES.	ANOS	LOCALIZAÇÃO	LVA
1	Raimundo Alves da Silva	01	05	02	lago do Tambaqui	42
2	João Monteiro Raimundo	01	04	01	lago do Tambaqui	43
3	Danilo da Silva Graça	01	05	01	lago do Tambaqui	44
4	Manoel Rocha Armas	01	08	0,6	lago do Tambaqui	45
5	Francisco Silva de Souza	01	03	02	lago do Tambaqui	46
6	Wilter Santos Naval	01	04	02	lago do Tambaqui	47
7	Raimundo Figueira Losano	01	12	06	m.d., ser. B. Esperança	48
8	Raimundo da Costa Almeida	02	07	45	m.d., Vista Alegre	49
9	Nilo Gomes Barbosa	-	01	11	m.d., ig. do Ferreira	50
10	Manoel da Silva Rodrigues	01	11	0,6	m.d., ig. Sta. Helena	51
11	Lázaro Pereira de Souza	01	04	0,4	m.d., ig. Sta. Helena	52
12	Braulino Souza Moraes	01	03	26	lago do Caxias	53
13	Solano Pacaia Tapudima	01	08	20	lago do Caxias	54
14	Raimundo Moreira dos Santos	01	05	04	lago do Caxias	55
15	Javier Reginfo Torres	01	07	15	lago do Caxias	56
16	Miltom Fernandes da Costa	01	06	0,4	lago do Caxias	57
17	Francisco Carlos Moreira	01	05	02	lago do Caxias	58
18	Francisco Firmino Moraes	01	09	26	lago do Caxias	59
19	Ladislau Shunha	01	06	02	lago do Caxias	60
20	Vitor Shunha Tamani	01	05	01	lago do Caxias	61
21	Olegario Gusmão Santis	01	07	02	lago do Caxias	62
22	José Saldanha da Silva	01	02	02	m.d., Porto Natal	63
23	José Saldanha Santos Nunes	01	05	02	m.d., Porto Natal	64
24	Mameu Bezerra da Costa	01	10	01	m.d., Porto Natal	65
25	Carlos Saldanha Duarte	01	02	02	m.d., Porto Natal	66
26	Francisco Alves Moreira Filho	01	02	02	m.d., Porto Natal	67
27	Francisco Saldanha Nunes	01	02	01	m.d., Porto Natal	68
28	Eulina Duarte Alves	01	10	02	m.d., Porto Natal	69

Ao contrário do levantamento fundiário realizado em 1985, todas as informações obtidas por este GT indicaram a ausência de ocupantes não índios no curso superior do rio Javari. De acordo com o relatório encaminhado pelos técnicos do INCRA e ITERAM, havia no rio Jaquirana, à ocasião, 20 residências no seringal Batã, totalizando 132 pessoas; 24 residências no seringal Hospital, somando 100 pessoas; e 20 residências no seringal Boa Vista, totalizando 98 pessoas¹⁰. Todos esses ocupantes haviam sido trazidos ao local pelo seringalista Petrônio Alves Magalhães, da cidade acreana de Cruzeiro do Sul, e abandonaram nos anos seguintes a região.

¹⁰ Cf. Processo FUNAI/BSB/2115/85, fls. 08/09.



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Processo nº	1074/80
Ass.	15.49
Rubrica	(assinatura)

No presente, o alto rio Jaquirana e o rio Batã continuam a ser explorados unicamente pelas turmas do madeireiro Vítor Braga, de Benjamin Constant. Segundo as informações prestadas pelo mesmo, tem trabalhado ultimamente no curso principal do rio Batã, subindo este rio até sua primeira forquilha, no igarapé Marona, onde havia colocado seis turmas, variando de seis a oito homens cada uma. Declarou haver retirado setecentas toras de madeira nesta safra, ficando outras sem água para descerem. De fato, verificamos a descida de duas balsas a ele pertencentes, a primeira com cerca de trezentas, e a segunda com cerca de quatrocentas toras de cedro. De acordo com declarações dos trabalhadores que desciam junto com as toras, Vítor Braga havia deixado um empregado fazendo uma clareira na boca do igarapé Manuel D'Espada para construir um barracão, visto que pretendia tirar madeira desse afluente do Jaquirana na próxima safra. Este madeireiro também disse que alguns caçadores vindos do rio Juruá freqüentavam esporadicamente a região do rio Batã e seu afluente, o igarapé Hospital.

No médio rio Jaquirana, de acordo com as informações dos habitantes da aldeia Trinta e Um, os peões do madeireiro conhecido como 'Boca' tinham realizado uma "correria" em anos anteriores no igarapé Itúxi, localizando árvores equivalentes a trezentas toras. Isso gerou indignação entre os Mayorúna daquela aldeia, que têm o local como território imediato de suas atividades produtivas.

Fato semelhante ocorreu no baixo rio Javari, havendo os Kanamarí da aldeia São Luiz queixado-se que um dos moradores do vizinho lago do Tambaqui, possivelmente aviado pelo madeireiro José Pinto, tinha tirado madeira das margens do rio Javari em local situado bem próximo à aldeia sem lhes dar qualquer satisfação. Um outro madeireiro, José Pires (filho de José Filó), tinha em 1995 seis turmas trabalhando dentro do igarapé Irari, três no braço principal e três no igarapé Esquerdo. Este madeireiro também empregava um Kanamarí da aldeia São Luiz em suas turmas naquela safra, utilizando além disso os habitantes da aldeia Irari para conseguir "rancho" (carne de caça) para os demais trabalhadores.

VI.6. RIO JUTAI

No presente, inexistem ocupantes não índios no trecho do curso principal do rio Jutai abrangido nos limites da TI Vale do Javari. Verificamos, porém, a presença de quatorze ocupantes não índios em dois afluentes do alto Jutai que residem no interior da terra indígena. Destes, dois tinham suas casas no igarapé Lobo, afluente do alto rio Curuena, tributário da margem esquerda do Jutai, e doze no rio Juruazinho, afluente da margem direita do alto Jutai. Em conjunto, estes ocupantes somavam dezenove famílias, perfazendo 103 pessoas. A média temporal de ocupação dessas famílias é de pouco mais de quinze anos.



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Protocolo 1074/90
1550
0

QUADRO VI.e - Ocupantes Não Índios - Rio Jutaf

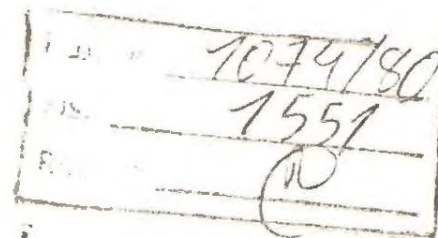
nº	OCUPANTE	FAM	PES.	ANOS	LOCALIZAÇÃO	LVA
1	Heleno Teixeira de Oliveira	02	09	39	r. Curuena (ig. Lobo)	78
2	José Heleno Teixeira	01	08	32	r. Curuena (ig. Lobo)	79
3	João Cirilo do Nascimento	01	08	07	r. Juruazinho, m.e.	80
4	Raimundo Trajano de Abreu	02	11	43	r. Juruazinho, m.e.	81
5	Edivar Bezerra de Moura	02	10	02	r. Juruazinho, m.e.	82
6	Raimundo Nonato Ferreira	01	03	03	r. Juruazinho, m.e.	83
7	José Chagas Nunes	01	02	12	r. Juruazinho, m.e.	84
8	Antonio Moraes da Silva	01	08	10	r. Juruazinho, m.e.	85
9	Francisco Nunes da Silva	01	09	28	r. Juruazinho, m.e.	86
10	Roberto Raimundo da Silva	01	05	03	r. Juruazinho, m.e.	87
11	Cícero Raimundo da Silva	01	04	19	r. Juruazinho, m.e.	88
12	Valdir Pereira do Nascimento	01	06	03	r. Juruazinho, m.e.	89
13	Luiz Teófilo Teodoro	02	11	04	r. Juruazinho, m.e.	90
14	Manoel Trajano de Abreu	02	09	11	r. Juruazinho, m.e.	91

Além da presença dos ocupantes "fixos", constatamos que o rio Juruazinho é palco de intensa extração madeireira. Parte da madeira extraída neste rio em 1996 pertencia a Paulo Libek (conhecido como Paulo 'da Funai', por ser ex-funcionário do órgão), que naquela safra extraiu 220 toras de cedro e 580 "pranchas" de madeira (cada tora é transformada em oito pranchas). Quem compra a madeira extraída por ele é o madeireiro Togle Soares, de Manaus. O irmão deste, José Soares, também é um madeireiro de certa atuação no local, tendo sido precedido ali por Moysés Israel, proprietário da Serraria Moraes, de Manaus. Além deles, também têm trabalhado no rio Juruazinho os madeireiros chamados Carlito Garrancho, Ubiraci, Darci e 'Zé do Dino', os dois últimos residentes na cidade de Jutaf.

Outros madeireiros que atuavam no alto Jutaf em 1996 eram Antônio Carlos ('Baia'), José Roberto, Pedro Cícero, morador da cidade de Jutaf, e Mário Ferreira ('Biringa'), que explorava cedro no rio Curuena. De fato, encontramos três motores baixando com balsas de toras de madeira. Dois deles vinham do rio Curuena, um dos quais, pertencente a Mário Ferreira, vereador e ex-prefeito da cidade de Jutaf, trazia cerca de 150 toras de madeira do igarapé Lobo, principal afluente do alto Curuena. Esta balsa vinha rebocada pelo madeireiro Maval Pinto, que por sua vez tinha explorado duzentas toras de madeira no igarapé Curuena, aviado por Togle Soares. Posteriormente, encontramos mais quatro motores, dois de Carlito Garrancho e dois a serviço de Togle Soares, ambos madeireiros de Manaus. Este último explorava madeira no Jutaf (em trecho parcialmente incidente nos limites da terra indígena) com um trator "skider", o qual trazia numa balsa a reboque. Carlito Garrancho, de sua parte, rebocava duzentas toras de cedro que tinha



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA



extraído no rio Curuena. É aviado por Jonas Pinto, que adquire as mercadorias do madeireiro Moysés Israel¹¹.

No Curuena, Carlito Garrancho tem atuado intensamente na extração de madeira desde o final dos anos 80. Fomos informados que havia cerca de oito motores dentro do rio Curuena, tirando cedro. Entre outras, havia uma turma no interior do igarapé Lobo, liderada por um morador da cidade de Jutai, João Ordam, aviado por Togle Soares. O ocupante Heleno Teixeira de Oliveira tem igualmente extraído madeira nesse rio. Também o madeireiro Flávio Azevedo havia trabalhado no Curuena na safra de 1989, e no rio Juruazinho em 1990.

Os Kanamarí da aldeia Queimado eventualmente produzem madeira, que negociam com Domingos Garrancho, irmão de Carlito, e também Pedro Cícero, da cidade de Jutai. Na cidade de Jutai existem somente duas serrarias, uma pertencente a Pedro Gonçalves e outra a Josué Graça.

Embora fora dos limites da TI Vale do Javari, verificamos que o rio Jutai havia sido literalmente tomado de assalto por um *boom* garimpeiro de grandes proporções. Essa exploração garimpeira concentrava-se no curso médio-inferior do rio Jutai, bem como em seus afluentes, o rio Bóia (mais exatamente ainda, no igarapé Preto, afluente deste) e rio Mutum. Pouco antes de nossa passagem, havia cerca de 78 dragas e 112 balsas de extração de ouro. Integrantes da OPAN na cidade de Jutai calculavam haver 600 garimpeiros dentro do rio, que com o pessoal de apoio perfaria uma população de mais de mil pessoas. A maioria dos garimpeiros que invadiram o Jutai no primeiro semestre de 1996 vieram com suas balsas e dragas do Estado de Rondônia ou do rio Puré, afluente do Japurá, e localizaram-se fundamentalmente no rio Bóia e, em menor escala, no rio Mutum.

VI.7. RIO QUIXITO

Verificamos no rio Quixito a presença de quatro ocupantes não índios, totalizando seis famílias, ou 39 pessoas. Estes ocupantes residem todos acima da foz do igarapé Pau Branco, afluente da margem direita do Quixito, situando-se o mais a montante deles a cerca de duas horas de voadeira da barra do rio Esquerdo.

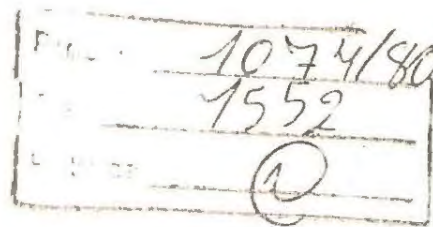
QUADRO VI.f - Ocupantes Não Índios - Rio Quixito

nº	OCUPANTE	FAM	PES.	ANOS	LOCALIZAÇÃO	LVA
----	----------	-----	------	------	-------------	-----

¹¹ Através do levantamento cartorial realizado, observamos que o oficial cartorário havia colocado na data de 05.06.95, a pedido do sr. Moysés Israel, averbações relativas a "manutenção de floresta manejada" nas matrículas de algumas glebas anteriormente possuídas pela Empresa Jutahy S.A.



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA



1	Arnaldo Cardoso da Silva	02	15	26	m.d., Biguano	38
2	Raimundo Mariano de Souza	-	01	01	m.d., Biguano	39
3	Albertino Teles de Freitas	01	03	30	m.d., r. Esquerdo	40
4	Manoel Felix Filho	02	20	20	m.e.	41

Embora, por precaução, tenhamos orientado os técnicos fundiários do GT a preencher o LVA nº 37, correspondente ao sr. Raimundo Cardoso, o mesmo tem sua casa e demais benfeitorias localizadas na margem esquerda do rio Quixito, estando portanto fora dos limites da TI Vale do Javari. De qualquer forma, fazemos constar seu LVA a fim de preservar a continuidade na numeração dos demais. Além dos ocupantes cadastrados, obtivemos informações sobre a presença no rio Quixito do sr. Pedro Posidônio, não sendo, porém, o mesmo localizado e nem os demais sabendo informar em que localização (e margem) estariam situadas sua casa e benfeitorias. Além dele, quando já havíamos concluído os levantamentos deste rio, tivemos informações sobre a presença do caçador Manoel Sales no alto rio Esquerdo, não sendo possível, no entanto, visitar sua residência na ocasião.

Com respeito à extração madeireira, em 1995 havia sete turmas trabalhando acima da antiga casa do sr. Manoel Felix Filho ('Nenem Felix'). Destas, quatro eram aviadas por Francisco Felix ('Loro') e três por José ('Cacau') Siqueira. A mais a montante delas, com dez homens, trabalhava no igarapé Piaçaba. Na época do trabalho de campo deste GT, o Exército tinha apreendido uma balsa de madeira pertencente a Cacau Siqueira. Além de 'Cacau' e 'Loro', também Pedrinho Posidônio, Adolfo Peres e 'Nenem' Felix tinham explorado o rio Quixito em anos anteriores.

Abaixo do ig. Esquerdo, trabalhava madeira Arnaldo Cardoso da Silva, e um regional conhecido como 'Lula', que tinha retirado trezentas toras de cedro do igarapé Colônia, afluente da margem direita do Quixito. Além deles, também trabalhavam no igarapé Pau Branco os srs. Hermes Chaves Sandoval, Damião Pereira da Silva, Vanderlei Lopes Maia ('Jóbi') e outros.



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Processo	1074/80
Nº	1553
Assinatura	

VII - Sétima Parte

CONCLUSÃO E DELIMITAÇÃO

VII.1. Trabalhos Anteriores

Em 1969, o sertanista Raimundo Pio de Carvalho Lima, da recém-criada Fundação Nacional do Índio, já propunha a criação de quatro Postos Indígenas na região abarcada pelos rios Javari, Curuçá, Ituí e Itaquai. Uma primeira proposta de delimitação da área compreendida por esses rios foi apresentada pelo também sertanista Sebastião Amâncio da Costa em 1972, e abrangia uma superfície de 6.908.000 ha. No mesmo ano, uma proposta parcial para a criação de um Parque Indígena do Ituí, com 1.500.000 ha, é apresentada por uma equipe multidisciplinar de cientistas do *British Museum*, *Royal Botanic Gardens Kew* e instituições brasileiras de pesquisa.

A primeira proposta articulada para a criação de um Parque Indígena do Vale do Javari foi elaborada pelo "GT Javari 1980", isto é, os Grupos de Trabalho constituídos pelas Portarias nº 720/E, 721/E e nº 722/E, todas do dia 14.05.80, que determinavam a identificação e delimitação das áreas indígenas situadas, respectivamente, nas bacias dos rios Javari e Curuçá, Ituí e Itaquai, e Jandiatuba e Jutai. A primeira dessas equipes, cuja composição foi modificada pela Portaria nº 737/E, de 13.06.80, teve seu coordenador, o antropólogo Terri Valle de Aquino, demitido quando ainda se encontrava realizando os trabalhos de campo, motivo pelo qual ele não apresentou seu relatório¹. De todo modo, a partir de sugestões iniciais de funcionários da AJUSOL, e com o encaminhamento, ainda no final daquele ano, dos relatórios da antropóloga Delvair Montagner Melatti, coordenadora da segunda equipe, e do sociólogo Marco Antônio do Espírito Santo, coordenador da terceira equipe, foi formulada uma "Proposta de Criação do Parque Indígena do Vale do Javari". Tal proposta abrangia uma superfície de 5.800.000 ha e perímetro de 1.750 km, ambos aproximados, conforme o mapa (fls. 278) e o memorial descritivo (fls. 271/277) contidos neste processo.

"Como pode-se constatar no mapa, em anexo, o Parque comportará os índios Kanamari, Tukano (Kanamari), Mayoruna, Maríbo, Korina, Matis e seis grupos indígenas arredios, ainda não identificados. Esses índios estão distribuídos em várias malocas dentro da área

¹ Parte das informações obtidas por esse GT foram publicadas em Melatti (1981).



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Proc. n.º	1074/80
S.	1554
Assinatura	Ⓢ

pleiteada para o Parque Indígena. Esta gleba é efetivamente ocupada e utilizada pelos diferentes grupos indígenas para realizarem suas atividades econômicas, como sejam: caça, pesca, coleta, extração de seringa e madeira.... Cada grupo indígena mantém estreitos laços sociais com seus patrícios que estão espalhados dentro de uma área considerada de sua propriedade. Estes laços são de vários níveis: de parentesco, matrimonial, ritual etc. Por conseguinte, é comum encontrar-se nas malocas indivíduos de outro lugar, que deslocaram-se para ela com um objetivo específico.... O Parque Indígena do Vale do Javari está numa situação privilegiada e estratégica devido a sua localização e as condições ecológicas que ainda desfruta.... Não podemos garantir pela definição da área para os índios arredios, por não conhecermos in loco o habitat tradicional dos mesmos. Poderá no futuro haver acréscimos de área ou devolução da mesma"².

De fato, considerando as limitações do conhecimento que então se possuía sobre o território dos diversos grupos indígenas no Vale do Javari, e ainda a lacuna do levantamento referente aos rios Javari e Curuçá, essa proposta excluía áreas de ocupação Mayorúna nos rios Jaquirana e Pardo, áreas de ocupação Kanamarí, Kulína (Pano) e Marúbo no rio Curuçá, e áreas de ocupação Kanamarí no rio Jutaf. Além disso, excluía áreas de ocupação de índios isolados nos rios Curuena, Jandiatuba, Itaquai, Ituí, Quixito e Batã.

As divergências no encaminhamento desta proposta resultaram na constituição do "Grupo de Estudo Javari"³ pela Portaria nº 1.791/E, de 24.10.84, que tinha como finalidade apresentar "a) proposta de identificação e delimitação da área do Parque Indígena Javari; e b) recomendações para o desenvolvimento da atuação indigenista e antropológica na região". No relatório apresentado por este grupo em 13.11.84, constata-se a defasagem entre os dados disponíveis e a situação atual da área, o que fez com que ele optasse por recomendar a "figura da Interdição da Área, para que se possa conduzir os trabalhos e ao mesmo tempo evitar que continue o processo de invasão, que vem ameaçando a sobrevivência física e cultural dos diversos Povos Indígenas desta região". No ano seguinte, em consequência, foi determinada a interdição da área do Vale do Javari pela Portaria nº 1.849/E, de 08.04.85, da Presidência da FUNAI, abrangendo uma superfície de 8.338.000 ha e perímetro de 1.500 km. A área interditada tinha os limites propostos no ano anterior pelo Grupo de Estudo Javari.

Paralelamente, através da Portaria nº 1.848/E, de 28.03.85 (alterada pelas Portarias nº 1.855/E, de 15.04.85, nº 1.867/E, de 10.05.85, nº 1.886/E, de 17.06.85, nº 1.927/E, de 16.08.85, e nº 1.937/E, de 16.09.85), determinou-se o deslocamento de um grupo de servidores e indigenistas à Área Indígena Parque do Vale do Javari para "procederem estudos visando a redefinição de limites e a complementação de dados etnográficos, bem como o respectivo levantamento fundiário". O "GT Javari 1985" realizou seus trabalhos de campo entre maio e agosto de 1985, percorrendo os rios Javari-Jaquirana, Quixito, Curuçá, Ituí e Itaquai. Os dados desse levantamento, em conjunto com aqueles relativos ao rio Jutaf já possuídos pelos membros do GT,

² Processo 1074/80, fls. 54/56.

³ Este grupo era composto por Delvair Montagner Melatti, antropóloga e Chefe Substituta da AESP, Marco Antônio do Espírito Santo, sociólogo da 3ª DR, Sebastião Amâncio da Costa, sertanista e Delegado Regional da 10ª DR, Pedro Coelho, sertanista da 1ª DR, João Silvério Dias, chefe da AJUSOL, Sidney Possuelo, sertanista e coordenador das frentes de atração, Julio Cezar Melatti, professor da UnB, Sílvia Cavucens, da OPAN, Lino João de Oliveira Neves, da Prelazia de Tefé, e John Jansma, da MNTB, participando também de suas reuniões Ana Maria Carvalho Ribeiro Lange e Araci Maria Labiak.



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

1074/80
1555
Rubrica (D)

foram apresentados no respectivo relatório, datado de 20.05.86. Em síntese, o GT Javari 1985 propôs a manutenção, em suas linhas gerais, dos limites interditados no ano anterior, recomendando, além disso, o reconhecimento de áreas ocupadas por grupos isolados:

"Os limites propostos por este GT/85, são fundamentalmente os mesmos que constam na interdição da Área Indígena Javari, através da Portaria 1849/E, de 08 de abril de 1985.... É necessário que sejam realizados os trabalhos de reconhecimento das áreas de ocupação de grupos isolados, que, conforme estabelecido pelo Grupo de Estudo Javari não deve ter como objetivo efetuar contatações, mas sim realizar o levantamento de dados que subsidiem a definição de limites da área.... Os limites referentes a estas áreas [de grupos isolados] poderão ser modificados a partir das informações obtidas no levantamento proposto. Enquanto isto não acontece, devem permanecer como válidos os limites estabelecidos na interdição da área. Quanto aos itens 3 e 4 sugerimos a adequação dos limites estabelecidos como linha seca entre o rio Quixito e a confluência dos rios Ituí/Itaquai e desta, até o rio Curuena, no sentido de seguir os limites naturais. Isto devido a dificuldade de controle da área, mas isto não pode acarretar prejuízo aos índios na sua área de ocupação.... A área do Lameirão foi omitida na proposta de interdição. Consideramos o Lameirão como sendo parte da área indígena do Vale do Javari.... Propomos portanto a inclusão da área do Lameirão na interdição da AI Javari e na proposta de delimitação"⁴.

Quase concomitantemente, durante a reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência realizada em Curitiba entre os dias 9 e 16 de julho de 1986, foi lançada a "Campanha Javari: Pela sobrevivência dos povos indígenas do Vale do Javari", patrocinada pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Operação Anchieta (OPAN) e equipes indigenistas das Prelazias do Alto Solimões e Tefé. Entre outras medidas, propunha a Campanha Javari "a agilização do processo de delimitação e demarcação definitiva da A.I. Javari para garantir oficialmente a posse e o usufruto de todos os povos que habitam essa área, ocupando território contíguos"⁵. Não obstante esse apelo, o processo de reconhecimento e definição de limites da terra indígena Vale do Javari foi paralisado desde então, passando-se um longo período sem outras ações que fizessem avançar o procedimento no sentido da efetiva demarcação dessa área. Parte das razões que explicam esse período de inércia foram explicitadas na contestação apresentada pela FUNAI nos autos da Ação Declaratória (Proc. nº V-420/89), movida pelo Ministério Público Federal objetivando a declaração judicial da área interditada pela Portaria nº 1849/E/85:

"Os decretos que se sucederam ao Decreto nº 76.999/76 criaram maiores obstáculos ao processo de demarcação administrativa das terras indígenas. A partir do Decreto nº 88.118/83 confiou-se a um Grupo de Trabalho Interministerial o exame da proposta de demarcação apresentada pela FUNAI. Desde então, perdeu a FUNAI a autonomia de conduzir, de acordo com critérios previamente estabelecidos, o processo de demarcação. Essa perda é mais substancial se se levar em conta que, a partir do Decreto nº 94.945/87, cabe aos Ministros do Interior, da Reforma e do Desenvolvimento Agrário e - quando se tratar de terras na Faixa de Fronteiras - o Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional,

⁴ Processo 1074/80, fls. 874/875.

⁵ Cavuscens & Neves, 1986:7.



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Proc.:	1074/80
Fls.:	1556
	①

declarar a área como de ocupação indígena, e não à FUNAI como acontecia na vigência do Decreto nº 76.999/76.

Restou à FUNAI apenas a iniciativa e a orientação do processo de demarcação administrativa das terras de seus tutelados, o que não é muito se se levar em consideração que outros órgãos públicos e entidades intervêm nesse processo, às vezes comprometendo a celeridade da demarcação.

E foi exatamente isso o que aconteceu com a demarcação da área indígena Vale do Javari⁶.

Com a edição do Decreto nº 22, de 04.02.91, foi instituída uma Comissão Especial de Análise (CEA) pela Portaria nº 398, de 26.04.91, para analisar e manifestar-se conclusivamente sobre o aproveitamento dos trabalhos de identificação e delimitação de terras indígenas realizados anteriormente, relacionando-se as TIs Lameirão (nº 38) e Vale do Javari (nº 68) no anexo integrante da referida portaria. Embora a CEA tenha solicitado em sua 23ª Sessão Ordinária, realizada em 30.10.91, que fosse colhida a anuência das comunidades indígenas do Javari à área interditada, tal não chegou a ser efetivado.

Em 1993, rompendo esse longo período de torpor, a Administração Regional de Atalaia do Norte, através do Memo nº 010/ADR-ATN, de 25.01.93, solicitou providências à administração central da FUNAI

"no sentido de constituir um Grupo de Trabalho com a finalidade de completar os levantamentos que se fazem necessários, objetivando corroborar a área pela Portaria 1849/E ou, em outra análise, considerando os possíveis deslocamentos de grupos isolados impostos por situações de invasão que está submetida a área, redimensioná-la tendo em vista a localização desses grupos.... Esse Grupo Inter-institucional, além da finalidade de identificar, delimitar a Área Vale do Javari, faria também a identificação e delimitação da Área do Lameirão⁷.

Logo depois, foi realizado na cidade de Atalaia do Norte, entre 13 e 16.03.93, o "I Encontro sobre Demarcação, Madeira e Alternativas Econômicas do Vale do Javari", organizado e promovido pelo Conselho Indígena do Vale do Javari (CIVAJA), Prefeitura e Câmara Municipal de Atalaia do Norte e Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB). No documento final desse encontro, seus participantes observavam que *"a indefinição da demarcação e as constantes invasões nas terras tradicionalmente ocupadas pelos índios gera conflitos provocando mortes entre índios e não índios, aumentando assim a tensão social na região"*.

Tendo em vista a necessidade de ultimar o procedimento para a demarcação dessa terra indígena, a FUNAI constituiu através da Portaria nº 174/PRES, de 10.03.95 (DOU nº 56, de 22.03.95, Seção I, pg. 3889) o presente grupo técnico para, além de identificar e delimitar a Terra Indígena Lameirão, proceder a revisão e atualização dos dados etnológicos e fundiários da Terra Indígena Vale do Javari. Devido às razões expostas anteriormente (cf. *supra*: I.2), este GT teve sua composição alterada pelas Portarias nº 311/PRES, de 05.04.95, e nº 354/PRES, de 19.04.95 (DOU nº 77, de 24.04.95, Seção 2, pg. 2929). No ano seguinte, tendo em vista a necessidade de finalizar os levantamentos realizados na primeira fase, foi constituído novo GT pela Portaria nº 158/PRES, de 09.04.96 (DOU nº 72, de 15.04.96, Seção 2, pg. 2647), alterada pela Portaria nº 275/PRES, de

⁶ Processo 1074/80, fls. 1050/1051.

⁷ *Idem*, fls. 1067/1068.



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Proc. n°	1074/80
	1557
	(C)

08.05.96 (DOU nº 91, de 13.05.96; Seção 2, pg. 3376), com a finalidade de complementar os trabalhos para revisão e atualização dos dados referentes a terra indígena Vale do Javari⁸.

Finalmente, considerando o disposto no art. 7º do Decreto nº 1.775, de 08.01.96, a Presidência da FUNAI estabeleceu através da Portaria nº 810, de 25.09.96, "*restrição ao direito de ingresso, locomoção e permanência de pessoas estranhas aos quadros da FUNAI na Terra Indígena VALE DO JAVARI, pelo prazo de três (03) anos a contar de sua publicação*". Os limites contemplados neste ato foram os mesmos descritos pela Portaria nº 1849/E/85.

VII.2. Proposta de Limites

Considerando os quatro componentes do conceito de "terras tradicionalmente ocupadas pelos índios", conforme o § 1º do artigo 231 da Constituição Federal, isto é, 1) as habitadas em caráter permanente, 2) as utilizadas em suas atividades produtivas, 3) as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar, e 4) as necessárias a sua reprodução física e cultural, tudo "segundo seus usos, costumes e tradições", propomos a seguinte delimitação para a terra indígena Vale do Javari:

Partindo da confluência de um pequeno afluente sem denominação com o alto rio Jaquirana, segue-se no sentido jusante pela margem direita deste até encontrar outro pequeno igarapé sem denominação abaixo do igarapé Lopes. Deste ponto, segue-se a montante pelo referido igarapé sem denominação até as suas mais altas cabeceiras, de onde se transpõe uma curta linha seca até um braço ocidental das nascentes de um afluente sem denominação da margem direita do rio Javari. Daí segue-se a jusante pelo mencionado braço ocidental até o curso principal do igarapé, de onde, pouco abaixo, se toma o rumo montante de um de seus formadores orientais até suas mais altas nascentes. Desse ponto segue-se por outra linha seca até as nascentes do igarapé Flecheira, descendo pela margem direita deste até a confluência com um igarapé sem denominação também localizado à sua margem direita. Deste ponto, segue-se a montante pelo referido igarapé até a confluência de outro pequeno afluente, de onde, transpondo outra linha seca, chega-se na confluência dos rios Pardo e Curuçá. Daí segue-se no sentido jusante pela margem direita do rio Curuçá até sua confluência com o rio Javari, descendo pela margem direita do rio Javari até a confluência com o igarapé Irari. Deste ponto segue-se a montante pela margem esquerda do igarapé Irari até sua confluência com o igarapé Esquerdo, seguindo a montante pelo igarapé Esquerdo até suas mais altas cabeceiras. Daí segue-se por uma linha seca até as cabeceiras do igarapé Figueiredo, seguindo por este a jusante até sua confluência com o rio Quixito, descendo pela margem direita deste até sua confluência com o igarapé Pau Branco. Segue-se a montante pela margem esquerda do igarapé Pau Branco até sua confluência com um pequeno igarapé sem denominação, tributário de sua margem direita. Deste ponto se transpõe uma linha seca até a confluência dos rios Ituí e Itaquai, seguindo no sentido

⁸ Por lapso, as Portarias nº 174/95 e nº 158/96, que nisto seguem a Portaria nº 1849/E/85, referem-se ao Município de Estirão do Equador, extinto desde 1963.

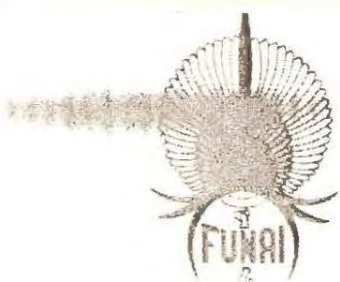


Fundação Nacional do Índio
MINISTERIO DA JUSTIÇA

Proc. nº	1074790
Fls.	1558
Assinatura	

montante pela margem esquerda deste último até sua confluência com o igarapé Leopoldina. Daí segue-se a montante pelo formador do igarapé Leopoldina que lhe entra pela margem esquerda, e tomando um pequeno afluente transpõe-se uma linha seca até o curso principal do referido igarapé Leopoldina, seguindo-se este até suas mais altas nascentes. Deste ponto se transpõe uma linha seca até as nascentes do igarapé Purgatório ou São Pedro, seguindo pela margem direita deste até sua confluência com o rio Jandiatuba. Daí segue-se no sentido jusante pela margem direita do Jandiatuba até sua confluência com o igarapé Jutaizinho, e seguindo a montante pela margem esquerda do igarapé Jutaizinho até sua confluência com um igarapé sem denominação que lhe entra pela margem direita. Seguindo pela margem direita do referido igarapé sem denominação até suas nascentes, transpõe-se uma linha seca até a confluência do igarapé Boa Vista com um pequeno afluente que lhe entra pela margem direita. Deste ponto segue-se no sentido montante pela margem esquerda do igarapé Boa Vista até suas cabeceiras, de onde se transpõe uma linha seca até as nascentes de um igarapé sem denominação, descendo pela margem direita deste até sua confluência com o rio Curuena. Daí segue-se a montante pela margem esquerda do Curuena até sua confluência com um pequeno igarapé sem denominação que lhe entra pela margem direita. Seguindo pela margem esquerda do referido igarapé até suas cabeceiras, transpõe-se uma linha seca até a confluência de dois formadores do igarapé São Francisco. Daí segue-se pelo formador que afluí pela margem direita até sua confluência com um pequeno tributário que também lhe entra pela margem direita, o qual se percorre até as nascentes. Deste ponto segue-se por uma linha seca até a confluência dos rios Jutai e Juruazinho, seguindo a montante pela margem esquerda deste último até suas mais altas cabeceiras. Daí segue-se por uma série de pontos intermediários pelo divisor de águas entre as bacias dos rios Javari e Juruá até as nascentes de um igarapé sem denominação, seguindo a jusante pela margem direita deste até sua confluência com o rio Jaquirana.

A área assim delimitada possui basicamente as mesmas características que aquela interdita pela Portaria nº 1849/E, de 08.04.85, e atualmente objeto de restrição de uso pela Portaria nº 810, de 25.09.96. As alterações propostas visam corrigir ou precisar a linha da interdição às áreas de ocupação indígena, conforme definidas pela Constituição. Assim, na região do rio Jaquirana, a Oeste, estendemos o limite da terra indígena para jusante, abrangendo áreas de habitação e realização de atividades produtivas dos índios Mayorúna. Por outro lado, excluímos da superfície proposta a região entre o alto curso do igarapé Santana, afluente da margem direita do rio Javari, e a margem setentrional do igarapé Flecheira, afluente da margem esquerda do rio Curuçá, dada a inexistência ou precariedade das informações sobre a presença ou ocupação indígena atual nessa área. No limite Norte, tendo em vista os diversos ataques dos índios Korúbo e sua presença em afluentes da margem direita do rio Quixito, propusemos a extensão do limite até a foz do igarapé Pau Branco, mantendo porém o alinhamento da linha seca que sai do curso médio do referido igarapé com a confluência dos rios Ituí e Itaquai. Apesar das repetidas visitas dos Korúbo a povoados localizados no rio Itaquai abaixo de sua confluência com o rio Ituí, o inusitado dessa aproximação e nossa ignorância sobre as reais motivações para sua presença além do território que têm ocupado predominantemente durante a segunda metade deste século nos levaram a não propor alterações nessa região da terra indígena. No limite Leste, alteramos o traçado da extensa linha seca que antes ligava a confluência dos rios Ituí e Itaquai até as cabeceiras de um igarapé afluente do rio Curuena, procurando seguir preferencialmente o traçado dos cursos d'água existentes neste trecho. Além da maior eficácia inerente às divisas naturais na definição, conhecimento e fiscalização dos limites das terras indígenas, esta alteração se faz necessária para respeitar a presença de grupos isolados tanto na porção setentrional do interflúvio Itaquai/Jandiatuba quanto na região do igarapé



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

1074/80
15-59
Q

Jutaizinho, afluente da margem direita do Jandiatuba. No limite Sul, mantivemos o divisor de águas entre as bacias dos rios Javari e Juruá como definidor da linha demarcatória, confrontando parte de sua extensão com os limites da terra indígena Kanamarí do Matrinchã. Embora disso decorra uma certa arbitrariedade no cálculo da superfície de delimitação, que dependerá, entre outros fatores, do grau de precisão da base cartográfica utilizada em relação ao traçado das cabeceiras de rios e igarapés, esse fato é compensado pelo princípio de respeito às bacias hídricas, evitando dificuldades cartográficas e enganos do ponto de vista ambiental no momento da demarcação, a qual, efetuada, permitirá o cálculo definitivo da superfície real contida nos limites propostos para a terra indígena Vale do Javari.

Pode-se identificar as seguintes áreas de ocupação indígena no interior da superfície delimitada: no baixo rio Javari, área Kanamarí na região entre o igarapé Irari e a barra do rio Curuçá; no rio Jaquirana, área Mayorúna na região dos igarapés Lopes, Itúxi, Lobo e Manuel D'Espada; no baixo rio Curuçá, área Kanamarí na região do igarapé do Maia; no médio rio Curuçá, área Kulína (Pano) na região dos igarapés Esperança, Pedro Lopes, Todos os Santos e São Salvador; área Mayorúna na região do rio Pardo e seu afluente, o rio Negro; e área Marúbo entre o igarapé Bananeira e rio Arrojo, incluindo neste a região do igarapé Cravo; no alto Curuçá, área Marúbo na região dos igarapés Sacaio, Setiacha, Amburus, Maronal, do Veado, Nambu e do Açaí; no médio rio Ituí, área Matís na região dos igarapés Coari, Aurélio Grande, Jacurapá, Boeiro, Gaiato, e rio Novo de Cima; e área Marúbo na região do igarapé Jacurapá e rio Novo de Cima; no alto Ituí, área Marúbo na região dos igarapés Pentiaco, Pentiquinho, Taboca, Pupunha, Água Branca, Cruz, Carrapato, Preto, Guariba, Cedrinho, Colônia e rio Paraguaçu, incluindo neste o igarapé Água Preta; no médio rio Itaquai, área Kulína (Arawá) na região do igarapé São João; no alto rio Itaquai, área Kanamarí na região dos igarapés Chôa, São Vicente, Jatobá, Açaí, Boto, Cedro, Nova Vida, Preto e rio das Pedras; no alto rio Jutai, área Kanamarí na região dos igarapés Queimado, Dávi, Caraná, Nauá e rio Juruazinho.

As áreas ocupadas por índios isolados, de sua parte, são identificadas nas seguintes regiões: no alto rio Jutai, presença Tukáno na região do igarapé Dávi e alto rio Curuena, incluindo neste os igarapés Lobo, Taboca e Jacundá; dos chamados Índios do Jandiatuba na região do igarapé Lobo; e de índios arredios com denominação desconhecida nas cabeceiras e alto curso do próprio Jutai; no alto rio Jandiatuba, presença de índios arredios na região dos igarapés Jutaizinho, Califórnia, Botelho, Paciência, Catuquino, Mõa, Alerta, Preto e Branco; no baixo e médio rio Itaquai, presença de índios arredios na região dos igarapés Leopoldina e Lambança; dos chamados Índios do Jandiatuba na região dos igarapés Fraternidade, São José e Chôa; e Korúbo na região dos igarapés Correia, Marúbo e rio Branco; no baixo rio Ituí, presença Korúbo na região dos igarapés Quebrado, Tronqueira, Iracema, Coari e rio Novo de Baixo; no médio rio Ituí, presença Mayá nos igarapés Palmeira, Tigre e rio Negro; no rio Quixito, presença Korúbo na região dos igarapés Pau Branco, Colônia e rio Esquerdo, incluindo neste o igarapé Caninana; e Mayá na região dos igarapés Piaçaba, Quixitinho e rio Esquerdo, incluindo neste o igarapé Samaúma.

Além dessas áreas, existem informações pontuais sobre a presença de índios isolados nas regiões do alto rio Ituí (igarapé Pentiaco), médio rio Ituí (rio Novo de Cima), médio rio Curuçá (rio Arrojo) e alto rio Jaquirana (rio Batã). Além das notícias sobre a existência de índios isolados na região do rio Batã e seu afluente, o igarapé Hospital, essa área foi abrangida na delimitação proposta por ser território freqüentado pelos Mayorúna e Marúbo na primeira metade deste século; pela sua importância ambiental em termos de recursos hídricos para os Mayorúna do rio Jaquirana e de caça



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Proc. nº	1074/80
Fis.	1560
Substância	

para os Marúbo do rio Curiçá; e ainda, entre outras razões, por expressa reivindicação das lideranças indígenas.

Finalmente, ressaltamos o caráter limitado das informações com base nas quais propomos a presente delimitação. A indevida exclusão de terras tradicionalmente ocupadas pelos índios do Javari - possível especialmente em função das limitações de nosso conhecimento quanto ao território de ocupação dos grupos isolados -, se constatada, deverá ser corrigida pelo órgão indigenista federal no cumprimento de seu dever público.

VII.3. Pedido de Demarcação

Como se sabe, o *caput* do artigo 231 da Constituição de 1988 reconheceu aos índios "os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo a União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens". Em atenção a este comando legal, solicitamos aqui a declaração de posse permanente dos índios da área acima delimitada, sua demarcação, homologação e registro, processo que deve ser acompanhado pela expulsão dos ocupantes não índios e proteção da área demarcada.

Evidentemente, a decisão por demarcar e a necessidade de proteger a área do Vale do Javari decorrem do respeito pelo modo de vida e situação de contato dos diversos grupos indígenas que ali são encontrados. Parece claro, por exemplo, que o território ocupado pelos grupos isolados é, por vezes, maior que o utilizado pelos grupos em contato. Isso ocorre principalmente devido a formas diferenciadas de ocupação e independe do montante demográfico, pois um grupo de poucos índios isolados pode ocupar área maior que um grupo populoso em contato. A compreensão dessas diferenças e sua aceitação consciente pelas diversas instâncias da sociedade nacional e regional reflete o acatamento de uma atitude cujo fundamento escapa à simples argumentação técnica sobre a extensão das áreas de ocupação indígena, sendo antes reflexo de uma concepção pluralista da sociedade.

A transformação da conflagrada situação de contato interétnico que todavia se vive na TI Vale do Javari depende crucialmente da conclusão de seu processo demarcatório e conseqüente regularização fundiária. De todo modo, com vistas a assistência às comunidades indígenas e a fiscalização, imediata ou futura, dos limites ora delimitados, sugerimos a instalação e aparelhamento dos seguintes Postos Indígenas (PINs) e Postos de Vigilância (PIVs):

1. PIN São Luiz, junto à aldeia de mesmo nome, responsável também pela fiscalização e atendimento à aldeia Irari;
2. PIN Jaquirana, junto à aldeia Trinta e Um, com um subposto na aldeia Lobo, no interior do igarapé de mesmo nome;
3. PIN Curuçá, junto à aldeia São Sebastião, responsável também pela aldeia São Salvador;



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Proc. n.º	1074/86
15	1561
Assinatura	

4. PIN Maronal, junto à aldeia de mesmo nome;
5. PIN Ituí, junto à aldeia Matís e responsável também pela aldeia Rio Novo de Cima;
6. PIN Vida Nova, junto à aldeia de mesmo nome;
7. PIN Massapê, junto à aldeia de mesmo nome;
8. PIN Queimado, junto à aldeia de mesmo nome;
9. PIV Batã, na confluência dos rios Jaquirana e Batã, subordinado ao PIN Jaquirana;
10. PIV Pardo, na confluência dos rios Curuçá e Pardo, subordinado ao PIN Curuçá;
11. PIV Quixito, na confluência do rio Quixito com o igarapé Pau Branco;
12. PIV Itaquai, na confluência dos rios Itaquai e Ituí;
13. PIV Jandiatuba, na confluência do rio Jandiatuba com o igarapé Jutaizinho;
14. PIV Curuena, na confluência do rio Curuena e igarapé Lobo;
15. PIV Juruazinho, no curso deste igarapé, junto à boca do varadouro que conduz à Eirunepé, subordinado ao PIN Queimado.

Por ocasião da demarcação propriamente dita, recomendamos a máxima atenção das equipes de topografia encarregadas da abertura de picadas e implantação dos marcos em relação aos sinais ou presença de índios isolados. Essa precaução é especialmente válida, entre outros locais, para os trechos do perímetro situados entre os pontos 18 e 19, na região entre o igarapé Pau Branco e a confluência dos rios Ituí e Itaquai; entre os pontos 21 e 24, na região situada entre o igarapé Leopoldina e o igarapé Purgatório; entre os pontos 28 e 29, na região situada entre os igarapés Jutaizinho e Boa Vista; entre os pontos 30 e 31, na região entre o igarapé Jutaizinho e o rio Curuena; entre os pontos 34 e 35, na região entre o rio Curuena e o igarapé São Francisco; entre os pontos 39 e 44, na região de cabeceiras do rio Jutai; entre os pontos 60 e 92, na região das cabeceiras dos rios das Pedras e Branco, e igarapé Água Preta; e entre os pontos 113 a 117, na região de nascentes da bacia do rio Batã. Nestas áreas - bem como em outras não discriminadas, mas passíveis de ocupação por índios sem contato - todos os esforços deverão ser empenhados para se evitar conflitos ou mesmo a invasão do território de grupos ainda arredios, suspendendo-se temporariamente os trabalhos se for preciso.

Por fim, fazemos as seguintes recomendações de ordem geral:

- a) Elaboração de um plano para o acompanhamento das comunidades indígenas que habitam o Vale do Javari de todo o procedimento de demarcação topográfica desta terra indígena;
- b) Reconhecimento e localização da área ocupada por índios isolados, inclusive daquelas que ficaram fora da presente proposta de delimitação, como no rio Bóia, por exemplo;
- c) Implementação de um programa de apoio sócio-cultural ao grupo Kulína (Pano), hoje em vias de desintegração pela dispersão de seus membros e grande número de casamentos interétnicos, sofrendo inclusive a perda parcial da língua, falada no presente apenas pelos mais velhos.

Em síntese, consideramos a demarcação da terra indígena Vale do Javari como um grande e justo anseio dos índios que nela habitam. Sua efetivação por parte da FUNAI e demais



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Processo	1074/90
Nº	1562
Assinatura	(C)

instâncias do poder público deve sustentar o cumprimento dos direitos assegurados pela ordem constitucional e pelo sentido humanitário.

Brasília, 26 de maio de 1998

Walter Coutinho Jr.
WALTER COUTINHO JR.
Antropólogo/DEID/DAF

Agradeço sinceramente a todos aqueles que contribuíram de alguma forma para a realização deste trabalho. Sou grato especialmente a minha esposa, Cintia, e meus filhos, Tiago e Raquel, que acompanharam o seu feito com respeito, amor e compreensão.



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

REC. N°	1074/80
	1563

BIBLIOGRAFIA

- ACUÑA, Cristóbal de. 1986. "Nuevo Descubrimiento del Gran Rio del Amazonas en el Año de 1639". In Regan, J. (ed.), *Informes de Jesuitas en el Amazonas (1660-1684)*. Iquitos, IAP-CETA (Monumenta Amazónica), pp. 25-101.
- AGUIAR, Maria Sueli de. s/d. "Os Grupos Nativos 'Katukína'". (Campinas), IEL-UNICAMP.
- ALVIANO, Fidelis de. 1957. "Ensaio da Língua dos Índios Magironas ou Maiorunas do rio Jandiatuba (Alto Solimões)". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 237, pp. 43-60.
- AMICH, Jose et alii. 1975. *Historia de las Misiones del Convento de Santa Rosa de Ocopa*. Lima, Ed. Milla Batres (ed. e notas de Julián Heras).
- BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. 1969. *Compêndio das Eras da Província do Pará*. Pará, Universidade Federal do Pará.
- BARBOSA RODRIGUES, João. 1900. "As Heveas ou Seringueiras". Rio de Janeiro, Imprensa Nacional (ed. fac-similar). In _____. *A Botânica (Nomenclatura Indígena) e Seringueiras*. Jardim Botânico do Rio de Janeiro/Fundação Andorinha Púrpura, s/d.
- BATES, Henry W. 1944. *O Naturalista no Rio Amazonas*. São Paulo, Companhia Editora Nacional (Brasiliense, vol. 237). 2 vol.
- BAYLE, Constantino (ed). 1948. "Informe que hace a S.M. el P. Andrés de Zárate, de la Compañía de Jesús, visitador y viceprovincial que acaba de ser de la provincia de Quito, en el Reino del Perú, y de sus misiones del río Napo y del Marañón". *Missionalia Hispanica*, 15 (5), pp. 543-565.
- BRANCO, José Moreira Castello. 1950. "Caminhos do Acre". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 196, pp. 74-225.



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

FIC N°	1074/8
	1564
Rubrica	<i>[Signature]</i>

BROWN, C. Barrington. 1886. "Relatorios sobre o rio Jutahy". *Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro*, tomo II, pp. 81-87.

CALIXTO MÉNDEZ, Luis. 1985. "Aspectos Socio-Culturales del Uso de la Tierra en el Grupo Etnico Matses (Las Prácticas de Subsistencia, Regimen Alimenticio y Técnicas de Transformación Culinaria)". Iquitos, ILAP, Ms.

_____. 1986. "Aspectos Socio-Culturales del Uso de la Tierra en el Grupo Etnico Matses (Implicancias de los Desplazamientos en la Explotación del Medio)". Iquitos, ILAP, Ms.

CARDOSO, Alexandre Caldeira. 1994. "Posto Indígena Eirunepé. Relatório PIN Eirunepé/94". Ms.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. 1981. *O Índio e o Mundo dos Brancos*. Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 3ª ed.

CARVALHO, João Braulino de. 1931. "Breve notícia sobre os indígenas que habitam a fronteira do Brasil com o Perú, elaborado pelo médico da comissão, Dr. João Braulino de Carvalho, e calcada em observações pessoais". *Boletim do Museu Nacional*, vol. VII (1), pp. 225-256.

CARVALHO, José Cândido de Melo. 1955. "Notas de Viagem ao Javari-Itacoai-Juruá". *Publicações Avulsas do Museu Nacional*, nº 13, pp. 1-81.

CASTRO, José Áureo do Carmo. 1984. "Relatório de informação sobre a atuação da Equipe Sísmica ES-60 em área indígena nas proximidades dos rios Itaquai e Jandiatuba". Encaminhado em 21.04.84 à AJUSOL.

CAVUSCENS, Silvio & NEVES, Lino João de Oliveira. 1986. "GT Javari 1985. Relatório do Levantamento dos Grupos Indígenas do Vale do Javari". Manaus. Processo FUNAI/BSB/1074/80, fls. 649/875.

CHAUMEIL, Jean-Pierre. 1981. *Historia y migraciones de los Yagua de finales del siglo XVII hasta nuestros días*. Lima, Centro Amazonico de Antropologia y Aplicacion Practica.

COELHO, Pedro Oliveira. 1982. "Relatório" do Chefe do PIA Marubo, de 13.03.82. Ms.

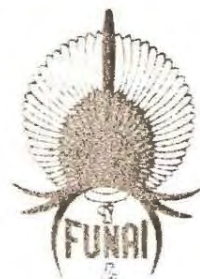
_____. 1982b. "Relatório nº 04", de 11.05.82, do Chefe do PIA Marubo. Ms.

_____. 1982c. "Relatório nº 07", de 21.07.82, do Chefe do PIA Marubo. Ms.

_____. 1982d. "Relatório", de 22.07.82, do Chefe do PIA Marubo. Ms.

_____. 1982e. "Relatório sobre o sobrevôo da área Korubo", s/d. Ms.

_____. 1985a. "Relatório" encaminhado pelo Memo nº 016/AJUSOL/85, de 27.02.85.



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

- _____. 1985b. "Relatório", datado de 27.08.85. Atalaia do Norte.
- _____. 1987. "Relatório da Viagem Instituída pela Ordem de 24.10.87". Encaminhado ao Administrador Substituto da A. Santos, pela CI nº 001/87, de 30.10.87.
- COSTA, Gilmar J.F., SANTOS, W. & COELHO, P. 1990. "Relatório 002/ADC/ADR/ATL/90, de 22.01.90, do Chefe SDC/ADR/AT para o Superintendente Executivo da 5ª SUER, Francisco Eugênio".
- COUTINHO JR., Walter. 1993. *Branços e Barbudos da Amazônia*. Diss. de mestrado. Brasília, Universidade de Brasília, Departamento de Antropologia.
- DELGADO, Maria Inê. 1994. "Relatório de Viagem Realizada ao PIN-1".
- ERIKSON, Philippe. 1986. "Alterité, Tatouage et Anthropophagie. Quête du Soi". *Journal de la Société des Américanistes*, tome 72.
- _____. 1990. *Les Matis d'Amazonie: Parure du corps, identité sociale*. Tese de Doutorado. Paris, Laboratoire d'ethnologie et de sociologie comparative, Université de Paris.
- _____. 1992. "Uma Singular Pluralidade: A Etno-História (org.), *História dos Índios no Brasil*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, pp. 239-252.
- GARCIA, Lorenzo. 1985. *História de las Misiones en la Amazonia Ecuatoriana*. Abua-Yala.
- GRUBB, K.G. 1927. *The Lowland Indians of Amazonia*. London, World.
- HECK, Egon D. 1979. "Rio Jutai. População Indígena. Levantamento". OPAN, ms.
- HERNDON, Lewis & GIBBON, L. 1854. *Exploration of the Valley of the Amazon*. Washington, Taylor & Maury.
- IBGE. 1987. *Mapa Etno-Histórico de Curt Nimuendaju*.
- KEIFENHEIM, Barbara. 1990. "Nawa: un concept clé de l'alterité". *Société des Américanistes*, LXXVI, pp. 79-94.
- LATHRAP, Donald. 1975. *O Alto Amazonas*. São Paulo, Editora Vozes.



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Proc nº	1074/80
Fls.	1566
Rubrica	<i>[assinatura]</i>

- MARCOY, Paul. 1869. *Voyage à-travers L'Amérique du Sud de L'Océan Pacifique a L'Océan Atlantique*. Paris, Librairie de L. Hachette et Cie.
- MELATTI, Julio Cezar (org. e red.). 1981. *Javari. Povos Indígenas no Brasil*, vol. 5. São Paulo, CEDI.
- MELLO, Luiz Carlos. 1994a. Memo nº 001/PIN-Itacoáí/94, de 10.01.94, do Chefe do PIN Itacoáí, ao Administrador Regional da ADR Atalaia do Norte.
- _____. 1994b. Memo nº 003/Pin Itacoáí/94, de 09.06.94, ao Administrador Substituto da ADR Atalaia do Norte.
- _____. 1994c. RDG nº 002/PIN Itacoáí/94, de 13.06.94.
- _____. 1996. Memo nº 010/96, de 08.10.96, ao Administrador Regional da ADR Atalaia do Norte.
- MONTAGNER MELATTI, Delvair. 1988. "Afinal, existe ou não existe?". Relato de uma viagem ao Parque do Javari". Processo FUNAI/BSB/1074/80, fls. 973/991.
- _____. 1991. "FUNAI no Javari: afinal, existe ou não existe?". In *Povos Indígenas no Brasil 1987/88/89/90* (Aconteceu Especial 18). Centro Ecumênico de Documentação e Informação. São Paulo, CEDI, pp. 268-269.
- _____ & MELATTI, Julio Cezar. 1975. "Relatório sobre os índios Marúbo". *Série Antropologia*, nº 13, Brasília, Universidade de Brasília.
- NORONHA, José Monteiro de. 1862. *Roteiro da Viagem da Cidade do Pará, até as últimas colonias do Sertão da Provincia*. Pará, Typographia de Santos & Irmãos.
- OPAN. 1979/83. "História Indígena - Jutai". Ms.
- OPPENHEIM, Victor. 1936. "Notas Ethnographicas sobre os Indigenas do Alto Juruá (Acre) e Valle do Ucayali (Perú)". *Ann. Da Acad. Brasileira de Sciencias*, t. VIII, nº 2, pp. 145-155.
- PORRO, Antonio. 1992a. "História Indígena do Alto e Médio Amazonas. Séculos XVI a XVIII". In Cunha, M.C. (org.), *História dos Índios no Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras/FAPESP/SMC, pp. 175-196.
- _____. 1992b. *As Crônicas do Rio Amazonas. Tradução, introdução e notas etno-históricas sobre as antigas populações indígenas da Amazônia*. Petrópolis, Vozes.
- POSSUELO, Sidney. 1996. "Informação nº 001/COORD FCVJ/DII", de 12.08.96, encaminhada pelo Fax nº 007/COORD FCVJ/DII/96, de 19.08.96.



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Proc. nº	1079/80
Fis.	1567
Pública	

- _____. 1997. "Relatório - Sequência dos acontecimentos nos dias 21 e 22 de agosto de 1997 no Posto de Vigilância da Frente de Contato Vale do Javari". Encaminhado pelo Memo nº 271/DII/97, de 13.10.97.
- RADAMBRASIL. 1977a. *Levantamento de Recursos Naturais. Vol. 13. Folhas SB/SC.18 Javari/Contamana*. Rio de Janeiro, MME/DNPM/PROJETO RADAMBRASIL.
- _____. 1977b. *Levantamento de Recursos Naturais. Vol. 15. Folha SB.19 Juruá*. Rio de Janeiro, MME/DNPM/PROJETO RADAMBRASIL.
- RAIMONDI, Antonio. 1863. "Description de la Province Littorale de Loreto". In Paz Soldan, M., *Géographie du Pérou*. Paris, M.A. Durand, pp. 357-463.
- REESINK, Edwin. 1989. "Nosso Parente. Algumas considerações sobre o parentesco entre os Kanamari". Salvador, UFBa. Ms.
- _____. s/d. "Introdução aos Kanamari". Ms.
- _____. & CARVALHO, M. R. 1987. "Os Djapa: algumas observações sobre a organização social dos Kanamari". Salvador, Ms.
- RIVET, Paul. 1920. "Les Katukina. Étude Linguistique", *Journal de la Société des Américanistes*, 12, pp. 83-89.
- _____. & TASTEVIN, C. 1921. "Les tribus indiennes des bassins du Purús, du Juruá et des régions limitrophes". *La Géographie*, T. XXXV (5), pp. 449-482.
- ROCHA, Alberto da S. 1997. Memo nº 027/97 - PIN Eirunepé, de 22.09.97.
- ROMANOFF, Steyen. 1984. *Matses Adaptations in the Peruvian Amazon*. Ph. D. Thesis, Columbia University.
- SANTOS, Carlos Marinho dos. 1996. Fax nº 018/FCVJ-DII, de 18.10.96.
- SANTOS, Walmir Vitor dos. 1991. Fax nº 003/GAB/ADR/ATL/91, de 18.12.91, encaminhado à 5ª SUER.
- _____. & COELHO, P. 1988. CI nº 011/SDC/ADR/ATL/88, enviada à 5ª SUER.
- SCHULLER, Rodolfo. 1908. "Documentos para el estudio de la historia de las misiones franciscanas en el Peru Oriental (segun manuscritos inéditos)". *Revista Histórica*, Tomo III, pp. 165-189.
- SILVA, Dagoberto de Castro. 1912. "Relatório". Inspetoria do Serviço de Proteção aos Índios e



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Proc. nº	10.491/80
Fls.	1568
Rubrica	D

Localização de Trabalhadores Nacionais no Amazonas e Território do Acre. Manaus, 11.12.1912.

SMYTH, Willian & LOWE, F. 1836. *Narrative of a Journey from Lima to Para, across the Andes and down the Amazon*. London, John Murray, Albemarle-Street.

SPIX, Johann & MARTIUS, K. 1938. *Viagem pelo Brasil*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.

TASTEVIN, Constant. [1919/1922]. "Anotações do Pe. Constantino Tastevin sobre os Seringais do Rio Juruá" (transcritas por Pe. Teodoro Van Zoggel). Fonte Boa, 1983, Ms.

TEFFÉ, Barão de. 1888. "Episodios da viagem de exploração as vertentes do famoso rio Javary, affluente meridional do Alto Amazonas, realizada pelo Barão de Teffé". *Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro*, Tomo IV, pp. 169-188.

URIARTE, Manuel. 1986. *Diario de un Misionero de Maynas*. Iquitos, IIAP-CETA Monumenta Amazónica).

VELASCO, Juan de. 1979. "Provincias del Maraón y sus misiones, que componen un solo y dilatadissimo Gobierno". In _____. *Historia del Reino de Quito en la America Meredional*. Quito, Edit. Casa de la Cultura Ecuatoriana, pp. 333-468.

VERSWIJVER, Gustaaf. 1987. "Analyse comparative des parures Nahua: Similitudes et différences". *Bulletin du Musée d'Ethnographie de Genève*, nº 29, pp. 25-67.

VILLAREJO, Avencio. 1979. *Así es la Selva*. 3ª ed. Iquitos, CETA.

WILKENS DE MATTOS, João. 1855. "Roteiro da Primeira Viagem do Vapôr Monarcha, desde a Cidade da Barra do Rio Negro, Capital da Província do Amazonas, até a povoação de Nauta, na República do Peru". In _____ (1874).

_____. 1874. *Dicionario Topographico do Departamento de Loreto na Republica do Perú*. Pará, Typ Commercio do Pará (ed. Fac-similar, Iquitos, IIAP-CETA, 1984).